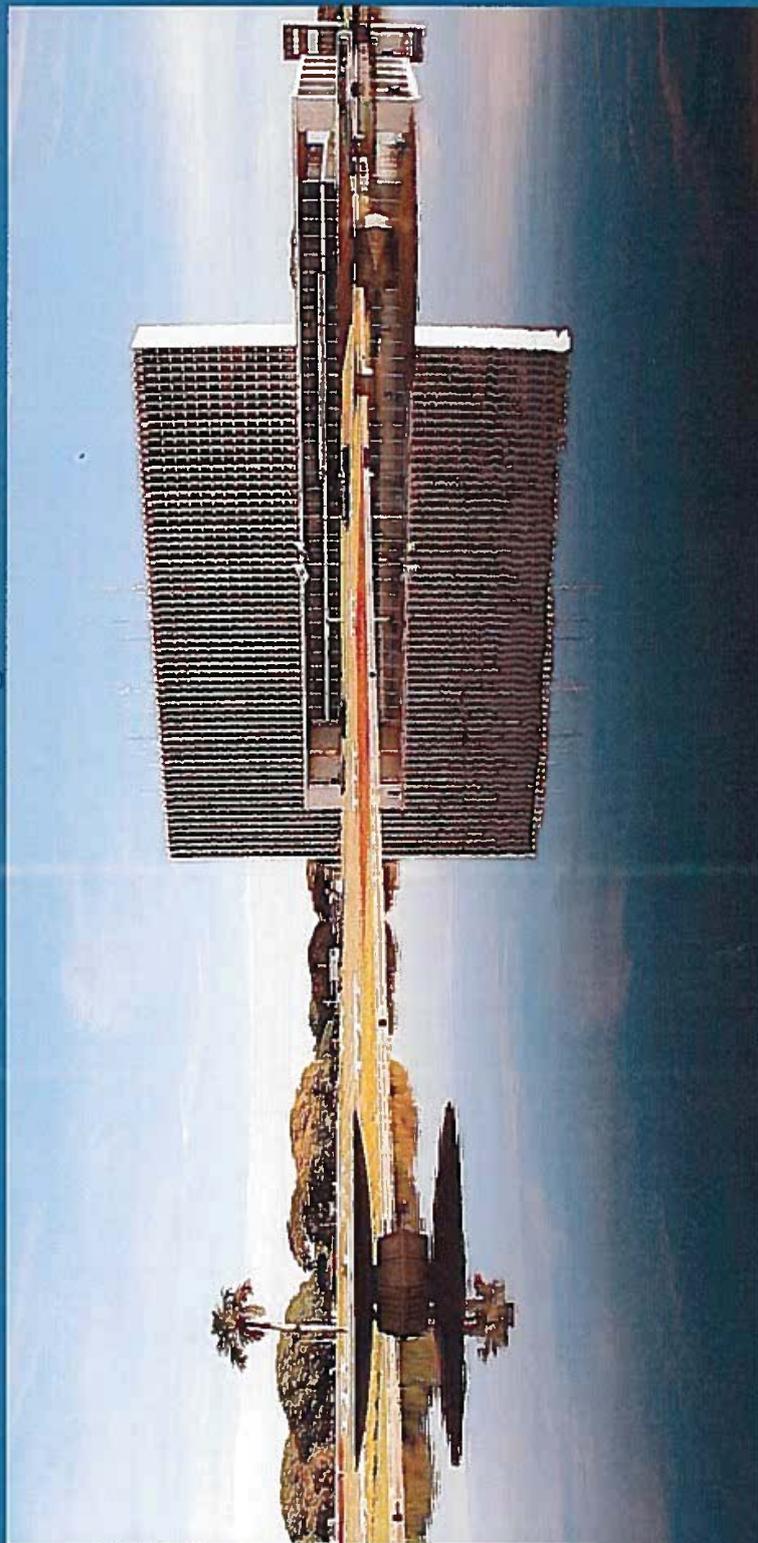


Governo do Distrito Federal
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subsecretaria de Controle Interno
Diretoria de Fiscalização dos Planos e Programas de Governo



Anexo VI **Volume I B** **2014**

Relatório sobre o cumprimento de diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orcamentarias e dos Orcamentos, com avaliacao dos resultados quanto a eficiencia e eficacia da gestao governamental, por programa de governo

SFL PROC 00005 /15-Edição Nº 0057,2 versão





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subsecretaria Controle Interno

**RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES
OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL,
DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS
ORÇAMENTOS, COM AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL,
POR PROGRAMA DE GOVERNO**

ARTIGO 138, XIV DO REGIMENTO INTERNO DO TCDF

EXERCÍCIO 2014

PARTE B

BRASÍLIA – MARÇO DE 2015
SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Handwritten signature
SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003713



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014

CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DJACYR CAVALCANTI DE ARRUDA FILHO

CONTROLADOR-GERAL ADJUNTO

RENATO DE OLIVEIRA ALVES

SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

MARCELO HERBERT DE LIMA

COORDENADORA DE AUDITORIAS ESPECIALIZADAS

MIRIAM DA SILVA CARVALHO BURNETT

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS DE GOVERNO

GUSTAVO RODRIGUES LIRIO

DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

GISELE ALVES DE REZENDE

CORPO TÉCNICO

ALEXANDRA JOFFILY DE AZEVEDO

LEONARDO FERNANDES ALVES BATISTA

CLAUDIA DE AZEVEDO

LISEANE EIGENHEER BERTONI

FRANCISCO HÉLIO CAITANO PESSOA

MÁRCIO BRUNO CARNEIRO MONTEIRO

JÓÃO ANTÔNIO ASSUNÇÃO E SILVA AIRES

ROBERTO RODRIGUES PORTELA

JÓÃO CARLOS SERRA MACAMBIRA

SSL PROC 00005 /15-011a N° 0027,3 ver-se



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014

ÍNDICE

PARTE B

<u>PROGRAMA TEMÁTICO 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE</u>	261
RESUMO	261
1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO	262
2 OBJETIVO ESPECÍFICO SELECIONADO	265
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002	265
2.1.1 INDICADORES DE DESEMPENHO	268
2.1.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	269
2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	270
2.3 EXECUÇÃO FÍSICA	272
3 ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	273
3.1 QUESTÕES DE AUDITORIA	274
4 RESULTADOS E ANÁLISES	276
4.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA	277
4.1.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA	277
4.1.2 INDICATIVO DE EFICÁCIA	282
4.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA	282
4.2 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA	283
4.2.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES RELACIONADAS À EFICIÊNCIA	283
4.2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA	290
5 CONCLUSÃO	291
<u>PROGRAMA TEMÁTICO 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA</u>	292
RESUMO	292
1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO	293
2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS	294
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003	295

SFL F80C 00003 /15-Folha Nº 003714



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014

2.1.1	INDICADORES DE DESEMPENHO DO OE 003	295
2.1.2	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO OE 003	296
2.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 009	296
2.2.1	INDICADORES DE DESEMPENHO DO OE 009	297
2.2.2	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO OE 009	298
2.2.3	AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS DO OE 009	298
2.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 003 E 009	299
2.4	EXECUÇÃO FÍSICA DOS OES 003 E 009	300
3	ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	301
3.1	QUESTÕES DE AUDITORIA	301
4	RESULTADOS E ANÁLISES	305
4.1	ANÁLISE DA EFICÁCIA	305
4.1.1	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA	305
4.1.2	INDICATIVO DE EFICÁCIA	316
4.1.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA	317
4.2	ANÁLISE DA EFICIÊNCIA	317
4.2.1	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES RELACIONADAS À EFICIÊNCIA	317
4.2.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA	330
5	CONCLUSÃO	330
	PROGRAMA TEMÁTICO 6218 – HABITAÇÃO	332
	RESUMO	332
1	CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO	332
1.1	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	334
1.2	INDICADORES DE DESEMPENHO	334
1.3	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001	335
1.3.1	PLANO DISTRIAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLANDHIS	336
1.3.2	PROGRAMA MORAR BEM	340
1.3.3	CRIAÇÃO DE SETORES HABITACIONAIS	342
1.4	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002	343
1.4.1	ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA	344
1.4.2	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÕES E VARIAÇÕES SALARIAIS	344
1.4.3	TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	345
1.5	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	346
1.6	EXECUÇÃO FÍSICA	347
2	ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	348





Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014

2.1	QUESTÕES DE AUDITORIA	348
3	RESULTADOS E ANÁLISES	349
3.1	ANÁLISE DA EFICÁCIA	349
3.1.1	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA	350
3.1.2	INDICATIVO DE EFICÁCIA	353
3.1.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA	354
3.2	ANÁLISE DA EFICIÊNCIA	354
3.2.1	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICIÊNCIA	354
3.2.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA	356
4	CONCLUSÃO	356
	PROGRAMA TEMÁTICO 6219 – CULTURA	357
	RESUMO	357
1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO	358
1.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	359
1.1.1	OBJETIVO ESPECÍFICO 001	359
1.1.2	OBJETIVO ESPECÍFICO 002	362
1.1.3	OBJETIVO ESPECÍFICO 003	363
1.1.4	OBJETIVO ESPECÍFICO 004	363
2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS	364
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003	365
2.1.1	INDICADORES DE DESEMPENHO	369
2.1.2	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	370
2.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 003	372
2.3	EXECUÇÃO FÍSICA DO OE 003	374
3	ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	375
3.1	QUESTÕES DE AUDITORIA	375
4	RESULTADOS E ANÁLISES	378
4.1	ANÁLISE DA EFICÁCIA	378
4.1.1	INDICATIVO DE EFICÁCIA	378
4.1.2	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA	384
4.1.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA	388
4.2	ANÁLISE DA EFICIÊNCIA	389
4.2.1	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES RELACIONADAS À EFICIÊNCIA	389
4.2.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA	403
4.3	ANÁLISE DA EFETIVIDADE	403



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014

4.3.1	RESPOSTAS AS SUBQUESTÕES DE EFETIVIDADE	404
4.3.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFETIVIDADE	405
5	CONCLUSÃO	406
	PROGRAMA TEMÁTICO 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA	407
	RESUMO	407
1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO	408
2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS	411
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005	413
2.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 008	417
2.3	INDICADORES DE DESEMPENHO	419
2.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA E EXECUÇÃO FÍSICA DOS OES 005 E 008	420
3	ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	421
3.1	QUESTÕES DE AUDITORIA	422
4	RESULTADOS E ANÁLISES	423
4.1	AVALIAÇÃO DO OE 005	423
4.1.1	RESPOSTAS À QUESTÃO DE AUDITORIA RELACIONADA AO OE 005	424
4.1.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA DO OE 005	444
4.1.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA DO OE 005	445
4.2	AVALIAÇÃO DO OE 008	445
4.2.1	RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS AO OE 008	445
4.2.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA DO OE 008	460
4.2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA DO OE 008	460
4.2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFETIVIDADE DO OE 008	461
5	CONCLUSÃO	461
	PARTE 3 CONCLUSÕES	463
3.1	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO	463
3.2	CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS	464

521 P000 00000 /15-50113 13 01/7/15 16:07:00
 SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Subsecretaria de
Controle Interno

261 de 465

**AValiação DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA
DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO
EXERCÍCIO 2014**

PROGRAMA TEMÁTICO 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

RESUMO

O Programa 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE tem por objetivo melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do Distrito Federal a partir da implantação de um sistema de transportes moderno e eficiente. O Programa é composto por sete Objetivos Específicos – OEs, com diferentes unidades responsáveis. Em 2014 foi selecionado para avaliação o OE 002 – IMPLANTAR E MANTER A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO, de responsabilidade da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal. O OE 002 teve Despesa Autorizada de R\$ 142,9 milhões e total empenhado de R\$ 105,9 milhões. Considerando-se todas as despesas realizadas pelo METRÔ-DF, inclusive aquelas realizadas em Programas de Governos diversos ao 6216, os recursos diretamente arrecadados responderam por somente 36% dos valores liquidados, sendo o restante custeado com recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal. Estavam previstas para 2014 a licitação de obras para complementação e ampliação da Linha 1 do metrô, bem como para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT entre o aeroporto e o Terminal da Asa Sul – TAS, mas nenhuma dessas licitações chegou a ser realizada. Outro importante objetivo do METRÔ-DF para 2014 era a contratação regular do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema metroviário. O edital para licitação chegou a ser lançado ainda em 2012, mas, devido a seguidas suspensões da licitação pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, o serviço vem sendo prestado por meio de contratos emergenciais desde novembro de 2013. Diante do não cumprimento das metas previstas, avaliou-se que o OE 002 foi executado com eficácia muito abaixo do que havia sido previsto e com eficiência abaixo do desejado para se conseguir manter a oferta de um transporte metroferroviário de qualidade, mas com uma perspectiva de redução no seu déficit financeiro operacional.

Mina



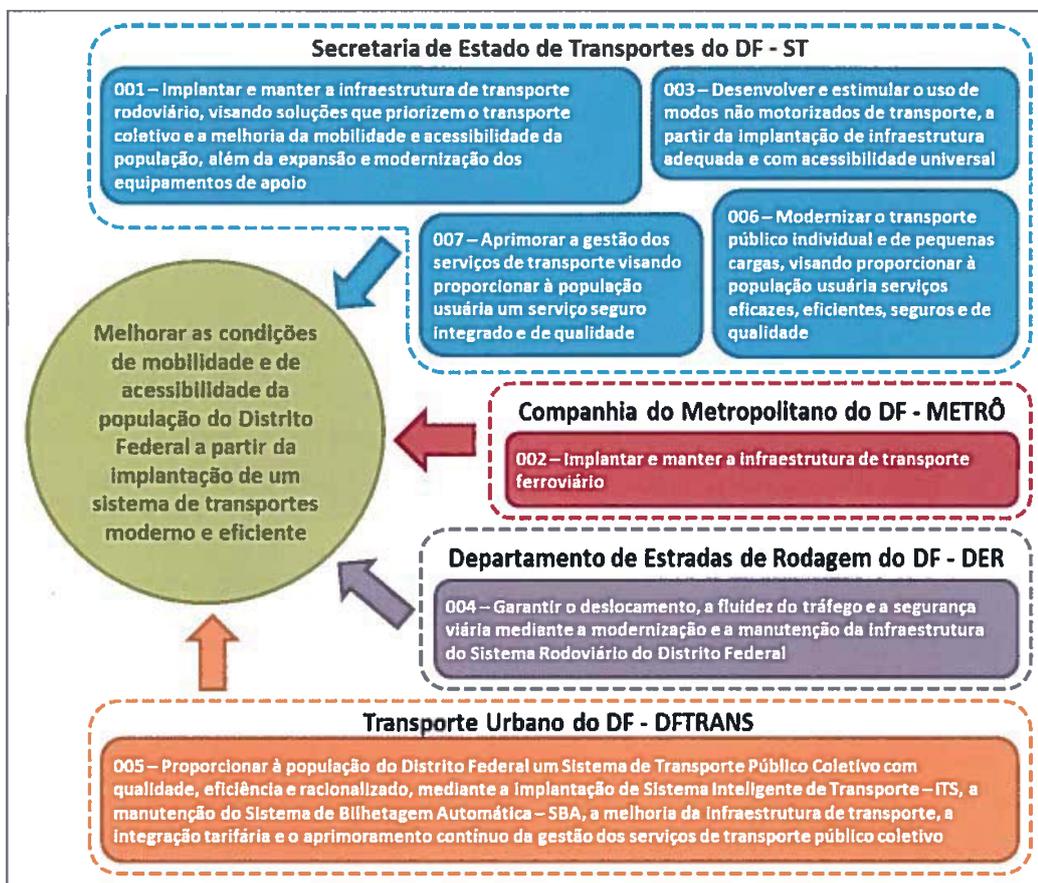
Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
263 de 465

Diante desse quadro, o Programa 6216 foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade – PDTU, aprovado pela Lei nº 4.566/2011, o qual define diretrizes para os transportes coletivos, tráfego de veículos, sistema viário e modos não motorizados (ciclistas e pedestres), para os próximos 10 anos.

Na Figura 1 são apresentados o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos – OEs do Programa Temático 6216, com suas respectivas unidades responsáveis.

FIGURA 1 – OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS COM SUAS UNIDADES RESPONSÁVEIS



FONTE: ADAPTADO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO PPA 2012/2015

Além das elencadas como responsáveis por Objetivos Específicos, outras Unidades Orçamentárias – UOs, como a Secretaria de Obras e a NOVACAP, participam da execução do Programa, conforme apresentado na Tabela 1.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003717



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
264 de 465

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R\$1,00

CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ** DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
		VALOR	% *	VALOR	% *	
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	299.548.880	12,8	246.707.037	16,3	82,4
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	34.469.245	1,5	21.020.101	1,4	61,0
26101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL	943.105.321	40,2	835.081.004	55,3	88,5
26201	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB	4.449.806	0,2	5.520.126	0,4	124,1
26204	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS	11.486.530	0,5	58.197.018	3,9	506,7
26205	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER	158.618.350	6,8	166.250.536	11,0	104,8
26206	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF	886.193.157	37,8	142.908.830	9,5	16,1
26905	FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL	7.375.567	0,3	28.065.026	1,9	380,5
27101	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E PROJETOS ESPECIAIS DO DF	0	0,0	5.750.000	0,4	-
28101	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL	9.000	0,0	0	0,0	0,0
TOTAL		2.345.255.856		1.509.499.678		64,4

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 29/01/2015

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total

** As descrições das Unidades Orçamentárias constantes nesta Tabela são referentes ao exercício de 2014

A legislação específica associada ao Programa é a seguinte:

- Lei nº 4.566/2011 – Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade – PDTU;
- Lei nº 4.397/2009 – Criação do Sistema Ciclovitário no âmbito DF;
- Lei nº 4.011/2007 – Dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Decreto nº 34.495/2013 – Institui a integração tarifária;
- Decreto nº 34.177/2013 – Dispõe sobre o Comitê Executivo de Articulação de transição para o modelo integrado;
- Decreto nº 33.741/2012 – Regulamenta o art. 20 da Lei Complementar nº 803/2009, no que diz respeito às normas viárias, conceitos gerais e parâmetros para dimensionamento de sistema viário urbano para o planejamento, elaboração e modificação de projetos urbanísticos;
- Decreto nº 31.083/2009 – Institui o Conselho Gestor do Sistema Integrado de Transporte do Distrito Federal – SIT/DF e aprova o Regulamento da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CCRC.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
265 de 465

2 OBJETIVO ESPECÍFICO SELECIONADO

Em 2012 foram avaliados os OEs 001, 002 e 004, mas, devido à diversidade de ações governamentais presentes no escopo, não foi possível aprofundar a análise em direção ao planejamento estratégico das unidades e na identificação das causas dos problemas que prejudicaram o alcance dos objetivos estabelecidos.

Em 2013 foi avaliado o OE 005, com a inclusão de ações governamentais relacionadas. Ou seja, ampliou-se a seleção para contemplar ações que, caso não fossem realizadas, comprometeriam os resultados esperados para o OE 005. Foram avaliadas ações pertencentes aos OE 001 e 004, tais como: construção e reforma de terminais rodoviários e implantação do BRT SUL.

Dessa forma, os OEs ainda pendentes de alguma análise em 2014 e 2015 são os seguintes: 003, 006 e 007.

Ainda que tenham sido avaliados em 2012, devido à relevância das ações desenvolvidas, optou-se por incluir os OEs 001, 002 e 004 no processo de seleção para 2014.

Foi aplicado um procedimento de categorização dos OEs, levando-se em conta critérios de materialidade, relevância e criticidade.

Considerando-se que os OE 001 e 004 já foram parcialmente analisados em 2012 e 2013, que o OE 005 foi avaliado em 2013 e que os OEs 003, 006 e 007 obtiveram notas não superiores a 50% do máximo obtido na categorização dos OEs, optou-se por avaliar, em 2014, o Objetivo Específico 002 – IMPLEMENTAR E MANTER A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

Segundo o PPA 2012/2015, a unidade responsável pelo OE002 é o METRÔ, o qual estabeleceu como meta prioritária para o quadriênio de vigência do Plano:

A ampliação e complementação do traçado inicial da linha, incrementando o trecho entre Ceilândia com duas estações e o de Samambaia com mais duas. Além disso, o Metrô também chegará à Asa Norte: a primeira estação será localizada nas proximidades do Setor Comercial Norte. Serão concluídas, ainda, as estações Onoyama, 104 Sul, 106 Sul e 110 Sul.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
266 de 465

Estão previstas ainda no PPA as seguintes metas:

- Reformar as estações antigas para adequá-las ao padrão de acessibilidade utilizado nas novas estações;
- Ampliar a capacidade dos estacionamentos do Metrô;
- Implantar o VLT, nos trechos Aeroporto/W3 e Esplanada.

Quando questionado sobre suas metas para expansão em 2014, o METRÔ-DF informou a intenção de realizar a licitação de seis componentes, conforme apresentado na tabela a seguir.

TABELA 2 – METAS DO METRÔ PARA 2014

PROJETO	PREVISÃO DE LICITAÇÃO	OBJETO
1. CONSTRUÇÃO DAS ESTAÇÕES 104, 106 E 110 SUL NA LINHA 1 DO METRÔ ⁽¹⁾	08/2014	CONSTRUÇÃO
2. EXPANSÃO DA LINHA 1 DO METRÔ, CONTEMPLANDO 2 NOVAS ESTAÇÕES EM CEILÂNDIA, 2 NOVAS ESTAÇÕES EM SAMAMBAIA E 1 ESTAÇÃO NA ASA NORTE ⁽²⁾	08/2014	CONSTRUÇÃO
3. IMPLANTAÇÃO DA LINHA 1 DO VLT, TRECHO AEROPORTO – TAS ⁽¹⁾	10/2014	PROJETOS DE ENGENHARIA, OBRAS E AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4. IMPLANTAÇÃO DA LINHA 1 DO VLT, TRECHO TAS – TAN, PASSANDO PELA W3 ⁽¹⁾	11/2014	ESTUDOS COMPLEMENTARES, EIV, ANTEPROJETO DE ENGENHARIA
5. IMPLANTAÇÃO DO METRÔ ATÉ O FINAL DA ASA NORTE ⁽¹⁾	09/2014	EVTEA ⁽³⁾ , EIA/RIMA ⁽⁴⁾ E ANTEPROJETO DE ENGENHARIA
6. IMPLANTAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE TRANSPORTE SOBRE TRILHOS NO EIXO MONUMENTAL ⁽¹⁾	09/2014	EVTEA ⁽³⁾ , EIA/RIMA ⁽⁴⁾ E ANTEPROJETO DE ENGENHARIA

FONTE: OFÍCIO Nº 273/2014 – PRE/METRÔ EM RESPOSTA À SA Nº 126/2014 – DIFIP

(1) A contratação dos projetos depende de recursos oriundos do PAC 50

(2) Projeto contemplado no PAC Mobilidade Grandes Cidades

(3) EVTEA = Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental

(4) EIA/RIMA = Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

Em relação ao componente 6, o METRÔ entende que a implantação do VLT na esplanada não é mais viável, pois não comportaria a demanda futura. Daí a necessidade de se realizarem estudos para identificar a solução mais adequada a longo prazo.

Contemplando essa demanda, também foi traçada como meta para 2014 a contratação de empresa para elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos do Distrito Federal – PDTT. A contratação deveria contar com recursos do PAC, com prazo de conclusão previsto para três anos. Entende-se que a elaboração deste Plano seja essencial para garantir o sucesso na implantação de investimentos tão onerosos, complexos e demorados como os transportes sobre trilhos.

SIC - PROC 00003 /15-Folha Nº 035718 VER 50.7



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
267 de 465

Segundo informações do METRÔ-DF, estima-se que sejam necessários 10 anos para implantação de 10 km de metrô, a um custo de R\$ 175 milhões por km para os trechos de superfície e de R\$ 250 milhões para trechos subterrâneos.

A complexidade para construção e operação fica evidente ao se identificar que o metrô pode ser dividido em cinco subsistemas:

1. Material rodante (trens);
2. Energia (subestações próprias, trilho energizado e ligações primárias com a Companhia Energética de Brasília – CEB);
3. Sinalização e Controle (TELECOM);
4. Via permanente e acessórios;
5. Obras civis.

A integração harmônica entre os subsistemas é vital para que o metrô possa oferecer aos passageiros as características desejadas para qualquer sistema ferroviário, quais sejam:

- Pontualidade: os trens devem funcionar dentro dos intervalos estabelecidos para a linha;
- Segurança: o sistema deve operar com baixíssimo nível de acidentes e estar preparado para que paradas fora dos locais previstos não incorram em riscos para os passageiros;
- Facilidade de pagamento: devem ser oferecidas diferentes opções de pagamento além do bilhete individual, tais como: cartões pré-pagos, cartões individuais com crédito pela Internet e máquinas de auto venda. Além disso, a política tarifária deve incentivar a maior utilização do sistema com opções de passagens diárias, semanais ou mensais ilimitadas;
- Conforto: condições de limpeza e conservação dos trens e das estações, funcionamento dentro da capacidade de passageiros prevista, temperatura dentro das composições, nível de ruído, etc;
- Sinalização adequada: deve ser suficiente para permitir a navegação independente, estar presente sempre nos divisores de sentido, com a indicação das estações subsequentes para cada direção. Além disso, deve haver no ponto de espera, a indicação de qual será o próximo trem e do tempo para sua chegada;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
268 de 465

- **Acessibilidade:** as estações devem possuir elevadores para atender passageiros com dificuldade de locomoção, idosos, gestantes e passageiros com carrinhos de bebê.

Além disso, devido à baixa extensão e capilaridade do metrô do DF, é essencial que o sistema ferroviário seja completamente integrado ao rodoviário, para potencializar a captação de passageiros e aumentar a efetividade do sistema para a população.

Atualmente, a integração inter modais (rodoviário/ferroviário) só é feita com os cartões do DFTRANS passando em bloqueios (catracas) específicos no metrô. A utilização de um mesmo conjunto de cartões, pelo DFTRANS e pelo METRÔ, só será possível com a aquisição do sistema único de bilhetagem, que está sob a responsabilidade do DFTRANS. Os bloqueios do metrô podem ser reprogramados para utilizar o novo sistema, mas o METRÔ não trabalhou com a previsão de sua implementação em 2014.

2.1.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os Indicadores de desempenho cadastrados no PPA 2012/2015 para o OE 002 são apresentados Tabela 3.

TABELA 3 – INDICADORES DO PPA PARA O OE 002 DO PROGRAMA 6216

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO / REALIZADO EM			
			2012	2013	2014	2015
906	INTERVALO MÉDIO ENTRE TRENS	SEGUNDOS/PICO	180 / 220	180 / 220	162 / 213*	162 / -
907	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	%	80 / 84,6	80 / 84,4	80 / 86,2	80 / -
1119	PASSEIROS TRANSPORTADOS/MÊS (x1000)	PESSOA	4.420 / 3.243	4.940 / 3.647	5.720 / 3.594*	6.240 / -

FONTE: RELATÓRIO PSIOG025- INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO – PLANO PLURIANUAL/SIGGO.

* Os índices marcados não estão de acordo com os resultados informados pelo METRÔ-DF, por meio de Ofícios, à equipe de Auditoria. O resultado apurado para o Indicador 906 seria de 220s e o do 1119 de 3.591.165 passageiros

Cabe ressaltar que o Indicador 906 refere-se ao valor de projeto no tronco da linha e para o horário de pico, e não os efetivamente obtidos pelo sistema, pois não há apuração sistemática dos *headways* efetivos medidos na operação. Em relação ao Indicador 1119, deve-se esclarecer que os valores apresentados estão em milhares de pessoas.

Para verificar o cumprimento das metas do sistema, a Operação do METRÔ-DF utiliza um indicador próprio que representa o percentual de viagens programadas efetivamente realizadas, sendo considerada “viagem” como o trajeto realizado entre duas

15.05.2015 09:47:19
 15-FOLHA Nº 003719 VERSÃO 1
 000003
 000003



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
269 de 465

pontas do sistema. Caso o trem apresente algum problema e seja retirado de circulação antes de finalizar o trajeto, a viagem não é computada para fins de apuração do indicador.

2.1.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para a execução do Objetivo Específico 002 foram previstas no PPA as Ações Orçamentárias apresentadas na Tabela 4.

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PREVISTAS PARA O OE 002

CÓDIGO	AÇÃO		PRESENTE NA LOA 2014 PARA O PROGRAMA 6216
		DESCRIÇÃO	
1144	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO DE INTEGRAÇÃO		
1816	IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ		X
2756	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO		X
3007	AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ		X
3014	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ-LEVE – VLT		X
3087	EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE		X ⁽¹⁾
3133	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ-LEVE SUBTERRÂNEO – VLT ESPLANADA		
3134	AQUISIÇÃO DE TRENS		X
3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS		X ⁽²⁾
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS		X ⁽³⁾
4125	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO		X
5002	REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO		X
5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS		X ⁽⁴⁾

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

⁽¹⁾ Ação também presente no OE 003

⁽²⁾ Ação também presente no OE 001

⁽³⁾ Ação também presente nos OEs 001, 004, 005 e 007

⁽⁴⁾ Ação sem Dotação consignada na LOA para o METRÔ

Apesar de não constarem no OE 002 do Programa 6216, as ações relacionadas na Tabela 5 estiveram presentes na LOA 2014 dentro do orçamento do METRÔ-DF e também relacionadas ao referido Programa de Governo.

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PROGRAMA 6216 NÃO PREVISTAS PARA O OE 002

CÓDIGO	AÇÃO	
		DESCRIÇÃO
1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS	
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	

FONTE: LOA 2014



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
270 de 465

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Na Tabela 6 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do OE 002, por Ação, realizada apenas pelo METRÔ-DF.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 002, POR AÇÃO R\$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1816	24.545.455	2,8	585.567	0,4	2,4	585.567	0,6	100,0	585.567	0,6	100,0	100,0
1958	17.181.818	1,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
2756	62.306.794	7,0	108.023.938	75,6	173,4	101.359.171	95,7	93,8	100.974.077	95,7	99,6	93,5
3007	220.499.999	24,9	19.084.028	13,4	8,7	3.467.621	3,3	18,2	3.467.621	3,3	100,0	18,2
3014	180.409.091	20,4	10.500.000	7,3	5,8	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3087	900.000	0,1	84.770	0,1	9,4	75.998	0,1	89,7	75.998	0,1	100,0	89,7
3134	294.500.000	33,2	4.431.535	3,1	1,5	331.535	0,3	7,5	331.535	0,3	100,0	7,5
3467	80.000.000	9,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3711	100.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4088	500.000	0,1	178.991	0,1	35,8	86.457	0,1	48,3	86.457	0,1	100,0	48,3
4125	5.000.000	0,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
5002	250.000	0,0	20.000	0,0	8,0	511	0,0	2,6	511	0,0	100,0	2,6
TOTAL	886.193.157		142.908.830		16,1	105.906.859		74,1	105.521.766		99,6	73,8

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 26/01/2015

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do OE 002

Em 2014, além dos gastos realizados no âmbito do Programa 6216, o METRÔ-DF também contou com dotações nos Programas 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL e 6010 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – TRANSPORTE.

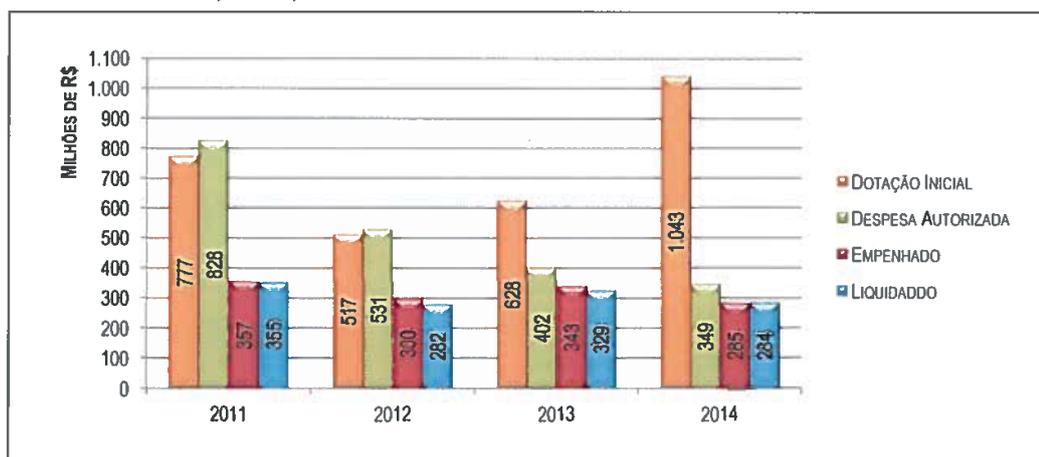
Na Figura 2 apresenta-se a execução orçamentário-financeira de toda a UG 200204 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL, entre os anos de 2011 e 2014.



Subsecretaria de Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
271 de 465

FIGURA 2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO METRÔ-DF – 2011 A 2014

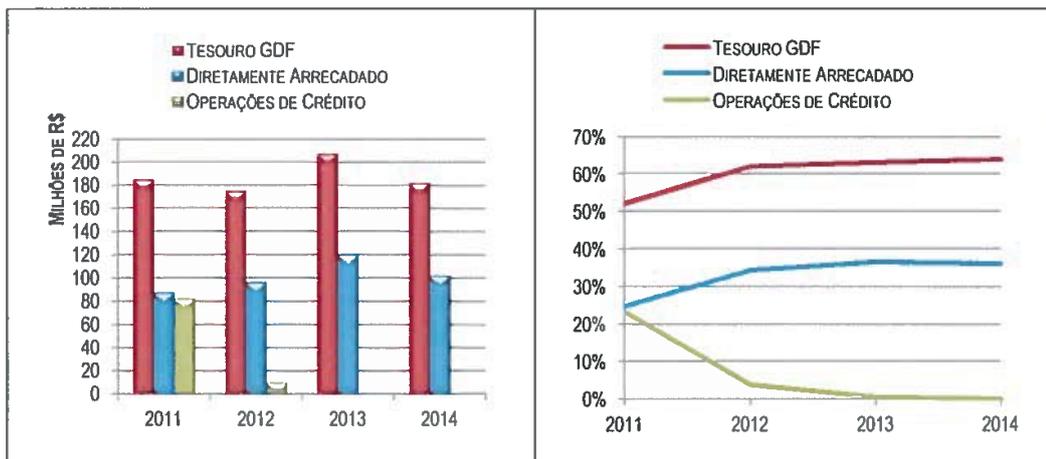


FONTE: SIGGo/DISCOVERER – DADOS EXTRAÍDOS EM 12/02/2015

Observa-se uma tendência de superestimativa das Dotações Iniciais e de estagnação dos valores empenhados e liquidados. Em 2014, os valores originalmente consignados na LOA foram decorrentes da expectativa de efetivação de convênios e operações de crédito que acabaram não se materializando.

Na Figura 3 é apresentada a distribuição dos valores liquidados por fonte de recursos, em valores absolutos e relativos, entre os anos de 2011 e 2014.

FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES LIQUIDADOS, POR FONTE DE RECURSOS



FONTE: SIGGo/DISCOVERER – DADOS EXTRAÍDOS EM 12/02/2015

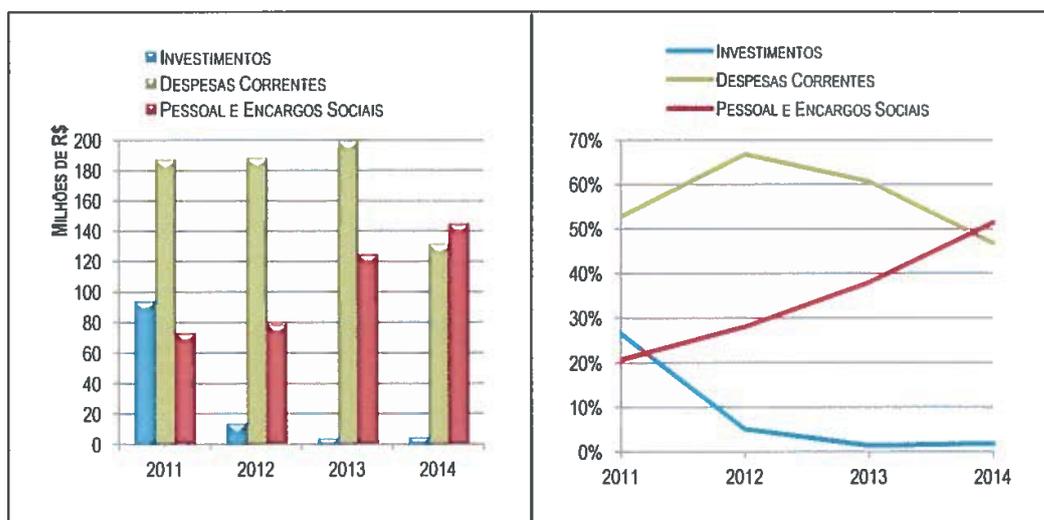


RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
272 de 465

Observa-se que de 2013 para 2014 houve uma redução nos valores liquidados provenientes tanto da arrecadação direta quanto do Tesouro do GDF. Verifica-se também a tendência crescente da participação de recursos do Tesouro do GDF.

Na Figura 4 é apresentado o perfil dos gastos no Metrô, por grupo de despesa, em valores absolutos e relativos, entre os anos de 2011 e 2014.

FIGURA 4 – PERFIL DO GASTO NO METRÔ POR GRUPO DE DESPESA



FONTE: SIGGO/DISCOVERER – DADOS EXTRAÍDOS EM 12/02/2015

A classificação por grupo de despesa identifica a destinação dos recursos. Observa-se que, após três anos consecutivos de forte crescimento, em 2014 as despesas com pessoal superaram as despesas correntes e ultrapassaram o patamar de 50% de participação em toda a despesa do METRÔ-DF. Esse fato chama a atenção por não ser o serviço metroferroviário uma atividade intensiva de mão-de-obra.

2.3 EXECUÇÃO FÍSICA

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido Sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de

SCL FONE 00003 /15-Folha Nº 003721 Versão 01/14



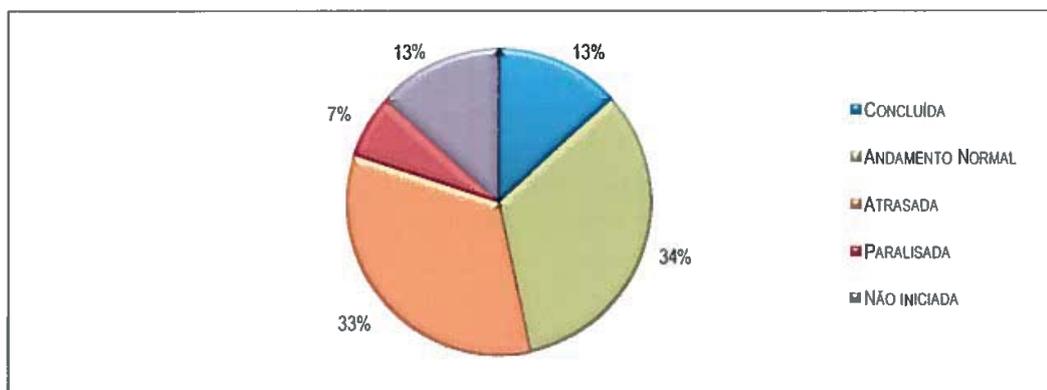
Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
273 de 465

realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente.

Na Figura 5 é apresentada a estatística do estágio das Etapas cadastradas no SAG para o OE 002 ao final do exercício de 2014.

FIGURA 5 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG PARA O OBJETIVO ESPECÍFICO 002



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2014

Observa-se que 53% das etapas relativas ao Objetivo Específico 002 finalizaram o exercício com estágios em situação de desvio.

3 ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados de abril de 2014 a fevereiro de 2015, sendo que a abrangência das ações auditadas ficou restrita ao ano de 2014.

Para a avaliação da eficácia, verificou-se a necessidade de acompanhar o atingimento das seguintes metas presentes no PPA 2012/2015 e/ou informadas pelos gestores:

1. contratação regular do serviço de manutenção do metrô;
2. conclusão da licitação para construção das estações 104, 106 e 110 sul do metrô;
3. conclusão da licitação para ampliação da linha 1 do metrô, com duas novas estações em Ceilândia, duas em Samambaia e uma na Asa Norte;
4. contratação de empresa para elaboração do Plano de Desenvolvimento de Transporte sobre Trilhos do DF;



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
274 de 465

5. implementação do sistema único de bilhetagem para os modais rodoviário e ferroviário;
6. contratação do serviço especializado para comercialização de créditos de viagem por meio de terminais de autovenda nas estações do metrô;
7. índice desejado, em 2014, para o intervalo médio entre os trens, nos horários de pico no tronco da linha 1 do metrô;
8. índice de cumprimento de viagens planejadas em 2014 no metrô;
9. índice desejado, em 2014, para o quantitativo de passageiros transportados por mês pelo metrô.

Além disso, será utilizado o resultado do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do OE 002, obtido de acordo com metodologia padronizada de cálculo.

Para avaliação da eficiência foram identificados os seguintes pontos críticos:

1. suspensões de editais de licitações por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF;
2. utilização do regime de contratação integrada, previsto na Lei nº 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC;
3. relação entre o custo de uma máquina de autovenda e um posto de caixa presencial;
4. nível de dependência financeira de recursos do tesouro do GDF;
5. pesquisa de satisfação do usuário.

3.1 QUESTÕES DE AUDITORIA

Para conduzir os trabalhos de auditoria e permitir a avaliação da eficiência e eficácia do OE 002 foram elaboradas as seguintes questões e subquestões de auditoria, com a apresentação, entre parênteses, da dimensão de desempenho avaliada:

1. O serviço de manutenção do metrô está sendo realizado por meio de contrato regular ou emergencial?
 - 1.1. Foi realizada a contratação regular do serviço de manutenção do metrô? (Eficácia)



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
275 de 465

- 1.2. A execução da manutenção por meio de contrato emergencial resultou em custos superiores aos decorrentes da contratação regular? (Eficiência)
2. O metrô conseguiu concluir as licitações necessárias para ampliação e acréscimo de estações na linha 1?
 - 2.1. Foi concluída a licitação para construção das estações 104, 106 e 110 sul? (Eficácia)
 - 2.2. Foi concluída a licitação para ampliação da linha 1, com duas novas estações em Ceilândia, duas em Samambaia e uma na Asa Norte? (Eficácia)
3. O METRÔ utilizou de forma satisfatória o regime de Contratação Integrada, previsto na Lei nº 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC?
 - 3.1. Foi contratada a obra para implementação da linha 1 do VLT, utilizando-se o regime de Contratação Integrada? (Eficácia)
 - 3.2. Os parâmetros de desempenho e o anteprojeto previstos no Termo de Referência do Edital para contratação da obra da linha 1 do VLT são suficientes para garantir que o sistema opere com o padrão de qualidade esperado? (Eficiência)
 - 3.3. As exigências editalícias da obra da linha 1 do VLT são compatíveis com a complexidade do sistema, de forma a não resultar em custos excessivos para o Contrato? (Eficiência)
4. Foi iniciada a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do DF – PDTT/DF?
 - 4.1. Foi contratada empresa para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do DF – PDTT/DF? (Eficácia)
 - 4.2. A contratação de empresa para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do DF – PDTT/DF prevê a realização de estudos e pesquisas necessários para caracterização adequada da demanda presente e futura por esse modal de transporte? (Eficiência)
5. O processo para compra de bilhetes e obtenção de cartões de integração facilita o uso do metrô com menores custos para os passageiros e para o GDF?

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003723



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
276 de 465

- 5.1. Foi implementado o sistema único de bilhetagem para os modais rodoviário e ferroviário? (Eficácia)
- 5.2. Foi contratado o serviço especializado para comercialização de créditos de viagem por meio de terminais de autovenda? (Eficácia)
- 5.3. Qual é a relação entre o custo de uma máquina de autovenda e um posto de caixa presencial? (Eficiência)
6. Existe perspectiva de redução do déficit financeiro operacional do METRÔ?
 - 6.1. O METRÔ possui alguma meta para o percentual da despesa total custeada com recursos diretamente arrecadados? (Eficiência)
 - 6.2. Estão sendo adotadas medidas estratégicas para redução do déficit financeiro operacional do metrô? (Eficiência)
7. Foram atingidos os índices desejados para os indicadores de desempenho do Metrô?
 - 7.1. O intervalo médio entre os trens nos horários de pico no tronco da linha 1 atingiu o índice desejado para 2014? (Eficácia)
 - 7.2. Qual foi, em 2014, o índice de cumprimento de viagens programadas? (Eficácia)
 - 7.3. O quantitativo de passageiros transportados por mês atingiu o índice desejado para 2014? (Eficácia)
 - 7.4. O Indicador de satisfação do usuário do metrô atingiu o índice desejado para 2014? (Eficiência)
 - 7.5. A metodologia de elaboração e aplicação da pesquisa de satisfação do usuário favorece sua realização com os menores custos possíveis para o METRÔ e garante a fidedignidade dos resultados? (Eficiência)

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste tópico serão apresentadas as avaliações de eficácia e eficiência do Objetivo Específico 002.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
277 de 465

4.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA

Este tópico será composto pelas respostas das subquestões de auditoria relacionadas à eficácia, bem como pela apresentação da última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia.

4.1.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA

4.1.1.1 SUBQUESTÃO 1.1 – FOI REALIZADA A CONTRATAÇÃO REGULAR DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO METRÔ? (EFICÁCIA)

Não. Na Tabela 7 apresenta-se o histórico das contratações realizadas para execução do serviço de manutenção preventiva e corretiva, para os sistemas fixos e material rodante do METRÔ-DF.

TABELA 7 – HISTÓRICO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO METRÔ

PERÍODO	CONTRATO	MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
01/10/2007 A 30/09/2013	16/2007	CONCORRÊNCIA
27/11/2013 A 30/05/2014	22/2013	DISPENSA (EMERGENCIAL)
01/06/2014 A 27/11/2014	09/2014	DISPENSA (EMERGENCIAL)
28/11/2014 A 14/12/2014	SEM CONTRATO	-
15/12/2014 A 12/06/2014	25/2014	DISPENSA (EMERGENCIAL)

FONTE: DIÁRIOS OFICIAIS DO DISTRITO FEDERAL N.ºS: 194/2007, 261/2013, 120/2014 E 6/2015

Observa-se que o Contrato nº 16/2007 foi prorrogado por cinco vezes, resultando em uma duração total de seis anos. Ainda assim, após o término de sua vigência, foi necessário realizar uma contratação emergencial para garantir a continuidade do serviço de manutenção do metrô.

Verificou-se que mais de um ano antes do término da vigência da última prorrogação do Contrato nº 16/2007, o METRÔ-DF lançou o Edital de Concorrência nº 01/2012, com objetivo de efetuar a regular contratação do serviço de manutenção. No entanto, a licitação foi suspensa pelo TCDF para ajustes no Edital. Por meio das Decisões n.ºs 184/2013, 219/2014 e 5057/2014 o Tribunal manteve a licitação suspensa, pois considerou não cumpridos alguns itens determinados para correção. Até a data de fechamento deste Relatório o METRÔ-DF ainda estava trabalhando para tentar atender aos apontamentos do TCDF e eliminar a suspensão do certame.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
278 de 465

4.1.1.2 SUBQUESTÃO 2.1 – FOI CONCLUÍDA A LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DAS ESTAÇÕES 104, 106 E 110 SUL? (EFICÁCIA)

Não. O METRÔ informou que o Projeto Básico da licitação ainda estava em fase de revisão.

Apesar de já existir o Projeto Executivo, que é o mesmo das outras estações da Asa Sul, a principal dificuldade relatada pelo Companhia para concluir o Projeto Básico foi a obtenção de orçamentos dos fornecedores, com o objetivo de formar o preço de referência para a licitação. Além das obras de engenharia civil, a licitação contempla a aquisição de sistemas de uso específico do Metrô, e, portanto, com poucos fornecedores no mercado.

A Portaria do Ministério das Cidades que destinou recursos do PAC Mobilidade para a construção das estações foi publicada em julho de 2014 e ainda persiste a indefinição sobre qual será o agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos. Em outubro de 2014 foi enviado Ofício ao BNDES para consulta prévia sobre a possibilidade de obtenção do financiamento.

4.1.1.3 SUBQUESTÃO 2.2 – FOI CONCLUÍDA A LICITAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA LINHA 1, COM DUAS NOVAS ESTAÇÕES EM CEILÂNDIA, DUAS EM SAMAMBAIA E UMA NA ASA NORTE? (EFICÁCIA)

Não. Por se tratarem de novas estações, está sendo necessário elaborar os Projetos Básicos – PBs de engenharia, que, segundo informações do METRÔ prestadas em dezembro de 2014, estavam em fase de elaboração (88% concluídos). A Companhia relatou reiterados atrasos, pela empresa Engevix Engenharia S/A, CNPJ nº 00.103.582/0001-31, para conclusão do Projeto Básico, objeto do Contrato nº 005/2012–METRÔ-DF.

Em relação a esse problema, verificou-se que o METRÔ-DF atuou efetivamente na tentativa de manutenção da eficiência do Contrato, mediante a aplicação de multas contratuais totalizando R\$2.002.868,45, dos quais R\$1.147.377,38 já foram glosados de faturas apresentadas pela empresa. Segundo informações da Companhia, em 28/01/2015 foi efetuado o registro contábil do valor restante das multas aplicadas, de R\$855.491,07, o qual deverá ser apropriado no pagamento seguinte a ser efetuado à empresa.

A elaboração desses projetos foi custeada com recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal – GDF.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
279 de 465

Essa licitação também contará com recursos do PAC e, quando concluídos, os PBs e o Termo de Referência da Licitação deverão ser enviados à Caixa Econômica Federal – CEF para cumprimento de cláusula suspensiva presente no Termo de Compromisso para repasse de R\$ 630 milhões do Orçamento Geral da União – OGU para execução das obras. O Termo estipula ainda uma contrapartida de R\$ 70 milhões ao GDF. No entanto, esses recursos não serão suficientes para essa primeira fase de ampliação da linha 1, pois o custo estimado das obras é de R\$ 730 milhões.

4.1.1.4 SUBQUESTÃO 3.1 – FOI CONTRATADA A OBRA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO VLT, UTILIZANDO-SE O REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA? (EFICÁCIA)

Não. O METRÔ informou que o anteprojeto foi parcialmente elaborado (geométrico e obras de arte especiais) no âmbito de um acordo de cooperação com a Inframérica, Administradora do Aeroporto Internacional de Brasília. A elaboração das demais peças do anteprojeto, atribuídas ao METRÔ, não foram concluídas.

Houve dificuldade em relação à definição dos parâmetros de desempenho a serem exigidos para o sistema. Por esse motivo, a elaboração do Termo de Referência da Licitação foi paralisada para uma análise sobre a viabilidade de utilização do regime de contratação integrada em um empreendimento com tão poucas referências operacionais.

4.1.1.5 SUBQUESTÃO 4.1 – FOI CONTRATADA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO SOBRE TRILHOS DO DF – PDTT/DF? (EFICÁCIA)

Não. A Licitação para contratação de empresa para elaborar o referido Plano estava prevista para ocorrer em 20/11/2014. Em razão da necessidade de se promoverem alterações no edital, a data da sessão pública para recebimento da documentação e propostas foi prorrogada para o dia 06/01/2015. No entanto, por determinação da nova gestão à frente do Governo do Distrito Federal, a licitação foi suspensa no dia previsto para sua realização.

No dia 04/03/2015 foi relançado o Edital, com data de recebimento das propostas marcada para 23/04/2015.

Handwritten signature

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003725



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
280 de 465

4.1.1.6 SUBQUESTÃO 5.1 – FOI IMPLEMENTADO O SISTEMA ÚNICO DE BILHETAGEM PARA OS MODAIS RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO? (EFICÁCIA)

Não. A implantação do sistema único de bilhetagem depende de ações coordenadas entre o DFTRANS e o METRÔ. Seguindo informações do DFTRANS, foram realizadas reuniões entre os dois órgãos no final de 2013 e início de 2014 com vistas à elaboração do Termo de Referência para contratação do Sistema de Bilhetagem Único – SBU. No entanto, os órgãos verificaram que, antes de licitar o SBU, seria necessário desenvolver um protocolo de dados próprio para os cartões inteligentes (DFCARD) a serem utilizados no SBU. Esse serviço deveria ter sido realizado no âmbito do Contrato nº 18/2014 – DFTRANS X TRANSDATA INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO LTDA (Processo nº 0098.000.508/2014), com a entrega do produto prevista para janeiro de 2015, o que não ocorreu. Instado a se manifestar sobre o assunto, o DFTRANS não respondeu à Solicitação de Auditoria enviada em 06/02/2015 e nem solicitou prorrogação de prazo, o que pode ser considerado como uma limitação aos trabalhos de auditoria imposta pela unidade auditada.

Somente após a definição do protocolo será possível ser retomada a redação do Termo de Referência para licitação do SBU.

4.1.1.7 SUBQUESTÃO 5.2 – FOI CONTRATADO O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE VIAGEM POR MEIO DE TERMINAIS DE AUTOVENDA? (EFICÁCIA)

Não. O METRÔ-DF informou em outubro de 2014 que para a instalação das máquinas de autovenda seriam necessárias obras civis para adequação dos espaços. Assim, o Termo de Referência para aquisição dos terminais encontrava-se em fase de conclusão, mas aguardando a finalização dos projetos de obras civis.

4.1.1.8 SUBQUESTÃO 7.1 – O INTERVALO MÉDIO ENTRE OS TRENS NOS HORÁRIOS DE PICO NO TRONCO DA LINHA 1 ATINGIU O ÍNDICE DESEJADO PARA 2014? (EFICÁCIA)

Não. Essa subquestão reflete o atingimento ao índice desejado para o Indicador 906 – INTERVALO MÉDIO ENTRE TRENS, registrado no PPA 2012/2015. Observa-se na Tabela 3 que intervalo médio entre trens (*headway*) desejado para 2014 era de 162s. No entanto, hoje, apesar de contar com uma frota de 32 trens, a garantia contratual para disponibilidade de operação nos horários de pico é limitada a 24 trens, o que resulta em um *headway* de 220s no tronco da linha e 440s nos ramais, conforme apresentado na Tabela 8.

SF1 PROC 00005 /15-01114 003725 VER-SOL



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
281 de 465

TABELA 8 – INTERVALO MÉDIO ENTRE TRENS

TRECHO	HORÁRIO		
	PICO	VALE	VALE NOITE
TRONCO	220 s	355 s	530 s
RAMAL	440 s	710 s	1060 s

FONTE: RESUMOS MENSAIS DE DESEMPENHO DE VIAGENS ENVIADOS EM ANEXO AO OFÍCIO Nº 331/2014–PRE/METRÔ-DF

Cabe ressaltar que os intervalos apresentados são valores de projeto, e não os efetivamente obtidos pelo sistema, pois não há apuração sistemática dos *headways* efetivos medidos na operação.

4.1.1.9 SUBQUESTÃO 7.2 – QUAL FOI, EM 2014, O ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE VIAGENS PROGRAMADAS? (EFICÁCIA)

Foram programadas para todo o ano de 2014 a realização de 120.199 viagens, das quais 114.848 foram realizadas, resultando em um índice de 95,5% de cumprimento de viagens.

4.1.1.10 SUBQUESTÃO 7.3 – O QUANTITATIVO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR MÊS ATINGIU O ÍNDICE DESEJADO PARA 2014? (EFICÁCIA)

Esta Subquestão de Auditoria está relacionada ao Indicador 1119 – PASSAGEIROS TRANSPORTADOS/MÊS. A quantidade desejada para 2014 era de 5.720.000 por mês. Segundo informações obtidas a partir dos relatórios de resumo de desempenho mensais, fornecidos pelo METRÔ-DF, a média de passageiros transportados por mês em 2014 foi de 3.591.165, o que representa 62,3% da meta estabelecida para o exercício. Cabe ressaltar que esse número é inferior ao obtido em 2013, que foi de 3.647.293 passageiros.

A justificativa informada no Relatório de Indicadores de Desempenho por Programas de Governo, presente no SIGGo, foi de que o resultado pretendido não foi alcançado devido à não implementação da integração tarifária com o modal rodoviário, o que teria comprometido a captação de novos usuários.

De fato, conforme comentado no subtópico 4.1.1.6, ainda não foi implementado o Sistema de Bilhetagem Único – SBU. A integração inter modais é possível apenas mediante a utilização de cartões do DFTRANS, no entanto, devido às dificuldades

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003726



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
282 de 465

para aquisição e recarga desses cartões, entende-se que a captação de novos usuários fique realmente prejudicada.

4.1.2 INDICATIVO DE EFICÁCIA

Na Tabela 9 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, tendo como parâmetro a realização física das Etapas cadastradas no SAG. Foram incluídas no cálculo apenas as ações orçamentárias do OE 002.

TABELA 9 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES

RS1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO (1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1816	0,0%	0,0%	24.545.455	585.567	25.131.022	2,4%	0,0%
1968	0,0%	0,0%	17.181.818	0	17.181.818	1,7%	0,0%
2756	95,5%	95,5%	62.306.794	108.023.938	170.330.732	16,6%	15,8%
3007	0,0%	0,0%	220.499.999	19.084.028	239.584.027	23,3%	0,0%
3014	0,0%	0,0%	180.409.091	10.500.000	190.909.091	18,6%	0,0%
3087	0,0%	0,0%	900.000	84.770	984.770	0,1%	0,0%
3134	7,5%	7,5%	294.500.000	4.431.535	298.931.535	29,0%	2,2%
3467	0,0%	0,0%	80.000.000	0	80.000.000	7,8%	0,0%
3711	0,0%	0,0%	100.000	0	100.000	0,0%	0,0%
4088	8,6%	8,6%	500.000	178.991	678.991	0,1%	0,0%
4125	0,0%	0,0%	5.000.000	0	5.000.000	0,5%	0,0%
5002	0,0%	0,0%	250.000	20.000	270.000	0,0%	0,0%
TOTAL			886.193.157	142.908.830	1.029.101.987 (2)	100,0%	18,0% (3)

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 29/01/2015

(1) P= VA / VAT

(2) VAT = Valor Acumulado Total

(3) IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Observa-se que o resultado obtido para o IE, de 18%, aponta para uma eficácia muito abaixo do valor previsto.

4.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA

Observa-se que praticamente todas as respostas às Subquestões de Auditoria apontam para ineficácia das ações previstas. Essa avaliação é corroborada pelo resultado obtido para o IE, de apenas 18%.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
283 de 465

O único parâmetro monitorado que atingiu resultados positivos foi o percentual de viagens realizadas em relação às programadas. Isso indica que a disponibilidade de trens garantida pela manutenção, à operação, manteve-se adequada ao longo do ano, ainda que tenham ocorrido problemas de falhas esporádicas, causadoras de lentidão ou até mesmo de paralisação do sistema, com grande destaque na mídia.

Dessa forma, conclui-se que, embora o METRÔ-DF tenha conseguido manter a operação do sistema dentro dos parâmetros desejados para a atual configuração, a Companhia não foi capaz de realizar os investimentos necessários para atender satisfatoriamente à demanda nos horários de pico, nem de ampliar a malha metroviária para possibilitar a captação de novos passageiros.

Dessa forma, considerando-se as respostas obtidas para as subquestões de auditoria e o resultado do IE, avalia-se que o Objetivo Específico 002 teve eficácia muito abaixo do que foi previsto nas metas para 2014.

4.2 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Neste tópico será feita uma análise da eficiência a partir das respostas obtidas para as subquestões de auditorias relacionadas à essa dimensão de desempenho.

4.2.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES RELACIONADAS À EFICIÊNCIA

4.2.1.1 *SUBQUESTÃO 1.2 – A EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO POR MEIO DE CONTRATO EMERGENCIAL RESULTOU EM CUSTOS SUPERIORES AOS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO REGULAR? (EFICIÊNCIA)*

A resposta a essa subquestão de auditoria ficou prejudicada em razão de não ter ocorrido, em 2014, a contratação regular para os serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema metroviário.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
284 de 465

4.2.1.2 SUBQUESTÃO 3.2 – OS PARÂMETROS DE DESEMPENHO E O ANTEPROJETO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DA OBRA DA LINHA 1 DO VLT SÃO SUFICIENTES PARA GARANTIR QUE O SISTEMA OPERE COM O PADRÃO DE QUALIDADE ESPERADO? (EFICIÊNCIA)

Conforme informado no subtópico 4.1.1.4, a elaboração do Termo de Referência foi paralisada justamente pela incapacidade de definir os parâmetros de desempenho adequados para o VLT. Assim, essa subquestão de auditoria perdeu o seu objeto.

4.2.1.3 SUBQUESTÃO 3.3 – AS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS DA OBRA DA LINHA 1 DO VLT SÃO COMPATÍVEIS COM A COMPLEXIDADE DO SISTEMA, DE FORMA A NÃO RESULTAR EM CUSTOS EXCESSIVOS PARA O CONTRATO? (EFICIÊNCIA)

Essa subquestão de auditoria perdeu o seu objeto devido a não conclusão do Edital de Licitação pelos motivos expostos no subtópico 4.1.1.4.

4.2.1.4 SUBQUESTÃO 4.2 – A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO SOBRE TRILHOS DO DF – PDTT/DF PREVÊ A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS NECESSÁRIOS PARA CARACTERIZAÇÃO ADEQUADA DA DEMANDA PRESENTE E FUTURA POR ESSE MODAL DE TRANSPORTE? (EFICIÊNCIA)

Sim. O Projeto Básico para licitação do PDTT/DF possui o seguinte objeto:

Contratação de Serviços Técnicos Especializados visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Transporte Público Sobre Trilhos do Distrito Federal, designado PDTT/DF. É parte integrante do PDTT a elaboração e execução da Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU/DF. (grifou-se)

O Projeto Básico define, ainda, como um dos objetivos específicos do PDTT/DF: “*Estudo de demanda por transporte urbano no Distrito Federal, para um horizonte futuro de 20 anos*”.

O Projeto Básico define ainda os seguintes objetivos específicos da PMU/DF:

- a) Caracterizar o perfil dos viajantes (demanda) segundo os diversos modos de transporte, especialmente, daquele sobre trilhos;
- b) Realizar modelagem da demanda a fim de se identificar as relações de causa e efeito entre as viagens geradas por domicílio segundo o motivo, o modo de transporte dos deslocamentos e os atributos socioeconômicos dos viajantes, bem como a identificação dos encadeamentos das viagens;

SPL PROJ 00003 /15-FOLHA Nº 00277 VER=50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
285 de 465

- c) Possibilitar a simulação de futuras demandas por viagens, à distribuição geográfica, repartição modal e sua alocação na infraestrutura de circulação, mediante a substituição, na modelagem obtida no item anterior, dos valores atuais pelos valores futuros das variáveis que se mostraram significativas para demonstração das relações de causa e efeito;
- d) Permitir a revisão de estimativas de demanda para subsidiar a elaboração ou atualização, prioritariamente, de estudos e projetos do METRÔ/DF (modernização, integração e expansão do STPT, entre outros), e de leis e planos distritais, tais como, os de uso e ocupação do solo (PDOT e PDLs) e de transporte (PDTU);
- e) Subsidiar o planejamento do STPT/DF e seu impacto no sistema de transporte público urbano do Distrito Federal, em especial, para os eixos de transportes previstos no âmbito do PDTU – DF, quais sejam: Eixo Oeste; Eixo Sul; Eixo Sudoeste; Eixo Norte; e Área Central, bem como a integração físico-operacional entre o STPT/DF e os demais modos de transporte urbano no DF;
- f) Embasar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do STPT/DF e de revisões do Projeto Físico-funcional do METRÔ-DF.

Observa-se, portanto, que a pesquisa de demanda origem/destino está bem definida e deverá servir de subsídio primordial para a elaboração do PDTT/DF.

Para o futuro, entende-se que seria interessante avaliar a possibilidade da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN incluir questões de demanda origem/destino na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, ou até mesmo conduzir uma pesquisa de mobilidade urbana nos moldes da que está sendo contratada.

Outro ponto que merece atenção é quanto ao envolvimento da atual Secretaria de Estado Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB no processo de análise dos dados e elaboração do PDTT/DF. Entende-se que deverá haver uma comunicação institucional efetiva entre os órgãos de transporte para garantir que não haja sobreposição ou conflitos entre os projetos de desenvolvimento dos modais rodoviário e metroferroviário.

4.2.1.5 SUBQUESTÃO 5.3 – QUAL É A RELAÇÃO ENTRE O CUSTO DE UMA MÁQUINA DE AUTOVENDA E UM POSTO DE CAIXA PRESENCIAL? (EFICIÊNCIA)

Não foi possível responder a essa questão, tendo em vista que o METRÔ-DF informou ainda não dispor de estimativa de custo mensal por máquina de autovenda, por não ter realizado a cotação de preços.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
286 de 465

4.2.1.6 SUBQUESTÃO 6.1 – O METRÔ POSSUI ALGUMA META PARA O PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL CUSTEADA COM RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS? (EFICIÊNCIA)

Não. Os setores da empresa questionados informaram não ter conhecimento de nenhuma meta institucional relacionada ao nível de dependência de recursos do tesouro do Governo do Distrito Federal.

4.2.1.7 SUBQUESTÃO 6.2 – ESTÃO SENDO ADOTADAS MEDIDAS ESTRATÉGICAS PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT FINANCEIRO OPERACIONAL DO METRÔ? (EFICIÊNCIA)

Até por não haver uma meta estabelecida pela alta administração da empresa, não se pôde observar a adoção de ações coordenadas com o objetivo de reduzir o déficit financeiro operacional.

Naturalmente, qualquer redução de déficit pode ser obtida ou por aumento nas receitas ou por redução na despesa.

As receitas do METRÔ-DF são classificadas em tarifárias e extra-tarifárias.

As receitas tarifárias compreendem a arrecadação proveniente da bilheteria do metrô, em decorrência da prestação de sua atividade fim, que é o transporte coletivo de passageiros.

Já as receitas extra-tarifárias compreendem outras fontes decorrentes da utilização de espaços da Companhia para fins diversos, tais como instalação de máquinas bancárias, stands e lojas. Além disso, há também a geração de receita por meio da TV Minuto, que veicula notícias e publicidade em monitores instalados nas plataformas e dentro dos trens.

Verificou-se que em 2014 a receita extra-tarifária representou 4,6% do total arrecadado pelo METRÔ-DF. Entende-se que há espaço para ampliar a participação deste tipo de receita por meio das seguintes ações:

- Comercializar espaços para instalação de painéis de publicidade;
- Locar espaços para instalação de máquinas de autovenda de alimentos e bebidas;
- Revisar o Contrato com a TV Minuto para garantir uma remuneração mais vantajosa para o METRÔ-DF.

SEL PROC 00003 /15-Folha 16 000723 Versão 1



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
287 de 465

Em relação à despesa, avalia-se que a decisão judicial de exigir apenas funcionários do METRÔ-DF atuando nas bilheterias terá forte impacto quando todos os postos de trabalho anteriormente ocupados pelos terceirizados forem preenchidos.

Até janeiro de 2014 as bilheterias eram mantidas integralmente pelo contrato com a empresa TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA, CNPJ nº 01005845/0016-19. Estavam incluídos no serviço o fornecimento de pessoal, equipamentos, sistema e o transporte de valores.

A partir de fevereiro de 2014, por força da decisão judicial, o Contrato com a TACOM foi reduzido, passando a contar apenas com o fornecimento e a manutenção dos equipamentos e do sistema de bilhetagem. O transporte de valores passou a ser realizado pela empresa PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43035146/0041-72, e o pessoal nas bilheterias foi substituído por funcionários do METRÔ-DF. No entanto, a Companhia não dispunha de quantitativo suficiente para preencher todos os postos anteriormente ocupados, ocasionando enormes filas nos guichês e carência de agentes nas plataformas para auxiliar os passageiros. Esse problema foi remediado por meio da realização de horas extras pelos funcionários do METRÔ-DF, mas sem conseguir retornar ao mesmo nível de serviço anterior.

Dessa forma, pode-se identificar três momentos diferentes em relação ao custo da manutenção das bilheterias do metrô:

1. Passado: Concessão de toda a bilheteria à empresa TACOM, com fornecimento e manutenção dos equipamentos e do sistema, pessoal e transporte de valores;
2. Presente: TACOM realiza o fornecimento e manutenção dos equipamentos e sistema, que são operados por funcionários do METRÔ-DF trabalhando em regime de hora-extra e sem conseguir preencher todos os postos anteriormente ocupados. O transporte de valores é realizado pela PROTEGE;
3. Futuro: Fornecimentos e manutenção dos equipamentos e do sistema realizado por empresa contratada; Preenchimento de todos os postos por meio da admissão de novos funcionários; transporte de valores realizado por empresa contratada.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
288 de 465

Os valores associados a cada um desses momentos são apresentados na Tabela 10, assim como o cálculo do impacto financeiro decorrente da substituição dos caixas terceirizados, quando preenchidos todos os postos de trabalho anteriormente ocupados.

TABELA 10 – CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO

MOMENTO	SERVIÇOS	RESPONSÁVEL	CUSTO ANUAL (CORRIGIDO PARA 2014) EM R\$	
			POR SERVIÇO	TOTAL
PASSADO	PESSOAL, SISTEMA E TRANSPORTE DE VALORES	TACOM	8.729.031	8.729.031
PRESENTE	PESSOAL – ACRÉSCIMO DE HORAS EXTRAS	METRÔ-DF	4.688.986	8.218.979
	SISTEMA	TACOM	2.092.441	
	TRANSPORTE DE VALORES	PROTEGE	1.437.552	
FUTURO	PESSOAL – PREENCHIMENTO DE TODOS OS POSTOS	METRÔ-DF	18.826.967	22.356.961
	SISTEMA	TACOM	2.092.441	
	TRANSPORTE DE VALORES	PROTEGE	1.437.552	
IMPACTO FINANCEIRO PELA SUBSTITUIÇÃO DOS CAIXAS TERCEIRIZADOS (VALOR FUTURO – VALOR PASSADO)				13.627.930

FONTES: OFÍCIO Nº 112/2014–DFC/METRÔ; CARTA Nº 044/2014–ARH/METRÔ

Observa-se que a decisão judicial de exigir apenas funcionários do METRÔ-DF atuando nas bilheterias acarretará em um custo adicional superior a R\$ 13 milhões de reais por ano, se preenchidos todos os postos de trabalho anteriormente ocupados. Isso decorre da grande diferença de base salarial entre os funcionários terceirizados, que recebiam o salário mínimo, e os do METRÔ-DF, que recebem R\$ 3.470. Avalia-se que essa remuneração não é compatível com a complexidade da função de bilheteiro. Ocorre que, no atual Plano de Carreiras e Salários do METRÔ-DF – PCS, realizar a venda de créditos de viagens é apenas uma das inúmeras atribuições do cargo de Operador de Transporte Metroferroviário Júnior, que exige ensino médio completo e possui diversas outras responsabilidades de maior complexidade. Não há cargo específico apenas com a atribuição de atuar como bilheteiro.

4.2.1.8 SUBQUESTÃO 7.4 – O INDICADOR DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ ATINGIU O ÍNDICE DESEJADO PARA 2014? (EFICIÊNCIA)

Sim. Conforme apresentado na Tabela 3, o índice desejado para 2014 era de 80%, enquanto que o realizado foi de 86,2%.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
289 de 465

4.2.1.9 SUBQUESTÃO 7.5 – A METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO FAVORECE SUA REALIZAÇÃO COM OS MENORES CUSTOS POSSÍVEIS PARA O METRÔ E GARANTE A FIDEDIGNIDADE DOS RESULTADOS? (EFICIÊNCIA)

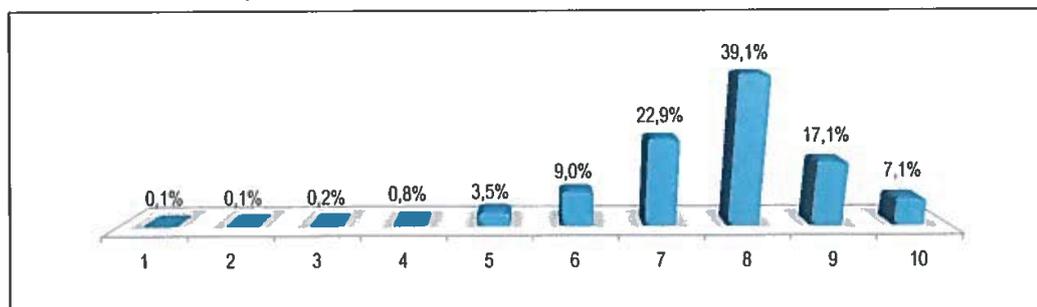
Sim. Em relação ao custo, entende-se que, por não fazer parte de sua atividade fim, não seria vantajosa para o METRÔ-DF a execução direta de pesquisa de satisfação. Dessa forma, avalia-se como correta a contratação de empresa especializada para essa finalidade.

A licitação para contratação da empresa responsável por realizar a pesquisa de satisfação referente ao ano de 2014 ocorreu por meio do Pregão Eletrônico nº 23/2014–METRÔ-DF, com valor estimado de R\$ 74.341,39. A empresa PRAXIS PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA sagrou-se vencedora no certame com o valor de R\$ 38.689,99, resultando em um desconto de 48% em relação ao previsto.

O Edital foi elaborado com a previsão de distribuir a quantidade de pesquisas aplicadas entre as estações e horários, de acordo com o perfil de utilização do metrô, de forma a garantir representatividade adequada aos resultados. O Edital estabeleceu uma quantidade mínima de 2960 entrevistas a serem realizadas e, de acordo com o Relatório de Resultados entregue pela empresa foram realizadas 4242, quantidade 43% superior ao estabelecido.

O questionário aplicado não seguiu exatamente o modelo proposto no Edital, pois foi ainda mais detalhado, com um total de 55 perguntas, frente às 34 previstas. O índice de satisfação foi obtido por meio das respostas a uma única questão, que perguntava sobre a nota geral que o entrevistado daria ao METRÔ-DF. O valor do índice foi o percentual de respostas com notas iguais ou superiores a 7. A nota média obtida foi de 7,74 pontos e a distribuição das avaliações é apresentada na Figura 6.

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS NOTAS DE SATISFAÇÃO GERAL EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DO METRÔ-DF



FONTE: RELATÓRIO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DO METRÔ-DF, ELABORADO PELA EMPRESA PRAXIS



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
290 de 465

Na parte final do relatório entregue pela empresa são elencadas algumas recomendações para melhoria de resultados futuros. Em relação à bilheteria, foi colocado:

Bilheteria: é recomendável que seja realizada uma análise mais profunda nas bilheterias por estação, principalmente no que se refere às filas (tempo de espera, número de guichês em funcionamento) em horários de picos, como em relação ao cumprimento dos processos por parte dos funcionários da bilheteria.

Observa-se que este problema poderia não estar ocorrendo caso todos os postos de trabalho anteriormente contratados pela empresa terceirizada estivessem preenchidos, conforme relatado no subtópico 4.2.1.7. Essa situação evidencia que, além de não trazer nenhuma economia, a decisão judicial que determinou a utilização de funcionários próprios da Companhia nas bilheterias teve impacto negativo sobre a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do sistema metroferroviário.

No dia 12 de fevereiro de 2015 a empresa PRAXIS realizou, nas dependências do METRÔ-DF, uma apresentação dos resultados obtidos. A equipe de auditoria foi convidada a assistir à apresentação, que contou com a presença do Diretor-Presidente, assessores, outros diretores, chefes de departamento e outros interessados, uma vez que o convite foi aberto a todos os funcionários do METRÔ-DF. Verificou-se participação ativa dos presentes e a preocupação em interpretar corretamente os dados gerados para possibilitar sua utilização na melhoria dos serviços oferecidos pela Companhia.

Diante do observado, conclui-se que a pesquisa de satisfação foi realizada com um custo abaixo do previsto e com uma qualidade acima do esperado, indicando assim eficiência na execução do Contrato.

4.2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Diante das respostas obtidas para as subquestões de auditoria, avalia-se que o Objetivo Específico 002 foi executado com eficiência abaixo do desejado.

Essa avaliação é decorrente, principalmente, da não execução de várias das metas previstas para 2014. Como o percentual de atingimento das metas é um dos fatores a ser considerado no cálculo da eficiência, não se pode considerar eficiente um conjunto de ações que teve eficácia muito abaixo do previsto.

Pode-se destacar como principais pontos negativos a permanência de contrato emergencial para execução da manutenção do metrô, a ausência de meta institucional para o nível de dependência financeiro do tesouro do GDF e o elevado custo de manutenção das bilheterias, devido à utilização de funcionários próprios do METRÔ-DF.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6216
291 de 465

5 CONCLUSÃO

Avalia-se que o Objetivo Específico 002 foi executado com eficácia muito abaixo do que havia sido previsto nas metas estabelecidas e com eficiência abaixo do desejado para se conseguir manter a oferta de um transporte metroferroviário de qualidade, mas com uma perspectiva de redução no seu déficit financeiro operacional.

Tanto a eficácia quanto a eficiência foram impactadas negativamente pela não conclusão das licitações previstas para 2014 e pela não implementação do Sistema de Bilhetagem Único. Além disso, não se pôde identificar ações coordenadas com o objetivo de reduzir a dependência do METRÔ-DF por recursos oriundos do Governo do Distrito Federal.

Como ponto positivo destaca-se a atuação dos executores do Contrato nº 005/2012, que, mediante a aplicação das penalidades cabíveis em decorrência do atraso na entrega dos produtos previstos, buscaram manter a eficiência na execução do objeto contratado. Cabe ressaltar também a execução da pesquisa de satisfação, realizada com um custo 48% inferior ao previsto no Edital e com um padrão de qualidade acima do especificado no referido instrumento de contratação.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003731



Subsecretaria de
Controle Interno

292 de 465

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA
DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO
EXERCÍCIO 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA**

RESUMO

O Programa Temático 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA, relacionado ao Macrodesafio – GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO USO INTELIGENTE DE RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS, visa preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações destinadas ao aprimoramento da segurança pública, do Sistema Penitenciário e do atendimento à comunidade. Considerando a relevância do Programa Temático SEGURANÇA PÚBLICA para a sociedade, o montante dos recursos previstos no Plano Plurianual – PPA vigente para esse Programa e a quantidade de Objetivos Específicos – OEs, nove ao total, decidiu-se por distribuir a avaliação desses OEs ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015, sendo auditados em 2014 os Objetivos 003 – APRIMORAR O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL COM AÇÕES QUE VISAM GARANTIR CUSTÓDIA SEGURA E DIGNA AOS ENCARCERADOS, SUA REINTEGRAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO, BEM COMO REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL E O DÉFICIT DE VAGAS NAS UNIDADES PRISIONAIS e o 009 – RESSOCIALIZAR, ASSISTIR E DESENVOLVER A QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO SENTENCIADO, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA PROMOVER SUA REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE, BEM COMO REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL. Os referidos OEs são de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social – SSP, da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP e do Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNPDF e apresentaram Despesa Autorizada de R\$ 178,8 milhões e Despesa Liquidada de R\$ 82,5 milhões no ano de 2014. Os Objetivos Específicos 003 e 009 foram avaliados como ineficientes e com eficácia muito abaixo do que foi previsto em suas metas.

SPC - FONE: 00005 / 15-FOLHA Nº 00775 - VERSÃO



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
293 de 465

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA está relacionado ao Macrodesafio – GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO USO INTELIGENTE DE RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS, de acordo com o que preconiza o Anexo II do Plano Plurianual – PPA 2012/2015.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações destinadas ao aprimoramento da segurança pública, do sistema penitenciário e do atendimento à comunidade.

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R\$ 1,00

CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ** DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
		VALOR	% *	VALOR	% *	
24101	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	93.390.717	66,4	229.622.496	75,6	245,9
24103	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	10.207.618	7,3	18.954.116	6,2	185,7
24104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	8.152.004	5,8	9.491.030	3,1	116,4
24105	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	0	0,0	0	0,0	0,0
24202	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – FUNAP	13.011.994	9,3	19.629.028	6,5	150,9
24904	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – FUNPM	1.000.157	0,7	4.655.316	1,5	465,5
24905	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – FUNCBM	527.936	0,4	3.682.780	1,2	697,6
24906	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – FUNPCDF	8.308.227	5,9	11.933.098	3,9	143,6
24908	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – FUNPDF	6.000.320	4,3	5.661.187	1,9	94,3
TOTAL		140.598.973		303.629.051		216,0

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 29/01/2015

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total

** As descrições das Unidades Orçamentárias constantes nesta Tabela são referentes ao exercício de 2014

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em nove Objetivos Específicos – OEs, apresentados na Tabela 2 a seguir:



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
294 de 465

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS INTEGRANTES DO PROGRAMA TEMÁTICO SEGURANÇA PÚBLICA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
001	PROMOVER A INTEGRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SEGMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, REDUZINDO OS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DE FORMA IMEDIATA E PERMANENTE.
002	PREPARAR E COORDENAR AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, VISANDO À RECEPÇÃO DE GRANDES EVENTOS NO DISTRITO FEDERAL.
003	APRIMORAR O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL COM AÇÕES QUE VISAM GARANTIR CUSTÓDIA SEGURA E DIGNA AOS ENCARCERADOS, SUA REINTEGRAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO, BEM COMO REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL E O DÉFICIT DE VAGAS NAS UNIDADES PRISIONAIS.
004	AUMENTAR A SEGURANÇA NO DISTRITO FEDERAL, UTILIZANDO-SE DE TECNOLOGIA DE PONTA, MODERNOS EQUIPAMENTOS E DO TRABALHO DESENVOLVIDO POR POLICIAIS MILITARES ALTAMENTE CAPACITADOS.
005	PROPORCIONAR SEGURANÇA ADEQUADA A GRANDES EVENTOS, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE MODERNAS TÉCNICAS OPERACIONAIS, EMPREGO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO E DE TECNOLOGIA DE PONTA, ESTANDO EM CONDIÇÕES DE FAZER FRENTE A POSSÍVEIS ATOS TERRORISTAS.
006	AMPLIAR O ATENDIMENTO À COMUNIDADE BRASILENSE, POR MEIO DOS PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA MILITAR, BUSCANDO MELHORIA NO INTER-RELACIONAMENTO ENTRE POLÍCIA E COMUNIDADE.
007	PROMOVER ATENDIMENTO DIUTURNO NAS EMERGÊNCIAS ATINENTES ÀS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, VISANDO À PROTEÇÃO DA VIDA, DO PATRIMÔNIO E DO MEIO AMBIENTE.
008	PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA, REALIZANDO COM PROFICIÊNCIA AS ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E ELEVAR OS ÍNDICES DE RESOLUÇÃO DE CRIMES POR MEIO DA ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS FORMAIS.
009	RESSOCIALIZAR, ASSISTIR E DESENVOLVER A QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO SENTENCIADO, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA PROMOVER SUA REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE, BEM COMO REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL.

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015.

Em 2014, o Distrito Federal contava com seis estabelecimentos penais:

- Centro de Detenção Provisória – CPP: presos provisórios e em regime semiaberto;
- Penitenciária do DF I e II – PDF I e II: presos em regime fechado;
- Penitenciária Feminina do DF – PFDF: mulheres presas provisoriamente, bem como as dos regimes fechado e semiaberto;
- Centro de Internamento e Reeducação – CIR: presos em regime semiaberto;
- Centro de Progressão Penitenciária – CPP: presos em regime semiaberto.

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Tendo em vista a relevância do Programa Temático Segurança Pública para a sociedade, o montante dos recursos previstos no PPA para esse Programa e a quantidade de Objetivos Específicos, decidiu-se por distribuir a avaliação desses OEs ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015.

Para a seleção dos Objetivos Específicos a serem auditados no quadriênio 2012/2015 foram aplicados os critérios de materialidade e tempestividade.

[Assinatura]



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
295 de 465

Assim, a avaliação do citado Programa Temático está sendo realizada da seguinte forma, durante os quatro anos que compõem o PPA:

TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO – DE 2012 A 2015

EXERCÍCIO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM AVALIADOS
2012	001 E 002
2013	004 E 005
2014	003 E 009
2015	006, 007 E 008

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 003 visa *"Aprimorar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal com ações que visam garantir custódia segura e digna aos encarcerados, sua reintegração e ressocialização, bem como reduzir a reincidência criminal e o déficit de vagas nas unidades prisionais."* e é de responsabilidade das Unidades Orçamentárias 24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSP e 24908 – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – FUNPDF.

Ainda segundo o referido Anexo, esse objetivo específico tem por metas:

- Assistir 15.656 presos até 2015 em Estabelecimentos Penais;
- Reduzir para 1.297 o déficit de vagas no Sistema Penitenciário até 2015;

2.1.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DO OE 003

Os indicadores do OE 003 previstos no Anexo II do PPA 2012/2015 são os seguintes:

TABELA 4 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 003

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO / REALIZADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
			2012	2013	2014	2015	
1047	MÉDIA DE PRESOS ASSISTIDOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS	PRESO ASSISTIDO	11.699 / 11.106	13.019 / 12.434	14.339 / 13.434	15.659 / -	SESIPE/SSP
1048	DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	UNIDADE	3.097 / 4.513	2.297 / 5.808	1.797 / 6.061	1.297 / -	SESIPE/SSP

FONTE: RELATÓRIO PSIOG02 – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO – PLANO PLURIANUAL/SIGGO.

SPL PROC. 00003 /15-Folha Nº 003733



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
296 de 465

O primeiro indicador expressa a previsão da média do número de pessoas a serem encarceradas nos estabelecimentos penais do DF no aludido quadriênio, de forma a orientar o número de vagas a serem criadas no Sistema Penitenciário nesse período, enquanto que o segundo está relacionado à diferença entre o número de vagas criadas no citado sistema e a população carcerária ali existente.

2.1.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO OE 003

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 003:

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 003

CÓDIGO	AÇÃO	
	DESCRIÇÃO	
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO (FUNPDF)	
1685	MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (SSP)	
1709	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (SSP)	
1720	REFORMA DAS UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (SSP E FUNPDF)	
1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS (FUNPDF)	
2540	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS (SSP)	
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FUNPDF)	
2885	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4220	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS (FUNPDF)	

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (ATUALIZADA PELA LEI Nº 5.023/2013)

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 009

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 009 visa “*Ressocializar, assistir e desenvolver a qualificação educacional e profissional do sentenciado, gerando oportunidades de emprego para promover sua reintegração à sociedade, bem como reduzir a reincidência criminal.*” e é de responsabilidade das Unidades Orçamentárias 24.202 – FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – FUNAP e 24908 – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – FUNPDF.

Ainda segundo o referido Anexo, esse objetivo específico tem por meta proporcionar o atendimento a 1.200 sentenciados recolhidos em todos os estabelecimentos prisionais do Distrito Federal, bem como os que se encontram nos regimes aberto, com



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
297 de 465

livramento condicional e em prisão domiciliar, com os programas de educação, formação profissional e trabalho intramuros e extramuros.

2.2.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DO OE 009

Os indicadores do Objetivo Específico 009 previstos no Anexo II do PPA 2012/2015 são os seguintes:

TABELA 6 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 009

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO/REALIZADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
			2012	2013	2014	2015	
1054	NÚMERO DE SENTENCIADOS RESSOCIALIZADOS	PESSOA	12.000 / 16.805	12.000 / 19.257	12.000 / 19.006	12.000 / -	FUNAP/DF

FONTE: RELATÓRIO PSIOG02 – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO – PLANO PLURIANUAL/SIGGO.

O Indicador 1054 está relacionado ao art. 1º da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a qual dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Assim, tal indicador expressa o quantitativo de presos ou sentenciados recolhidos em todos os Estabelecimentos Prisionais do Distrito Federal, bem como os que se encontram nos Regimes Aberto, com Livramento Condicional e em Prisão Domiciliar, atendidos por programas de Educação, Formação Profissional e Trabalho intramuros e extramuros.

No entanto, considerando os propósitos do OE 009, observa-se que deveria ter sido incluído, ao menos, um indicador destinado a aferir o percentual de presos reintegrados ou ressocializados.

Um indicador similar consta do Plano Estratégico da então Secretaria de Estado de Segurança Pública para o quadriênio 2012 a 2015, o qual mede o percentual de apenados que retornaram ao Sistema Penitenciário do DF após o cumprimento das correspondentes penas, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 7 – TAXA DE RETORNO DE APENADOS AO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO/REALIZADO EM	FONTE DA INFORMAÇÃO
			2014	
KPI00024	TAXA DE RETORNO DE APENADOS AO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	PERCENTUAL	41,0% / 50,71%	SESIPE

FONTE: PLANO ESTRATÉGICO DA ENTÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O QUADRIÊNIO 2012 A 2015 E COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/SUAG/SSPDF.

DML
 SPM FISC. 00003 /15-Folha Nº 003734



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
298 de 465

2.2.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO OE 009

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 009:

TABELA 8 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 009

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2007	(EP) CAPACITAÇÃO DE DETENTOS (SSP)
2191	RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO SENTENCIADO (FUNAP E FUNPDF)
4220	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS (FUNPDF).

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (ATUALIZADA PELA LEI Nº 5.023/2013)

2.2.3 AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS DO OE 009

O Anexo II do PPA 2012/2015 também prevê o uso de Ações Não Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 009, conforme a tabela a seguir:

TABELA 9 – AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

OBJETIVO ESPECÍFICO		AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS
Nº	DESCRIÇÃO	
009	RESSOCIALIZAR, ASSISTIR E DESENVOLVER A QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO SENTENCIADO, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA PROMOVER SUA REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE, BEM COMO REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL.	<p>FOMENTAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS PRIVADAS, DE FORMA A DISSEMINAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS</p> <p>IMPLANTAR CURSOS TÉCNICOS PARA OS INTERNOS DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO DF</p> <p>IMPLANTAR O CURSO SUPERIOR PARA OS INTERNOS DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO DF</p> <p>REALIZAR A ASSISTÊNCIA AS FAMILIAS DOS SENTENCIADOS</p> <p>ELABORAR MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS</p> <p>IMPLANTAR A BOLSA DE ESTUDO PARA OS SENTENCIADOS CURSAREM O ENSINO SUPERIOR</p> <p>IMPLANTAR A BOLSA DE ESTUDO PARA OS SENTENCIADOS FAZEREM CURSOS TÉCNICOS</p> <p>ELABORAR PROJETO PARA ATENDER PREVENÇÃO DE DROGAS PARA OS SENTENCIADOS</p>

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

A próxima tabela apresenta sinteticamente os esclarecimentos da FUNAP sobre a implementação dessas Ações Não Orçamentárias no ano de 2014:

TABELA 10 – ESCLARECIMENTOS DA FUNAP SOBRE AS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS – OE 009

AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	ESCLARECIMENTOS DA FUNAP
FOMENTAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS PRIVADAS, DE FORMA A DISSEMINAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	A FOMENTAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS VEM SENDO REALIZADA POR MEIO DA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO NA INTERNET, CARTILHAS E DEMAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. AINDA FOI ENVIADO OFÍCIO CIRCULAR A TODA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL OFERECENDO OS SERVIÇOS



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
299 de 465

TABELA 10 – ESCLARECIMENTOS DA FUNAP SOBRE AS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS – OE 009

AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	ESCLARECIMENTOS DA FUNAP
IMPLANTAR CURSOS TÉCNICOS PARA OS INTERNOS DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO DISTRITO FEDERAL	OS CURSOS TÉCNICOS ESTÃO SENDO IMPLANTADOS MEDIANTE À CONCESSÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DO PRONATEC. AINDA A FUNDAÇÃO REQUEREU JUNTO AO FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL QUE FOSSE DISPONIBILIZADO UM MONTANTE DE R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO), PARA A REALIZAÇÃO DE OUTROS CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA OS INTERNOS
IMPLANTAR O CURSO SUPERIOR PARA OS INTERNOS DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO DISTRITO FEDERAL	O CURSO SUPERIOR OFERECIDO AOS INTERNOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO SE DÁ MEDIANTE A EXECUÇÃO DO PROUNI, PARA O QUAL OBTIDO O ÊXITO NA APROVAÇÃO, NECESSÁRIO SE FAZ A LIBERAÇÃO DO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS PARA QUE O INTERNO POSSA FREQUENTAR AS AULAS
REALIZAR A ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS DOS SENTENCIADOS	O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL EDITOU O DECRETO LEI Nº 5.236/2013, QUE INSTITUIU O PROGRAMA JOVEM CANDANGO, O QUAL IRÁ ATENDER OS FAMILIARES DOS PRESOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, ENCAMINHADOS PELA FUNAP/DF. AINDA FOI ELABORADA CARTILHA DENOMINADA "ORIENTAÇÃO À FAMÍLIA DO REEDUCANDO", A QUAL ESTÁ SENDO DISTRIBUÍDA PARA OS FAMILIARES NOS DIAS DE VISITAS, BEM COMO NOS EVENTOS E AÇÕES SOCIAIS REALIZADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
ELABORAR MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS	FOI ELABORADA CARTILHA INTITULADA DE "CONHECENDO A FUNAP", A QUAL TRÁS AS NORMAS E PROCEDIMENTOS DA FUNDAÇÃO
IMPLANTAR A BOLSA DE ESTUDO PARA OS SENTENCIADOS CURSAREM O ENSINO SUPERIOR	A PROPOSTA DE OFERECIMENTO DE CURSOS SUPERIOR AOS INTERNOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DO PROUNI, É GRATUITA, NÃO SENDO NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DE BOLSA
IMPLANTAR A BOLSA DE ESTUDO PARA OS SENTENCIADOS FAZEREM CURSOS TÉCNICOS	OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES SÃO OFERTADOS PELO PRONATEC, DE FORMA GRATUITA, NÃO SENDO NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DE BOLSA
ELABORAR PROJETO PARA ATENDER PREVENÇÃO DE DROGAS PARA OS SENTENCIADOS	A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO DISPÕE EM SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (TEMAS TRANSVERSAIS), AÇÕES EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO DE DROGAS. AINDA, O ASSUNTO TAMBÉM É TRATADO CONCOMITANTEMENTE PELAS GERÊNCIAS DE SAÚDE DE CADA ESTABELECIMENTO PRISIONAL

FONTE: ANEXOS II DO PPA 2012/2015; Ofício nº 248/2014–DIREXE/FUNAP

2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OEs 003 E 009

Na Tabela 11 apresenta-se a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos 003 e 009, por Unidades Orçamentárias que as executam. Ressalta-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 12.

TABELA 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OEs 003 E 009, POR UO

RS 1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
24101	72.781.390	79,3	152.949.688	85,8	210,1	72.128.803	76,8	47,16	61.567.872	74,8	85,4	40,3
24202	13.011.994	14,2	19.629.028	11,0	150,9	16.111.692	17,2	82,08	15.084.659	18,3	93,6	76,8
24908	6.000.320	6,5	5.661.187	3,2	94,3	5.660.103	6,0	99,98	5.660.103	6,9	100,0	100,0
TOTAL	91.793.704		178.239.903		194,2	93.900.598		52,68	82.312.634		87,7	46,2

FONTE: SIGGo – 04/02/2015

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 003 e 009.

[Handwritten signature]

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003735



Subsecretaria de Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
300 de 465

A Tabela 12 demonstra a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos 003 e 009, por Ação Orçamentária. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 5 e na Tabela 8.

TABELA 12 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 003 E 009, POR AÇÃO R\$ 1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1685	255.026	0,3	528.488	0,3	207,2	451.852	0,5	85,5	451.852	0,5	100,0	85,5
1709	31.636.364	34,5	101.982.870	57,2	322,4	21.238.626	22,6	20,8	10.677.695	13,0	50,3	10,5
2191	15.011.994	16,4	19.629.028	11,0	130,8	16.111.692	17,2	82,1	15.084.659	18,3	93,6	76,8
2540	40.890.000	44,5	50.438.333	28,3	123,4	50.438.327	53,7	100,0	50.438.327	61,3	100,0	100,0
4220	4.000.320	4,4	5.661.187	3,2	141,5	5.660.103	6,0	99,9	5.660.103	6,9	100,0	100,0
TOTAL	91.793.704		178.239.906		194,2	93.900.600		52,68	82.312.636		87,7	46,2

FONTE: SIGGO – 04/02/2015

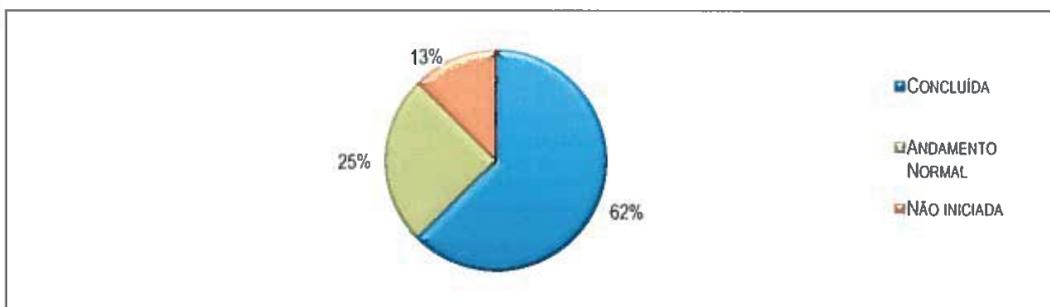
* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 003 e 009.

2.4 EXECUÇÃO FÍSICA DOS OES 003 E 009

O acompanhamento da realização física das ações governamentais é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido Sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente.

Na Figura 1 é apresentada a estatística do estágio das Etapas cadastradas no SAG para os OEs 003 e 009 ao final do exercício de 2014.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 003 E 009 CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2014

SPL FREQ 000002 /15-Folha Nº 003735 vers 50



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
301 de 465

Observa-se que 87% das etapas relativas aos Objetivos Específicos 003 e 009 finalizaram o exercício com estágios “Concluída” ou “Andamento normal”.

3 ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de abril de 2014 a fevereiro de 2015, sendo que a abrangência das ações auditadas ficou restrita ao ano de 2014.

Adotou-se como um dos parâmetros para a avaliação da eficácia o resultado do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações dos OEs 003 e 009, obtido de acordo com metodologia padronizada de cálculo, considerando-se a realização das etapas cadastradas no SAG e os valores de Dotação Inicial e de Despesa Autorizada.

Também foram utilizados para a avaliação da eficácia, os resultados alcançados para os indicadores de desempenho relacionados na Tabela 4 e na Tabela 6 deste Relatório, bem como a contribuição das ações não orçamentárias para a consecução dos OEs 003 e 009, Tabela 10 e Tabela 10.

Para avaliação da eficiência foram adotadas as seguintes parâmetros:

1. Desempenho das obras quanto ao prazo, custo e adesão ao objeto contratado;
2. Cumprimento das normas e regulamentos do Fundo Penitenciário do DF para a liberação de recursos;
3. Contribuição adequada da FUNAP para a ressocialização, assistência e desenvolvimento da qualificação educacional e profissional do sentenciado;
4. Qualidade da alimentação fornecida pelo Estado ao preso;
5. Cumprimento dos requisitos legais para assinatura dos contratos emergenciais de fornecimento de alimentação aos sentenciados.

3.1 QUESTÕES DE AUDITORIA

Diante desse quadro foram elaboradas as seguintes questões e subquestões de auditoria, com a apresentação, entre parênteses, da dimensão de desempenho avaliada:

SFL PROC 00003 /15-Fo.lha Nº 003736



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
302 de 465

1. Os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis no Sistema Penitenciário Distrital favorecem a qualificação profissional e educacional dos sentenciados?
 - 1.1. O número de servidores do Quadro de Pessoal da FUNAP é suficiente para a execução plena das atividades fins dessa fundação? (Eficiência);
 - 1.2. As obras de construção do galpão de pré-moldado de concreto que se destina a abrigar as áreas para oficinas e complexo de creche para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF, objeto do Convênio nº778311/2012 SENASP/MJ:
 - obedeceram ao cronograma físico-financeiro? (Eficiência);
 - estão compatíveis com os valores contratuais? (Eficiência);
 - estão de acordo com o objeto contratual e projeto básico? (Eficiência);
 - 1.3. A então Secretaria de Estado de Segurança Pública utilizou a Tabela SINAPI ou equivalente para o detalhamento dos custos unitários das obras de construção do galpão de pré-moldado de concreto que se destina a abrigar as áreas para oficinas e complexo de creche para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF? (Eficiência);
 - 1.4. Os espaços destinados às oficinas, salas de aula e área agrícola, bem como os equipamentos para esses espaços, são adequados em quantidade e qualidade às atividades fins da FUNAP? (Eficiência);
 - 1.5. O número de vagas em atividades laborais, cursos profissionalizantes ou de ensino regular é suficiente para o número de sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal? (Eficácia);
 - 1.6. Foi alcançado o resultado esperado para o Indicador 1054 – NÚMERO DE SENTENCIADOS RESSOCIALIZADOS? (Eficácia);
2. A FUNAP dispõe de recursos humanos e materiais suficientes à orientação dos familiares dos sentenciados, de forma a guiá-los sobre o auxílio-reclusão, bem como a inclusão em outros programas sociais ofertados pelo Governo do Distrito Federal ou Federal?
 - 2.1. A FUNAP vem regularmente encaminhando os familiares (adolescentes e jovens entre 14 e 18 anos que estejam cursando o ensino fundamental ou médio em estabelecimentos de ensino públicos

SPL PROC 00005 /15-01/ha nº 003736 versão



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
303 de 465

- no DF, ou em instituição particular na condição de bolsista) de presos provisórios ou internados, condenados a penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal ao Programa Pró Jovem Candango, conforme inciso VII, art. 2º do Decreto nº 35.122/2014? (Eficácia);
- 2.2. A FUNAP dispõe de Recursos Humanos e Físicos para o Serviço de Atendimento aos Familiares dos Sentenciados? (Eficiência);
3. Os órgãos integrantes do Sistema Penitenciário do DF possuem programas de assistência ao egresso, conforme previsto no art. 25, caput e incisos I e II, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal)?
- 3.1. Os órgãos integrantes do Sistema Penitenciário do DF possuem ações de orientação e apoio para reintegrar o egresso à vida em liberdade, bem como disponibilizam ao egresso alojamento e alimentação em estabelecimento adequado? (Eficiência);
4. Houve, em 2014, redução no déficit de vagas no Sistema Prisional do DF?
- 4.1. Foi alcançado o resultado esperado para o Indicador 1048 – DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO? (Eficácia);
- 4.2. As obras para ampliação do número de vagas do Sistema Penitenciário do DF:
- * obedeceram ao cronograma físico-financeiro? (Eficiência);
 - * estão compatíveis com os valores contratuais? (Eficiência);
 - * estão de acordo com o objeto contratual e projeto básico? (Eficiência);
- 4.3. Foi alcançado o resultado esperado para o Indicador 1047 – MÉDIA DE PRESOS ASSISTIDOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS? (Eficácia);
- 4.4. A então Secretaria de Estado de Segurança Pública utilizou a Tabela SINAPI ou equivalente para o detalhamento dos custos unitários das obras de ampliação das instalações físicas das Unidades Prisionais do DF? (Eficiência);
5. Os sentenciados recebem do Estado alimentação sã e suficiente para sua subsistência normal?
- 5.1. Há nos contratos de fornecimento de alimentação preparada, a exigência de:

SPL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003737



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
304 de 465

- realização de testes das análises microbiológicas do material servido? (Eficiência);
 - inclusão de verduras, legumes e frutas no cardápio das refeições a serem servidas aos presidiários? (Eficiência);
- 5.2. Há critérios para aferir a aceitabilidade da alimentação servida aos internos das Unidades Prisionais, de forma a garantir a manutenção e a saúde do encarcerado, incluindo o adequado funcionamento das suas atividades corpóreas, considerando não haver pesquisa de satisfação direta com os presidiários? (Eficiência);
- 5.3. Os co-executores dos Contratos de Fornecimento de Alimentação Preparada certificam que os cardápios enviados pelas nutricionistas das empresas contratadas atendem às necessidades nutricionais dos internos das Unidades Prisionais? (Eficiência);
- 5.4. Os co-executores dos Contratos de Fornecimento de Alimentação Preparada de cada Unidade Prisional possuem rotinas de acompanhamento:
- para a conferência das refeições servidas, no que diz respeito à: quantidade; apresentação; temperatura; peso; composição e qualidade? (Eficiência);
 - das condições de higiene e de conservação das dependências das cozinhas utilizadas no preparo das refeições, incluindo equipamentos e utensílios e veículos utilizados para o transporte das refeições? (Eficiência);
- 5.5. Foi incluída quarta refeição, considerando o intervalo de tempo entre o jantar e o café da manhã ou realizada a mudança dos horários em que são servidas as refeições? (Eficácia);
6. Os contratos emergenciais para o preparo e fornecimento de alimentação aos presos obedeceram aos requisitos legais?
- 6.1. A celebração do contrato emergencial para o preparo e fornecimento de alimentação aos presos foi precedida dos requisitos previstos no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, item II da Decisão Normativa nº 3.500/1999–TCDF e Decreto nº 34.466/2013? (Eficiência).

SPL PROC 00005

/15-10-11h

Nº 00577

VER



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
305 de 465

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste tópico serão apresentadas as avaliações de eficácia e eficiência dos Objetivos Específicos 003 e 009.

4.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA

Este tópico será composto pelas respostas das subquestões de auditoria relacionadas à eficácia, bem como pela apresentação da última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia.

4.1.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA

4.1.1.1 *SUBQUESTÃO 1.1 – O NÚMERO DE VAGAS EM ATIVIDADES LABORAIS, CURSOS PROFISSIONALIZANTES OU DE ENSINO REGULAR É SUFICIENTE PARA O NÚMERO DE SENTENCIADOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL?*

Não. O total de vagas ofertadas para atividades laborais, cursos profissionalizantes ou de ensino regular alcançou, aproximadamente, 25% do número de sentenciados.

Segundo o caput do art. 17 da Lei de Execução Penal, a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Relativamente à instrução escolar, as aulas são ministradas nos próprios estabelecimentos prisionais do DF, coordenadas pela FUNAP, com uma equipe de professores cedidos pela Secretaria de Estado de Educação do DF, por meio de Termo de Cooperação Técnica. Em 2014, a então Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, por intermédio da Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE, foi a responsável por disponibilizar os espaços físicos nas unidades prisionais destinados à assistência educacional e também os recursos humanos necessários aos deslocamentos dos presos, guarda e escolta.

O programa de educação nos estabelecimentos penais é realizado por meio do método de Educação de Jovens e Adultos – EJA, nas seguintes modalidades:

- **1º Segmento:** corresponde a uma parte da Educação Básica do Ensino Fundamental equivalente à 1ª e 4ª séries;



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
306 de 465

- **2º Segmento:** corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental, entre a 5ª e 8ª séries;
- **3º Segmento:** corresponde ao Ensino Médio;
- **Complementação Curricular:** além da oportunidade de prosseguir com a formação escolar, mediante oferta da EJA no Sistema, aos alunos também é ofertada a opção da complementação do seu estudo, em que se proporciona a adequação do histórico escolar do estudante com relação à matriz curricular da EJA, de modo a poder concluir as disciplinas as quais faltam para o término de determinado seguimento.

Além disso, com o propósito de promover a melhoria da autoestima, de fortalecer a autoconfiança, de construir e resgatar valores, e de estimular um adequado convívio social com os colegas de cela, de sala de aula e com os agentes penitenciários, a citada fundação também oferece oficinas de teatro, artesanato, música, agroecologia, cursos de idiomas (inglês e espanhol), além de outras atividades como Festival de Música, Concurso de Redação e Festival de Arte do Sistema Prisional do DF (FESTART).

A população carcerária também pode participar gratuitamente dos seguintes exames:

- Exame Nacional de Competências e Certificação de Jovens e Adultos – ENCCEJA;
- Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM;
- Exame de Vestibular da Universidade de Brasília – UNB; e
- Programa Universidade para Todos – PROUNI.

A Tabela 13 a seguir exprime o número de alunos atendidos, em 2014, por unidade prisional e segmento.

TABELA 13 – QUANTITATIVO DE ALUNOS ATENDIDOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO POR UNIDADE E POR SEGMENTO

UNIDADE PRISIONAL	Nº DE SALAS	Nº DE TURMAS	TURNO	SALAS POR SEGMENTOS			TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE PRESOS	% DE INTERNOS ESTUDANDO	REGIME PRISIONAL
				1º	2º	3º				
CIR	7	12	MAT / VESP	4	6	2	376	1.717	21,90%	SEMIABERTO
CIR OFICINAS	2	1	MAT / VESP	1	-	-				SEMIABERTO
CDP	5	10	MAT / VESP	3	5	2	210	3.665	5,70%	PROVISÓRIO E SEMIABERTO



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
307 de 465

TABELA 13 – QUANTITATIVO DE ALUNOS ATENDIDOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO POR UNIDADE E POR SEGMENTO

UNIDADE PRISIONAL	Nº DE SALAS	Nº DE TURMAS	TURNO	SALAS POR SEGMENTOS			TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE PRESOS	% DE INTERNOS ESTUDANDO	REGIME PRISIONAL
				1º	2º	3º				
PDF I	12	12	MAT / VESP	3	4	5	249	3.113	8%	FECHADO
PDF II	(BL. D) 6	12	MAT / VESP	4	5	3	296	2.955	10,00%	FECHADO E SEMIABERTO
	(BL. E) 6									
CPP	6	6	NOTURNO	1	3	2	235	1.583	14,80%	SEMIABERTO
PFDF	5	10	MAT / VESP	4	4	2	229	963	23,8%	FECHADO E SEMIABERTO
ATP	1	2	MAT / VESP	2	-	-	18	102	17,60%	FECHADO
TOTAL	50	65	--	22	27	16	1.601	14.098	11,40%	--

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNAP – OUTUBRO/2014.

Quanto à formação profissional, a FUNAP esclareceu que os cursos profissionalizantes aos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF são disponibilizados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

No entanto, consoante informação repassada pela FUNAP, por meio do Ofício s/nº-2014/DIREXE/FUNAP-DF, o número de vagas ofertadas nesses cursos de educação profissional era insuficiente, em face dos 13.461 internos cumprindo sanções penais no Sistema Penitenciário do Distrito Federal (provisório e definitivo) em agosto de 2014.

Além disso, ainda segundo o citado documento, há diversas restrições que impactam diretamente na realização dos cursos profissionalizantes, tais como: dificuldade de ampliação dos espaços existentes destinados à realização de cursos e dificuldade em se disponibilizar o aparato de segurança necessário para garantir a ordem e estabilidade do sistema prisional quando da realização dos cursos (com deslocamento dos presos, guarda e escolta), em decorrência da necessidade de ampliar o efetivo de Agentes de Atividades Penitenciárias.

Por fim, informa também que, apesar dessa fundação ter solicitado um número superior a 1.500 vagas para os cursos do exercício de 2014, somente foram autorizadas 380 pelo PRONATEC, ainda assim, apenas 280 vagas foram preenchidas.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
308 de 465

TABELA 14 – NÚMERO DE INTERNOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO MÊS DE OUTUBRO DE 2014

ITEM	CURSO	LOCAL DO CURSO	QUANTIDADE
01	OPERADOR DE COMPUTADOR	CIR	55
02	PADEIRO	PDFI	20
03	OPERADOR DE COMPUTADOR	CPP	45
04	PINTOR DE OBRAS	CIR	40
05	PEDREIRO DE ALVENARIA	CIR	20
06	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	CPP	20
07	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	CIR	20
08	CONFEITEIRO	CIR	20
09	MECÂNICO DE FREIOS, SUSPENSÃO E DIREÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	CIR	20
10	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	CIR	20
TOTAL			280

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNAP – OUTUBRO/2014.

O quantitativo apresentado na Tabela 14 representa 2,0% da população prisional dos estabelecimentos penais do DF em outubro de 2014.

Em relação às atividades laborais, a FUNAP proporciona aos sentenciados do Sistema Penitenciário Distrital, em consonância com o regime de execução penal a qual esteja vinculado, a possibilidade de trabalhos internos ou externos.

Os trabalhos internos ou intramuros são aqueles prestados nas dependências das unidades prisionais, sob a supervisão conjunta da SESIPE/SSP e dessa fundação, por meio de oficinas de alfaiataria, marcenaria, carpintaria, panificação, funilaria e de práticas agrícolas, entre outras, conforme a Tabela 15.

TABELA 15 – QUANTITATIVO DE SENTENCIADOS EM TRABALHOS INTERNOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2014

OFICINA	ESTABELECIMENTO PENAL	QUANTIDADE
ALFAIATARIA	CIR	5
COSTURA INDUSTRIAL	CIR	0
MARCENARIA	CIR	18
FUNILARIA	CIR	19
PANIFICAÇÃO	CIR	29
SERIGRAFIA	CIR	6
FÁBRICA DE BOLAS	CIR	2
MECÂNICA	CIR	0
SERVIÇOS GERAIS	CIR	25



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
309 de 465

TABELA 15 – QUANTITATIVO DE SENTENCIADOS EM TRABALHOS INTERNOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2014

OFICINA	ESTABELECIMENTO PENAL	QUANTIDADE
ATIVIDADES EDUCACIONAIS	TODOS	37
ÁREA AGRÍCOLA	CIR	38
COSTURA DE BOLAS NO PÁTIO	CIR	13
COSTURA INDUSTRIAL	PFDF	13
TOTAL		205

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNAP – OUTUBRO/2014

Consoante a Tabela 15, a quantidade total de sentenciados em trabalhos internos representa apenas 1,5% dos presos existentes no Sistema Penitenciário do DF em outubro de 2014.

Os trabalhos externos ou extramuros compreendem as atividades laborais realizadas fora das dependências dos estabelecimentos penais, abrangendo somente os presos dos regimes semiaberto e aberto.

A FUNAP possuía em outubro de 2014 61 contratos de prestação de serviços com diversos órgãos públicos do Distrito Federal, Governo Federal, Judiciário e empresas privadas, os quais utilizam a mão de obra dos sentenciados, conforme relacionado a seguir:

TABELA 16 – QUANTITATIVOS DE SENTENCIADOS EM TRABALHOS EXTERNOS NO MÊS DE DEZEMBRO/2014

Nº	CONTRATANTES	Nº DE TRABALHADORES
1	AGÊNCIA REGULADORA E SANEAMENTO DO DF – ADASA	3
2	ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA	47
3	ADMINISTRAÇÃO DO CRUZEIRO	23
4	ADMINISTRAÇÃO DA CANDANGOLÂNDIA	4
5	ADMINISTRAÇÃO DO GUARÁ	41
6	ADMINISTRAÇÃO DO RIACHO FUNDO I	14
7	ADMINISTRAÇÃO DO RIACHO FUNDO II	9
8	ADMINISTRAÇÃO DE ÁGUAS CLARAS	5
9	ADMINISTRAÇÃO DO PARANOÁ	18
10	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	17
11	ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE	13
12	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA	13
13	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	18
14	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	17
15	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	11
16	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	37



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
310 de 465

TABELA 16 – QUANTITATIVOS DE SENTENCIADOS EM TRABALHOS EXTERNOS NO MÊS DE DEZEMBRO/2014

Nº	CONTRATANTES	Nº DE TRABALHADORES
17	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARKWAY	10
18	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	16
19	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SIA	6
20	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	4
21	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	6
22	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SCIA	7
23	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	5
24	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOBRADINHO	10
25	CENTRAL DE ABASTECIMENTO – CEASA	15
26	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	6
27	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – CODHAB	10
28	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO – DETRAN-DF	25
29	DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – DPDF	17
30	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU	16
31	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS	14
32	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – STC	16
33	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO – SEDHAB	15
34	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SDH	16
35	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014 – SECOPA	14
36	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA – SECRIANÇA	10
37	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER – SEM	5
38	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SEAP	8
39	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SEC	6
40	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEF	32
41	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – PCDF/DSGI	4
42	PROJETO FUNSERV (FUNAP)	13
43	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST	2
44	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – TJDFT	6
45	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL – IBRAM	11
46	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ/DEPEN	26
47	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE	5
48	FUNDAÇÃO RECICLE A VIDA	4
49	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA – SEAGRI	11
50	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE	74
51	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES	188
52	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE – ST	49
53	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSP	40

SPL FPOC 00003

/15-Folha Nº 003740 VER=31



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
311 de 465

TABELA 16 – QUANTITATIVOS DE SENTENCIADOS EM TRABALHOS EXTERNOS NO MÊS DE DEZEMBRO/2014

Nº	CONTRATANTES	Nº DE TRABALHADORES
54	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/ DHC – SEJUS	94
55	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAN	26
56	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	27
57	FUNDAÇÃO POLO ECOLÓGICO – ZOOLOGICO	7
58	INTERCHGED SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICOS DE DOCUMENTOS	6
59	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE	4
60	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL – SEDEC	4
61	EMPRESA DIRECIONAL ENGENHARIA	94
TOTAL		1.274

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNAP – OUTUBRO/2014.

De acordo com a Tabela 16, a quantidade total de sentenciados em trabalhos extramuros representa apenas 9,0% dos presos existentes no Sistema Penitenciário do DF em outubro de 2014.

Portanto, segundo os quantitativos apresentados nas Tabelas 12 a 15, o número de vagas em atividades laborais, cursos profissionalizantes ou de ensino regular é insuficiente para o número de sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

4.1.1.2 SUBQUESTÃO 1.6 – FOI ALCANÇADO O RESULTADO ESPERADO PARA O INDICADOR 1054 – NÚMERO DE SENTENCIADOS RESSOCIALIZADOS?

Segundo o Subtópico 2.2.1 deste Relatório, para a medição do desempenho do Objetivo Específico 009 foi estipulado o Indicador 1054 – NÚMERO DE SENTENCIADOS RESSOCIALIZADOS, que exprime o número de sentenciados do Sistema Penitenciário do DF em processo de reintegração ao convívio social por meio de políticas humanísticas (ressocialização).

Esse indicador possuía como meta para o ano de 2014, a ressocialização anual de 12.000 presos.

Consoante o demonstrativo “Indicadores de Desempenho por Programa de Governo”, extraído do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGo, em 04/02/2015, foram ressocializados 19.006 presos no ano de 2014, quantidade acima 58,4% da meta acima citada.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
312 de 465

Consoante o demonstrativo “Análise da Execução Orçamentária do Desempenho Físico – Financeiro por Programa de Trabalho”, esse quantitativo refere-se à soma total do número de sentenciados à disposição da FUNAP assistidos e ressocializados em 2014.

TABELA 17 – NÚMERO DE SENTENCIADOS RESSOCIALIZADOS E ASSISTIDOS NO ANO DE 2014

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	1.696
FEVEREIRO	1.634
MARÇO	1.695
ABRIL	1.597
MAIO	1.644
JUNHO	1.593
JULHO	1.629
AGOSTO	1.620
SETEMBRO	1.659
OUTUBRO	1.479
NOVEMBRO	1.481
DEZEMBRO	1.279
TOTAL	19.006

FONTE: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO DESEMPENHO FÍSICO – FINANCEIRO POR PROGRAMA DE TRABALHO.

Assim, por utilizar um quantitativo acumulativo, esse indicador não fornece uma interpretação correta da realização do Objetivo Específico 009, porquanto, em média, 1.583 sentenciados foram assistidos e ressocializados no Distrito Federal, o que representa aproximadamente 11,8% do número de apenados no Sistema Penitenciário do DF em dezembro de 2014.

Corroborando tal entendimento, conforme exposto no Subtópico 4.1.1.1, o número de sentenciados em atividades laborais e de ensino evidencia que o trabalho e a instrução escolar nos estabelecimentos penais do DF são benefícios para poucos presos.

Além disso, há que se ressaltar que a mesma meta de 12.000 presos ressocializados foi estipulada para os quatro anos do PPA 2012/2015 e que nos anos de 2012 e 2013, o citado indicador apresentou índices alcançados com percentuais superiores a 40% em relação aos previstos.

Logo, existe a necessidade da reavaliação desse indicador, em razão das inconsistências apontadas, sendo necessária a construção de um novo que mensure mensalmente, em termos percentuais, o número de presos ressocializados, levando em



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
313 de 465

consideração na estipulação das metas, o crescimento da população carcerária, a ampliação dos recursos humanos, as melhorias das condições de infraestrutura das oficinas e salas de aula, etc.

Logo, apesar do resultado esperado para o Indicador 1054 – NÚMERO DE SENTENCIADOS RESSOCIALIZADOS ter apresentado um índice muito superior ao esperado, não se pode considerá-lo para a mensuração da eficácia, tendo em vista as deficiências apresentadas nos Subtópicos 4.1.1.1 e 4.1.1.2.

4.1.1.3 SUBQUESTÃO 2.1 – A FUNAP VEM REGULARMENTE ENCAMINHANDO OS FILHOS DE PRESOS PROVISÓRIOS OU INTERNADOS, CONDENADOS A PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, RESTRITIVAS DE DIREITOS OU EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL AO PROGRAMA JOVEM CANDANGO, CONFORME INCISO VII, ART. 2º DO DECRETO Nº 35.122/2014?

O Programa Jovem Candango foi instituído pela Lei nº 5.216/2013, tendo por finalidade a contratação de instituições qualificadas em formação técnico-profissional que tenham por objetivos a educação profissional e a assistência ao adolescente.

Segundo o inciso VII, art. 2º do Decreto nº 35.122/2014, que regulamenta a supracitada lei, as ações desse programa destinam-se a adolescentes e jovens entre quatorze e dezoito anos que estejam cursando o ensino fundamental ou médio em estabelecimentos de ensino públicos no DF, ou em instituição particular na condição de bolsista, e que sejam, entre outras condições, familiares de presos provisórios, internados, condenados a penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, encaminhados pela FUNAP.

A aludida fundação informou que não há uma estatística mensal de familiares dos presos egressos do Sistema Penitenciário encaminhados por essa fundação para o Programa Jovem Candango, uma vez que toda a gestão deste é de responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da então Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP. Todavia, na implantação do Programa foi solicitado a essa fundação que contatasse os familiares dos presos e egressos do Sistema Penitenciário para informá-los sobre esse programa.

Finalmente, a citada fundação explanou que a então SEAP disponibilizou quinhentas vagas para os familiares de presos nesse programa, independente da população carcerária existente.



Subsecretaria de Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
314 de 465

Segundo a atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do DF, foram preenchidas somente cem vagas no ano de 2014, número inferior ao total disponibilizado.

Assim, conclui-se que não houve o preenchimento de todas as vagas do Programa Jovem Candango destinadas aos filhos de presos provisórios ou internados, condenados a penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, possivelmente em razão do acompanhamento precário da FUNAP.

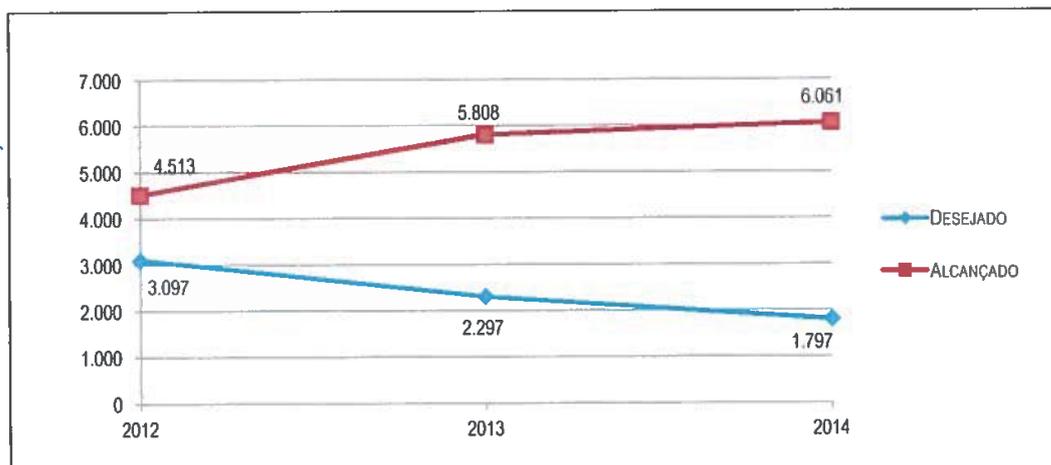
4.1.1.4 SUBQUESTÃO 4.1 – FOI ALCANÇADO O RESULTADO ESPERADO PARA O INDICADOR 1048 – DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO?

O Indicador 1048 – DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO expressa a diferença entre o número de vagas existentes no Sistema Penitenciário do DF e o número de presos assistidos nesse sistema.

Esse indicador foi criado com o intuito de medir o alcance do Objetivo Específico 003, consoante o Subtópico 2.1.1.

A Figura 2 contém comparativo entre os índices, desejado e o alcançado, para o Indicador 1048, nos anos de 2012 a 2014.

FIGURA 2 – DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL DO DF NO TRIÊNIO 2012/2014



FONTE: "INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO" – SAG/SIGGO – 04/02/2015

Nº 103
 SCL PROJ 00003
 /15-FOLHA Nº 003742 VER=51



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
315 de 465

Segundo a Figura 2, o aludido indicador apresentou um comportamento inverso ao desejado, visto que se esperava o decréscimo desse déficit no período citado, o qual, todavia, continuou crescendo nesses três últimos anos.

Tal fato indica que a disponibilização de novas vagas no Sistema Penitenciário Distrital é inferior à taxa de crescimento do número de presos.

Portanto, não foi alcançado o resultado esperado para o Indicador 1048 – DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

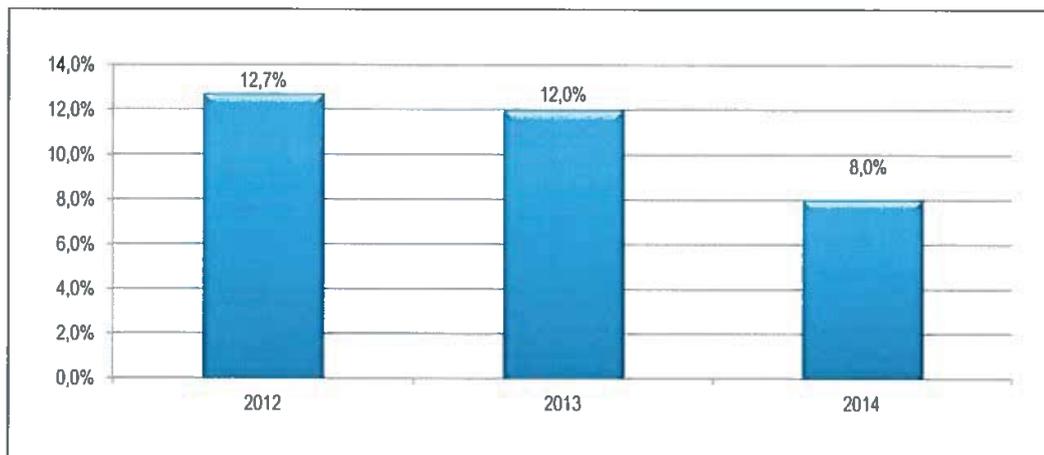
4.1.1.5 SUBQUESTÃO 4.3 – FOI ALCANÇADO O RESULTADO ESPERADO PARA O INDICADOR 1047 – MÉDIA DE PRESOS ASSISTIDOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS?

Também foi estipulado para a medição do OE 003, o Indicador 1047 – MÉDIA DE PRESOS ASSISTIDOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS, o qual expressa simplesmente a média do número de presos no Sistema Prisional local.

Segundo o demonstrativo “Indicadores de Desempenho por Programa de Governo”, extraído do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGo, em 04/02/2015, essa média foi de 13.434, representando 93,7% do índice desejado (14.339).

De outra forma, a Figura 3 evidencia o decréscimo no percentual de crescimento da população carcerária no DF nos últimos três anos.

FIGURA 3 – PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO DF NO TRIÊNIO 2012/2014



FONTE: “INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO” – SAG/SIGGo – 04/02/2015



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
316 de 465

Muitos fatores podem ser atribuídos a essa redução, tais como: expansão da aplicação, por parte do Poder Judiciário, de medidas e penas alternativas; realização de mutirões carcerários pelo Conselho Nacional de Justiça; melhoria no aparato preventivo das corporações policiais e melhoria das condições sociais da população.

Assim, a redução no percentual de crescimento da população presidiária no DF, em conjunto com o aumento no déficit de vagas no Sistema Penitenciário do DF, expressado por meio do Indicador 1048, apenas destaca que os investimentos para a ampliação das vagas no Sistema Penitenciário Distrital não acompanharam o mesmo ritmo da taxa de crescimento do número de presos, ainda que essa tenha decaído nos últimos três anos.

4.1.2 INDICATIVO DE EFICÁCIA

Na Tabela 18 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, tendo como parâmetro a realização física das Etapas cadastradas no SAG/SIGGo.

TABELA 18 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R\$ 1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO (1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1685	40,0%	40,0%	255.026	528.488	783.514	0,3%	0,1%
1709	18,0%	18,0%	31.636.364	101.982.870	133.619.234	49,3%	8,9%
2191	79,0%	79,0%	15.011.994	19.629.028	34.641.022	12,8%	10,1%
2540	100,0%	100,0%	40.890.000	50.438.333	91.328.333	33,7%	33,7%
4220	100,0%	100,0%	4.000.320	5.661.187	9.661.507	3,6%	3,6%
TOTAL			92.028.704	178.788.302	270.817.006 (2)	100,0%	56,4% (3)

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 04/02/2015

(1) P= VA / VAT

(2) VAT – Valor Acumulado Total

(3) IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Observa-se que o resultado obtido para o IE, de 56,4% aponta para uma eficácia abaixo da prevista, principalmente em razão da baixa execução da Ação 1709 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, a qual possui um peso bastante significativo em relação às demais ações e pouco contribuiu na formação do Indicador.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
317 de 465

4.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA

Considerando as respostas às subquestões de auditoria relacionadas à eficácia e o resultado obtido para o Indicativo de Eficácia conclui-se que os OEs 003 e 009 tiveram eficácia abaixo do que foi previsto em suas metas.

4.2 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Neste tópico será feita uma análise da eficiência a partir das respostas obtidas para as subquestões de auditorias relacionadas a essa dimensão de desempenho.

4.2.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES RELACIONADAS À EFICIÊNCIA

4.2.1.1 SUBQUESTÃO 1.1 – O NÚMERO DE SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DA FUNAP É SUFICIENTE PARA A PLENA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES FINIS DESSA FUNDAÇÃO?

Em abril de 2014, a FUNAP possuía a seguinte força de trabalho:

TABELA 19 – FORÇA DE TRABALHO DA FUNAP EM ABRIL DE 2014

SERVIDORES	ATIVIDADE-MEIO		ATIVIDADE-FIM		TOTAL
	COM CARGO EM COMISSÃO	SEM CARGO EM COMISSÃO	COM CARGO EM COMISSÃO	SEM CARGO EM COMISSÃO	
EFETIVOS (QUADRO DO GDF)	1	-	-	-	1
COMISSIONADOS (SEM VÍNCULO EFETIVO)	47	-	-	-	47
ÓRGÃOS DO GDF	5	2	-	-	7
ÓRGÃOS ESTADUAIS	-	-	-	-	-
ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL	-	-	-	-	-
ESTAGIÁRIOS	-	-	-	-	-
TERCEIRIZADOS (FUNAP)	-	18	-	-	18
SUBTOTAL (FORÇA DE TRABALHO)	53	20	-	-	73
(+) CEDIDOS DA UNIDADE PARA OUTROS ÓRGÃOS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	53	20	-	-	73

FONTE: MEMO. Nº 067/2014-DAG/FUNAP

Em junho de 2014, por meio do Ofício nº 336/2014-GAB/DIREXE/FUNAP-DF, foi apresentado à então Secretaria de Estado de Administração Pública planilha contendo os quantitativos de Gestores e Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental necessários ao provimento de cargos nessa fundação, totalizando 215.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
318 de 465

Cotejando essa informação com o quantitativo da Tabela 19, observa-se uma defasagem de 142 servidores.

Ainda segundo o mencionado ofício:

a proposta ora apresentada, levou em consideração o aumento anual da população carcerária, estimada em 1.000 (presos/ano), atribuídas a perspectiva para as nomeações no período de 2015 a 2018, bem como da necessidade de implementarmos as atividades previstas no Estatuto da Fundação quando da sua criação, e que até o presente não foram possíveis (grifou-se).

Corroborando essa deficiência, questionada se essa fundação dispunha de metas para o atendimento às famílias dos sentenciados, como por exemplo: número de jovens (filhos de sentenciados) encaminhados ao Programa Jovem Candango; número de visitas às famílias dos sentenciados; número de visitas às famílias dos sentenciados, número de atendimentos aos familiares de sentenciados etc e considerando as suas atribuições previstas no art. 3º, incisos I a VIII, da Lei nº 7.533/1986, a FUNAP informou que, no que diz respeito ao atendimento/visitas aos familiares dos presos, seria necessário a realização de concurso público para o provimento dos cargos nessa unidade.

Além disso, com o advento do Decreto nº 35.905/2014, em outubro de 2014 foram extintos 14 cargos em comissão nessa fundação. Segundo a Diretoria-Executiva dessa fundação, houve um grande ou expressivo impacto negativo na eficiência e eficácia dos serviços desenvolvidos pela FUNAP, tendo em vista o seu reduzido quantitativo de servidores e o volume das atividades administrativas, acarretando maior sobrecarga de trabalho, consoante o Ofício nº 541/2014–GAB/DIREXE/FUNAP.

Portanto, o número de servidores do Quadro de Pessoal da FUNAP é insuficiente para a plena execução das atividades fins dessa fundação.

4.2.1.2 SUBQUESTÃO 1.2 – AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DE PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO QUE SE DESTINA A ABRIGAR AS ÁREAS PARA OFICINAS E COMPLEXO DE CRECHE PARA A PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL – PFDF, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 778311/2012 SENASP/MJ:

- **OBEDECERAM AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO?**
- **ESTÃO COMPATÍVEIS COM OS VALORES CONTRATUAIS?**
- **ESTÃO DE ACORDO COM O OBJETO CONTRATUAL E PROJETO BÁSICO?**

SCL PROC 00003 /15-folha nº 003744 verso



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
319 de 465

O Contrato de Repasse nº 778311 (Processo Administrativo Federal nº 1003119-15/2012), vinculado ao Programa Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Locais, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, têm por objeto a obra de construção de um galpão de pré-moldado de concreto destinado a abrigar as áreas para oficinas e complexo de creche para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFD, celebrado em 31/12/2014, com vigência até 30/11/2015.

Não houve a realização de obras no ano de 2014, visto que o certame licitatório para a construção do mencionado galpão (Tomada de Preços nº 01/2014 – Processo nº 050.000.623/2014) foi concluída no último bimestre desse referido exercício.

Assim, restou prejudicada a avaliação da eficiência deste subitem.

4.2.1.3 SUBQUESTÕES 1.3 E 4.4 – A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA UTILIZOU A TABELA SINAPI OU EQUIVALENTE PARA O DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DE PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO QUE SE DESTINA A ABRIGAR AS ÁREAS PARA OFICINAS E COMPLEXO DE CRECHE PARA A PENITENCIARIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL – PFD E DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS UNIDADES PRISIONAIS DO DF?

A Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Segurança Pública informou que utiliza três métodos para a obtenção e detalhamento dos custos unitários das obras de ampliação dos espaços físicos das penitenciárias do Distrito Federal:

- Composições de custos unitários de serviços e materiais ofertados mensalmente pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;
- Cotação de preços unitários de serviços e materiais obtidos em pesquisa na praça, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993; e
- Composição de custos a partir de insumos publicados mensalmente pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

O exame dos Processos nºs 050.000.262/2013, 050.000.263/2013 e 050.000.471/2012 confirmou a veracidade das informações prestadas pela citada gerência.

Logo, ficou evidenciado que a Secretaria adotou a Tabela SINAPI e outros métodos para a obtenção e detalhamento dos custos unitários das obras de ampliação dos espaços físicos das penitenciárias do Distrito Federal.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
320 de 465

4.2.1.4 SUBQUESTÃO 1.4 – OS ESPAÇOS DESTINADOS ÀS OFICINAS, SALAS DE AULA E ÁREA AGRÍCOLA, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS PARA ESSES ESPAÇOS, SÃO ADEQUADOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE ÀS ATIVIDADES FINIS DA FUNAP?

Relativamente às oficinas e área agrícola, a FUNAP informou que os espaços físicos atuais são adequados às atividades fins, no limite do total de vagas criadas. Porém, com relação aos equipamentos, esclareceu que há a necessidade de aquisição de máquinas modernas, visto que as atuais se encontram desgastadas e com necessidade de manutenção, o que reduz a qualidade e aumenta o tempo de confecção para os produtos finais.

Quanto às salas de aula, a fundação apontou que os presídios não foram construídos pensando em um espaço específico para o Núcleo de Ensino, e, portanto, esses espaços foram adaptados para tal atividade, com poucas janelas, devido às questões de segurança, dificultando assim a ventilação e a iluminação necessária para uma sala de aula.

Desse modo, os espaços destinados às salas de aula, bem como os equipamentos utilizados nas oficinas não são adequados às atividades fins da FUNAP.

4.2.1.5 SUBQUESTÃO 2.2 – A FUNAP DISPÕE DE RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS FAMILIARES DOS SENTENCIADOS?

Conforme apontado no Subitem 4.2.1.1, interrogada se essa fundação dispunha de metas para o atendimento às famílias dos sentenciados, como por exemplo: número de jovens (filhos de sentenciados) encaminhados ao Programa Jovem Candango; número de visitas às famílias dos sentenciados; número de visitas às famílias dos sentenciados, número de atendimentos aos familiares de sentenciados etc e considerando as suas atribuições previstas no art. 3º, incisos I a VIII, da Lei nº 7.533/1986, a FUNAP informou que, no que diz respeito ao atendimento/visitas aos familiares dos presos, seria necessário à realização de concurso público para o provimento dos cargos nessa unidade.

Exemplificando essa carência, a citada fundação não dispõe de assistentes sociais e psicológicos nas unidades penais, visando o trabalho de orientação e assistência aos familiares dos presos. Segundo essa unidade, esses serviços seriam realizados por equipes da Secretaria de Estado de Saúde do DF.

Consoante a Gerência de Saúde da Subsecretaria do Sistema Penitenciário/SSP, havia em outubro de 2014 um total de 107 profissionais (médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, assistentes sociais etc.) distribuídos nas unidades prisionais, conforme a Tabela 20.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
321 de 465

TABELA 20 – TOTAL DE PROFISSIONAIS POR UNIDADE PRISIONAL

ESPECIALIDADE	CIR	CDP	PDF II	PDF I	CPP	PFD	ALA DE TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO/PFD	TOTAL
MÉDICO	2	2	2	1	1	1	1	10
ENFERMEIRO	2	4	2	2	1	2	2	15
DENTISTA	2	2	2	3	1	1	0	11
PSICÓLOGO	4	2	2	2	2	2	2	16
ASSISTENTE SOCIAL	2	2	1	2	1	1	1	10
FISIOTERAPEUTA	1	1	0	0	0	0	1	3
TERAPIA OCUPACIONAL	0	0	0	1	0	1	1	3
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2	5	3	3	3	4	3	23
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	1	2	2	3	1	1	0	10
FARMACÉUTICO	0	2	0	0	1	1	0	4
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	0	1	0	0	1	0	0	2
TOTAL	16	23	14	17	12	14	11	107

FONTE: OFÍCIO Nº 2817/2014/GSAU/SESIPE

A citada gerência também informou que os familiares dos presos do Sistema Prisional do DF são atendidos pela equipe de saúde nos seguintes casos:

- urgência/emergência;
- serviço social, quando o contexto do enfoque assistencial da saúde se faz necessário;
- psicologia, quando o contexto do enfoque terapêutico na saúde se faz necessário;
- atendimento em grupo, com psicólogos e assistentes sociais no grupo de sexualidade saudável com os autores de violência sexual.

Logo, essa assistência é realizada por meio dos setores de serviço social e psicológico das unidades penais, não sendo focado exclusivamente na orientação e apoio aos familiares, restringindo-se apenas aos visitantes dos presos.

Por outro lado, a FUNAP distribui aos familiares dos presos e egressos do Sistema Penitenciário Distrital nos dias de visitas, eventos e ações sociais realizados nos estabelecimentos penais, as cartilhas "*Orientação à Família do Reeducando*", "*Orientação ao Reeducando*" e "*Conhecendo a FUNAP*", as quais descrevem as ações desenvolvidas por essa fundação no âmbito da educação, cultura e formação profissional, além de orientações sobre a remissão de pena e o auxílio reclusão.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
322 de 465

Desse modo, apesar da existência dessas cartilhas, a carência de profissionais na área social e psicológica, por si só, inviabiliza o trabalho de orientação e assistência aos familiares dos presos.

4.2.1.6 SUBQUESTÃO 3.1 – OS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF POSSUEM AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E APOIO PARA REINTEGRAR O EGRESSO À VIDA EM LIBERDADE, BEM COMO DISPONIBILIZAM AO EGRESSO ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO?

A Lei de Execução Penal estatui em seu art. 26º que o egresso é o condenado libertado definitivamente, pelo prazo de um ano após a sua saída do estabelecimento prisional. Ainda segundo a referida lei, também é equiparado ao egresso o sentenciado que adquire a liberdade condicional durante o seu período de prova.

Está previsto no art. 25º da mencionada lei que a assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e, inclusive, na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses, prorrogável uma única vez, quando comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Todavia, observou-se que nem a Subsecretaria do Sistema Penitenciário, nem a FUNAP possuem programas de assistência aos egressos do sistema prisional distrital, baseados no art. 25º acima citado.

Segundo a citada Subsecretaria, seria de responsabilidade daquela fundação as ações de orientação e de apoio para reintegrar o egresso à vida em liberdade.

Por sua vez, a FUNAP argumenta que não dispõe de uma estrutura adequada para realizar essa assistência.

4.2.1.7 SUBQUESTÃO 4.2 – AS OBRAS PARA AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF:

- **OBEDECERAM AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO? (EFICIÊNCIA);**
- **ESTÃO COMPATÍVEIS COM OS VALORES CONTRATUAIS? (EFICIÊNCIA);**
- **ESTÃO DE ACORDO COM O OBJETO CONTRATUAL E PROJETO BÁSICO? (EFICIÊNCIA).**



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
323 de 465

A Tabela 21 apresenta a situação das obras realizadas nas unidades prisionais do DF até setembro de 2014:

TABELA 21 – PLANILHA DAS OBRAS REALIZADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PELA SSP EM 2014 R\$ 1,00

OBRA	VAGAS PREVISTAS	RECURSOS UNIÃO (R\$)	RECURSOS GDF (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	SITUAÇÃO DA OBRA – SETEMBRO/2014
AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DO DF (CDP/DF) CONVÊNIO Nº 773996/2012-DEPEN/MJ	400	4.500.000	5.394.654	9.894.654	OBRA COM 47,96% DE EXECUÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 02/2013 CONTRATO Nº 56/2013 – SSP.
AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DF (PFDF) CONVÊNIO Nº 773997/2012-DEPEN/MJ	400	4.500.000	5.458.943	9.958.943	OBRA COM 34,97% DE EXECUÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 01/2013 CONTRATO Nº 01/2013 – SSP.
AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA	600	-	3.345.132	3.345.132	EM VISTORIA TÉCNICA PARA ANÁLISE DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA CONCLUSÃO DA OBRA CONCORRÊNCIA Nº 01/2012 CONTRATO Nº 31/2013 – SSP
CONSTRUÇÃO DE QUATRO CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA – 16 MÓDULOS CONVÊNIO Nº 787683/2013 – DEPEN/MJ	3.200	80.000.000	53.376.620	133.376.620	EM PROCESSO DE LICITAÇÃO. PROCESSO NA ASSESSORIA JURÍDICA – LEGISLATIVA PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA PROCAD/PGDF CONCORRÊNCIA Nº 01/2014
CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DE OFICINAS NA PENITENCIÁRIA FEMININA (PFDF) CONVÊNIO Nº 778311/2012 – SUDECO/MJ	-	241.962	878.586	1.120.548	EM PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014
TOTAL	4.600	89.241.962	68.453.935	157.695.897	

FONTE: OFÍCIO Nº 381/2014–DOF/SUAG/SSP

Relativamente às obras de ampliação do CDP e PFDF, em dezembro de 2014 a Gerência de Engenharia/SSP apresentou as seguintes informações, por meio do Memorando nº 61/2014–GEARQ:

I. AMPLIAÇÃO DO CDP:

A obra está com apenas 57,9% concluídos, quando a medição prevista para dezembro de 2014 seria de 100,0%, o que inviabilizará sua conclusão dentro do prazo previsto.

Os seguintes eventos contribuíram para esse atraso:

- a Gerência de Engenharia e Arquitetura aventou a possibilidade de utilização de bacias turcas em substituição ao vaso sanitário, ralo e lavatório conforme pedido dos gestores das unidades prisionais, em face da longa experiência positiva na utilização de tal solução, o que no primeiro momento foi acatado pelos técnicos do DEPEN/MJ, tendo o pedido sido reavaliado pela Diretoria de Políticas Penitenciárias/MJ que se manifestou desfavorável a solicitação.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
324 de 465

Durante esse prazo a execução dos pisos e calçadas externas ficou paralisada, o que provocou atraso na execução dos serviços;

- solicitação de adequação das instalações elétricas para atender padrões de segurança contra vandalismos e sabotagens por parte dos internos na área de carceragem, conforme solicitação dos gestores, a fim de melhorar a segurança e manutenção;
- solicitação de adequação do projeto de instalações de águas pluviais com a substituição de poços de infiltração por dissipador devido à proximidade do lençol freático o que impede a percolação da água no solo saturado;
- indeferimento por parte da Caixa Econômica Federal (mandatária da União na operacionalização do programa destinado à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais masculinos e/ou femininos) de pedido de aditivo de quantitativos subestimados, relativo à área de fôrma das paredes, reivindicados pelas construtoras.

II. AMPLIAÇÃO DO PFDF:

A obra está com apenas 45,3 % concluídos, quando à medição prevista para dezembro de 2014 seria de 100,0%, o que inviabilizará sua conclusão dentro do prazo previsto.

Os seguintes eventos contribuíram para esse atraso:

- houve a necessidade de deslocar os blocos A e B, em direção ao talude existente o que aumentou o volume de corte e aterro e interferiu no prazo de locação e execução das fundações do bloco B, com a dificuldade potencializada pelas chuvas do período;
- a Gerência de Engenharia e Arquitetura aventou a possibilidade de utilização de bacias turcas em substituição ao vaso sanitário, ralo e lavatório conforme pedido dos gestores das unidades prisionais, em face da longa experiência positiva na utilização de tal solução, o que no primeiro momento foi acatado pelos técnicos do DEPEN/MJ, tendo o pedido sido reavaliado pela Diretoria de Políticas Penitenciárias/MJ que se manifestou desfavorável a solicitação. Durante esse prazo a execução dos pisos e calçadas externas ficou paralisada, o que provocou atraso na execução dos serviços;
- no mês de julho de 2014, durante as escavações de valas para redes de esgoto e águas pluviais, verificou-se a presença do lençol freático muito próximo à superfície entre o talude e as fachadas principais dos blocos A e

SF L PROZ 00003

7/15-Folha Nº 003747 ver 50



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
325 de 465

B, decorrente provavelmente do processo de escavação de estacas em hélice contínua para as fundações e da compactação decorrente da área dos dois blocos. Embora o laudo de sondagem, executado em período chuvoso, ter acusado a presença de lençol freático em baixa profundidade, sua presença próxima à superfície no meio do período seco, superou em magnitude o previsto. Em consequência, a equipe técnica, por prudência, decidiu pela elaboração e execução de um projeto de drenagem da área do aterro, para evitar danos decorrentes da flutuação vertical do lençol freático;

- solicitação de adequação das instalações elétricas para atender padrões de segurança contra vandalismos e sabotagens por parte dos internos na área de carceragem, conforme solicitação dos gestores, a fim de melhorar a segurança e manutenção;
- indeferimento por parte da Caixa Econômica Federal de pedido de aditivo de quantitativos subestimados, relativo à área de fôrma das paredes, reivindicados pelas construtoras.

A respeito dos quantitativos subestimados da área de fôrma das paredes, o exame dos relatórios de acompanhamento do executor contratual revela que houve erro no cálculo dos quantitativos por parte da empresa contratada pelo Governo do Distrito Federal responsável pelos serviços técnicos profissionais especializados de engenharia e de arquitetura na elaboração de projetos, orçamentos, cronogramas de obras e serviços e laudos técnicos. No entanto, os técnicos da Caixa Econômica Federal ressaltaram que, por serem as obras em regime de empreitada por preço global, não haveria a possibilidade de aditivos na forma solicitada.

Ressalte-se que as empresas foram penalizadas com Advertência, conforme previsto nos correspondentes contratos.

Quanto às obras de ampliação do Centro de Progressão Penitenciária, a citada Gerência de Engenharia/SSP explanou que a obra foi recebida provisoriamente em maio de 2014 e definitivamente em setembro de 2014, depois da correção de vários itens.

Por outro lado, observou-se que a Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF dispõe de um número reduzido de servidores, considerando a complexidade e o tamanho das obras conduzidas por essa Secretaria para o Sistema Penitenciário do Distrito Federal.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
326 de 465

Quanto a essa carência, a SSP informou que solicitou a então Secretaria de Estado de Administração – SEAP, por meio do Ofício de nº 571/2014–GAB/SSP, providências no sentido de contratar em regime de urgência, servidores com especialidade em Engenharia e outros profissionais relacionados à área em comento, para comporem o quadro de pessoal da referida gerência.

Logo, as deficiências verificadas nos projetos executivos (cálculo estrutural, fundações e instalações hidrossanitárias) das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória e da Penitenciária Feminina do DF impactaram negativamente nos respectivos prazos de execução, ocasionando atrasos no cronograma físico e, por conseguinte, na eficiência dessas obras.

4.2.1.8 SUBQUESTÃO 5.1 – HÁ NOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA, A EXIGÊNCIA DE:

- **REALIZAÇÃO DE TESTES DAS ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DO MATERIAL SERVIDO?**
- **INCLUSÃO DE VERDURAS, LEGUMES E FRUTAS NO CARDÁPIO DAS REFEIÇÕES A SEREM SERVIDAS AOS PRESIDÁRIOS?**

Analisando os Processos nºs 050.000.174/2012, 050.000.738/2013, 410.000.789/2013, 050.000.093/2014 e 050.000.094/2014, concernentes aos serviços de preparação e fornecimento de alimentação aos internos do Sistema Prisional do DF, verificou-se nos correspondentes contratos a existência de cláusulas prevendo a exigência de:

- realização de testes das análises microbiológicas do material servido; e
- inclusão de verduras, legumes e frutas no cardápio das refeições a serem servidas aos presidiários.

4.2.1.9 SUBQUESTÃO 5.2 – HÁ CRITÉRIOS PARA AFERIR A ACEITABILIDADE DA ALIMENTAÇÃO SERVIDA AOS INTERNOS DAS UNIDADES PRISIONAIS, DE FORMA A GARANTIR A MANUTENÇÃO E A SAÚDE DO ENCARCERADO, INCLUINDO O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS SUAS ATIVIDADES CORPÓREAS, CONSIDERANDO NÃO HAVER PESQUISA DE SATISFAÇÃO DIRETA COM OS PRESIDÁRIOS?

A Subsecretaria do Sistema Penitenciário/SSP apresentou as seguintes informações, consoante o Memorando nº 2148/2014–GCAP/SESIPE:

Os critérios, utilizados pela Administração Penitenciária do Distrito Federal para se aferir a aceitabilidade da alimentação servida aos internos tem por base o Termo de Referência elaborado para a contratação do serviço de fornecimento de alimentação.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
327 de 465

Além disso, é observada a aceitabilidade da alimentação no acompanhamento direto, no acondicionamento das quentinhas de forma higiênica e nas ocorrências relatadas no dia a dia da Administração Penitenciária.

No caso de surgimento de reclamações dos internos, a equipe de plantão da dieta relata o fato à Administração, que encaminha a ocorrência aos respectivos co-executores, os quais, em regra, solicitam uma resposta por escrito do procedimento adotado para sanar o problema apontado.

Outrossim, imperioso mencionar que a temperatura, o peso e a quantidade de cada gênero alimentício contido nas marmitas são averiguados por amostragem, a fim de atender ao disposto no contrato.

Caso haja alguma divergência, os servidores do plantão do dia entram em contato com a empresa responsável, que trocam as marmitas, que foram alvo de reclamações, de forma rápida.

Portanto, a SESIPE/SSP dispõe de critérios para aferir a aceitabilidade da alimentação servida aos internos das Unidades Prisionais.

4.2.1.10 SUBQUESTÃO 5.3 – OS CO-EXECUTORES DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA CERTIFICAM QUE OS CARDÁPIOS ENVIADOS PELAS NUTRICIONISTAS DAS EMPRESAS CONTRATADAS ATENDEM ÀS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS INTERNOS DAS UNIDADES PRISIONAIS?

Consoante o Memorando nº 2148/2014–GCAP/SESIPE, os co-executores avaliam a diversidade dos alimentos no ato do recebimento das marmitas, a fim de garantir aos internos uma alimentação que atenda às suas necessidades nutricionais e que estejam de acordo com o contrato:

- desjejum – achocolatado (200 ml) e pão francês com margarina ou manteiga;
- almoço e jantar – arroz (250g), feijão (100g), proteína (150g), guarnição (150g), com no mínimo de 650g, por marmita;
- lanche noturno – suco de frutas e pão.

Consta ainda no citado documento, em relação aos internos que necessitam de uma dieta diferenciada dos demais, que a Gerência de Saúde/SESIPE/SSP sugere às nutricionistas das empresas contratadas uma dieta especial para esses internos.

Desse modo, conforme descrito pela citada subsecretaria, os co-executores contratuais dispõe de métodos para a certificação dos cardápios enviados pelas empresas contratadas.



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMATICO 6217
328 de 465

4.2.1.11 SUBQUESTÃO 5.4 – OS CO-EXECUTORES DE CADA UNIDADE PRISIONAL POSSUEM ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO:

- **PARA A CONFERÊNCIA DAS REFEIÇÕES SERVIDAS, NO QUE DIZ RESPEITO À: QUANTIDADE; APRESENTAÇÃO; TEMPERATURA; PESO; COMPOSIÇÃO E QUALIDADE?;**
- **DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE E DE CONSERVAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DAS COZINHAS UTILIZADAS NO PREPARO DAS REFEIÇÕES, INCLUINDO EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS E VEÍCULOS UTILIZADOS PARA O TRANSPORTE DAS REFEIÇÕES?**

Em relação ao primeiro item, a SESIPE/SSP esclareceu que há por parte dos co-executores de cada unidade prisional, no ato de entrega, após a conferência da quantidade, controle periódico da pesagem, aferição de temperatura, da composição e da qualidade das marmitas.

Também explicou que a apresentação e composição são observadas por amostragem, geralmente em alguma marmita que foi transportada no fundo da caixa, por baixo das outras.

Quanto ao outro item, aquela Subsecretaria informou que periodicamente é realizada a visita da vigilância sanitária nas dependências da cozinha das empresas contratadas e quase sempre acompanhada por um servidor do Sistema Penitenciário, a fim de se aferir as condições de higiene; recebimento e armazenamento dos alimentos; higienização dos utensílios, maquinários e pisos; bem como o modo de preparo das marmitas.

Além disso, ainda segundo a SESIPE/SSP, os veículos que transportam as refeições e as caixas térmicas utilizadas para armazená-las são constantemente inspecionados.

Por fim, comentou que todas as notificações aplicadas pelos co-executores ensejam a formulação de um plano de ação para corrigir as deficiências apontadas.

Destarte, conforme descrito pela citada Subsecretaria, os co-executores contratuais dispõe de procedimentos para a conferência das refeições servidas, no que diz respeito à quantidade; apresentação; temperatura; composição; qualidade e ao peso; bem como de técnicas de avaliação das condições de higiene e de conservação das dependências das cozinhas utilizadas no preparo das refeições, incluindo equipamentos e utensílios e veículos utilizados para o transporte das refeições.

SPL F80C 00005 /15-Folha Nº 003749 ver 50



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
329 de 465

4.2.1.12 SUBQUESTÃO 6.1 – A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL PARA O PREPARO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESOS FOI PRECEDIDA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 24, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/1993, ITEM II DA DECISÃO NORMATIVA Nº 3.500/1999–TCDF E DECRETO Nº 34.466/2013?

Analisando os Processos nºs 050.000.174/2012, 050.000.738/2013, 410.000.789/2013, 050.000.093/2014 e 050.000.094/2014, concernentes aos serviços de preparação e fornecimento de alimentação aos internos do Sistema Prisional do DF, verificou-se que foram observados os requisitos previstos no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993; o item II da Decisão Normativa nº 3.500/1999–TCDF e o estabelecido no Decreto nº 34.466/2013, ou seja:

- a licitação iniciou-se em tempo hábil, considerando, os prazos previstos no estatuto fundamental das contratações para abertura do procedimento licitatório e interposição de recursos administrativos, bem como aqueles necessários à elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação (se for o caso) e das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame;
- o atraso, porventura ocorrido na conclusão do procedimento licitatório, não resultou pela falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que tal fato não possa, em hipótese alguma, ser atribuído à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) envolvido(s);
- a situação exigia da administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;
- a contratação direta pretendida foi o meio mais adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado;
- o objeto da contratação limitou-se, em termos qualitativos e quantitativos, ao estritamente indispensável para o equacionamento da situação emergencial;
- a duração do contrato não ultrapassou o prazo de 180 dias, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial;
- foi demonstrada a compatibilidade das pesquisas de preços com os de mercado, por meio de, no mínimo, três cotações, estando nos autos examinados a documentação comprobatória dos estudos e levantamentos que fundamentaram o preço estimado.

ESL PROC 00003 /15-Folha Nº 003750



Subsecretaria de Controle
Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
330 de 465

4.2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Considerando-se as falhas apontadas nos Subtópicos 4.2.1.1, 4.2.1.4, 4.2.1.5, 4.2.1.6 e 4.2.1.7, avalia-se que os Objetivos Específicos 003 e 009 foram executados com eficiência abaixo do desejado, ressaltando os aspectos positivos verificados nos Subtópicos 4.2.1.8 a 4.2.1.12 e que a maioria dessas deficiências ocorreram em razão da carência de recursos humanos na FUNAP e na Gerência de Engenharia/SSP.

5 CONCLUSÃO

Avalia-se que os OEs 003 e 009 tiveram eficácia abaixo do que foi previsto em suas metas e foram executados com eficiência abaixo do desejado.

Os citados objetivos específicos tiveram a eficácia impactada negativamente pelos seguintes fatores:

- o número de vagas em atividades laborais, cursos profissionalizantes ou de ensino regular é insuficiente para o número de sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal;
- não houve o preenchimento de todas as vagas do Programa Jovem Candango destinadas aos filhos de presos provisórios ou internados, condenados a penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal;
- a disponibilização de vagas no Sistema Penitenciário Distrital é inferior à taxa de crescimento do número de presos; e
- os investimentos para a ampliação das vagas no Sistema Penitenciário Distrital não acompanharam o mesmo ritmo da taxa de crescimento do número de presos, ainda que essa tenha decaído nos últimos três anos.

A eficiência dos OEs 003 e 009 foi prejudicada em razão:

- do número de servidores do Quadro de Pessoal da FUNAP ser insuficiente para a plena execução das atividades fins dessa fundação;
- dos espaços destinados às salas de aula, bem como os equipamentos utilizados nas oficinas, não serem adequados às atividades fins da FUNAP;
- da FUNAP não dispor de assistentes sociais e psicológicos nas unidades penais, visando o trabalho de orientação e assistência aos familiares dos presos;





Subsecretaria de Controle
Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6217
331 de 465

- dos órgãos integrantes do Sistema Penitenciário do DF não possuem ações de orientação e apoio para reintegrar o egresso à vida em liberdade; e
- das deficiências verificadas nos projetos executivos (cálculo estrutural, fundações e instalações hidrossanitárias) das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória e da Penitenciária Feminina do DF.

Portanto, não foram atingidas as proposições dos Objetivos Específicos 003 e 009, ou seja, ressocializar, assistir e desenvolver a qualificação educacional e profissional do sentenciado, gerando oportunidades de emprego para promover sua reintegração à sociedade, bem como reduzir a reincidência criminal, contribuindo, igualmente, para a redução no déficit de vagas no Sistema Penitenciário Distrital.

Tal afirmativa é comprovada pelo resultado abaixo do esperado para o indicador “TAXA DE RETORNO DE APENADOS AO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF”, o qual demonstra que 50,7% dos presos no Distrito Federal regressam aos presídios locais após o cumprimento das correspondentes penas, consoante a Tabela 7, inserta no Subtópico 2.2.1.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003751



Controladoria-Geral

332 de 465

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA
DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO
EXERCÍCIO 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218 – HABITAÇÃO**

RESUMO

O Programa Temático 6218 – HABITAÇÃO, relacionado ao Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVEDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS visa construir 100 mil unidades habitacionais e recuperar créditos da carteira imobiliária. Apesar da importância do Programa Temático para a sociedade e do montante dos recursos previstos na LOA 2014, pouquíssimo se executou nas 17 ações orçamentárias inerentes ao referido programa, tanto no aspecto físico quanto no orçamentário-financeiro. Dos R\$ 115,5 milhões que finalizaram o exercício de 2014 como Despesa Autorizada, apenas R\$ 8,7 milhões foram empenhados. Os resultados alcançados em 2014 pouco contribuíram para o alcance das quatro metas pertencentes ao Programa, relativas ao quadriênio plurianual, destacando-se a ausência de novação de contratos e a pequena quantidade de unidades habitacionais construídas e entregues. Diante desse cenário, avaliou-se que o Programa Temático auditado teve eficácia abaixo do previsto em suas metas e foi executado com eficiência abaixo do desejado para reduzir o déficit habitacional e recuperar os créditos da carteira imobiliária.

1 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO

Segundo o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2014, aprovada pela Lei nº 5.164/2013, o Programa Temático 6218 – HABITAÇÃO está relacionado ao Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVEDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
333 de 465

Segundo o Ministério das Cidades, órgão federal responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano Nacional, a Política Setorial de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade.

De acordo com o Anexo II do Plano Plurianual 2012/2015 – PPA, o Objetivo Geral deste Programa Temático é construir 100 mil unidades habitacionais e recuperar créditos da carteira imobiliária.

O Programa tem ainda, definidos, os seguintes Objetivos Específicos – OEs:

TABELA 1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS INTEGRANTES DO PROGRAMA TEMÁTICO HABITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
001	REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL LOCAL, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE 100 MIL UNIDADES HABITACIONAIS NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS
002	RECUPERAR CRÉDITOS ORIUNDOS DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

De acordo com o PPA 2012/2015, cada Objetivo Específico possui as seguintes metas para esse quadriênio:

TABELA 2 – METAS DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS INTEGRANTES DO PROGRAMA TEMÁTICO HABITAÇÃO

OE	META
001	PROMOVER A CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SETORES HABITACIONAIS, DE FORMA A ATENDER À DINÂMICA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DO DF
	DEPURAR 41.000 CONTRATOS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
002	REALIZAR A NOVAÇÃO DE 72.000 CONTRATOS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO COM COBERTURA DO FCVS
	REALIZAR A COBRANÇA DE R\$ 9 MILHÕES DOS VALORES EM ATRASO

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Conforme o PPA 2012/2015, as unidades responsáveis pela execução deste Programa Temático são:

TABELA 3 – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO 6218

CÓDIGO	DESCRIÇÃO*	SIGLA
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	SO
28101	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL	SEDHAB
28209	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	CODHAB
28905	FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	FUNDHIS

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

* As descrições das Unidades Orçamentárias constantes nesta Tabela são referentes ao exercício de 2014



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
334 de 465

Para o alcance dos Objetivos Específicos deste Programa Temático, foram relacionadas ações orçamentárias nos Anexos II e III do PPA 2012/2015. No entanto, há sete ações incluídas nesses Anexos do PPA 2012/2015 que não constam do Anexo XXI da LOA/2014 – DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS POR PROGRAMA.

1.1 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A tabela a seguir apresenta todas as ações orçamentárias relacionadas ao Programa, com a informação do Objetivo Específico a que estão vinculadas e se foram contempladas na LOA 2014.

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PROGRAMA 6218

CÓDIGO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESCRIÇÃO	OE		PRESENTE NA LOA/2014
		001	002	
1018	MORADIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	X		
1033	CRIAÇÃO DE SETORES HABITACIONAIS	X		
1213	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	X		X
1658	MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	X		X
1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS	X		X
2194	GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DO FUNDO HABITACIONAL DO DF	X		
3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC	X		X
3059	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS – PRÓ MORADIA	X		X
3149	URBANIZAÇÃO DE SETORES HABITACIONAIS	X		
3152	PROVIMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS	X		X
3571	MELHORIAS HABITACIONAIS	X		X
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	X		
4013	ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA		X	X
4033	MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL – PPP	X		X
4045	GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL	X		X
4231	TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL		X	X
5035	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO FCVS		X	X

FONTE: ANEXO II DO PPA E LOA 2014

1.2 INDICADORES DE DESEMPENHO

Na Tabela 5 são apresentados os Indicadores de Desempenho cadastrados no PPA 2012/2015 para o Programa 6218.



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
335 de 465

TABELA 5 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS E ALCANÇADOS DO PROGRAMA 6218

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO / ALCANÇADO EM				OE
			2012	2013	2014	2015	
883	Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS (EM PRODUÇÃO) PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM RENDA MENOR QUE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	UNIDADE	30.000 / 1.430	30.000 / 12.144	20.000 / 4.980	5.000 / -	001
888	CONTRATOS NOVADOS (FCVS)	UNIDADE	20.000 / 0	52.000 / 0	0 / 0	-	002
893	ZERAR A DÍVIDA EM ATRASO	R\$	5.000.000 / 2.000.000	4.000.000 / 37.756.858	3.000.000 / 1.549.869,42	2.000.000 / -	002

FONTE: RELATÓRIO PSIOG025 DO SIGGO – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Cabe acrescentar algumas ponderações a respeito dos dois últimos indicadores. Em relação ao Indicador 888, a novação é um modelo de extinção de obrigações, demarcando-a como uma operação que, de um mesmo alento, extingue uma obrigação e a substitui por outra, que nasce naquele instante.

Quanto ao Indicador 893, apesar da nomenclatura constar a expressão “zerar a dívida em atraso”, observou-se, do exame do PPA, que a intenção seria reduzir o saldo devedor dos financiamentos dos mutuários que fazem parte da carteira de crédito imobiliário do DF, de R\$ 9 milhões em 2011 para R\$ 2 milhões ao final de 2015. Logo, o ideal seria que o nome desse indicador fosse “valor da dívida em atraso” e identifica-se que a meta para 2014 seria de recuperar R\$ 1 milhão, que é a diferença entre os saldos de dívida previstos para 2014 e 2013.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

De acordo com o relatório de atividades da SEDHAB, as ações concernentes a esse Objetivo Específico centraram-se na oferta e na entrega de Unidades Habitacionais, com uma proposta inovadora de implementação da política, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, em especial àquelas definidas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC HABITAÇÃO.

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 001 visa “Reduzir o déficit habitacional local, mediante a construção de 100 mil unidades habitacionais nos próximos quatro anos.” e é de responsabilidade da Unidade Orçamentária 28.101 – SEDHAB, que no exercício de 2015 passou a se designar Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH.

SPM PRO 00007 /15-Folha 18 de 00753



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
336 de 465

Por meio da Lei nº 3.877/2006, regulamentada pelo Decreto nº 29.072/2008, foi estabelecida a Política Habitacional do Distrito Federal, a ser dirigida ao meio urbano e rural, em integração com a União, com vistas à solução da carência habitacional para todos os segmentos sociais, com prioridade para a população de média e baixa renda.

Segundo o caput do art. 2º e incisos do citado decreto, os Programas Habitacionais do Distrito Federal são os seguintes:

- **Programas Habitacionais de Interesse Social:** divididos por segmentos específicos, tais como: interessados inscritos no Cadastro Geral da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, incluídas as antigas inscrições realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB, em processo de extinção; servidores públicos civis e militares; cooperativas ou associações habitacionais; e outros segmentos indicadas pela CODHAB, obedecidas as proporções fixadas no § 1º do art. 5º, da Lei nº 3.877/2006;
- **Programas Habitacionais para Atendimento à Classe Média:** poderão incluir segmentos diferenciados, inclusive por intermédio de cooperativas ou associações habitacionais;
- **Programas Habitacionais para Regularização Fundiária:** classificados em Regularização Fundiária de Interesse Social, para classe de renda familiar de até doze salários mínimos e Regularização Fundiária de Interesse Específico, para a classe de renda familiar superior a doze salários mínimos.

1.3.1 PLANO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLANDHIS

A Lei Federal nº. 11.124/2005 instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, objetivando:

- viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
- articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

15-FOLHA Nº 000753 VER 50
SPL PROC 00003



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
337 de 465

Por outro lado, os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, também criado pela referida lei, deverão ser aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que precisarão:

- constituir um fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS;
- constituir um conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;
- apresentar um Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;
- firmar um termo de adesão ao SNHIS;
- elaborar relatórios de gestão; e
- observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SNHIS.

Assim, em obediência à determinação da citada lei, o Governo do Distrito Federal instituiu o Conselho e o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social, por meio da Lei Complementar nº 762/2008.

Além disso, em dezembro de 2012 foi apresentada a redação final do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS.

O PLANDHIS tem como objetivo principal apontar caminhos para que se promova não só a redução significativa das necessidades habitacionais locais, mas o constante monitoramento de sua implementação. Constituem-se objetivos desse Plano:

- O direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à solução de moradia e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade para a população de baixa renda;
- O atendimento às necessidades habitacionais, atuando de forma diferenciada segundo os segmentos de renda da população, tendo como prioridade o atendimento à população de menor renda (faixa I do Minha Casa, Minha Vida – MCMV);



Controladoria-Geral

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
338 de 465

- O estímulo à produção de Habitação de Interesse Social – HIS por agentes da produção habitacional, tais como a iniciativa privada e as associações e cooperativas populares de produção de moradias;
- A garantia à sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais, através de sua articulação com as políticas de desenvolvimento econômico e social e de gestão ambiental;
- A reversão do processo de segregação sócio espacial que ocorre na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda.

Configuram-se como diretrizes gerais do PLANDHIS:

- Planejar o desenvolvimento para o setor habitacional, em áreas urbanas;
- Zelar pela gestão democrática através da participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- Incorporar, no que couberem, os instrumentos propostos ou regulamentados pelo Estatuto da Cidade, de modo a:
 - Ampliar a oferta de moradias;
 - Ampliar as áreas destinadas à habitação de interesse social;
 - Propiciar, induzir e promover a recuperação urbanística e a regularização fundiária nas novas cidades consolidadas, aglomerados subnormais, condomínios de interesse social ou assentamentos irregulares;
 - Qualificar habitações precárias.

As Diretrizes Específicas foram organizadas em quatro Eixos Estratégicos, a saber:

TABELA 6 – EIXOS ESTRATÉGICOS E DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Eixo Estratégico	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ESTRUTURA INSTITUCIONAL	CONSOLIDAR A CODHAB COMO ÓRGÃO ESPECÍFICO PARA A GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL E EXECUÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELA SEDHAB, A SER COMPOSTO POR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DIMENSIONADA ÀS DEMANDAS EXISTENTES. FORTALECER A GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL, INCLUINDO O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.

SFCL PRODC 00003

115-Folha Nº 003754 VER=50



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
339 de 465

TABELA 6 – EIXOS ESTRATÉGICOS E DIRETRIZES ESPECÍFICAS

EIXO ESTRATÉGICO	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
BASES DE DADOS	PROMOVER RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO
	CONSTRUIR BASE DE DADOS VOLTADA AO RECONHECIMENTO DOS PROBLEMAS HABITACIONAIS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DE QUALIFICAÇÃO DE MORADIA DE INTERESSE SOCIAL, A FIM DE EXCLUI-LOS DO CADASTRO GERAL.
	ÁREAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS E QUE POSSAM SER DESTINADAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.
	CONSTITUIR BANCO DE TERRAS NA CODHAB.
APRIMORAMENTO LEGAL	PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS NO TOCANTE À INTERPRETAÇÃO E À APLICAÇÃO DOS ATUAIS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE TRATAM DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E QUALIFICAÇÃO DE MORADIA.
	PROMOVER A REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DISTRITAL APLICÁVEL À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.
	IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA.
NECESSIDADE HABITACIONAL	ESTABELECEER METAS DE INVESTIMENTO DISTRITAL PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS HABITAÇÕES E EQUACIONAMENTOS DO DÉFICIT HABITACIONAL, VOLTADAS PRINCIPALMENTE AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS.
	ESTIMULAR PARCERIAS COM EMPRESAS, ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA, E OUTRAS AFINS.
	PROMOVER A CRIAÇÃO DE UM BANCO DE TERRAS NA CODHAB, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE INTERESSE SOCIAL.
	PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS NO TOCANTE À INTERPRETAÇÃO E À APLICAÇÃO DOS ATUAIS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE TRATAM DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E QUALIFICAÇÃO DE MORADIA.
	PROMOVER À REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DISTRITAL APLICÁVEL A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.
	REESTRUTURAR A CODHAB PARA O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO.
	PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS NO TOCANTE À INTERPRETAÇÃO E À APLICAÇÃO DOS ATUAIS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE TRATAM DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E QUALIFICAÇÃO DE MORADIA.
	CRIAR PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO A FIM DE PROMOVER A MELHORIA DAS HABITAÇÕES EXISTENTES
	PROMOVER A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.
	ESTIMULAR PARCERIAS COM EMPRESAS, ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA E OUTRAS AFINS.
REESTRUTURAR A CODHAB PARA O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO	
PROMOVER RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO.	

FONTE: PLANDIHS.

Após a definição dos Eixos Estratégicos e correspondentes Diretrizes Específicas, foram estabelecidos sete programas a serem implementados no Distrito Federal até 2014, conforme a tabela a seguir:

TABELA 7 – RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL POR MEIO DO FORTALECIMENTO DA CODHAB COMO ÓRGÃO EXECUTOR DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL.
PROGRAMA DE RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	CRIAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS GEORREFERENCIADO ARTICULADO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL (SITURB), COMPOSTO POR INFORMAÇÕES A CERCA DO CADASTRO IMOBILIÁRIO DA CODHAB, COM DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS RELEVANTES AO PLANEJAMENTO E GESTÃO HABITACIONAL.



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
340 de 465

TABELA 7 – RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
PROGRAMA DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	DESTINADO A ELIMINAR AS INCONSISTÊNCIAS DE TEOR DA ATUAL LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, COMPATIBILIZÁ-LA ÀS NORMATIVAS URBANÍSTICAS ATUAIS E DAR BASE LEGAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANDHIS.
PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA POLÍTICA URBANA	VISA CONSOLIDAR E DOTAR DE EFICÁCIA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA POLÍTICA URBANA.
PROGRAMA MORAR BEM	AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SOLUÇÃO DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL E A AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL ATRAVÉS DA INDUÇÃO E APOIO DO PODER PÚBLICO À PRODUÇÃO DE NOVAS HABITAÇÕES POR AGENTES PRIVADOS E SOCIAIS. AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SOLUÇÃO DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL POR MEIO DE PARCERIAS ENTRE O MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO E O GDF VISANDO À AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DE NOVAS HABITAÇÕES POR AGENTES DO MOVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REGULARIZOU, É SEU!	LEGALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES E CIDADES JÁ EXISTENTES NO DF, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E À ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS PARA A PROMOÇÃO DA ADEQUAÇÃO URBANÍSTICA E HABITACIONAL DESSES PARCELAMENTOS.
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE MORADIA	QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E BENEFÍCIOS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, DESDE QUE ATENDIDOS ALGUNS CRITÉRIOS.

FONTE: PLANDHIS.

Segundo a descrição da Tabela 7, os Programas Morar Bem e de Qualificação de Moradia estão diretamente correlacionadas com o OE 001 do Programa 6218. Já em relação ao OE 002, não há programas relacionados.

1.3.2 PROGRAMA MORAR BEM

Segundo o relatório de atividades de 2013 da SEDHAB, em 10/05/2011 essa Secretaria lançou a Nova Política Habitacional, com o Programa Morar Bem, apresentando o primeiro pacote de habitações de interesse social com 10 mil unidades habitacionais.

Ainda de acordo com o citado relatório, o programa visa ao provimento de solução habitacional completa com infraestrutura e equipamentos públicos; adensamento de áreas urbanas para otimização da infraestrutura implantada; e financiamento das unidades habitacionais, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, com a finalidade de oferecer a oportunidade da casa própria para quem precisa e em condições especiais.



Controladoria-Geral

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
341 de 465

1.3.2.1 CADASTRO HABITACIONAL

Segundo a página eletrônica do “PROGRAMA MORAR BEM”, <http://www.morarbem.df.gov.br/direito.aspx?pagina=direito>, para ter acesso à moradia digna o primeiro passo é o cadastramento no Novo Cadastro da Habitação – NCH, momento em que o Estado conhece a necessidade social de cada família do DF e classifica cada uma delas conforme os critérios sociais.

As regras atuais para o cadastramento no NCH estão estipuladas no Decreto nº 33.965/2012.

Consoante esse Decreto, o NCH é composto por candidatos inscritos espontaneamente e de forma individualizada junto à CODHAB e por candidatos filiados a associações e cooperativas.

Além disso, os candidatos inscritos de forma individualizada serão agrupados na Relação de Inscrições Individuais e posteriormente classificados segundo os critérios de pontuação. Similarmente, os candidatos filiados a associações e cooperativas habitacionais credenciadas serão agrupados na Relação de Inscrição por Entidades e também deverão ser classificados por entidade, segundo os critérios de pontuação vigentes. A inscrição do candidato é admitida em apenas uma relação.

Os critérios de classificação dos candidatos inscritos nesse cadastro estão dispostos no Anexo Único ao Decreto nº 33.177/2011.

De acordo com a página eletrônica do “PROGRAMA MORAR BEM”, o NCH deve ser processado seguindo necessariamente seis passos: cadastramento, classificação, comprovação de dados/habilitação, manifestação de interesse por um projeto, indicação da demanda ao banco financiador (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) e titulação.

A Lei Distrital nº 3.877/2006 estabelece que as entidades organizadas (associações e cooperativas) têm direito a 40% de todo o atendimento ofertado, entretanto, os números do NCH apontam que as associações e cooperativas representam apenas 8,72% do total de inscritos. A Lei dispõe ainda que pode participar dos programas habitacionais de interesse social o interessado que atender aos seguintes requisitos, entre eles:

- Ter maioria ou ser emancipado na forma da lei;
- Residir no Distrito Federal nos últimos cinco anos;



Controladoria-Geral

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
342 de 465

- Não ser, nem ter sido proprietário, promitente comprador ou cessionário de imóvel residencial no Distrito Federal;
- Não ser usufrutuário de imóvel residencial no Distrito Federal;
- Ter renda familiar de até doze salários mínimos.

1.3.3 CRIAÇÃO DE SETORES HABITACIONAIS

De acordo com a Lei Complementar nº 854/2012, que atualizou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, foram definidas novas áreas habitacionais para implantação de projetos e programas habitacionais de iniciativa pública.

Segundo o referido Plano, a prioridade, quando da oferta dessas novas áreas, é a ocupação dos vazios intraurbanos ou a ocupação de áreas próximas aos núcleos urbanos consolidados, que ofereçam ou possibilitem oferecer serviços, comércios e equipamentos comunitários.

Conforme informações referentes ao que ocorreu desde o início do Programa Morar Bem/MCMV em 2011, o cenário dos setores habitacionais no âmbito do DF em 31/12/2014 era o seguinte:

TABELA 8 – PROJETOS HABITACIONAIS

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE UNID. HABIT. PREVISTAS NO TOTAL DESDE 2011	QUANTIDADE DE UNID. HABIT. ENTREGUES ATÉ 31/12/2014	SITUAÇÃO
PARQUE DO RIACHO	RIACHO FUNDO II	5.904	1440	OBRAS AINDA EM EXECUÇÃO
PARANOÁ PARQUE	PARANOÁ	6.240	1.856	OBRAS AINDA EM EXECUÇÃO
JARDINS MANGUEIRAL	SÃO SEBASTIÃO	8.000	7.504	OBRAS AINDA EM EXECUÇÃO
PARQUE DAS BÊNÇÃOS	RECANTO DAS EMAS	24.640	0	APROVADO PELO CONPLAN
ITAPOÃ PARQUE	ITAPOÃ	12.112	0	APROVADO PELO CONPLAN
EXPANSÃO JARDINS MANGUEIRAL (DENTE)	SÃO SEBASTIÃO	1.502	0	APROVADO PELO CONPLAN
BAIRRO NACIONAL	SÃO SEBASTIÃO	3.872	0	EM FASE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
BAIRRO CRIXÁ	SÃO SEBASTIÃO	2.960	0	EM FASE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
PLANALTINA PARQUE	PLANALTINA	4.608	0	SEGUNDO INFORMAÇÕES DA CODHAB A OBRA NÃO SERÁ MAIS CONTRATADA
RECANTO DAS EMAS QUADRAS 117 E 118	RECANTO DAS EMAS	1.736	0	EM FASE DE ASSINATURA DE CONTRATO COM O AGENTE FINANCEIRO
RIACHO FUNDO II 3ª ETAPA	RIACHO FUNDO II	1.800	0	EM FASE DE ASSINATURA DE CONTRATO COM O AGENTE FINANCEIRO
SAMAMBAIA H4	SAMAMBAIA	1008	168	OBRAS AINDA EM EXECUÇÃO



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
343 de 465

TABELA 8 – PROJETOS HABITACIONAIS

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE UNID. HABIT. PREVISTAS NO TOTAL DESDE 2011	QUANTIDADE DE UNID. HABIT. ENTREGUES ATÉ 31/12/2014	SITUAÇÃO
SANTA MARIA	SANTA MARIA	168	84	OBRAS AINDA EM EXECUÇÃO
COER	SOBRADINHO II	33	0	OBRAS AINDA EM EXECUÇÃO
VARJÃO	VILA VARJÃO	152	0	EM FASE DE ASSINATURA DE CONTRATO COM O AGENTE FINANCEIRO
ESTRUTURAL	ESTRUTURAL	286	0	SEGUNDO INFORMAÇÕES DA CODHAB A OBRA NÃO SERÁ MAIS CONTRATADA
NOVA PETRÓPOLIS	PLANALTINA	2.496	0	EM FASE DE SELEÇÃO DE EMPRESA
SETOR MEIRELES	SANTA MARIA	3.936	0	MODELAGEM DE PPP
MANGUEIRAL PARQUE	SÃO SEBASTIÃO	3.984	0	MODELAGEM DE PPP
NOVA COLINA	SOBRADINHO	2.500	0	AGUARDANDO TOPOGRAFIA E PLANO DE OCUPAÇÃO

FONTE: OFÍCIO Nº524.000.021/2015 – SUAG/SEGETH

Ainda a respeito dos projetos habitacionais, verificou-se a criação, em 2013, do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais – GRUPOHAB, vinculado à SEDHAB, com o objetivo de centralizar e agilizar a tramitação dos projetos de parcelamento do solo para fins residenciais e de núcleos habitacionais a serem implantados nas áreas que constituem a Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais e da Estratégia de Regularização Fundiária Urbana, relativas à regularização fundiária de Áreas de Interesse Social – ARIS, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, em decorrência da execução das políticas de provisão habitacional e de regularização fundiária do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 34.476/2013.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 002 visa recuperar créditos oriundos da Carteira Imobiliária.

Com o intuito de explicar o processo de recuperação de crédito, faz-se necessário descrever um pequeno roteiro desse referido processo.

Primeiramente há o procedimento de depuração dos contratos da carteira imobiliária da CODHAB que consiste em analisá-lo a fim de verificar a veracidade e consistência dos dados bem como o valor em crédito. Depois há o ato de habilitação que, assim como o da depuração, também, em tese, é realizado no âmbito da CODHAB.



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
344 de 465

Por fim, acontece na Caixa Econômica Federal o procedimento de homologação, propiciando a posterior novação contratual. Então se pode dizer, grosso modo, que o processo de recuperação de crédito tem como pré-requisito o processo de novação do contrato o qual deriva dos procedimentos de depuração, habilitação e homologação conforme explicado.

1.4.1 ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA

No âmbito da administração da carteira imobiliária distrital há em vigor o contrato nº 07/2013 firmado entre a CODHAB e a empresa SÍNTESE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 00.990.055/0001-96, cujo objeto é a prestação mensal de serviços de fornecimento e manutenção do sistema informatizado para administração da carteira imobiliária.

De acordo com uma análise realizada no processo inerente ao referido instrumento, o valor total atual desse Contrato é R\$ 224.390,52 e, conforme o faturamento do mês de novembro de 2014, havia a manutenção de 86.687 contratos inativos e apenas dois ativos. Referente a novembro foi faturado exatos R\$ 17.540,43 e os valores cobrados por cada contrato ativo é de R\$ 0,99 e inativo de R\$ 0,22.

Há uma ação orçamentária com esse objeto, prevista na LOA 2014, e que executou quase R\$ 143 mil, conforme apresentado mais adiante na Tabela 10.

1.4.2 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÕES E VARIAÇÕES SALARIAIS

Faz-se necessário resumir o que é o Fundo de Compensações e Variações Salariais – FCVS para melhor contextualização do tema. O Fundo de Compensação de Variações Salariais foi criado em 1967 pelo já extinto Banco Nacional de Habitação – BNH sendo hoje gerido pelo Ministério da fazenda e administrado pela Caixa Econômica Federal.

O Fundo tem a finalidade de:

- Garantir o equilíbrio da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro Habitacional – SFH;
- Garantir o limite de prazo para amortização dos financiamentos habitacionais contraídos pelos mutuários no SFH;
- Cobrir o saldo devedor de financiamento imobiliário, total ou parcial, em caso de morte ou invalidez permanente do mutuário, as despesas de



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
345 de 465

recuperação ou indenização decorrentes de danos físicos ao imóvel e as perdas de responsabilidade civil do construtor;

- Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito.

Em meados da década de 90, o Governo Federal, objetivando equacionar o significativo passivo contingente, decidiu pela novação das dívidas do FCVS mediante a securitização. Assim, foi promulgada a Lei Federal nº 10.150/2000 autorizando a União a novar tais dívidas, após a prévia compensação entre débitos originários de contribuições devidas pelos agentes financeiros ao Fundo e créditos decorrentes dos resíduos apurados dos contratos, condicionado, ainda, ao pagamento das demais dívidas no âmbito do SFH.

Agora, no âmbito do Distrito Federal, verificou-se que no ano de 2013 a CODHAB lançou o Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2013, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de tratamento de dados dos Contratos de Financiamento Habitacional dessa companhia, com vista ao ressarcimento dos créditos junto ao FCVS.

Todavia, por meio da Decisão nº 216/2014, o Tribunal de Contas do DF determinou a suspensão do mencionado pregão até ulterior deliberação dessa Corte tendo em vista que a CODHAB não demonstrou que os valores da proposta da licitante vencedora eram compatíveis com os valores de mercado.

No final de agosto de 2014, a Corte de Contas expediu a Decisão nº 4.196/2014 deliberando pelo prosseguimento do processo licitatório o que permitiu a CODHAB assinar o contrato nº 23/2014 com a empresa vencedora do certame, Eloneth Habitação, Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ nº 02.371.211/0001-66 o que propiciou o início dos trabalhos de recuperação dos referidos créditos.

Por fim, é oportuno dizer que a CODHAB estima recuperar cerca de R\$ 360 milhões depois de novados todos os contratos junto ao FCVS.

1.4.3 TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL

Em 2014 houve pouco avanço desse tema. Apesar de existir uma ação orçamentária prevista na LOA 2014, não houve despesa autorizada. Segundo a CODHAB, houve apenas a elaboração do termo de referência inerente ao processo licitatório que objetiva contratar uma empresa especializada em tratamento de acervo documental com serviço de digitalização.

SFL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003738



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
346 de 465

1.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Na Tabela 9 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do Programa 6218, por Unidade Orçamentária. Ressalta-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 3.

TABELA 9 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA, POR UO R\$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
22101	10.427.224	18,0	8.446.511	7,3	81,0	181.493	2,2	2,1	181.493	2,2	100,0	2,1
28101	38.527.094	66,5	42.806.611	37,1	111,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
28209	6.899.754	11,9	57.455.491	49,8	832,7	8.094.148	97,8	14,1	8.094.148	97,8	100,0	14,1
28905	2.067.000	3,6	6.772.663	5,9	327,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	57.921.072		115.481.276		199,4	8.275.641		7,2	8.275.641		100,0	7,2

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 26/01/2015

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do Programa

Já na Tabela 10 demonstra-se a execução orçamentário-financeira por Ação.

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA, POR AÇÃO R\$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1213	10.000	0,0	3.792.153	3,3	37921,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1658	6.010.622	10,4	5.686.922	4,9	94,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1968	2.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3023	38.638.389	66,7	42.869.688	37,1	111,0	63.076	0,8	0,1	63.076	0,8	100,0	0,1
3059	4.302.957	7,4	2.696.512	2,3	62,7	118.417	1,4	4,4	118.417	1,4	100,0	4,4
3152	2.055.000	3,5	2.055.000	1,8	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3571	2.361.364	4,1	44.422.176	38,5	1881,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4013	143.350	0,2	143.316	0,1	100,0	142.638	1,7	99,5	142.638	1,7	100,0	99,5
4033	1.051.390	1,8	996.968	0,9	94,8	676.481	8,2	67,9	676.481	8,2	100,0	67,9
4045	3.336.300	5,8	12.559.791	10,9	376,5	7.016.278	84,8	55,9	7.016.278	84,8	100,0	55,9
4231	2.350	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
5035	7.350	0,0	258.750	0,2	3520,4	258.750	3,1	100,0	258.750	3,1	100,0	100,0
TOTAL	57.921.072		115.481.276		199,4	8.275.641		7,2	8.275.641		100,0	7,2

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 26/01/2015

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do Programa

Destacam-se nas tabelas o empenho e liquidação de apenas 7,2% da Despesa Autorizada. Impactaram para esse resultado as Ações 3023 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC e 3571 – MELHORIAS HABITACIONAIS, que juntas perfaziam 75,6% do



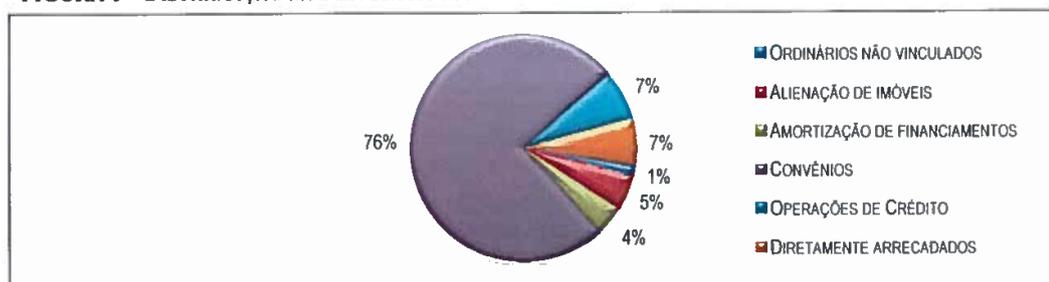
Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
347 de 465

montante da despesa autorizada, mas contribuíram com apenas 0,8% do total empenhado no Programa.

Analisando-se as fontes de recursos do Programa, verifica-se que 83% da Despesa Autorizada foi proveniente de Convênios ou Operações de Crédito, conforme apresentado na Figura 1:

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA AUTORIZADA POR FONTE DE RECURSO



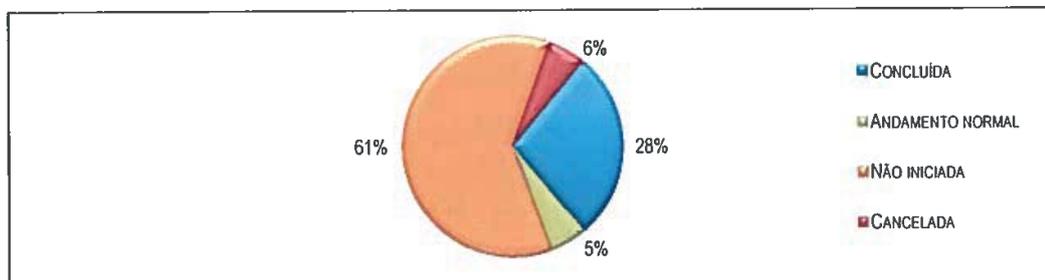
FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 26/01/2015

1.6 EXECUÇÃO FÍSICA

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGo. No referido Sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As referidas etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente.

Na Figura 2 é apresentada a estatística do estágio das Etapas cadastradas no SAG para o Programa ao final do exercício de 2014.

FIGURA 2 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SAG/SIGGo (DISCOVERER) – 6º BIMESTRE/2014

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003759



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
348 de 465

Observa-se que 67% das Etapas cadastradas no Programa finalizaram o exercício em estágio de desvio (canceladas ou não iniciadas).

2 ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados de abril de 2014 a fevereiro de 2015, sendo que a abrangência das ações auditadas ficou restrita ao ano de 2014.

Como suporte inicial para realização do trabalho, verificou-se a legislação pertinente a cada uma das Ações, quando existia; acompanhou-se a divulgação de notícias nos meios de comunicação social (internet, televisão e jornal) sobre assuntos pertinentes ou correlatos às Ações em exame e extraíram-se do SIAC e do SAG, ambos módulos do SIGGo, os valores das despesas realizadas em cada uma dessas Ações, bem como o respectivo acompanhamento de suas realizações físicas.

Para a avaliação da eficácia utilizou-se a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, bem como as respostas às subquestões relacionadas também a eficácia elaboradas em função dos pontos críticos identificados na fase de planejamento de auditoria.

Para a avaliação da eficiência foram consideradas as respostas às subquestões de auditoria baseadas em pontos relevantes identificados na fase de planejamento, tais como: a aderência do Programa à legislação referente à política habitacional local e a racionalização no processo de construção e entrega das unidades habitacionais.

2.1 QUESTÕES DE AUDITORIA

Considerando a essência do programa temático auditado, ou seja, os seus objetivos específicos, suas metas, indicadores e índices referentes a o exercício de 2014, foram elaboradas as seguintes questões e subquestões de auditoria, com a apresentação, entre parênteses, da dimensão de desempenho avaliada, quando couber:

1. Promoveu-se a criação ou ampliação, em 2014, de setores habitacionais de forma a atender à dinâmica de crescimento populacional no Distrito Federal baseada numa política habitacional local?
 - 1.1. Foram criados ou ampliados, em 2014, setores habitacionais? (Eficácia)



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
349 de 465

- 1.2. A execução do Programa contemplou todas as zonas (urbana e rural) e faixas de renda previstas na política habitacional distrital? (Eficiência)
2. Houve redução do déficit habitacional local, mediante a construção de unidades habitacionais em 2014?
 - 2.1. Foram construídas e entregues 20.000 unidades habitacionais em 2014? (Eficácia)
 - 2.2. Houve racionalização na tramitação dos projetos de parcelamento do solo, reduzindo o tempo de entrega das unidades habitacionais? (Eficiência)
3. Foram recuperados, em 2014, créditos relativos ao saldo devedor dos financiamentos dos mutuários que fazem parte da carteira de crédito imobiliário do Distrito Federal?
 - 3.1. Foram depurados os 10.000 contratos previstos para 2014, conforme meta da CODHAB? (Eficácia)
 - 3.2. Foram novados os 10.000 contratos previstos para 2014, conforme meta da CODHAB? (Eficácia)
 - 3.3. Foram arrecadados R\$ 1 milhão dos valores em atraso em 2014? (Eficácia)

3 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste tópico serão apresentadas as respostas às subquestões de auditoria organizadas por dimensão de desempenho a qual se relacionam.

3.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA

Este tópico será composto pelas respostas das subquestões de auditoria relacionadas à eficácia, bem como pela apresentação da última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia.

SPL FROD 00003 /15-Folha Nº 003760



Controladoria-Geral

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
350 de 465

3.1.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA

3.1.1.1 SUBQUESTÃO 1.1 – FORAM CRIADOS OU AMPLIADOS, EM 2014, SETORES HABITACIONAIS? (EFICÁCIA)

Sim. Por meio do Decreto nº 35.854/2014, foi aprovado o Projeto Urbanístico de Parcelamento do Setor Habitacional Mangueiral – SHMA, Quadras QC 8A, QC 8B, QC 9A, QC 9B, Avenida Mangueiral, Praça Central e Centro Regional 04, na região administrativa de São Sebastião, o que permitirá a ampliação desse setor em mais 1.502 novas unidades habitacionais.

Questionada se havia metas no PPA vigente sobre esse tema e especificamente para o exercício de 2014, a SEDHAB informou que não. Segundo a Secretaria, a criação ou ampliação de setores habitacionais vão sendo realizadas em função da necessidade de criação de unidades habitacionais.

3.1.1.2 SUBQUESTÃO 2.1 – FORAM CONSTRUÍDAS E ENTREGUES 20.000 UNIDADES HABITACIONAIS EM 2014? (EFICÁCIA)

Não. No total foram entregues apenas 6.829 unidades habitacionais em 2014, segundo informação da CODHAB, conforme tabela a seguir, o que representa 34% da meta estabelecida no PPA para 2014.

TABELA 11 – UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES EM 2014

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES ATÉ 31/12/2014
PARQUE DO RIACHO	RIACHO FUNDO II	1.440
PARANOÁ PARQUE	PARANOÁ	1.856
JARDINS MANGUEIRAL	SÃO SEBASTIÃO	3.146
SAMAMBAIA H4	SAMAMBAIA	168
SANTA MARIA	SANTA MARIA	75
TOTAL		6.829

FONTE: DIRETORIA DE PRODUÇÃO/CODHAB

Cabe ressaltar que a faixa de renda das famílias contempladas nas unidades habitacionais pertencentes ao projeto Jardins Mangueiral é superior à prevista no Indicador 883 (Tabela 5), que é de até cinco salários mínimos. Já a faixa de renda das famílias do Mangueiral varia de R\$ 1.600,00 até 12 salários mínimos.

SER. PROC. 00003 /15-Folha Nº 003730 Versão 11/11/15



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
351 de 465

A justificativa da SEDHAB em não alcançar a meta inicialmente estabelecida de construir 20.000 unidades se deveu a existência de inúmeros fatores, tais como: questões fundiárias e cartoriais, registros das unidades mobiliárias em cartório, licenciamento ambiental, assinatura de contrato com o agente financeiro e problemas na execução das obras.

Questionada se tais fatores poderiam ter sido considerados no planejamento do PPA vigente, a Secretaria respondeu em destaque que as questões fundiárias são tratadas pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, que, por sua vez, sofre diversos questionamentos nos cartórios de registros, sejam impugnações oriundas de cidadãos com interesse na área a ser registrada ou por problemas nas poligonais dos parcelamentos. Esses problemas só surgem na ocasião da solicitação dos registros e dessa forma fogem do campo inicialmente planejado.

A Secretaria enfatizou também que o licenciamento ambiental é fator de impedimento para execução do programa. Mesmo planejado e acompanhado para o cumprimento de prazos, ele sofre ações externas, por ter que ser tratado por diversos órgãos federais e distritais. Durante todo esse processo são feitas exigências e os prazos muitas vezes não são alcançados, acarretando um atraso em cadeia de todo o processo para obtenção do licenciamento ambiental.

Diante de toda essa explanação, perguntou-se quais seriam então as metas reais e factíveis para os exercícios de 2014 e 2015 e a Secretaria respondeu que, baseada nos levantamentos e avaliações da CODHAB, para os anos de 2014 e 2015 seriam respectivamente 13.064 e 27.529 unidades habitacionais.

Percebe-se que, mesmo diante de uma brusca redução da meta para o exercício de 2014, quando comparado à meta inicial no PPA, o resultado obtido de 6.838 unidades habitacionais construídas representa apenas 52,3% das 13.064 unidades previstas.

3.1.1.3 SUBQUESTÃO 3.1 – FORAM DEPURADOS OS 10.000 CONTRATOS PREVISTOS PARA 2014, CONFORME META DA CODHAB? (EFICÁCIA)

Não. Em função da suspensão do procedimento licitatório, determinado pelo TCDF no começo do primeiro semestre de 2014, apenas no mês de agosto do mesmo ano é que a Decisão nº 4.196/2014 da Corte de Contas permitiu o prosseguimento da licitação. Em 26/11/2014 a CODHAB assinou o contrato nº 23/2014 com a empresa vencedora do certame e só então foram iniciados os trabalhos de depuração dos contratos imobiliários juntos ao FCVS.

SPL FPOC 00003 /15-Folha Nº 003761



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
352 de 465

Diante desse início tardio do processo depuratório, foi possível apenas depurar 3.000 contratos em 2014. Tal resultado ficou muito distante da meta interna da Companhia que eram 10.000 contratos, bem como mais distante ainda dos 41.000 contratos previstos para o quadriênio do PPA vigente conforme Tabela 2, comprometendo a eficácia do Programa.

3.1.1.4 SUBQUESTÃO 3.2 – FORAM NOVADOS OS 10.000 CONTRATOS PREVISTOS PARA 2014, CONFORME META DA CODHAB? (EFICÁCIA)

Não. Primeiramente, considera-se “novação” uma operação jurídica que consiste em criar uma nova obrigação, substituindo e extinguindo a obrigação anterior e originária.

A companhia, semelhante à meta de depuração, também estipulou como meta para 2014 a novação de 3.000 contratos, pois o processo de novação é posterior ao de depuração. Mas em 2014 nenhum contrato foi novado, comprometendo mais uma vez a eficácia do Programa.

3.1.1.5 SUBQUESTÃO 3.3 – FORAM ARRECADADOS R\$ 1 MILHÃO DOS VALORES EM ATRASO EM 2014? (EFICÁCIA)

Não. Faz-se necessário antes esclarecer que essa meta de R\$ 1 milhão é decorrente da redução na dívida prevista no Indicador 893 do PPA vigente.

Segundo informações da Companhia, a dívida atualizada em 31/10/2013 era de R\$ 98 milhões. Contudo, com a aplicação da fórmula da Caixa Econômica Federal verificada na Súmula DIFIN nº 09/2011 da CODHAB, tal dívida foi reduzida para R\$ 37,7 milhões em 31/12/2013.

Para contribuir mais ainda com essa redução no saldo devedor dos mutuários da Carteira de Crédito Imobiliária da CODHAB, no último dia do ano de 2013 foi sancionada a Lei Distrital nº 5.287/2013 remetindo quase R\$ 26 milhões do débito de 5.582 mutuários junto à CODHAB que se somou ainda com cerca de R\$ 8,6 milhões prescritos relativos a 252 contratos conforme Súmula DIFIN nº 02/2014 da CODHAB.

Do saldo devedor que sobrou devido essas duas grandes reduções da Carteira de Crédito em 2014, foram arrecadados exatamente R\$ 768.647,88 durante todo o exercício de 2014 restando, em 31/12/2014, cerca de R\$1,5 milhão a serem cobrados em 2015.

SRL FROU 00003 /15-FOLHA Nº 003761 VER=53



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
353 de 465

No que tange a avaliação de eficácia, o valor arrecadado representou 76,8% do previsto para 2014.

3.1.2 INDICATIVO DE EFICÁCIA

Na Tabela 12 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, tendo como parâmetro a realização física das Etapas cadastradas no SAG.

TABELA 12 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R\$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO ⁽¹⁾ (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1213	0,0%	0,0%	10.000	3.792.153	3.802.153	2,2%	0,0%
1658	0,0%	0,0%	6.010.622	5.686.922	11.697.544	6,7%	0,0%
1968	0,0%	0,0%	2.000	0	2.000	0,0%	0,0%
3023	0,1%	0,1%	38.638.389	42.869.688	81.508.077	47,0%	0,0%
3059	5,9%	5,9%	4.302.957	2.696.512	6.999.469	4,0%	0,2%
3152	0,0%	0,0%	2.055.000	2.055.000	4.110.000	2,4%	0,0%
3571	0,0%	0,0%	2.361.364	44.422.176	46.783.540	27%	0,0%
4013	100,0%	100,0%	143.350	143.316	286.666	0,2%	0,2%
4033	100,0%	100,0%	1.051.390	996.968	2.048.358	1,2%	1,2%
4045	70,2%	70,2%	3.336.300	12.559.791	15.896.091	9,2%	6,4%
4231	0,0%	0,0%	2.350	0	2.350	0,0%	0,0%
5035	100,0%	100,0%	7.350	258.750	266.100	0,2%	0,2%
TOTAL			57.921.072	115.481.276	173.402.348 ⁽²⁾	100,0%	8,2% ⁽³⁾

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2015

⁽¹⁾ P= VA / VAT

⁽²⁾ VAT – Valor Acumulado Total

⁽³⁾ IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Observa-se que o resultado obtido para o IE, de 8,2% aponta para uma eficácia muito abaixo do previsto em suas metas, o que se coaduna com a também baixíssima execução orçamentário-financeira das Ações analisadas.

Assim como foi enfatizado no comentário referente às tabelas 9 e 10, também aqui no Indicativo de Eficácia as Ações que significativamente contribuíram para esse resultado foram: 3023 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC e 3571 – MELHORIAS HABITACIONAIS, onde só elas perfizeram o peso de 74%, conforme demonstrado na tabela anterior.

CSJ F50T 00007 /15-Frühia NE 003762



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
354 de 465

3.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA

Considerando-se as respostas obtidas para as subquestões de auditoria e o resultado do IE avalia-se que o programa auditado teve eficácia muito abaixo do que foi previsto nas metas para 2014.

3.2 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Neste tópico será feita uma análise da eficiência a partir das respostas obtidas para as subquestões de auditorias relacionadas a essa dimensão de desempenho.

3.2.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICIÊNCIA

3.2.1.1 *SUBQUESTÃO 1.2 – A EXECUÇÃO DO PROGRAMA CONTEMPLA TODAS AS ZONAS (URBANA E RURAL) E FAIXAS DE RENDA PREVISTAS NA POLÍTICA HABITACIONAL DISTRITAL? (EFICIÊNCIA)*

Não. Por meio da Lei nº 3.877/2006 foi estabelecida a Política Habitacional do Distrito Federal, a ser dirigida ao meio urbano e rural, em integração com a União, com vistas à solução da carência habitacional para todos os segmentos sociais, com prioridade para a população de média e baixa renda.

Em 10/05/2011 o Governo do Distrito Federal lançou a Nova Política Habitacional, com o Programa Morar Bem, que visava ao provimento de solução habitacional completa com infraestrutura e equipamentos públicos; adensamento de áreas urbanas para otimização da infraestrutura implantada; e financiamento das unidades habitacionais em condições especiais, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV do Governo Federal, com a finalidade de oferecer a oportunidade da casa própria para quem precisa. Tal política, fundamentada principalmente na Lei nº 3.877/2006 ainda vem sendo implementada na data do fechamento desse relatório de auditoria.

Mas, apesar da Lei nº 3.877/2006 prever, dentre outros itens, uma política habitacional, a ser dirigida ao meio rural, bem como para todos os segmentos sociais e com todas as faixas de rendas, o único programa habitacional em vigor não alcançou nem o meio rural nem a faixa de renda alta.

SPL PROC 00003

115-Folha Nº 003762 ver.50



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
355 de 465

3.2.1.2 SUBQUESTÃO 2.2 – HOUE RACIONALIZAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE PARCELAMENTO DO SOLO, REDUZINDO O TEMPO DE ENTREGA DAS UNIDADES HABITACIONAIS? (EFICIÊNCIA)

Sim. Com a publicação do Decreto Distrital nº 34.476/2013 foi criado o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais – GRUPOHAB, vinculado à SEDHAB e que tem o objetivo de centralizar e agilizar a tramitação dos projetos de parcelamento do solo para fins residenciais e de núcleos habitacionais a serem implantados nas áreas que constituem a Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais e da Estratégia de Regularização Fundiária Urbana, relativas à regularização fundiária de Áreas de Interesse Social – ARIS, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT.

O grupo é formado por representantes de vários órgãos distritais tais como CODHAB, Secretaria de Obras, CAESB, CEB, Novacap e IBRAM, entre outros, que se reúnem periodicamente e em regra três vezes por semana.

Antes da existência do Grupo, fazia-se necessário os processos administrativos passarem em vários órgãos distritais sequencialmente tornando o procedimento muito demorado. Questionada sobre a agilidade de fato do Grupo, a SEDHAB exemplificou que nos primeiros seis meses de sua criação, o referido grupo promoveu a análise e aprovação de três projetos de parcelamento de solo (Parque das Bênçãos, Itapoã Parque e Dente do Manguelral).

Outro ponto destacado pela Secretaria é que a atuação do Grupo também abrange a colaboração para os processos de registros cartoriais, e, quando finalizada as obras, interage diretamente com os agentes envolvidos nas vistorias para emissão da Carta de Habite-se, promovendo a redução de prazo de seis meses para apenas 15 dias.

Outro fato que colaborou e vem colaborando para a redução de tempo foi a assinatura do Contrato nº 003/2014–CODHAB em março de 2014 firmado entre a Geris Engenharia e Serviços Ltda, CNPJ nº 69.102.457/0001-3, e a Companhia com o intuito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras e serviços de todos os empreendimentos do programa Morar Bem durante 30 meses.

De forma resumida, pode-se dizer que vários fiscais da empresa contratada vão todos os dias em todos os canteiros de obras verificar se o cronograma está sendo cumprido e se a qualidade do material de construção e dos serviços prestados pelas empreiteiras está de acordo com o que estabelecem os editais de licitação.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 0037/63



Controladoria-Geral

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6218
356 de 465

3.2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Considerando-se as respostas obtidas para as subquestões de auditoria relacionadas à eficiência, pode-se dizer que houve eficiência no que tange a racionalização do processo de produção das unidades habitacionais, mas a implementação da política habitacional não atingiu todos as áreas e seguimentos sociais previstos em lei. Além disso, diante dos problemas relacionados à eficácia, avalia-se que o Programa 6218 foi executado com eficiência abaixo do desejado para reduzir o déficit habitacional e recuperar os créditos da carteira imobiliária.

4 CONCLUSÃO

Diante das respostas as subquestões de auditoria, bem como das análises orçamentário-financeira e física das Ações, avalia-se que o Programa 6218 – HABITAÇÃO teve eficácia muito abaixo do previsto e eficiência abaixo do desejado para reduzir o déficit habitacional e recuperar os créditos da carteira imobiliária.

Impactaram negativamente a eficácia, o não atingimento das metas previstas para: a criação e ampliação de setores habitacionais, a entrega de unidades habitacionais, novação de contratos e recuperação de créditos.

Quanto à eficiência, além de ter sido afetada pela baixa eficácia, foi também prejudicada pela não abrangência do Programa a todos os segmentos sociais e localidades previstas na Política Habitacional distrital. Como ponto positivo destaca-se a racionalização de procedimentos referentes a projetos de parcelamento do solo, ocorrida por meio da criação do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais.

SP- PROC 00003

/15-Folha N.º 003/53 VERS.0



Subsecretaria de
Controle Interno

357 de 465

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA
DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO
EXERCÍCIO 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219 – CULTURA**

RESUMO

O Programa 6219 – CULTURA tem como objetivo lançar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal de forma a promover a cultura como direito da cidadania, instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento, por meio de ações de incentivo à leitura, preservação do patrimônio cultural e promoções de atividades culturais. A Unidade responsável por sua execução é a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Em 2014 a Despesa Autorizada do Programa foi de R\$ 153.3 milhões, dos quais R\$113.9 milhões foram empenhados no exercício. Em 2014, a avaliação foi focada no Objetivo Específico 003 – PROMOVER E DIFUNDIR A PRODUÇÃO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL DAS DIFERENTES EXPRESSÕES LOCAIS, ORIUNDAS DAS DIVERSAS REGIÕES BRASILEIRAS E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS DO MUNDO, que respondeu por aproximadamente 88% de toda a Despesa Autorizada do Programa. A relevância desse Objetivo Específico pode ser especialmente destacada pelas ações de fomento à arte e à cultura desenvolvidas pelo Fundo de Apoio à Cultura – FAC, foco dos trabalhos em 2014. Avaliou-se que a eficácia do Objetivo Específico 003 ficou abaixo do previsto em 2014, e sua eficiência ficou abaixo do desejado. O FAC executou grande parte do ciclo de editais em 2014, mas a efetiva liquidação dos processos contemplados ficou para 2015, o que impactou as metas previstas para o exercício. Apesar dessa baixa execução, houve expressiva melhoria nos índices de admissibilidade dos projetos apoiados, resultado de atuação positiva da gestão do Fundo. Pôde ser evidenciado o elevado potencial que as contrapartidas do FAC representam como benefício cultural associado às políticas públicas socioeducativas, educativas e de saúde, manifestado por meio de parcerias firmadas com a Secretaria de Educação, de Saúde e da Criança. A exploração desse potencial implica em uma maior eficiência do gasto público, uma vez que essas contrapartidas são valoradas como 10% dos recursos que o FAC concede aos beneficiários. Atualmente, entretanto, limitações da estrutura do Fundo dificultam a exploração desse potencial. Ainda não é possível evidenciar a

SPL FROC 00005 /15-Folha Nº 003764



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
358 de 465

efetividade das ações desenvolvidas pelo FAC. Não existem no Programa indicadores de desempenho ligados à atividade de fomento desenvolvida pelo Fundo, e não é possível inserir na estrutura atual do FAC um trabalho direto de monitoramento dos artistas no sentido de avaliar sua evolução e independência em relação aos seus recursos.

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6219 – CULTURA tem como objetivo geral, definido no Plano Plurianual – PPA 2015/2015:

Lançar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal, de forma a promover a cultura como direito da cidadania, instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento, por meio de ações de incentivo à leitura, à preservação do patrimônio cultural e à promoção de atividades culturais.

O Programa está relacionado ao macro objetivo do PPA PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE PARA TODOS e está dividido em quatro Objetivos Específicos – OEs, conforme apresentado na tabela a seguir, com suas respectivas Unidades Orçamentárias – UOs responsáveis.

TABELA 1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS

	OBJETIVO ESPECÍFICO	UO RESPONSÁVEL
001	PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DO LIVRO E DA LEITURA, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO – RIDE, POR MEIO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS, AMPLIAÇÃO DA MALA DO LIVRO E APOIO À CADEIA PRODUTIVA DO LIVRO	- SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
002	PROMOVER A MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DO DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DE AÇÕES DE RESTAURAÇÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA, REVITALIZANDO OS ESPAÇOS CULTURAIS EXISTENTES E CONSTRUINDO NOVOS	- SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
003	PROMOVER E DIFUNDIR A PRODUÇÃO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL DAS DIFERENTES EXPRESSÕES LOCAIS, ORIUNDAS DAS DIVERSAS REGIÕES BRASILEIRAS E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS DO MUNDO	- SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - FUNDO DE APOIO À CULTURA
004	PESQUISAR E DIVULGAR A DOCUMENTAÇÃO DE CARÁTER HISTÓRICO RELACIONADA COM O DF	- ARQUIVO PÚBLICO DO DF

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Além das elencadas como responsáveis pelos Objetivos Específicos, outras UOs participaram da execução do Programa, conforme apresentado na Tabela 2.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
359 de 465

TABELA 2 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R\$1,00

CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ** DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)
		VALOR	% *	VALOR	% *	%
ARs	ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	14.285.986	9,3	12.325.795	8,0	86,3
01101	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	840.000	0,5	330.000	0,2	39,3
09101	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	5.727.274	3,7	0	0,0	0,0
09102	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – ArPDF	49.350	0,0	0	0,0	0,0
14203	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – EMATER-DF	350.000	0,2	0	0,0	0,0
16101	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	59.481.455	38,8	81.836.259	53,4	137,6
16903	FUNDO DE APOIO À CULTURA – FAC	53.715.643	35,0	54.883.773	35,8	102,2
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	14.852.607	9,7	1.832.879	1,2	12,3
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	1.389.091	0,9	897.661	0,6	64,6
27101	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E PROJETOS ESPECIAIS DO DF	1.130.000	0,7	69.141	0,0	6,1
28101	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL	1.666.792	1,1	1.093.162	0,7	65,6
TOTAL		153.488.198		153.268.670		99,9

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 29/01/2015

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa

** As descrições das Unidades Orçamentárias constantes nesta Tabela são referentes ao exercício de 2014

A seguir apresenta-se o detalhamento dos Objetivos Específicos e de seus principais desenvolvimentos em 2014.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dos quatro Objetivos Específicos – OEs do Programa 6219, três caracterizam vertentes distintas, que se relacionam e se complementam para a concretização do tema Cultura. São elas: Livro e Leitura (OE 001); Patrimônio Cultural (OE 002); Realização de Eventos e Fomento à Arte e Cultura (OE 003). O quarto objetivo relaciona-se exclusivamente às atividades desenvolvidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, que na sua missão de preservação da memória, mantém relação de forma indireta com todos os demais três objetivos.

1.1.1 OBJETIVO ESPECÍFICO 001

Tem por propósito promover a estruturação da Política do Livro e da Leitura, contribuindo para o desenvolvimento sócio cultural da população do Distrito Federal e da

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003765



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
360 de 465

Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, por meio de ações de formação, estruturação de bibliotecas, ampliação da mala do livro e apoio à cadeia produtiva do livro:

Com apenas 1,7% da Despesa Autorizada total do Programa (R\$ 2,6 milhões), este OE foi estruturado em 2014 em quatro Ações Orçamentárias. As Ações 1285 – IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCENTIVO À LEITURA, 1694 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS e 6059 – MANUTENÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS têm a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECULT como Unidade Orçamentária. Já a Ação 5928 – IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS está distribuída entre as Administrações Regionais do Guará, Santa Maria e Riacho Fundo.

Dentro do tema Livro e Leitura, foram informadas como principais realizações previstas para 2014:

- a) Consolidação e aprovação do Projeto de Lei do Plano Distrital do Livro e da Leitura do DF, que se insere como uma das ações que visam à institucionalidade do Plano Distrital do Livro e da leitura – PDLL, trazendo maior segurança jurídica e uma melhor perspectiva de continuidade do Plano em futuras administrações;
- b) A institucionalização do Projeto de Lei do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF na Câmara Legislativa do DF, que atualiza o marco legal de institucionalização do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF – SBPDF. Em um dos seus artigos, o PL sugere a criação de um comitê gestor dos representantes das bibliotecas públicas das Regiões Administrativas, com o objetivo de promover a governança participativa na criação e execução de políticas públicas de estímulo às bibliotecas. Segundo a SECULT, esse dispositivo é um incremento e um avanço na democratização das políticas públicas ligadas ao assunto;
- c) Ampliação do Projeto Bibliotecas do Cerrado, que é o projeto do SBPDF para as bibliotecas públicas do DF. O projeto foi iniciado em 2013, em três bibliotecas públicas do DF, com a parceria de 12 órgãos do GDF. Seu propósito é tornar a biblioteca pública um espaço estratégico para a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano no DF.
- d) Modernização de Bibliotecas Públicas do DF, referente ao Convênio Fundação Biblioteca Nacional/SECULT para modernização de 13 bibliotecas públicas do DF.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003765 ver=50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
361 de 465

- e) Contratação de 130 agentes de leitura, para atuação nas comunidades do DF, referente a Convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e a SECULT;
- f) II Bienal Brasil do Livro e da Leitura, que é a ação de maior visibilidade do PDLL e está intimamente alinhada aos seus eixos e diretrizes. É o maior evento cultural e literário da região do país.

Todas as ações apresentaram etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. As etapas mantêm pertinência com as ações a que estão relacionadas e com as principais realizações previstas para 2014, conforme relatado pela SECULT, mas a descrição das quantidades previstas em grande maioria delas, como de “01 unidade”, por sua generalidade, dificulta bastante o controle da eficácia por meio dos registros do SAG.

As principais realizações em 2014 foram mais fortemente evidenciadas na realização da II Bienal Brasil do Livro e da Leitura, de 11 a 21/04/2014, e na ampliação do Projeto Biblioteca do Cerrado.

A Bienal contou com cerca de 300 mil pessoas e registrou a comercialização de 445 mil livros, num total de R\$ 8 milhões, incluindo os valores destinados à aquisição de acervo para as escolas públicas. Houve marcante envolvimento da Secretaria de Educação e da rede escolar pública no evento, que contou com uma estrutura de 16.000 m², onde foram distribuídos estandes, auditórios, palco para apresentações musicais, café, dentre outras estruturas para produção e para circulação do público.

Já a ampliação do Projeto Bibliotecas do Cerrado foi realizada por meio de um grupo de ações focadas na formação continuada de servidores públicos bibliotecários da SECULT, Secretaria de Educação, servidores das bibliotecas públicas das Regiões Administrativas, agentes da Mala do Livro, agentes de leitura de Bibliotecas Comunitárias e comunidade em geral. Também foram realizadas, em 2014, 80 sessões para conto de histórias em 22 bibliotecas públicas, exposições itinerantes em bibliotecas e o projeto Festivalzinho de Cinema Infantil, em parceria com o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

Quanto aos Projetos de Lei do PDLL e do SBPDF, encaminhados para a Casa Civil para posterior encaminhamento à Câmara Legislativa do DF, ainda aguardam andamento. Ambos os Projetos de Lei são marcos importantes na institucionalização da política pública do Livro e Leitura, e suas aprovações podem se constituir em elemento de reforço para priorização do tema e de recursos para o desenvolvimento de suas ações.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003766



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
362 de 465

O Convênio Fundação Biblioteca Nacional/SECULT para modernização de bibliotecas públicas sofreu atrasos no depósito da contrapartida, o que trouxe agravos para sua execução, acentuados pelo período eleitoral. Mas encerrou o exercício tendo os processos de modernização de 13 bibliotecas licitados. Foi solicitada prorrogação junto ao Ministério da Cultura – MinC para 06/12/2015. Outro convênio da SECULT junto à Fundação Biblioteca Nacional, para contratação de 130 agentes de leitura, também apresentou atraso no depósito da contrapartida. Seus termos de referência estão prontos, mas o atraso pode implicar na necessidade de ajustes. A data de vigência foi prorrogada para 17/12/2015.

1.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 002

Tem por propósito promover a manutenção, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Distrito Federal, por meio de ações de restauração, educação patrimonial e memória, revitalizando os espaços culturais existentes e construindo novos. Foi o Objetivo Específico avaliado no exercício de 2013. Sua Despesa Autorizada em 2014 foi de 10,5% da Despesa Autorizada do Programa, cerca de R\$ 16 milhões.

Todas as ações contempladas na LOA 2014 para este OE estão relacionadas à vertente de revitalização e construção de espaços culturais. Essa realidade fica confirmada pela observação das 17 etapas cadastradas no SAG. No tocante a essas etapas, apesar de sua descrição em grande parte reproduzir a de seus subtítulos, mantém pertinência com o propósito das ações as quais se relacionam.

Em 2014, o OE 002 desenvolveu-se basicamente para dar continuidade a reformas e manutenções nos equipamentos culturais do DF, muitos deles entregues a profundo abandono por vários exercícios. A tabela a seguir lista a situação, no encerramento de 2014, de 15 dos principais equipamentos geridos pela SECULT.

TABELA 3 – SITUAÇÃO DOS PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS CULTURAIS GERIDOS PELA SECULT – Dez/2014

EQUIPAMENTO	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO
GALERIA ÁTHOS BULCÃO	REABERTO EM 17/09/2014 COM A EXPOSIÇÃO "A PAISAGEM MEXICANA NA PLÁSTICA DE LUIZ NISHIZAWA"	ABERTO
CASA DO CANTADOR	OBRA CONCLUÍDA EM MAIO DE 2014. ESTÁ ABERTO PARA O PÚBLICO	ABERTO
ESPAÇO LÚCIO COSTA	OBRA CONCLUÍDA. ESTÁ ABERTO PARA O PÚBLICO	ABERTO
CONCHA ACÚSTICA	OBRA CONCLUÍDA. ESTÁ ABERTO PARA O PÚBLICO	ABERTO
MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	EM OBRAS. PREVISÃO PARA FINALIZAÇÃO EM 2015	FECHADO
CENTRO DE DANÇA	EM OBRAS. PREVISÃO PARA FINALIZAÇÃO EM 2015	FECHADO
MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	PROJETO DE RESTAURO CONCLUÍDO, PREVISÃO PARA LICITAÇÃO EM 2015	ABERTO
ESPAÇO RENATO RUSSO	PROJETO DE RESTAURO CONCLUÍDO, PREVISÃO PARA LICITAÇÃO EM 2015	FECHADO





Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
363 de 465

TABELA 3 – SITUAÇÃO DOS PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS CULTURAIS GERIDOS PELA SECULT – DEZ/2014

EQUIPAMENTO	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO
POLO DE CINEMA	PROJETO DE RESTAURO CONCLUÍDO, PREVISÃO PARA LICITAÇÃO EM 2015	ABERTO
MUSEU VIVO DA MEMÓRIA CANDANGA	PROJETO DE RESTAURO CONCLUÍDO, PREVISÃO PARA LICITAÇÃO EM 2015	ABERTO
TEATRO NACIONAL	PROJETO DE RESTAURO EM EXECUÇÃO, PREVISÃO PARA LICITAÇÃO EM 2015	FECHADO
MUSEU DA REPÚBLICA	A RECUPERAÇÃO DA CUPULA E AS RAMPAS DE ACESSO ESTÃO A CARGO DA NOVACAP	ABERTO
MUSEU DA CIDADE	FINALIZANDO AS INSTALAÇÕES DA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE	ABERTO
PANTEÃO	FINALIZANDO AS INSTALAÇÕES DA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE	ABERTO

FONTE: OFÍCIO Nº 042/2014-SUPHAC/SECULT

As iniciativas implantadas no tocante às áreas de memória em 2014 ficaram concentradas na publicação da Lei nº 5.290, de 14/01/2014, “Lei da Memória e da Invenção” que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a arcar com despesas de manutenção e conservação das seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Espaço Lúcio Costa; Espaço Oscar Niemeyer; Espaço Israel Pinheiro; Memorial da Liberdade Presidente João Goulart; Espaço Museu dos Ex-Combatentes; Espaço Casa da Fazenda Gama. Segundo a SECULT, não houve avanço no sentido de garantir as despesas de manutenção e conservação dos espaços contemplados pela citada Lei.

1.1.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 003

Tem por propósito promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo. Representa 89% da Despesa Autorizada do Programa. Este é o Objetivo Específico que será avaliado no exercício de 2014 e será detalhado no tópico 2.

1.1.4 OBJETIVO ESPECÍFICO 004

Tem por propósito pesquisar e divulgar a documentação de caráter histórico relacionada com o Distrito Federal.

Não houve qualquer recurso disponibilizado para este OE no Programa 6219. Até o exercício de 2013, as ações referentes ao Arquivo Público faziam parte do OE 003. Na revisão do PPA para 2014, o ArPDF ganhou um OE próprio e oito indicadores ligados ao desenvolvimento de suas atividades.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
364 de 465

Um ponto que merece destaque relativamente aos trabalhos do Arquivo Público é a previsão de instalação das Casas de Memória no Distrito Federal. Até o momento, apenas duas estão instaladas, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante, e não há previsão de recursos para instalação física de outras. O projeto inicial foi modificado, e a nova proposta é disponibilizar o conteúdo digital no sítio do arquivo público.

O orçamento do ArPDF é insuficiente para sua própria manutenção, não havendo, portanto, margem para investimentos e melhorias. Seu quadro de lotação, de 128 colaboradores, hoje se limita a um total de 45 servidores. Em 2014, os maiores esforços de funcionamento do órgão foram voltados para a sua transferência para a sua sede definitiva, conforme Termo de Cessão de Uso de Imóvel Próprio nº 5/2014.

A gestão do ArPDF optou por dividir as Ações relativas ao desenvolvimento de suas atividades entre dois Programas Temáticos da LOA 2014. No Programa 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO, estão alocadas Ações ligadas à gestão dos procedimentos de arquivo e preservação da memória documental do DF e RIDE. Já as ações focadas nos aspectos de pesquisa e difusão do Acervo foram alocadas ao Programa 6219.

Este OE conta com duas Ações Orçamentárias: 2463 – DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL E RIDE e 2467 – PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL E RIDE. O planejamento previsto para o desenvolvimento dessas Ações foi limitado pela falta de recursos e de pessoal qualificado. Hoje cada uma das coordenações do ArPDF conta com apenas dois servidores. Alguns dos desenvolvimentos previstos foram reestruturados devido à limitação de recursos.

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

No exercício de 2013, o Objetivo Específico 002 foi objeto dos trabalhos de auditoria realizados no Programa 6219. Apesar de não responder materialmente pelo Programa, sua escolha foi então motivada pela relevância do seu propósito, em especial, diante do estado de deterioração verificado em alguns equipamentos culturais do DF, num cenário reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade. Sua relevância também ganhou destaque diante da posição de Brasília como sede dos jogos da Copa do Mundo em 2014, o que trouxe um aumento expressivo no fluxo do turismo para a Capital Federal.

Em 2014, os trabalhos de auditoria foram desenvolvidos tendo como base o OE 003 – PROMOVER E DIFUNDIR A PRODUÇÃO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL DAS DIFERENTES

SCL PROC 00003 /15-Folha Nº 003767 vers 50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
365 de 465

EXPRESSÕES LOCAIS, ORIUNDAS DAS DIVERSAS REGIÕES BRASILEIRAS E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS DO MUNDO, que responde materialmente pelo Programa, com 89% de sua Despesa Autorizada. Dentro desse OE, as ações desenvolvidas pelo Fundo de Apoio à Cultura – FAC, um dos maiores fundos de apoio à cultura no País, respondem por aproximadamente 43% da Despesa Autorizada do Objetivo. Representam a Secretaria de Cultura em sua política de fomento à arte e cultura do DF. Por sua materialidade e relevância, as ações do FAC, no tocante ao aspecto relativo à prestação das contrapartidas, foram selecionadas para avaliação nos trabalhos de 2014.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003

Conforme já apresentado, as unidades responsáveis pelo OE 003 são a SECULT e o FAC, as quais estabeleceram as seguintes metas para o período 2012/2015:

1. Contribuir com a realização do Carnaval do DF;
2. Apoiar até oito festivais;
3. Realizar as atividades culturais prioritárias para o GDF;
4. Apoiar 120 ações de intercâmbio e diversos eventos artísticos.

A gestão do FAC cabe hoje à Subsecretaria de Fomento da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Trata-se de um fundo de fomento à cultura, e seus recursos, constituídos por 0,3% da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal, são aplicados por meio de uma seleção de projetos que obedecem a critérios definidos em editais, lançados no decorrer de cada exercício.

Com o passar dos anos, a política de fomento à cultura no DF evoluiu significativamente. Desde 1991, com o Fundo de Apoio à Arte e Cultura, passando pelas Leis Complementares nºs 267/1999 e 782/2008, pela Emenda à Lei Orgânica nº 52/2008 até o Decreto nº 31.414/2010, as receitas foram fortemente incrementadas. Os recursos saltaram de R\$ 7,6 milhões em 2007 para um investimento de mais de R\$ 36 milhões em 2013. Em 2014 a Despesa Autorizada do Fundo foi de cerca de R\$ 55 milhões.

No dia 01/11/2013 foi aprovado o novo regulamento do Fundo de Apoio à Cultura do DF, por meio do Decreto nº 34.785/2013. Esse Decreto regulou os editais de 2014. Outros documentos legais que também regulam a execução do Fundo são a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 9.784/1999, Lei Orgânica do DF (artigo 246) e as Resoluções do Conselho de Cultura do DF.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
366 de 465

Segundo o Decreto nº 34.785/2013, art. 2º, considera-se atividade de fomento o investimento destinado a fortalecer os circuitos de criação, produção, difusão e fruição de bens e serviços artísticos e culturais, objetivando a estruturação do setor artístico-cultural do Distrito Federal. A política de fomento apresenta suas diretrizes estabelecidas sobre as seguintes vertentes: descentralização da execução dos projetos, democratização no acesso aos recursos, garantia da diversidade de iniciativas apoiadas, descentralização dos bens e serviços culturais produzidos no Distrito Federal (priorizando áreas de vulnerabilidade social), regionalização da execução física dos projetos, adoção de mecanismos de divulgação e distribuição dos bens culturais produzidos no DF, formação da identidade cultural do DF e incentivo ao estabelecimento de equipamentos culturais de uso público nas Regiões Administrativas do DF.

A dinâmica de seleção de proponentes via editais foi iniciada em 2011. Nos editais estão definidos os parâmetros mínimos dos projetos a serem apresentados e os valores máximos que podem ser solicitados. Os editais são ferramentas importantes, pois definem a política de fomento realizada com a concessão de incentivos aos projetos que têm interesse público reconhecido, observando os parâmetros da política pública definidos pela Secretaria de Cultura e discutida no Conselho de Cultura do DF.

Cada edital é construído em torno de uma finalidade de apoio financeiro do Fundo. Os últimos editais do FAC não se restringiram apenas a fomentar produções culturais. Incluíram aspectos diversos, como formação e capacitação de artistas, inclusão da comunidade em projetos artísticos, geração de indicadores, apoio à pesquisa e formação de plateia. Os editais também são utilizados como ferramentas para a potencialização de espaços públicos e equipamentos culturais que atualmente se encontram subutilizados. Outro ponto importante a ser salientado em relação aos editais é a busca pela descentralização e democratização do acesso aos recursos públicos disponibilizados por meio do FAC, visando regular de forma transparente o processo de seleção e repasse de recursos.

A estrutura da seleção do FAC é formada por quatro camadas:

1. Programas, que orientam o investimento do fundo;
2. Finalidades, onde têm-se os editais, construídos em torno de uma finalidade de apoio financeiro;
3. Linguagem/Áreas, que são estabelecidas por meio dos editais;
4. Modalidades, que são subdivisões das linguagens e que se constituem na categoria específica para inscrição das propostas.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
367 de 465

As seleções do FAC são realizadas por meio de processos definidos com base nas normas vigentes. A sequência de etapas até o resultado final é a seguinte: elaboração dos editais, divulgação dos editais no sítio do FAC na internet, inscrição pelo Salicweb, análise documental, análise do mérito cultural e capacidade de gestão, admissão das propostas e resultado final.

Após o resultado final, segue-se a execução propriamente dita do objeto. Nessa fase, a sequência de etapas é a seguinte: assinatura de contrato, empenho e pagamento, acompanhamento/execução do objeto, realização da contrapartida, análise do relatório final, análise da execução financeira, aprovação de execução de objeto e contrapartida, aprovação de prestação de contas e arquivamento. Assim fecha-se o ciclo monitorado pelo FAC.

O FAC pode firmar ajustes com pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, interessadas em desenvolver atividade cultural definida no instrumento de seleção pública, **mediante contrapartida**, com vistas à exibição, utilização e circulação pública dos bens artísticos e culturais deles resultante, vedada a concessão de incentivos a obras, produtos ou eventos destinados a circuitos ou coleções particulares.

Segundo o Decreto nº 34.785/2013, as contrapartidas poderão ser de três tipos, podendo o edital estabelecer quais serão aceitas em cada processo seletivo em particular:

- I. Artístico-sociais: trata-se de ações de democratização e acessibilidade dos bens e serviços culturais desenvolvidos pelo projeto contemplado, tais como realização de apresentação gratuita do espetáculo, fora do previsto no orçamento, oficinas de capacitação e distribuição de exemplares da obra publicada, observando-se os requisitos específicos, não podendo se confundir com o objeto das modalidades;
- II. Financeiras: trata-se da obrigação de utilização de recursos financeiros próprios ou captação de recursos com terceiros, recursos esses que são necessários à execução do projeto, constando os itens a serem custeados com tal contrapartida na planilha orçamentária;
- III. Econômicas: trata-se da mobilização de recursos próprios ou de parceiros para execução de serviços de infraestrutura ou logística, como sonorização, veículos, disponibilização de material e serviço, contratação de serviços ou mão de obra, entre outros.

11/06/15
SFL FROU 00003 /15-Filha Nº 003769



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
368 de 465

Segundo os regulamentos previstos nos editais publicados em 2014, todas as contrapartidas deverão ter sua execução orientada pelo Núcleo de Contrapartidas do FAC, não sendo permitido ao proponente indicar, na proposta apresentada, o local de sua realização. A proposta deverá apresentar, no mínimo, duas contrapartidas diferentes, devidamente valoradas monetariamente, correspondentes a, no mínimo, 10% do total solicitado ao Fundo de Apoio à Cultura. Uma única ação não será considerada como mais de uma contrapartida, independentemente da quantidade de vezes que seja executada e do montante de sua valoração.

Caso as contrapartidas indicadas não sejam consideradas aceitáveis ou não sejam indicados o número ou valor mínimo exigido, poderá, na etapa de admissibilidade, ser considerada alguma daquelas constantes no Anexo III dos editais publicados, podendo o proponente, na fase recursal, solicitar sua alteração. O Anexo III dos editais publicados em 2014 pode ser entendido, dessa forma, como uma referência para aferição dos custos das contrapartidas prestadas e do atendimento ao critério estabelecido no Decreto nº 34.785/2013 de que seu valor seja de pelo menos 10% do valor solicitado ao FAC para realização do objeto.

TABELA 4 – ANEXO III DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA FIRMAR AJUSTE DE APOIO FINANCEIRO COM O FAC NA FINALIDADE DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO RS 1,00

CONTRAPARTIDA	VALOR (R\$)
DOAÇÃO DE 50 EXEMPLARES DE LIVRO, CATÁLOGO, CD MUSICAL OU DVD MUSICAL	1.500,00
DOAÇÃO DE 100 EXEMPLARES DE LIVRO, CATÁLOGO, CD MUSICAL OU DVD MUSICAL	3.000,00
DOAÇÃO DE 200 EXEMPLARES DE LIVRO, CATÁLOGO, CD MUSICAL OU DVD MUSICAL	6.000,00
DOAÇÃO DE 1 OBRA DE ARTES PLÁSTICAS	3.000,00
DOAÇÃO DE 2 OBRAS DE ARTES PLÁSTICAS	6.000,00
DOAÇÃO DE 3 OBRAS DE ARTES PLÁSTICAS	9.000,00
DOAÇÃO DE 4 OBRAS DE ARTES PLÁSTICAS	12.000,00
DOAÇÃO DE 5 OBRAS DE ARTES PLÁSTICAS	15.000,00
APRESENTAÇÃO GRATUITA DO ESPETÁCULO	4.000,00
2 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DO ESPETÁCULO	8.000,00
3 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DO ESPETÁCULO	12.000,00
4 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DO ESPETÁCULO	16.000,00
5 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DO ESPETÁCULO	20.000,00
APRESENTAÇÃO GRATUITA DE SHOW MUSICAL	6.000,00
2 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DE SHOW MUSICAL	12.000,00
3 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DE SHOW MUSICAL	18.000,00
4 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DE SHOW MUSICAL	24.000,00
5 APRESENTAÇÕES GRATUITAS DE SHOW MUSICAL	30.000,00
ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CARTILHA COM TEMAS CORRELATOS AOS QUE FORAM OBJETOS DO PROJETO	7.000,00
1 OFICINA DE 10 HORAS/AULA PARA 15 ALUNOS	1.500,00
1 OFICINA DE 10 HORAS/AULA PARA 25 ALUNOS	2.000,00

SPL PACO 00003

15-Folha nº 003769 ver 50

[Handwritten signature]



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
369 de 465

TABELA 4 – ANEXO III DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA FIRMAR AJUSTE DE APOIO FINANCEIRO COM O FAC NA FINALIDADE DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO R\$ 1,00

CONTRAPARTIDA	VALOR (R\$)
1 OFICINA DE 15 HORAS/AULA PARA 15 ALUNOS	2.000,00
1 OFICINA DE 15 HORAS/AULA PARA 25 ALUNOS	2.500,00
1 OFICINA DE 20 HORAS/AULA PARA 15 ALUNOS	2.500,00
1 OFICINA DE 20 HORAS/AULA PARA 25 ALUNOS	3.000,00
REALIZAÇÃO DE 1 PALESTRA GRATUITA SOBRE TEMA A SER DEFINIDO COM O NÚCLEO DE CONTRAPARTIDAS	800,00
REALIZAÇÃO DE 1 PALESTRA GRATUITA SOBRE TEMA A SER DEFINIDO COM O NÚCLEO DE CONTRAPARTIDAS	1.600,00
REALIZAÇÃO DE 1 PALESTRA GRATUITA SOBRE TEMA A SER DEFINIDO COM O NÚCLEO DE CONTRAPARTIDAS	2.400,00
REALIZAÇÃO DE 1 PALESTRA GRATUITA SOBRE TEMA A SER DEFINIDO COM O NÚCLEO DE CONTRAPARTIDAS	3.200,00
REALIZAÇÃO DE 1 PALESTRA GRATUITA SOBRE TEMA A SER DEFINIDO COM O NÚCLEO DE CONTRAPARTIDAS	4.000,00

FONTE: WWW.FAC.DF.GOV.BR

O Decreto nº 34.785/2013 deixou claramente sublinhado os propósitos e diretrizes sobre os quais a política de fomento se desenvolve na SECULT. Avanços estão sendo realizados pela gestão do Fundo no que diz respeito ao desenvolvimento de indicadores que monitorem a atividade de fomento. Desde 2011, a Diretoria de Indicadores Culturais, juntamente com toda a equipe da Subsecretaria de Fomento, realiza a prospecção, gestão e análise dos dados referentes aos processos seletivos e à execução de projetos do FAC. As informações são utilizadas para orientar na tomada de decisões e no planejamento das políticas de fomento e auxiliam na busca de políticas culturais mais diversificadas e descentralizadas para a população do DF. Os dados consolidados resultam na elaboração de uma cartilha publicada anualmente no encerramento do exercício. O documento apresenta, dentre outros elementos, uma análise pormenorizada do desempenho em cada etapa do processo seletivo do FAC, inclusive apresentando a distribuição por região administrativa dos objetos contemplados, os motivos de inadmissibilidade, o total de investimentos realizados e as modalidades contempladas.

2.1.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

No total, o OE 003 apresenta sete indicadores de desempenho, a seguir apresentados com a respectiva identificação daqueles que foram discriminados como metas para o período 2012/2015.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003770



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
370 de 465

TABELA 5 – INDICADORES DO PPA PARA O OE 003 DO PROGRAMA 6219

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO / REALIZADO EM			
			2012	2013	2014	2015
1197	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA APOIADAS	UNIDADE	8 / 6	8 / 16	8 / 33	8 / -
1067	QUANTIDADE DE AÇÕES INTEGRADAS COM VISTAS À COPA DO MUNDO DE 2014	UNIDADE	5 / 0	5 / 0	5 / 5	-
1068*	QUANTIDADE DE FESTIVAIS ARTÍSTICOS / CULTURAIS APOIADOS	UNIDADE	8 / 11	8 / 24	8 / 13	8 / -
1198*	QUANTIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS PRIORITÁRIAS DO GDF REALIZADAS	UNIDADE	10 / 35	10 / 12	10 / 8	10 / -
1069	QUANTIDADE DE ATIVIDADES LOCAIS ORGANIZADAS PELAS RAS APOIADAS	UNIDADE	45 / 51	45 / 57	45 / 116	45 / -
1199	QUANTIDADE DE EVENTOS ARTÍSTICOS / RELIGIOSOS APOIADOS	UNIDADE	6 / 0	6 / 16	6 / 24	6 / -
1070*	QUANTIDADE DE AÇÕES DE INTERCÂMBIO CULTURAL APOIADOS	UNIDADE	40 / 90	40 / 0	40 / 2	40 / -

FONTE: RELATÓRIO PSIOG025 – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO – PLANO PLURIANUAL/SIGGO.

*Estes indicadores foram identificados como metas para o período 2012/2015

Observa-se que os indicadores desenhados para o OE 003 têm caráter operacional, são exclusivamente ligados à realização de eventos e não permitem avaliar a efetividade das políticas públicas no desenvolvimento dos propósitos previstos por esse OE. Não há no PPA indicador de desempenho ligado à política de fomento, nem mesmo à sua realização no tocante ao número de projetos fomentados pelo FAC.

2.1.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para a execução do Objetivo Específico 003 foram previstas no PPA as Ações Orçamentárias apresentadas na Tabela 6.

TABELA 6 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PREVISTAS PARA O OE 003

CÓDIGO	AÇÃO DESCRIÇÃO	PRESENTE NA LOA 2014 PARA O PROGRAMA 6219
2277	APOIO FINANCEIRO AO ARTISTA BRASILENSE	
2417	MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	X
2478	MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	X
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	X
4090	APOIO A EVENTOS	X
4091	APOIO A PROJETOS	X
4196	APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	x
4220	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS (FAC)	X

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
371 de 465

A Ação 4196, que tem a Câmara Legislativa do DF como Unidade Orçamentária, não fez parte da avaliação do Programa.

Em relação à Ação 2417, verificou-se que as quantidades informadas no SAG e na LOA não permitem entendimento das suas realizações previstas e, conseqüentemente, da eficácia dessa realização. Segundo os gestores, as principais realizações planejadas para essa Ação em 2014 eram:

- Criação de um Conselho Editorial de Programação, obedecendo à determinação de democratizar e tornar plurais as decisões da Rádio;
- Assinatura de termo de serviço voluntário para fixar a relação entre a emissora e seus colaboradores;
- Mudança da grade de programação, em busca de aumentar a diversidade de peças musicais tocadas pela emissora, aumentar a produção veicular de jornalismo e readequar chamadas e vinhetas;
- Realização de parcerias com universidades para contratação de estagiários, em especial de comunicação e jornalismo;
- Criação de concurso musical para promover artistas locais e incentivar a difusão da cultura do DF;
- Regularização do formato legal de índice jornalístico, que está abaixo do projetado pela SECULT;
- Mudança do local de funcionamento da Rádio Cultura: prevista pra 2015. A proposta em discussão é a instalação no BOX 7-A da Torre de TV. A mudança implica em um investimento de R\$ 1.515.000,0, para a reforma e adequação do espaço, montagem dos estúdios e mudança da antena de transmissão, hoje instalada no edifício anexo do Palácio Buriti.

A Ação 2478 apresenta um único subtítulo e uma única etapa cadastrada no SAG, com quantidade prevista de uma unidade de orquestra mantida. Existem subtítulos relacionados à manutenção da orquestra inseridos na Ação 3678: Subtítulos 1503 e 2811, com respectivamente uma unidade e cinco unidades, ambas relacionadas ao apoio à realização de atividades e eventos da OSTNCS, e Subtítulo 5283, realização do Festival de Ópera. A SECULT alega que a criação de uma ação específica, a Ação 2478, foi equivocada, e que a presença dos subtítulos na Ação 3678 mantém maior coerência com os propósitos de manutenção da Orquestra. Na previsão inicial das atividades da OSTNCS estava sua apresentação no Carnegie Hall em Nova York.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
372 de 465

As Ações 3678 e 4090 têm respectivamente as quantidades previstas de 206 e 562 eventos realizados/apoiados na LOA/2014, e 270 e 588 unidades previstas no SAG. Dentre o elevado número de subtítulos e etapas incluídos em ambas as Ações, é possível verificar uma confusão entre os conceitos “realizar” e “apoiar” ações culturais. A mesma ação cultural é repetida em subtítulos/etapas distintas, constando em ambas as Ações. A Unidade responsável pela gestão dessas Ações na SECULT não apresentou um planejamento detalhado para as ações culturais em 2014. Os registros do SAG foram a base utilizada para a avaliação da eficácia.

A Ação 4091 concentra majoritariamente os projetos fomentados pelo FAC. Os gestores do Fundo confirmaram uma expectativa de realização entre 450 a 500 projetos. No SAG estão previstas 560 unidades. A Ação 4220 também é gerida pelo FAC. Na LOA a previsão de realização é 200 unidades mantidas, no SAG, uma unidade. As quantidades informadas no SAG e na LOA não permitem entendimento das realizações previstas na Ação 4220 e, conseqüentemente, da eficácia dessa realização. Não foi informado um planejamento detalhado da Ação. O SAG e os empenhos realizados foram a base utilizada para avaliação da eficácia.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 003

Na Tabela 7 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do OE 003, por Unidade Orçamentária – UO.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 003, POR UO

R\$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
ARs **	12.785.986	9,7	12.325.795	9,2	96,4	12.156.535	12,4	98,6	11.971.091	14,2	98,5	97,1
01101	840.000	0,6	330.000	0,2	39,3	321.880	0,3	97,5	65.880	0,1	20,5	20,0
14203	350.000	0,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
16101	48.079.400	36,5	65.150.628	48,4	135,5	61.552.817	62,6	94,5	53.100.051	62,8	86,3	81,5
16903	53.715.643	40,8	54.883.773	40,8	102,2	22.730.355	23,1	41,4	17.875.364	21,1	78,6	32,6
18101	14.852.607	11,3	1.832.879	1,4	12,3	1.446.538	1,5	78,9	1.446.538	1,7	100,0	78,9
21106	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
23901	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
27101	1.130.000	0,9	69.141	0,1	6,1	69.140	0,1	100,0	69.140	0,1	100,0	100,0
TOTAL	131.753.636		134.592.216		102,2	98.277.265		73,0	84.528.063		86,0	62,8

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 26/01/2015

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do OE 003

** Consolidação dos valores correspondentes a todas as Administrações Regionais presentes no OE 003



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
373 de 465

Observa-se que a SECULT (UO 16101) e o FAC (UO 16903) responderam juntos por 89,2% da Despesa Autorizada do OE 003 e liquidaram aproximadamente 59% desses recursos no exercício.

Um ponto que merece destaque dentro do OE 003 é a participação da Secretaria de Estado de Educação – SEE como Unidade Orçamentária no Programa 6219 (UO 18101). A SEE contou com uma Despesa Autorizada de R\$ 1,8 milhões, alocados na Ação 3678 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS, sendo 100% dos recursos empenhados no exercício.

A questão que pode ser levantada é até onde os eventos realizados pela SEE na Ação 3678 são de caráter cultural, o que justificaria sua inclusão no Programa 6219, ou são exclusivamente de caráter pedagógico, o que poderia tornar mais adequada sua inclusão no Programa 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA. A Secretaria de Educação manifestou-se no sentido de que os eventos previstos para 2014, num total de 50, apresentam caráter pedagógico cultural. Dentre os eventos realizados, total de 27 (conforme registros do SAG), estão incluídos: Cerimônia de Abertura do Ano Letivo, Inauguração da Escola Classe 121 de Samambaia, Seminário de Avaliação Educacional, Formatura Profunçãoário, Aula Inaugural Profunçãoário, Cerimônia de Formatura do DF Alfabetizado, Conferência Distrital de Educação, Posse dos novos servidores da Educação.

Na Tabela 8 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do OE 003, por ação.

TABELA 8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 003, POR AÇÃO R\$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
2417	47.000	0,0	11.000	0,0	23,4	8.238	0,0	74,9	8.238	0,0	100,0	74,9
2478	500.000	0,4	492.574	0,4	98,5	478.983	0,5	97,2	324.611	0,4	67,8	65,9
3678	41.458.392	31,5	45.796.470	34,0	110,5	42.597.296	43,3	93,0	36.344.864	43,0	85,3	79,4
4090	31.842.601	24,2	29.676.658	22,0	93,2	28.738.776	29,2	96,8	27.138.921	32,1	94,4	91,4
4091	55.399.796	42,0	56.619.667	42,1	102,2	25.268.749	25,7	44,6	19.782.207	23,4	78,3	34,9
4196	840.000	0,6	330.000	0,2	39,3	321.880	0,3	97,5	65.880	0,1	20,5	20,0
4220	1.665.847	1,3	1.665.847	1,2	100,0	863.342	0,9	51,8	863.342	1,0	100,0	51,8
TOTAL	131.753.636		134.592.216		102,2	98.277.265		73,0	84.528.063		86,0	62,8

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 26/01/2015

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do OE 003

** Consolidação dos valores correspondentes a todas as Administrações Regionais presentes no OE 003



RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
374 de 465

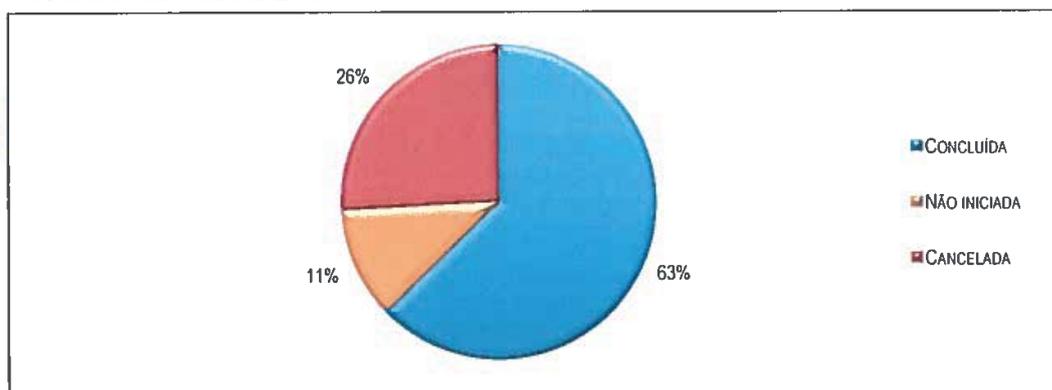
Observa-se que, juntas, as Ações 3678 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS, 4090 – REALIZAÇÃO DE PROJETOS e 4091 – APOIO A PROJETOS responderam por 98,1% da Despesa Autorizada do OE 003. São as Ações que representam o Programa 6219 materialmente, e 63% de seus recursos foram liquidados no exercício de 2014. Tal percentual de liquidação deveu-se à própria dinâmica de aprovação dos editais do FAC, que foram lançados ao longo de todo o exercício de 2014, mas só concluíram a etapa de homologação dos candidatos para início da liberação dos recursos após as limitações de empenho definidas pelo Decreto nº 35.881, de 07/10/2014. Grande parte dos empenhos ficou para o exercício de 2015, impactando significativamente na execução da Ação 4091.

2.3 EXECUÇÃO FÍSICA DO OE 003

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido Sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente.

Na Figura 1 é apresentada a estatística do estágio das Etapas cadastradas no SAG para o OE 003 ao final do exercício de 2014.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS DO OE 003 CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SIGGo/SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2014

SCL PROJ 00003 /15-Folha nº 00372 verso
 11/11/14



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
375 de 465

Verificou-se que as etapas canceladas se concentraram nas Ações 3678 (43%) e 4090 (46%). Para as etapas não iniciadas, 53% concentraram-se na Ação 3678 e 46% na Ação 4090.

3 ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de abril de 2014 a fevereiro de 2015, nas seguintes Unidades Orçamentárias: Secretária de Estado de Cultura, Fundo de Apoio à Cultura, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado da Criança e Secretaria de Estado de Saúde. Como técnicas de auditoria, foram utilizados questionários, entrevistas e consulta a processos.

A avaliação da eficácia foi feita considerando as principais realizações das Ações que estruturam o OE 003 e tomando por referência o Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE desse OE, obtido conforme metodologia padronizada de cálculo. Para a Ação 4091 – APOIO A PROJETOS, foram aplicadas questões de auditoria especificamente voltadas para avaliação dos índices de admissibilidade dos projetos do FAC em 2014.

A avaliação da eficiência foi feita por meio de questões de auditoria especificamente voltadas para o entendimento de como a gestão estratégica do FAC vem contribuindo para o aumento de sua eficiência e de como a sistemática atual de gestão das contrapartidas permite um melhor aproveitamento de sua execução.

As considerações sobre a efetividade do Programa 6219 foram desenvolvidas por meio da análise dos indicadores desenhados para o OE 003. Em acréscimo, buscou-se avaliar se a política atual do FAC adota elementos que ajudem na construção da autonomia dos beneficiários em relação aos recursos do Fundo.

3.1 QUESTÕES DE AUDITORIA

Para avaliação da eficácia, eficiência e efetividade do OE 003 foram elaboradas as seguintes questões e subquestões de auditoria, com a apresentação, entre parênteses, da dimensão de desempenho avaliada:

1. As melhorias implantadas na gestão da política de fomento estão sendo suficientes para garantir um aumento na taxa de admissibilidade de projetos pelo FAC e de sua distribuição pelas Regiões Administrativas do DF?

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003773



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
376 de 465

- 1.1. Houve evolução no índice de admissibilidade dos projetos de 2014 em relação ao verificado para 2013? (Eficácia)
- 1.2. As mudanças introduzidas pelo novo Decreto do FAC ou as práticas adotadas pela gestão do Fundo estão sendo desdobradas em medidas concretas que viabilizem um aumento no número de projetos aceitos? (Eficácia)
- 1.3. Os projetos aceitos apresentam uma distribuição uniforme pelas RAs? (Eficácia)
- 1.4. A gestão do Fundo adotou em 2014 medidas concretas visando à descentralização da admissibilidade de projetos pelas RAs e sua democratização, no sentido de garantir acesso a artistas menos favorecidos? (Eficácia)
2. A gestão estratégica do FAC apresenta planejamento estruturado de ações que objetivem um aumento da eficiência de seus processos de acompanhamento de projetos e contrapartidas?
 - 2.1. Os sistemas de informática em utilização permitem o controle gerencial das etapas de acompanhamento de projetos e controle de contrapartidas? (Eficiência)
 - 2.2. Há pessoal suficiente, e treinamento e capacitação contínuos dos recursos humanos utilizados nas etapas de acompanhamento de projetos e controle de contrapartidas? (Eficiência)
 - 2.3. Os recursos da Ação 4220 são utilizados mediante planejamento estratégico prévio e em conformidade com a Lei nº 267/1999? (Eficiência)
3. As contrapartidas estão sendo tratadas apenas como uma formalidade, não sendo exploradas dentro de um potencial de maior efetividade cultural?
 - 3.1. Há descentralização entre as RAs na prestação das contrapartidas? (Eficiência)
 - 3.2. As contrapartidas estão ou podem estar associadas a uma política pedagógica ou de saúde? (Eficiência)

SPL PROJ 00003

/15-Folha Nº 00373 VERSO



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
377 de 465

- 3.3. As contrapartidas estão sendo programadas de maneira a permitir a maior abrangência possível de fruição pela sociedade (público presente)? (Eficiência)
- 3.4. Os critérios definidos para a prestação das contrapartidas nos normativos legais são genéricos, ou trazem especificidades em função de cada objeto prestado? (Eficiência)
- 3.5. Há critérios definidos dentro do FAC para acompanhamento da qualidade das contrapartidas, e os critérios utilizados para avaliação da qualidade das contrapartidas são padronizados em função das especificidades de cada projeto? (Eficiência)
- 3.6. Os relatórios de acompanhamento, no tocante à prestação das contrapartidas, submetidos ao Conselho de Cultura, apresentam elementos suficientes para balizar a aprovação das contas dos beneficiários? (Eficiência)
- 3.7. Há tendência dos artistas à execução das contrapartidas nos limites máximos dos prazos permitidos em lei? (Eficiência)
- 3.8. Há uma sistemática de inventário das contrapartidas dadas na forma de objetos (CD, DVD, Pinturas, etc.) dentro da GAP? (Eficiência)
- 3.9. Há acúmulo de objetos das contrapartidas dentro da SECULT, não sendo dada sua aplicação em políticas de fruição pela sociedade? (Eficiência)
4. É possível evidenciar, dentro do desenho atual da política de fomento adotada pelo FAC, elementos que apoiem a construção da autonomia dos beneficiários dos recursos do Fundo?
 - 4.1. Há uma tendência histórica de concessão do benefício aos mesmos proponentes já contemplados em exercícios anteriores? (Efetividade)
 - 4.2. Existem dentro do FAC indicadores que permitam o monitoramento, após a prestação de contas, dos artistas beneficiados com os recursos? (Efetividade)
 - 4.3. O FAC adota iniciativas no sentido de promover a independência cultural dos artistas em relação ao Fundo? (Efetividade)

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003774



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
378 de 465

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A seguir estão apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos sobre o OE 003 e suas respectivas discussões. Os resultados estão apresentados em três seções: Análise da Eficácia, Análise da Eficiência e Análise da Efetividade.

4.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA

A avaliação da eficácia do OE 003 está subdividida em três etapas. Em primeiro lugar, é apresentado o cálculo do Indicativo de Eficácia do Objetivo Específico, e seu resultado é discutido à luz das observações feitas sobre as principais realizações das ações que compõem esse Objetivo. Em seguida são apresentadas as subquestões de auditoria aplicadas à Ação 4091 – APOIO A PROJETOS, especificamente ligadas à eficácia no desenvolvimento das ações do FAC em 2014. Por fim, são apresentadas considerações finais sobre a eficácia do OE 003.

4.1.1 INDICATIVO DE EFICÁCIA

Apresenta-se na tabela a seguir o cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, que toma por base os percentuais de realização atribuídos às Ações do OE 003, conforme considerações a seguir traçadas. Foram considerados apenas os subtítulos cuja gestão foi realizada pela SECULT, Secretaria de Educação ou FAC no âmbito das ações relacionadas ao OE 003.

TABELA 9 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES R\$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO (1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
2417	100,0%	90,0%	47.000	11.000	58.000	0,0%	0,0%
2478	100,0%	100,0%	500.000	492.574	992.574	0,4%	0,4%
3678	84,2%	70,0%	34.725.007	39.325.911	74.050.918	31,0%	21,7%
4090	100,3%	70,0%	24.310.000	23.752.281	48.062.281	20,2%	14,1%
4091	40,0%	40,0%	55.399.796	56.619.667	112.019.463	47,0%	18,8%
4220	100,0%	100,0%	1.665.847	1.665.847	3.331.694	1,4%	1,4%
TOTAL			116.647.650	121.867.280	238.514.930 (2)	100,0%	56,4% (3)

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 29/01/2015

(1) P= VA / VAT

(2) VAT = Valor Acumulado Total

(3) IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
379 de 465

O valor obtido para o IE aponta para uma eficácia abaixo do que foi previsto nas metas do OE 003. O resultado foi impactado pelas Ações 3678, 4090 e 4091, que respondem pela materialidade do Programa e não atingiram o nível de realização esperado, de 80% do planejamento previsto. Se fossem mantidos os valores registrados no SAG, o indicativo de eficácia obtido seria de 67%, ainda classificando a eficácia como abaixo da prevista. A seguir são discutidas as realizações observadas no desenvolvimento das Ações, que motivaram os percentuais de realização adotados.

Ação 2417 – MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA: A Ação contou apenas com R\$11 mil, sendo que 75% foram liquidados para pagamento de direitos autorais ao Escritório Central de Avaliação e Distribuição – ECAD. Um planejamento extenso foi informado pelos gestores da Ação, não traduzido em suas etapas do SAG, e que contava com a necessidade de recursos diversos dos disponíveis. As realizações ficaram por conta da mudança na programação da Rádio, que inclui novas vinhetas, e aumento do conteúdo jornalístico, que agora gira em torno de 10% do total da programação, atendendo ao mínimo de 5% exigido por lei, o que foi viabilizado com a atual presença de duas jornalistas e um operador de áudio, servidores de carreira da SECULT. Foi também ampliado, em torno de 10%, o índice de veiculação de músicas latinas, africanas e de outras nacionalidades. A aquisição de novos equipamentos durante 2014 (processador, link, microfones e sistema de transmissão por IP), que totalizaram R\$ 59.882,00, significou a imediata melhora do sinal emitido pela Rádio, a partir de 18/06/2014, eliminando os ruídos permanentes que interferiam na emissão do sinal. Os recursos foram viabilizados financeiramente pela Secretaria de Planejamento, dentro do orçamento previsto para o FIFA FAN FEST durante a Copa do Mundo de 2014.

O termo de serviço voluntário, previsto para fixar a relação entre a emissora e os colaboradores que produzem programas nela veiculados, ainda está em consulta na Assessoria de Assuntos Jurídico-Legislativos, e a criação do regimento interno de um Conselho Editorial e de Programação, documento fundamental para garantir que as decisões da Rádio sejam democráticas e plurais, não saiu da fase de minuta. Não houve recursos para realização do concurso de música para promoção de artistas locais e incentivo à difusão da cultura no DF. Os estagiários contratados foram para o Programa Jovem Aprendiz, não atendendo ao perfil informado na etapa de planejamento (estagiários de comunicação e jornalismo de universidades). A mudança das instalações da Rádio, prevista para 2015, ainda aguarda posicionamento sobre a liberação do BOX 7-A da Feira da Torre de TV de Brasília, pela Secretaria de Estado de Turismo do DF.

Apesar dos baixos recursos disponíveis para realização da Ação, entende-se que a dificuldade de homologação de um regimento para a criação do Conselho Editorial e de

SEI PRCC 00003 /15-Folha Nº 003775



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
380 de 465

Programação da Rádio esbarrou em entraves políticos, e não financeiros, e pela importância de documentos legais dessa natureza, que reforcem o caráter democrático e plural da política pública, o percentual de realização da Ação, que por meio do SAG foi avaliado em 100%, foi atribuído como 90%.

Ação 2478 – MANUTENÇÃO DA OSTNCS: A despesa autorizada da Ação, R\$ 492,5mil, em um único subtítulo resultante de emenda parlamentar que prevê o apoio à realização do festival de ópera, foi quase integralmente liquidada em assuntos diversos, que incluem contratação de artistas para apresentação na temporada de 2014 da Orquestra, diárias para apresentação em eventos externos (Dia Mundial do Autismo, São Paulo), manutenção de equipamentos (afinação de piano) e itens de consumo geral. Também foram realizados empenhos na Ação 3678, Subtítulo 2811 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS – ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO – DISTRITO FEDERAL, que contou com Despesa Autorizada de R\$ 210,3 mil. Os empenhos realizados nesse Subtítulo são da mesma natureza dos empenhos realizados na Ação 2478.

Entende-se que a existência de uma ação própria para as atividades da OSTNCS destaca a relevância das ações desenvolvidas pela orquestra, que apresenta um ano inteiro de programação cultural, sendo mais pertinente do que a inserção de suas atividades dentre os inúmeros subtítulos da Ação 3678. É importante, entretanto, que a SECULT evite a divisão em subtítulos de duas ações distintas, preservando a coerência da estrutura do Programa.

As apresentações dos concertos da OSTNCS foram realizadas em grande parte no Teatro Pedro Calmon, uma vez que o Teatro Nacional está fechado, aguardando o início das reformas. Destaca-se que a localização do Teatro Pedro Calmon é bem menos privilegiada pelo transporte público que o Teatro Nacional. Enquanto as temporadas da OSTNCS forem realizadas fora do Teatro Nacional, sugere-se que a SECULT avalie a necessidade de disponibilização de transporte específico para o local, partindo deste Teatro. O concerto previsto para o Carnegie Hall em Nova Iorque não pôde ser realizado por falta de recursos.

Mesmo com o baixo recurso disponível no Programa 6219 para execução da Ação, a Orquestra Sinfônica manteve sua rica programação no exercício de 2014, inclusive com a realização do IV Festival de Ópera de Brasília. O percentual de realização atribuído para a Ação foi de 100%, de acordo com o registro no SAG.

Ações 3678 e 4090 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS e APOIO A EVENTOS: Juntas, essas Ações representam materialmente o Programa 6219. Considerando apenas as Unidades Orçamentárias SECULT e Secretaria de Educação, a Despesa Autorizada dessas ações

SFL PROC 00005 /15-Folha nº 00375 vers 52



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
381 de 465

totalizou R\$ 63,1 milhões, sendo que R\$ 51,4 milhões foram liquidados no exercício. As duas ações somam juntas um total de 142 subtítulos, que se desdobram em 105 etapas no SAG, das quais 71 constam como concluídas.

Essas Ações respondem pela realização dos grandes eventos do calendário de Brasília, além da realização e apoio a eventos de menor porte que estejam alinhados com a política cultural do DF. Um ponto levantado em trabalhos anteriores realizados no Programa 6219 fez menção justamente à dificuldade em manter a realização desses eventos alinhada com as diretrizes que o estruturam, quais sejam, descentralizar, diversificar e democratizar as ações e os recursos públicos destinados à cultura. O panorama relatado pela SECULT para 2014 não conseguiu fugir ao observado em exercícios anteriores. Segundo os gestores dessas Ações, não foi possível apresentar um planejamento de eventos para o exercício, pois a disponibilidade orçamentária existente cobriu parcialmente o calendário público de eventos.

Apesar de ter havido disponibilidade orçamentária para os grandes eventos do calendário público de atividades culturais de Brasília (Carnaval, Aniversário de Brasília, Sete de Setembro, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro), ações que vão para além desses eventos não contaram com disponibilidade orçamentária imediata, ficando na dependência de futuras suplementações de recursos, o que impossibilitou um trabalho mais apurado de planejamento e tornou a execução complicada por conta dos prazos que ficaram sempre muito exíguos.

A excessiva quantidade de emendas parlamentares que caracterizaram essas Ações em exercícios anteriores também permaneceu como um ponto em 2014. As emendas parlamentares (EP e EPE) totalizaram R\$ 26,2 milhões, 42% dos recursos disponíveis nas duas Ações, e cerca de 80% desses recursos foram liquidados no exercício. As emendas constituem uma ameaça para a gestão das ações de cultura, uma vez que são, muitas vezes, destinadas a projetos que priorizam as definições políticas e territoriais dos mandatos parlamentares, e nem sempre estão em consonância com as políticas públicas de cultura. Na opinião da SECULT, carecem de métodos mais democráticos para a sua indicação, como, por exemplo, os editais públicos para a seleção de projetos. Vale destacar, entretanto, a existência de projetos de grande interesse público viabilizados por emendas parlamentares, como o Festival Internacional de Bonecos, Brasília Festival Internacional de Cinema, Cena Contemporânea, Porão do Rock, dentre outros. Após a publicação do Decreto nº 34.577/2013, a execução das emendas tornou-se mais democrática no que diz respeito à participação dos artistas locais cadastrados, devido ao sistema de rodízio implantado para contratação dos artistas.

A falta de um planejamento estruturado acaba resultando em ações culturais que têm a predominância de eventos musicais, o que se torna típico do objetivo específico



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMATICO 6219
382 de 465

003, até porque são as ações privilegiadas pelas indicações orçamentárias oriundas do parlamento, em detrimento dos demais seguimentos culturais, como teatro, dança infantil, circo e oficinas, que permanecem pouco atendidos. Uma colaboração para esses seguimentos menos privilegiados veio do Programa “GDF Junto de Você”, que em 2014 foi realizado nas Regiões Administrativas Paranoá, Samambaia, Recanto das Emas, Taguatinga, Santa Maria, Varjão, Itapoã e Riacho Fundo. O Programa, que não está inserido no planejamento da SECULT, realizou intervenções culturais por meio de shows, apresentações circenses, oficinas culturais e intervenções urbanas.

A avaliação do percentual de realização dessas Ações foi feita tomando como base os dados registrados no SAG. Para a Ação 3678, que apresentou Despesa Autorizada de R\$ 39,3 milhões e liquidou R\$ 30 milhões, ou seja, 77% dos seus recursos disponíveis, o percentual de realização obtido foi de 84%, sendo que 29 etapas foram concluídas (total de 46 etapas). Já a Ação 4090, com Despesa Autorizada de R\$ 23,8 milhões, liquidou R\$ 21,4 milhões e apresentou percentual de realização de 100%, com 42 etapas concluídas no total de 59.

A observação pura dos dados pode levar à conclusão de uma elevada eficácia na realização dessas Ações. Entretanto, algumas considerações a seguir citadas sobre os registros do SAG apontam para a necessidade de ajustes na descrição dos subtítulos e de suas etapas, e também levam ao entendimento de um percentual de realização inferior ao anteriormente apontado:

1. Subtítulo prevendo um evento definido está associado a duas etapas distintas, de dois eventos distintos (Subtítulo 0105 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS – BIENAL DO LIVRO E DA LEITURA – DF, associado às etapas 22 – BIENAL DO LIVRO e 126 – ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA);
2. O mesmo evento cultural registrado como etapa realizada em várias etapas, de subtítulos distintos:
 - 2.1. **Ação 3678:** Evento II Bienal do Livro e da Leitura, registrado nos subtítulos/etapas: 0041/20 e 0105/22; Brasília Moto Capital, 0041/20 e 0105/22; São João do Cerrado, 1500/36, 1506/42 e 2813/127; XIX Hallel Som e Vida, 1515/51 e 1516/140; Porão do Rock, 1499/35 e 0041/20; Encontro Cultural Gospel, 1514/50, 5908/128 e 2674/109;
 - 2.2. **Ação 4090:** Festa Sertaneja em Taguatinga, registrada nos subtítulos/etapas: 1622/79 e 1623/80; Festa do Milho da Estrutural, 1611/68 e 2134/145; Semana Santa de Planaltina, 1605/62, 1607/64 e 1618/75; Via Sacra Planaltina, 0040/58, 1613/70, 1633/89.

SPL FOLIO 00003 /15-Folha Nº 003776 ver=50





Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
383 de 465

3. Eventos descritos em etapas de ambas as Ações: São João do Cerrado, Ação 3679 – 1500/36, 1506/42 e 2813/127 e Ação 4090 – 5517/149; XIX Hallel Som e Vida, Ação 3678 – 1515/51 e 1516/140 e Ação 4090 – 5863/133.
4. Eventos que segundo a SECULT, não foram realizados com seus recursos, mas descritos como etapa realizada (GDF junto de Você, descrito na Etapa 20, Subtítulo 41, Ação 3678).

Com base nas considerações apresentadas e na ausência de um planejamento que contemple de forma equilibrada todas as dimensões culturais previstas nas diretrizes do Programa, o percentual de realização atribuído às Ações 3678 e 4090 foi de 70%.

Ação 4091 – APOIO A PROJETOS: Essa Ação apresentou em 2014 uma Despesa Autorizada de R\$ 56,6 milhões, sendo que R\$ 19,7 milhões foram liquidados no exercício. A Ação é materialmente representada por seu Subtítulo 0012 – APOIO A PROJETOS – DISTRITO FEDERAL, que tem o FAC como unidade orçamentária responsável. Esse é o Subtítulo onde estão empenhados os projetos fomentados pelo Fundo, que em 2014 receberam R\$ 53,2 milhões de Despesa Autorizada, sendo R\$ 17 milhões liquidados no exercício.

Em termos do planejamento registrado no SAG, a quantidade prevista para 2014 foi de 550 projetos apoiados pelo Fundo. A meta realizada, conforme registrada no Sistema, indica um total de 196 projetos culturais fomentados, o que impactou no percentual de realização da Ação 4091, resultando num índice de 40%.

A dinâmica de desenvolvimento dos trabalhos do FAC permite levantar algumas considerações sobre esse percentual. O FAC informou que a análise do andamento dos editais de 2014 permitia uma estimativa entre 450 a 500 projetos apoiados, revendo a quantidade inicialmente prevista. Em termos dos recursos liquidados, observa-se que cerca de R\$17 milhões foram destinados ao pagamento de processos do exercício de 2013, 147 no total.

Para avaliar a eficácia da política de fomento em 2014 é importante considerar apenas o total de projetos fomentados ao final da etapa de seleção desse exercício, desconsiderando os números do SAG, que envolvem os recursos destinados a processos de 2013. Essa dinâmica do FAC, observada em exercícios anteriores, considera o fato de que os recursos não são perdidos ao final do exercício, justamente por serem alocadas ao Fundo. O FAC foi questionado sobre eventuais limitações que pudessem ter trazido impacto na eficiência dos processos de trabalho, mas nenhum ponto foi trazido como efetivamente determinante. Apesar de não ter sido o foco do trabalho de 2014, e de suscitar questões ligadas à eficiência



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
384 de 465

dos processos de trabalho mais do que de sua eficácia, é sempre importante reforçar a necessidade de que os recursos disponíveis a cada exercício cumpram o seu destino de fomentar os projetos, evitando um percentual tão baixo de execução orçamentária como o verificado.

Como resultado dos 10 editais lançados em 2014, foram contemplados 367 projetos, assim distribuídos: Criação e Produção – Prêmio Cássia Eller, 30; Montagem de Espetáculos – Dulcina de Moraes, 70; Registro e Memória – Cassiano Nunes, 15; Difusão e Circulação, 113; Registro e Memória, 6; Criação e Produção – Audiovisual, 48; Criação e Produção – Música e Ópera, 36; Indicadores, Informação e Qualificação, 19; Registro e Memória II, 6; Inovação e Transversalidades, 24.

Diante das considerações levantadas, o percentual de realização da Ação 4091, revisado, passaria a 71%. Entretanto, para fins de cálculo do Indicativo de Eficácia em 2014, o valor adotado foi de 40%, que traduz melhor os recursos que foram transformados em produtos para a sociedade, uma vez que os 367 projetos só serão usufruídos a partir de seu pagamento, em 2015.

Ação 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DO FAC: Essa Ação 4220 recebeu em 2014 uma Despesa Autorizada de R\$1,7 milhão e liquidou R\$ 863 mil. A Ação apresenta uma única etapa cadastrada no SAG, com quantidade prevista de “01 unidade”, o que dificulta a avaliação da eficácia baseada nos registros do Sistema. O percentual de realização de acordo com o SAG foi de 100%, mas o percentual atribuído foi de 50%, motivado pela baixa execução orçamentária. Dos recursos disponíveis, 51% foram liquidados no exercício. Essa Ação será abordada no subtópico Análise da Eficiência.

4.1.2 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS À EFICÁCIA

4.1.2.1 *SUBQUESTÃO 1.1 – HOUVE EVOLUÇÃO NHOUE EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE ADMISSIBILIDADE DOS PROJETOS DE 2014 EM RELAÇÃO AO VERIFICADO PARA 2013? (EFICÁCIA)*

Sim. O número final de projetos fomentados pelo ciclo de editais de 2014, 367 projetos, ainda corresponde a cerca de 70% da meta estimada, entre 450 a 500 projetos. Houve, entretanto, uma expressiva redução na taxa de inabilitação observada na etapa de admissibilidade dos projetos. Em 2013, o índice de inabilitação na admissibilidade dos projetos foi de 59,77%, com 272 projetos fomentados, um percentual de inabilitação expressivamente superior ao observado em 2014, com 34% de inabilitação para os projetos

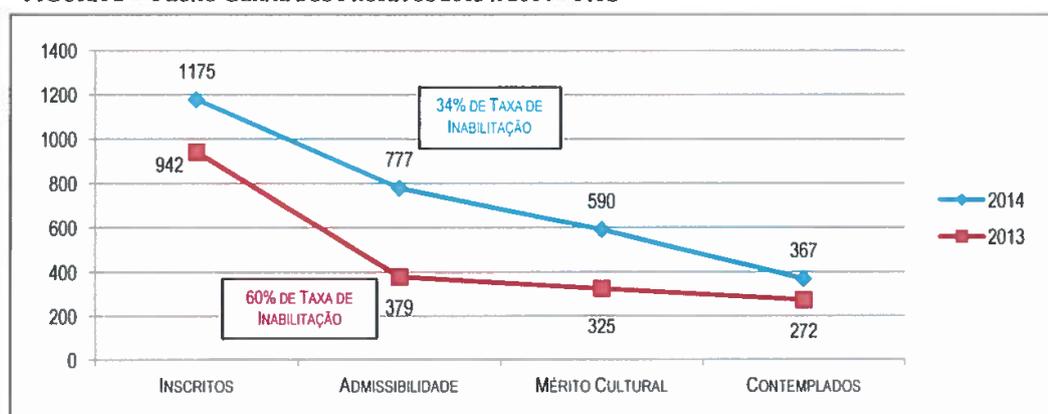


Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
385 de 465

inscritos (Figura 2). Do total de 1.175 de inscrições válidas, 777 seguiram para a etapa de análise do Mérito Cultural. O motivo que pesou com preponderância nas inabilitações de 2014 foi o descumprimento de requisito do Edital, Linguagem ou Modalidade, respondendo por 46% das inabilitações, seguido por glosa superior a 25% do valor solicitado, com 15% das inabilitações. Avaliando o processo global e as metas previstas, ainda há espaço para melhorias, visando o aumento dos projetos contemplados, mas é possível falar que os números obtidos em 2014 apontam para uma evolução.

FIGURA 2 – FLUXO GERAL DOS PROJETOS 2013 x 2014 – FAC



FONTE: FAC – ANÁLISE DO PROCESSO SELETIVO FAC 2014.

4.1.2.2 SUBQUESTÃO 1.2 – AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELO NOVO DECRETO DO FAC OU AS PRÁTICAS ADOTADAS PELA GESTÃO DO FUNDO ESTÃO SENDO DESDOBRADAS EM MEDIDAS CONCRETAS QUE VIABILIZEM UM AUMENTO NO NÚMERO DE PROJETOS ACEITOS? (EFICÁCIA)

Sim. O ciclo de editais de 2014 foi realizado sob a vigência do novo Decreto do FAC, nº 34.785/2013, que trouxe como um dos seus objetivos a intenção de simplificação do processo seletivo. A gestão do FAC atribui o aumento na taxa de admissibilidade a dois pontos principais. Em primeiro lugar, aos cursos realizados pelo FAC em 2014, para orientar sobre a participação nos editais, que atenderam a 486 entes e agentes culturais, e foram realizados em Taguatinga, Paranoá, Planaltina e Plano Piloto. O segundo ponto foi a revisão dos editais, com o propósito de desburocratizá-los por meio de redução de requisitos considerados dispensáveis. Em 2013, um item considerado de forte impacto na elevada taxa de inadmissibilidade observada foi a criação da classificação do proponente em Iniciante ou Iniciado, utilizado para determinar em quais modalidades os proponentes poderiam inscrever

SPL FROCC 00003 /15-Folha nº 003/78



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
386 de 465

seu projetos. O requisito dificultou a comprovação do tempo de experiência dos trabalhadores da área rural em sua área de atuação no mercado profissional, e optou-se por excluir esse requisito em 2014.

Nota-se que a intenção de reduzir itens eventualmente desnecessários também foi trazida pelo FAC como medida a ser adotada para os editais em 2015, considerando que o principal motivo de inabilitação em 2014 foi descumprimento de itens do edital (46%). Quanto à questão da glosa superior a 25% do valor solicitado, motivo associado à dificuldade em comprovar orçamentos válidos, o FAC trabalha com a ideia de utilizar tabela de referência da Fundação Getúlio Vargas – FGV para orientar os proponentes.

4.1.2.3 SUBQUESTÃO 1.3 – OS PROJETOS ACEITOS APRESENTAM UMA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME PELAS RAS? (EFICÁCIA)

Não. Quase 35% dos projetos contemplados em 2014 foram de proponentes que residem em Brasília. Os 65% restantes se distribuem entre as demais regiões administrativas, com maior expressividade em Taguatinga, com quase 10%, Guará com 6%, Gama com cerca de 5% e todas as demais regiões com menos de 5%. Quando é feita a análise considerando o local da produção do projeto e de sua execução, a distribuição dos projetos torna-se sensivelmente mais homogênea, com aproximadamente 16% dos projetos em Brasília, 12% em Ceilândia, 10% em Taguatinga, Gama com 6% e o percentual restante distribuído pelas demais Regiões Administrativas, com menos de 4% cada.

A questão da centralização de projetos na Região Administrativa de Brasília passa pelo fato de que a maior quantidade de CEAC válidos (Cadastros de Entes e Agentes Culturais, mantido pela Secretaria de Cultura) está concentrada nessa RA. O CEAC válido é uma exigência para que o proponente possa concorrer aos benefícios. Para que o artista tenha o seu CEAC, é necessário comprovar dois anos de atividade na área de atuação, e essa comprovação deve ser feita com documentos de até no máximo seis anos passados.

No que pese a mudança positiva observada na concentração dos recursos entre as Regiões Administrativas, que em 2010 apresentava 65% dos recursos concentrados em Brasília e em 2014 indicou aproximadamente 35% dos recursos nessa RA, entende-se que há um bom espaço para investigação e atuação do FAC neste ponto, já que ainda permanece notória a concentração dos recursos na RA Brasília. A análise dos dados de 2014 indicou que existe a mesma tendência no perfil de distribuição entre as regiões administrativas para o número de inscrições válidas, de CEACs válidos e de contemplados nos projetos. Por meio

SE
PROJ
00003
/15-Folha
Nº 003778
VERSÃO
100



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
387 de 465

dos dados hoje disponíveis, ainda não é possível entender em que grau os artistas das diversas Regiões do DF estão sendo privados do acesso aos recursos do Fundo por não conseguirem atender aos requisitos para retirada do CEAC. É intuitivo considerar que os artistas do Plano Piloto tenham muito mais oportunidades para formação de um *curriculum* que os qualifique para esses requisitos.

4.1.2.4 SUBQUESTÃO 1.4 – A GESTÃO DO FUNDO ADOTOU EM 2014 MEDIDAS CONCRETAS VISANDO À DESCENTRALIZAÇÃO DA ADMISSIBILIDADE DE PROJETOS PELAS RAS E SUA DEMOCRATIZAÇÃO, NO SENTIDO DE GARANTIR ACESSO A ARTISTAS MENOS FAVORECIDOS? (EFICÁCIA)

Sim. Um dos quesitos de avaliação das propostas é a territorialidade. As propostas são avaliadas e pontuadas considerando o local de residência do proponente, onde será feita a pré-produção do projeto e onde ocorrerá sua realização, a partir do grau de vulnerabilidade e índice de desenvolvimento humano (IDH) médio da localidade. Regiões Administrativas como Ceilândia, Estrutural, Itapoã e Varjão, que possuem alto índice de vulnerabilidade e baixo IDH, recebem pontuação máxima nesse quesito. Já Regiões Administrativas como Brasília, Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte, que possuem baixo índice de vulnerabilidade e alto IDH, não são pontuadas nesse quesito. Esse critério de pontuação incentiva os proponentes a levarem seus projetos para fora do Plano Piloto, fazendo com que os projetos do FAC contemplem um maior número de Regiões Administrativas. Além dos critérios de territorialidade, os cursos promovidos para orientação dos proponentes, realizados fora do Plano Piloto, são considerados pelo FAC como um instrumento de democratização ao acesso ao FAC.

Os cursos apresentados pelo FAC têm o objetivo de esclarecer as condições para acesso ao Fundo. Estender esses cursos gradativamente para outras Regiões Administrativas certamente é uma medida de democratizar o acesso, e recomenda-se essa ação. O FAC entende que a criação do projeto BSB Criativa também pode vir a constituir uma ação no sentido de trabalhar a concentração observada. O projeto BSB criativa é um convênio entre a SECULT e o Ministério da Cultura (Convênio nº 774952/2012 Minc/AD) “Criativa Birô no Distrito Federal”, em parceria com a Secretaria do Trabalho, que tem por objetivo capacitar entes e agentes culturais do DF na elaboração de projetos para a captação de recursos públicos e para concorrer a editais, como os lançados pelo FAC. Uma de suas vertentes visa ofertar mais oportunidades de qualificação dos projetos apresentados ao FAC, bem como na sua execução e prestação de contas. Todas essas ações mostram-se como caminhos de capacitação dos proponentes, mas sugere-se que paralelamente o FAC invista



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMATICO 6219
388 de 465

num melhor entendimento do perfil dos entes e agentes culturais de todo o DF, não só cadastrados no CEAC, no sentido de diagnosticar os motivos que levam à maior concentração de CEACs na Região Administrativa de Brasília.

4.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA

O Objetivo Específico 003 tem por propósito “*promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo*”.

Em 2014, foi possível identificar realizações em todas as ações que compõem o OE 003, o que pôde ser traduzido no resultado obtido para o Indicativo de eficácia, de 56%. Adotando os valores extraídos diretamente do SAG, o indicativo atinge a marca de 67%. Os números indicam, porém, um índice aquém do esperado, que é de 80%.

Como constatado em exercícios anteriores, nota-se que o objetivo mantém um foco predominante na realização de eventos musicais, sendo que uma maior diversidade de linguagens pode ser verificada apenas nos projetos fomentados pelo FAC. O FAC, por sua vez, vem mostrando evolução em seus indicadores de admissibilidade de projetos, o que se reflete em um maior número de projetos fomentados, mas ainda guarda espaço para melhorias que garantam a efetiva democratização e descentralização no acesso aos seus recursos.

Os controles realizados pela equipe do FAC mostram resultados positivos no sentido de uma menor taxa de inabilitação dos projetos na etapa de admissibilidade, quando comparam-se os resultados de 2014 com os obtidos no exercício de 2013. Como medidas que visam atuar nos principais motivos de inabilitação das propostas analisadas pelo Fundo, o FAC prevê ações para 2015, como a análise crítica dos editais, visando à redução de itens considerados desnecessários e a adoção da tabela de referência da FGV, como balizadora dos orçamentos apresentados.

Entendendo que existem ganhos em termos de eficácia no fomento dos projetos pelo FAC, mas considerando que ainda é necessária uma maior descentralização no acesso, e confirmando o apontado pelo resultado do indicativo, avalia-se que a eficácia do OE 003 no exercício de 2014 ficou abaixo do que foi previsto em suas metas.

SPL FREQ 00003 /15-Folha Nº 003779 Versão 1



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
389 de 465

4.2 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

As considerações sobre a eficiência do OE foram feitas tomando por base o desenvolvimento das atividades do FAC e a prestação das contrapartidas relativas aos projetos fomentados. As questões abordadas buscaram entendimento dos seguintes pontos: se a gestão estratégica do FAC apresenta planejamento estruturado de ações que objetivem um aumento da eficiência de seus processos de acompanhamento de projetos e se as contrapartidas estão sendo tratadas apenas como uma formalidade, não sendo exploradas dentro de um potencial de maior efetividade cultural.

4.2.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES RELACIONADAS À EFICIÊNCIA

4.2.1.1 *SUBQUESTÃO 2.1 – OS SISTEMAS DE INFORMÁTICA EM UTILIZAÇÃO PERMITEM O CONTROLE GERENCIAL DAS ETAPAS DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E CONTROLE DE CONTRAPARTIDAS? (EFICIÊNCIA)*

Parcialmente. As etapas de acompanhamento de projetos e controle de contrapartidas são realizadas dentro do FAC por uma gerência específica, a Gerência de Acompanhamento de Projetos – GAP. Dentro dessa Gerência existe o Núcleo de Contrapartidas, que cuida do acompanhamento da execução das contrapartidas dos projetos fomentados. Para suporte às atividades da GAP, são utilizados dois sistemas informatizados: o SICOP e o GESCON. O primeiro, de uso geral por toda estrutura do Governo do Distrito Federal, e o segundo de utilização interna da SECULT. Para uso exclusivo da GAP não há um sistema informatizado corporativo. Foi alimentada uma planilha na plataforma Excel, com as principais informações dos processos sob sua responsabilidade. Essa planilha agrega mais um “filtro”, para que seja realizado um controle mais efetivo sobre cada informação dos processos que tramitam na GAP. O Núcleo de Contrapartidas, por sua vez, utiliza como sistema de controle interno uma planilha específica, também em Excel, que funciona como Banco de Dados das contrapartidas já realizadas e das contrapartidas em execução.

A GAP, por meio de seus executores, elabora relatórios parciais de acompanhamento dos projetos, que são emitidos ao longo da execução do contrato, relatórios de visitas aos locais de produção dos eventos ou realização de espetáculos e os relatórios finais de execução, quando da apresentação da prestação de contas por parte dos beneficiários. No tocante ao acompanhamento das contrapartidas, é possível extrair das planilhas de acompanhamento em Excel informações sobre o seu estágio de andamento. As planilhas possuem informação sobre o tipo de contrapartida, o local de realização, o valor referente à



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
390 de 465

contrapartida e o público presente ou estimado. As planilhas podem ser acessadas por todos os funcionários, sem mecanismos especiais de segurança. Uma maior eficiência seria sem dúvida conseguida com a utilização de sistemas de gestão eletrônica, especialmente desenvolvidos para o acompanhamento, tanto dos projetos quanto das contrapartidas. Existe uma previsão de desenvolver o Siscult (Sistema de Contratação Artística) para ser, também, o instrumento de inscrição e acompanhamento dos projetos do FAC. O Siscult, desde sua origem, foi pensado para atender às demandas do FAC, tanto na inscrição e avaliação do CEAC quanto na previsão de ser o instrumento de inscrição de projetos e acompanhamento até a prestação de contas final.

Não foi identificada, dentro da GAP, uma sistemática de geração periódica de relatórios gerenciais, relacionada aos acompanhamentos realizados. Destaca-se que o FAC trabalha com elevada quantidade de processos, e o desenvolvimento de relatórios gerenciais que possam ser gerados de forma ágil permitiria um acompanhamento tempestivo da situação a cada momento e a adoção de ações preventivas e corretivas imediatas.

4.2.1.2 SUBQUESTÃO 2.2 – HÁ PESSOAL SUFICIENTE, E TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUOS DOS RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NAS ETAPAS DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E CONTROLE DE CONTRAPARTIDAS? (EFICIÊNCIA)

Não há pessoal suficiente para acompanhamento. O número de integrantes da Gerência de Acompanhamento de Projetos – GAP em 2014 não atende às demandas de atividades que foram previstas para o exercício. A GAP conta com um total de dez servidores em atuação. Destes, sete são servidores efetivos e três são servidores exclusivamente comissionados. Os servidores efetivos são divididos entre servidores da carreira de atividades culturais e da carreira de políticas públicas e gestão governamental. Destes, cinco servidores fazem 30 horas semanais e dois servidores cumprem 40 horas semanais. O número mínimo, adequado para a execução eficiente das atividades previstas na GAP, é de 30 servidores. Esse número foi considerado pela própria GAP um número aproximado, que considera o crescente número de projetos apoiados pelo FAC a cada ano. Em relação ao Núcleo de Contrapartidas, que conta com um único servidor, exclusivamente comissionado, seria necessário mais um servidor para otimização dos serviços oferecidos pelo Núcleo. Quanto à capacitação/treinamento dos servidores da GAP, a Subsecretaria de Fomento realiza cursos no momento do lançamento de novos editais, tendo como foco as especificidades desses editais e o respectivo acompanhamento dos projetos. A cada bloco de editais lançados, são realizados novos cursos.

SFL PROC 00003

1/5-Folha Nº 003780 VER



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
391 de 465

Existem cerca de 1.000 processos acumulados, referentes ao período de 2011 a 2013, além dos processos relativos ao ciclo de editais de 2014. Haverá nomeação de novos servidores para a SECULT em 2015, relativos ao concurso realizado em 2014, e uma previsão, negociada com a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG da SECULT, para alocação de servidores na Subsecretaria de Fomento para atender, principalmente, ao acompanhamento dos projetos. É importante considerar também o reforço de pessoal ao Núcleo de Contrapartidas. Em março de 2014, por meio da Portaria nº 14, publicada no DODF nº 50, de 11/03/2014, foi criada a Comissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização do FAC – CPAFAC, que é composta pelo total de 16 membros. Dos integrantes da GAP, seis servidores também integram a citada Comissão. A criação dessa Comissão foi considerada pelo FAC uma melhoria nos processos de trabalho, com impacto direto na eficiência do acompanhamento. Os servidores fiscalizam e visitam os projetos tanto na sua realização quanto em fase de pré-produção, gerando relatórios a partir de visitas *in loco*. Entretanto, não realizam qualquer fiscalização sobre a prestação das contrapartidas.

4.2.1.3 SUBQUESTÃO 2.3 – OS RECURSOS DA AÇÃO 4220 SÃO UTILIZADOS MEDIANTE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PRÉVIO E EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 267/1999? (EFICIÊNCIA)

Parcialmente. Não foi possível identificar um planejamento estratégico claramente focado para os gastos nessa Ação.

Os recursos da Ação 4220 estão previstos no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 267/1999:

Parágrafo Único: Os recursos do FAC não poderão ser utilizados nas despesas de manutenção administrativa da Secretaria de Estado de Cultura, exceto as de manutenção das ações do próprio Fundo e para aquisição ou locação de equipamentos e suprimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades no percentual máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) dos recursos consignados no Orçamento Anual.

São, portanto, destinados à manutenção das ações de fomento que articulam o FAC. Os recursos são utilizados em duas linhas básicas. Aplicados em materiais e insumos para a boa realização dos editais, como aquisição de equipamentos, tecnologia, e na contratação de consultores técnicos que auxiliam o Conselho de Cultura na análise dos projetos propostos. Numa segunda linha, os recursos são aplicados em ações de divulgação do FAC, como o FestFac, e em projetos que capacitem os proponentes, visando a melhoria dos projetos apresentados e a dinamização da economia da cultura. A segunda linha tem a intenção de criar mecanismos para que os recursos do FAC tornem-se cada vez mais um



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
392 de 465

investimento na formação dos artistas, e não só forma de custeio desses artistas. Segundo a gestão do FAC, a utilização dos recursos da Ação seguiu, em certa medida, um planejamento prévio definido com a equipe de gestão estratégica da Subsecretaria de Fomento, alterado diante de oportunidades e acontecimentos que surgiram no decorrer do ano.

Exceto pela contratação de consultoria para implantação do projeto “Criativa Birô” (R\$ 8 mil) e o treinamento “British Council Empreendedores Criativos” (voltado para empreendedores culturais que o FAC apoia ou já apoiou, no intuito de dinamizar o setor e os investimentos realizados pelo Fundo), os empenhos realizados foram majoritariamente destinados ao pagamento dos consultores técnicos, que apoiam o Conselho de Cultura na emissão de parecer sobre os projetos. Alguns valores também foram empenhados em diárias de viagens, serviços de transporte terrestre, itens de mobiliário em geral, jeton de conselheiros do Conselho de Administração do Fundo de Apoio à Cultura – CAFAC e recolhimento de INSS, estes últimos, inclusive, incluídos na modalidade “folha de pagamento”. Verificou-se, portanto, que grande parte dos recursos foram vertidos na primeira linha de atuação anteriormente descrita, o que certamente contribuiu para uma maior eficiência na realização dos processos de aprovação dos editais, principalmente ao contar com o apoio de consultores técnicos. Não se pretende aqui entrar no mérito de como esse trabalho está sendo feito pelos consultores, se foram adotados critérios objetivos nas avaliações e se de fato os consultores podem substituir o papel dos servidores da SECULT nessa atividade, pontos esses que não foram alvo dos trabalhos de auditoria.

Sugere-se ao FAC manter as linhas gerais de planejamento da Ação 4220 traduzidas nas etapas do SAG, a cada início de exercício. Da forma como os registros estão feitos atualmente, como “01 unidade”, e contando apenas com a informação de que houve o planejamento dos recursos com alterações em função das oportunidades surgidas no decorrer do exercício, não foi possível avaliar até onde existem planos estruturados para os gastos, que terminam o exercício com liquidação de apenas 51% dos recursos disponibilizados.

4.2.1.4 SUBQUESTÃO 3.1 – HÁ DESCENTRALIZAÇÃO ENTRE AS RAS NA PRESTAÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS? (EFICIÊNCIA)

Sim, foi possível evidenciar a descentralização da prestação das contrapartidas entre as regiões administrativas do DF. Em relação às atividades, atribuições e competências inerentes ao Núcleo de Contrapartidas, estas têm por objetivo orientar o beneficiário em relação à realização das atividades de contrapartidas. De acordo com o Decreto nº 34.785/2013, o beneficiário tem o prazo de dois anos (prorrogável), para realizar suas

SPL FPOC 00005 /15-Folha Nº 003731 VERSÃO



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
393 de 465

contrapartidas, a contar do recebimento dos recursos. Dentro desse período, ele deve procurar o Núcleo, conforme regulamento do próprio edital dos processos, para que este defina o local onde será realizada a Contrapartida.

[...] 6.1 Todas as contrapartidas deverão ter sua execução orientada pelo Núcleo de Contrapartidas do FAC, não sendo permitido ao proponente indicar, na proposta apresentada, o local de sua realização. [...]

A definição do local de realização segue ação de descentralização da política de fomento. A partir do exercício de 2013, o FAC criou parcerias com instituições do DF para prestação dessas contrapartidas. Até o momento foram firmadas parcerias com as Secretarias de Estado de Educação, de Saúde e da Criança. Com as Secretarias de Saúde e da Criança foram firmadas, respectivamente, a Portaria Conjunta nº 01, de 03/02/2014, e a Portaria Conjunta nº 55, de 17/07/2013, portarias estas sem prazo de conclusão. A relação com a Secretaria de Educação não foi institucionalizada em portaria. Outras Secretarias manifestaram interesse, mas ainda não firmaram acordo. Além dessas portarias, em 2014, o material do FAC, recebido na forma de objeto das contrapartidas (CDS, Livros, DVDs), foi utilizado para divulgação dos artistas locais na Bienal do Livro, no Encontro Ibero-Americano de Gestores da Cultura, encaminhado para Rádio Cultura e Rádio Comunitária do Plano Piloto, além de ter sido utilizado como kits entregues para autoridades em eventos da Secretaria.

A descentralização da prestação das contrapartidas pôde ser bem evidenciada por meio das parcerias firmadas pelo FAC com as Secretarias citadas. Na Secretaria de Educação, as contrapartidas estão sendo prestadas de forma descentralizada na rede pública do DF, sempre levando em consideração a adequação do projeto ao perfil do estudante/unidade de ensino que irá recebê-las. A Gerência de Ações Articuladas da SEE, canal de contato do FAC na SEE, procura atuar na escolha dos locais contemplados pelas atividades dos projetos, o que está documentado no Relatório de Acompanhamento das Atividades dos Projetos do FAC. Os dados desse Relatório indicam a realização de 19 contrapartidas no período de abril a dezembro de 2014 (período monitorado pela Gerência), abrangendo 17 Regiões Administrativas do DF.

Na Secretaria de Saúde, a prestação das contrapartidas do FAC está inserida num projeto específico chamado Circuito de Ocupação Cultural para a Saúde – uma parceria entre SECULT, SES-DF, Casa Civil e FIOCRUZ-BSB. Tal projeto visa promover o diálogo entre essas pastas, com a finalidade de levar as contrapartidas do FAC às Unidades de Saúde de uma forma adequada, segura e eficaz. As contrapartidas estão sendo utilizadas de forma descentralizada. O circuito citado tem duração de três meses, e dentro desse período as

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003732



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
394 de 465

atividades são distribuídas em três unidades: um Hospital Regional, um Centro de Saúde e um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. A primeira edição do circuito foi realizada em Planaltina (Centro de Saúde nº 01), Ceilândia (HRC) e Taguatinga (CAPS II). A segunda passou por Taguatinga (HSVP), Asa Norte (CAPS I) e Asa Sul (HMIB). As indicações desses locais foram inicialmente feitas pelo Subsecretário de Atenção à Saúde, baseadas nas demandas apresentadas pelas unidades, tais como número de pacientes, especialidades oferecidas, carência de atividades de cunho cultural e manifestação de interesse por parte das áreas. A SES enviou detalhamento da documentação referente ao Circuito de Ocupação Cultural para a Saúde, que integra os papéis de trabalho.

Na Secretaria de Estado da Criança, a Coordenação de Políticas tenta oportunizar as atividades ao maior número de unidades socioeducativas. Em 2014 as contrapartidas foram prestadas em unidades de Taguatinga, São Sebastião, Planaltina, Recato das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Guará e Plano Piloto. Para a escolha das unidades que receberão as contrapartidas são feitas avaliações referentes à disponibilidade do artista, perfil dos adolescentes, carência de atividades de determinado seguimento artístico, projeto pedagógico da unidade (fortalecimento de ações já desenvolvidas de acordo com a linha de ação), manifestação de interesse em receber a atividade e vinculação do artista com a localidade. A maioria dos artistas não aponta limitações quanto às localidades a serem atendidas. Aqueles que apontam limitações quanto a algumas localidades, geralmente por dificuldades de acesso, recebem apoio das unidades interessadas, sempre que possível, com transporte. A SECRIANÇA apresentou o documento “Balanço da Execução de Contrapartidas do FAC – 2014”, detalhando as contrapartidas prestadas.

Durante o período de realização dos trabalhos, foram feitas consultas a processos autuados no período de 2010 a 2014. Para os processos que já apresentaram a realização das contrapartidas, não foi possível caracterizar tendência à concentração da sua prestação em alguma Região Administrativa específica. Registra-se que o Processo de nº 150.001.357/2010 não foi localizado e, portanto, não foi entregue para consulta até o encerramento dos trabalhos.

4.2.1.5 SUBQUESTÃO 3.2 – AS CONTRAPARTIDAS ESTÃO OU PODEM ESTAR ASSOCIADAS A UMA POLÍTICA PEDAGÓGICA OU DE SAÚDE? (EFICIÊNCIA)

Sim, podem estar, mas o assunto carece de melhorias. Todas as Secretarias parceiras do FAC entendem que é possível. Para a SEE, seria necessário que o FAC disponibilizasse o seu cronograma de projetos aprovados e que terão prestação de contrapartida na rede pública de ensino. Assim haveria como promover uma articulação mais



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
395 de 465

efetiva entre a Gerência de Ações Articuladas, os artistas/proponentes e as unidades de ensino, pois cada unidade de ensino tem o seu Projeto Político Pedagógico, seu calendário e sua programação desde o início do ano letivo. Logo, seria mais fácil inserir essas atividades novas de acordo com a programação de cada uma. Isso contribuiria para um melhor aproveitamento das contrapartidas. A SEE assinala que um contato mais próximo com a SECULT seria adequado, para que haja acompanhamento, organização e direcionamento das ações a serem desenvolvidas pelos artistas na execução dos projetos, o que facilitaria a articulação com as unidades de ensino.

Na Secretaria da Criança, as contrapartidas, de acordo com sua disponibilidade, são inseridas na programação pedagógica das unidades de internação, porém sem planejamento prévio. A Secretaria da Criança acredita ser possível vinculação das contrapartidas com os projetos pedagógicos, desde que o FAC crie mecanismos de sensibilização dos artistas para execução das contrapartidas no Sistema Socioeducativo, casando atividades com o planejamento pedagógico das unidades. A Secretaria sugere que seja retomada a divulgação prévia da lista de projetos aprovados pelo FAC e suas respectivas contrapartidas para que as equipes da SECRIANÇA e SECULT, no início de cada ano ou semestre, possam debater estratégias de mobilização dos artistas para execução de atividades que potencializem a ações pedagógicas desenvolvidas pelas unidades socioeducativas.

A Secretaria de Saúde acredita no potencial de iniciativas colaborativas como essa, além de crer na arte e na cultura como formas de promoção da saúde, tanto física quanto mental. Entretanto, para a realização do projeto, é fundamental a colaboração e o comprometimento dos agentes de contrapartida. Problemas verificados durante a execução dos circuitos: desmarcação do evento em cima da hora, ausência do material necessário para a execução da apresentação (que deveria ser levado pelo artista), duração diferente do agendado para as apresentações. A existência de instrumentos que vinculem os artistas e grupos culturais ao compromisso de executar adequadamente as contrapartidas pode contribuir com a execução do projeto.

Segundo a SES, o retorno de todas as partes envolvidas na execução das contrapartidas em unidades de saúde é muito positivo. Os pacientes e seus acompanhantes (muitas vezes ociosos, aguardando procedimentos médicos, exames, etc.) mostram-se muito receptivos, uma vez que muitos não têm acesso à cultura e sentem como um fator que ajuda na recuperação. Os servidores (um dos focos do circuito devido à carga e natureza desgastantes de suas atividades), apesar da dificuldade na gestão dos horários, quando participam, fazem comentários bastante positivos e apoiam a iniciativa. Relatam que as atividades culturais diminuem a tensão e aumentam a produtividade no trabalho.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
396 de 465

É inegável o benefício social que pode advir da aplicação das contrapartidas dentro de políticas públicas de saúde, educação e socioeducativas. Todas as instituições parceiras sublinharam os impactos positivos e preciosos que a prestação das contrapartidas surte em suas respectivas unidades e entendem como fundamental a continuidade desse trabalho. É necessário, entretanto, que o FAC crie mecanismos que permitam uma melhor estruturação de seu banco de dados, de maneira a diminuir a instabilidade resultante da incerteza de datas de prestação das contrapartidas. O que se observa é que as contrapartidas são realizadas basicamente com o talento que o artista já possui, não dependendo de toda a infraestrutura que acompanha a montagem dos projetos, estes sim carecendo de mais tempo para sua execução. A importância da prestação das contrapartidas deve ser reforçada durante os cursos que antecedem o edital, e o FAC deve considerar a possibilidade de criar mecanismos, no próprio edital, por meio de pontuação diferenciada, de atuar nas datas de sua realização. Esse é um caminho que viabiliza a utilização dessas contrapartidas dentro de outras políticas públicas, que precisam de um horizonte de realização para estruturar seus calendários, permitindo uma maior fruição dessas contrapartidas pela sociedade.

4.2.1.6 SUBQUESTÃO 3.3 – AS CONTRAPARTIDAS ESTÃO SENDO PROGRAMADAS DE MANEIRA A PERMITIR A MAIOR ABRANGÊNCIA POSSÍVEL DE FRUIÇÃO PELA SOCIEDADE (PÚBLICO PRESENTE)? (EFICIÊNCIA)

Parcialmente. Os pontos citados na questão anterior pelas instituições parceiras podem ser entendidos como melhorias necessárias na atual política de prestação de contrapartidas, que, uma vez trabalhadas, podem favorecer uma maior abrangência de pessoas usufruindo desses benefícios culturais.

Foi solicitada às instituições uma estimativa de pessoas presentes durante a prestação das contrapartidas. A SECRIANÇA informou que enfrenta dificuldades para obter informações documentadas em relatórios sobre o desenvolvimento das atividades e sobre o número de participantes nas unidades socioeducativas, pois nem todas as unidades dão retorno às demandas feitas pela Coordenação de Políticas do Sistema Socioeducativo, órgão responsável pelo assunto na Secretaria. As informações disponíveis são de cerca de 420 adolescentes participando em 2014. Salaria que, para aumentar a eficiência da prestação dessas contrapartidas, é importante realizar um maior esclarecimento dos servidores que trabalham nas unidades sobre a parceria e o FAC e uma maior cobrança da chefia/direção das unidades para que documentem todas as ações realizadas.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
397 de 465

A SEE mantém o controle do número de estudantes atendidos nas apresentações após a entrega do formulário “Avaliação das Contrapartidas do FAC” pelas unidades de ensino. Em 2014 foram atendidos 8.463 estudantes.

A SES informou uma estimativa geral da ordem de 1.600 contemplados nas duas edições do circuito. O número de contemplados varia em função da atividade. Algumas são direcionadas para o grande público, em uma grande área de circulação, outras para equipes de servidores de um determinado setor demandante, e às vezes individuais, leito a leito. As atividades voltadas para os servidores contam com menor adesão, por conta das escalas e volume de trabalho. Nem sempre é possível reservar um tempo exclusivo para a equipe. A SES entende que, para tornar mais eficiente a prestação das contrapartidas, é importante que os gestores dos equipamentos de saúde se envolvam e estimulem os servidores a participarem das atividades.

Uma iniciativa do FAC que busca uma maior democratização no acesso às contrapartidas é o evento FestFAC, mostra de diversos produtos e serviços culturais financiados pelo Fundo. O II FestFAC aconteceu entre 04 e 15/09/2013 e ofereceu gratuitamente para a população 47 atividades culturais. As atrações foram selecionadas a partir de uma convocação aos beneficiários do FAC que desejavam realizar sua contrapartida no festival. Em 2014 não houve a edição do evento, em parte justificado pelas limitações impostas pelo período eleitoral. A proposta da SECULT é que o evento integre o calendário cultural da capital, como uma demonstração das políticas públicas e da vigorosa produção artística local.

4.2.1.7 SUBQUESTÃO 3.4 – OS CRITÉRIOS DEFINIDOS PARA A PRESTAÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS NOS NORMATIVOS LEGAIS SÃO GENÉRICOS, OU TRAZEM ESPECIFICIDADES EM FUNÇÃO DE CADA OBJETO PRESTADO? (EFICIÊNCIA)

Em 2014 houve especificidades em função do edital publicado. São genéricos, no sentido de traduzir os requisitos que o Decreto nº 34.785/2013 traz sobre o assunto, conforme apresentados no item de caracterização do Objetivo Específico 003. Mas há particularidades ligadas ao tipo de contrapartida exigida no edital, que pode ser artístico-social, econômica ou financeira, ou outras exigências pontuais em função do objeto do edital. Por exemplo, os editais de Criação e Produção, Montagem de Espetáculos, Difusão e Circulação, Registro e Memória exigem contrapartidas sociais. O edital de Indicadores, Informações e Qualificação permite qualquer uma das três.

Em regra, os editais definem que as contrapartidas devem ser valoradas em no mínimo 10% do valor do objeto apoiado, mas há edital que defina o valor mínimo da

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003734



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
398 de 465

contrapartida (Indicadores, Informações e Qualificação). Neste ponto vale destacar a materialidade dos recursos estimados para as contrapartidas. Se considerarmos a despesa autorizada para o Subtítulo 0012, onde estão alocados os recursos disponibilizados para o fomento, da ordem de R\$ 52 milhões, cerca de R\$ 5 milhões é estimado em contrapartidas, recurso bem mais expressivo do que o encontrado em muitas ações orçamentárias do Programa 6219. Visando orientar os proponentes, os editais apresentam em seu anexo III uma tabela com referências de valores. A tabela do anexo III também varia conforme os editais, e seu propósito inicial não é o de se constituir num rol de escolhas para o proponente, e sim em se constituir em uma opção de escolha caso a alternativa apresentada seja vetada na etapa de admissibilidade dos projetos, conforme informado nos editais:

[...] 6.6 Caso as contrapartidas indicadas não sejam consideradas aceitáveis ou não sejam indicados o número ou valor mínimos exigidos, poderá, na admissibilidade, ser considerada alguma daquelas constantes no Anexo III deste Edital, podendo o proponente, na fase recursal, solicitar sua alteração, observado o Anexo III. [...]

Foi possível observar evolução nos modelos de formulários do projeto básico preenchidos pelos proponentes, no tocante ao detalhamento das contrapartidas prestadas, quando comparados os modelos adotados nos processos de 2010 e o modelo aplicado em 2014. Os formulários constantes dos editais de 2014 solicitam informações sobre o detalhamento da contrapartida, sua valoração, a metodologia (em caso de oficina) e a forma de comprovação da prestação. A própria implantação do critério de valoração das contrapartidas também é um exemplo dessa evolução. Ainda apresenta elementos de subjetividade que precisam ser refinados. Cita-se, por exemplo, o Anexo III do Edital de Difusão e Circulação, que estima em R\$ 7 mil o item “Elaboração e divulgação de cartilha com temas correlatos aos que foram objetos do projeto”. Não há maior detalhamento sobre que forma de divulgação deve ser dada, ou qual o nível de informação deve constar na cartilha. No mesmo anexo, “Doação de 100 exemplares de livro, catálogo, CD musical ou DVD musical” está valorado em R\$ 3 mil.

É importante que o FAC invista nos critérios de valoração da contrapartida, não com o propósito de atender a um requisito formal, de atingir pelo menos de 10% do valor do objeto fomentado, mas sim no sentido de exigir que as contrapartidas prestadas realmente reflitam o valor dos recursos investidos. Isso significa criar mecanismos de qualidade para prestação dessas contrapartidas, para que esse benefício cultural transforme-se em benefício social, e para que possa assim integrar as políticas abordadas nas questões anteriores. Há processos fomentados da ordem de R\$ 1 milhão. Isso implica em contrapartidas da ordem de R\$ 100 mil. Trabalhar no maior aproveitamento desse recurso é uma ação concreta voltada para a eficiência do gasto público.

594 PROCS 000003 /15-Folha Nº 003784 VER-SO



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
399 de 465

4.2.1.8 SUBQUESTÃO 3.5 – HÁ CRITÉRIOS DEFINIDOS DENTRO DO FAC PARA ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DAS CONTRAPARTIDAS, E OS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS CONTRAPARTIDAS SÃO PADRONIZADOS EM FUNÇÃO DAS ESPECIFICIDADES DE CADA PROJETO?

Não há critérios prévios que definam requisitos de qualidade a serem seguidos na prestação das contrapartidas. Também não há dentro do Núcleo de Contrapartida, em regra, acompanhamento *in loco* da prestação. Dentro do FAC, os objetos fomentados são fiscalizados por uma Comissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização, constituída por meio da Portaria nº 14, de 07/03/2014, que conta com 16 membros. Já as contrapartidas não são fiscalizadas por essa Comissão. O FAC alega que as contrapartidas correm à custa dos proponentes, não integrando o montante recebido. Por conta disso, informa que “a comprovação de sua execução é de responsabilidade do beneficiário, através de documentação comprobatória de realização da contrapartida assinada pelo responsável legal do espaço onde tenha sido realizada”.

De acordo com as declarações, fotos e lista de presença recebidas, é possível ao Núcleo aferir a quantidade de público e visualizar a atividade realizada. A avaliação final da prestação é feita pelo Conselho de Cultura, que tem a responsabilidade de julgar a adequação ou não da prestação da contrapartida com base nos documentos recebidos.

As instituições parceiras (SEE, SES e SECRIANÇA) criaram seus mecanismos próprios de registro de acompanhamento, mas na sua grande maioria são feitos a partir de documentos recebidos das unidades onde a contrapartida está sendo executada (escolas, unidades de internação, hospitais). Não há disponibilidade de pessoal nessas instituições para realizar o acompanhamento dessa prestação.

Todas as instituições parceiras manifestaram a opinião de que as contrapartidas prestadas foram boas ou de excelente qualidade. Na SES, o único ponto colocado foi ligado à ocorrência de eventos em que o artista compareceu sem estar munido dos equipamentos e estrutura necessária, itens que são de sua responsabilidade. A SES colocou que os artistas muitas vezes iniciam a apresentação dos eventos um pouco acuados, mas aos poucos percebem como a relação entre a arte e a saúde pode ser rica. Para a SEE, com raras exceções, as contrapartidas atendem a realidade, necessidade, curiosidade, carência de cultura e de novidades dos estudantes e unidades de ensino. A SECRIANÇA pontuou que houve manifestação de interesse dos próprios artistas em continuar o trabalho e convites para assistir trabalhos dos artistas fora das unidades.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
400 de 465

O que ficou evidente durante os trabalhos de campo é que muito da resistência que os artistas manifestam em prestar as contrapartidas se desfaz no momento de sua prestação em todos esses projetos. Este é um trabalho em que o FAC deve investir na etapa de cursos que antecedem o lançamento dos editais, a de mostrar os resultados positivos de trabalhos anteriores, de maneira a inspirar a colaboração dos artistas na prestação.

4.2.1.9 SUBQUESTÃO 3.6 – OS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO, NO TOCANTE À PRESTAÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS, SUBMETIDOS AO CONSELHO DE CULTURA, APRESENTAM ELEMENTOS SUFICIENTES PARA BALIZAR A APROVAÇÃO DAS CONTAS DOS BENEFICIÁRIOS? (EFICIÊNCIA)

Parcialmente. Os processos consultados, referentes a benefícios concedidos no período de 2010 a 2014, indicaram falta de padronização na documentação apresentada. Excluídos os casos em que há restrições legais à publicação de informações, nem todas as contrapartidas foram documentadas com fotos e lista de presença.

O proponente deve indicar a forma como será feita a comprovação da contrapartida. Entende-se que não haveria espaço para alternativas, e que as formas de comprovação deveriam ser obrigatórias e comuns a todos os projetos, definidas no edital do certame. A única variação possível seria verificada nos casos em que a contrapartida não se constitui em evento público, e sim em bens entregues, como CD, DVD e Livro, que teriam sua comprovação feita por documento de recebimento.

Os próprios relatórios de acompanhamento referentes aos processos avaliados não mantiveram uma padronização no tocante ao detalhamento das contrapartidas prestadas. Um detalhamento maior de informações ficou muitas vezes vinculado à iniciativa do proponente de apresentar maior riqueza de documentação. Entende-se que, na ausência de um acompanhamento efetivo da realização das contrapartidas, a padronização das informações que devem ser prestadas e uma efetiva verificação da apresentação de todos os requisitos necessários à comprovação devem ser medidas adotadas pelo FAC na condução dos processos. O FAC deve também explorar ao máximo o canal de parceria aberto com as instituições parceiras, como fonte complementar de avaliação da prestação das contrapartidas.

SEI - PROC 00003 /15-FOLHA Nº 003705 VERSÃO 01



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
401 de 465

4.2.1.10 SUBQUESTÃO 3.7 – HÁ TENDÊNCIA DOS ARTISTAS À EXECUÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS NOS LIMITES MÁXIMOS DOS PRAZOS PERMITIDOS EM LEI? (EFICIÊNCIA)

O FAC informa que sim. Isso porque as contrapartidas podem ser realizadas até o fim da vigência, que hoje está estabelecida em 730 dias, podendo ser prorrogada em igual período. Como são realizadas com recursos do beneficiário, muitas vezes precisam aguardar a conclusão do objeto para sua execução.

Este é um ponto que carece de monitoramento contínuo do Núcleo de Contrapartida. Foi solicitado ao FAC o estágio da realização das contrapartidas referentes a processos empenhados no orçamento de 2014. Para um total de 165 projetos autuados no período de 2013 e 2014, apenas quatro apresentaram registro de todas as contrapartidas prestadas. O número, entretanto, pode não espelhar a realidade de 2014, uma vez que muitas vezes o beneficiário só apresenta os documentos referentes à realização da prestação da contrapartida quando realiza sua prestação de contas. E somente nesse momento o Núcleo de Contrapartida toma conhecimento da realização.

A dificuldade em estabelecer controles sobre as datas de prestação das contrapartidas é a principal ameaça à utilização dessas contrapartidas dentro das políticas socioeducativas, de educação e de saúde. Na SEE, apesar de serem excepcionais, há relatos de artistas que esquecem a data marcada e não comparecem, ou solicitam muitas mudanças no agendamento, o que muitas vezes atrapalha o calendário das unidades de ensino que já se organizaram para as apresentações. Na SECRIANÇA é necessário um prazo mínimo de 15 dias para execução, período em que são identificadas unidades que tenham interesse e capacidade em receber as contrapartidas. De maneira semelhante, na SES, é necessário fazer um cruzamento das agendas dos artistas e das Unidades de Saúde, tentando ajustes de ambos os lados, caso necessário. É fundamental um trabalho contínuo do Núcleo de Contrapartidas junto aos artistas, e o compromisso destes com as datas agendadas.

4.2.1.11 SUBQUESTÃO 3.8 – HÁ UMA SISTEMÁTICA DE INVENTÁRIO DAS CONTRAPARTIDAS DADAS NA FORMA DE OBJETOS (CD, DVD, PINTURAS, ETC.) DENTRO DA GAP? (EFICIÊNCIA)

Não. O Núcleo de Contrapartida informa que é possível contar a quantidade de material que está atualmente no estoque do FAC, assim como o material que integra o seu acervo. Porém, não há disponibilidade de pessoal na equipe que permita sistematizar um inventário e realizar a contagem. A prática atualmente utilizada consiste na seguinte metodologia: No ato do recebimento do material, é emitida uma declaração atestando esse

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003786



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
402 de 465

recebimento. Quando são montados kits para as instituições, parceiras ou não, são emitidas declarações que atestam esse recebimento pelas instituições. Entretanto, diversos kits são montados e entregues em eventos da SECULT, para divulgação dos artistas, e também há entrega de kits durante visitas de autoridades. Esses kits não são contabilizados.

Os materiais são armazenados em uma sala nas dependências da SECULT, onde também é mantido o acervo do FAC, com obras separadas a partir de trabalhos fomentados. Hoje, portanto, qualquer informação de material em estoque referente às contrapartidas só é possível mediante contagem, já que os registros não contemplam a contabilização desse material. E não há sistemática na realização dessa contagem. Entende-se que a criação de uma planilha em Excel com os registros sobre o tipo e a quantidade de material recebido, bem como sobre suas saídas, com suas respectivas quantidades e destinos, constituem-se em uma alternativa isenta de custo que organiza o material disponível, agrega valor ao trabalho realizado pelo Núcleo, permite a execução de controles gerenciais e dá mais transparência ao destino dado ao material.

4.2.1.12 SUBQUESTÃO 3.9 – HÁ ACÚMULO DE OBJETOS DAS CONTRAPARTIDAS DENTRO DA SECULT, NÃO SENDO DADA SUA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS DE FRUIÇÃO PELA SOCIEDADE? (EFICIÊNCIA)

Não é possível afirmar que há um acúmulo, uma vez que o FAC não mantém controles sobre os materiais armazenados que possam servir como uma referência histórica. Na vistoria realizada em novembro de 2014 às instalações, pôde ser observada uma quantidade expressiva de material por todos os espaços disponíveis da sala. Não havia nesse dia uma organização clara de prateleiras, e o material disponível para doações praticamente se confundia com o acervo. Apenas o servidor responsável pelo Núcleo conseguiria identificar a diferença. Foi informado que havia acúmulo de material nesse dia, acúmulo esse causado pelas limitações de distribuição impostas pelo período eleitoral. Nesse dia estavam sendo separados kits para entrega na SECRIANÇA. Não houve retorno em data posterior ao local. Sobre o acervo, entende-se que o FAC e a SECULT devem avaliar a disponibilização de espaço para acesso público a esse material, dentro das instalações físicas da SECULT.

A SECRIANÇA informou que o Núcleo encaminhou duas vezes kits com CDs, DVDs e livros. O 1º lote continha 523 unidades e o 2º lote 1.134 unidades. Os kits foram distribuídos para todas as unidades, que abastecem as bibliotecas e servem de apoio às atividades pedagógicas desenvolvidas. As unidades são estimuladas a criarem estratégias que possibilitem o acesso permanente aos adolescentes. A Secretaria enviou plano de ação



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
403 de 465

ilustrando diversas aplicações dadas às contrapartidas do FAC, que integram os papéis de trabalho deste Relatório. Na SES foram recebidos kits no Centro de Saúde nº 1 de Planaltina, Centro de Atenção Psicossocial II de Taguatinga – CAPS II, Hospital Regional de Ceilândia e FIOCRUZ Brasília. Os materiais recebidos integraram o acervo das bibliotecas dessas unidades, bem como estão disponíveis para os pacientes utilizarem nas salas de espera e enfermarias.

Sobre a distribuição de kits, avalia-se que há uma grande oportunidade de divulgação do material nas Clínicas de Saúde da Família, e um plano de trabalho com essas unidades ao longo do DF pode enriquecer significativamente o vínculo saúde-cultura.

4.2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Existem hoje dentro do FAC iniciativas em curso que, se implantadas, surtirão impacto na eficiência dos trabalhos. O aumento da eficiência no acompanhamento dos projetos e das contrapartidas está atrelado, pelo menos, à maior disponibilidade de pessoal trabalhando nas equipes e ao desenvolvimento de sistemas de gestão eletrônica dos processos.

No que pesem os resultados positivos verificados com a prestação das contrapartidas, e o reconhecimento de que estão sendo desenvolvidos caminhos para aumento da eficiência dessa prestação por meio da formação de parcerias, avalia-se que a insuficiência de pessoal do Núcleo, a falta de sistemas de gestão eletrônica de processos que permitam o acompanhamento informatizado de objetos e contrapartidas, a instabilidade inerente às datas de prestação das contrapartidas, a impossibilidade de acompanhamento *in loco* (pelo menos por amostragem) de contrapartidas pelo FAC, a falta de padronização dos documentos comprobatórios da prestação das contrapartidas, o razoável grau de subjetividade que ainda acompanha a valoração das contrapartidas nos editais e a falta de controle de quantidades dos objetos físicos recebidos no FAC são elementos com impacto direto na eficiência do desenvolvimento das atividades, e que a curto ou médio prazo merecem a atenção do FAC para serem sanados. Diante desses aspectos, entende-se que a eficiência do OE 003, tomada por essa amostragem, ainda está abaixo do desejado.

4.3 ANÁLISE DA EFETIVIDADE

As considerações sobre a efetividade do OE 003 foram desenvolvidas tomando por base a existência ou não de evidências de ações do FAC que apoiem a construção da autonomia dos beneficiários dos recursos do Fundo. Estão apresentadas em duas etapas, a seguir descritas.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003787



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
404 de 465

4.3.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE EFETIVIDADE

4.3.1.1 *SUBQUESTÃO 4.1 – HÁ UMA TENDÊNCIA HISTÓRICA DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AOS MESMOS PROPONENTES JÁ CONTEMPLADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES? (EFETIVIDADE)*

Não foi possível evidenciar essa tendência nos registros apresentados pelo FAC. No período de 2011 a 2013, 92% dos beneficiados foram contemplados apenas uma vez, 7% foram contemplados duas vezes e apenas 1% dos beneficiados foram contemplados três vezes. Trata-se de um período pequeno para avaliação, não sendo possível ainda caracterizar uma série histórica. Lembra-se neste ponto que o novo regulamento do FAC, aprovado pelo Decreto nº 34.785/2013, em seu art.112, prevê que os beneficiados só poderão concorrer a uma nova concessão após a aprovação de suas contas pelo Conselho de Cultura e Conselho de Administração.

Art. 112. Esgotados os prazos para conclusão do projeto e prestação de contas perante o Conselho de Cultura do Distrito Federal e o Conselho de Administração do FAC, o beneficiário ficará, automaticamente, impedido de ser classificado em futuros processos seletivos para a concessão de apoio.

Considerando que os contratos assinados anteriormente ao referido Decreto previam vigência de um ano para realização dos objetos, podendo ser prorrogados por igual período, e que esse novo normativo prevê vigência de 730 dias, também prorrogável, entende-se que apenas mediante avaliação de maiores intervalos de tempo será possível confirmar ou não a tendência levantada pela questão.

4.3.1.2 *SUBQUESTÃO 4.2 – EXISTEM DENTRO DO FAC INDICADORES QUE PERMITAM O MONITORAMENTO, APÓS A PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS ARTISTAS BENEFICIADOS COM OS RECURSOS? (EFETIVIDADE)*

Não. Devido ao número reduzido de servidores e o crescente número de projetos apoiados a cada ano, o FAC não vê como viável a realização desse tipo de acompanhamento. As equipes da Diretoria de Indicadores do Fundo realizam uma avaliação detalhada do Processo Seletivo de cada ciclo anual de editais, mas essa avaliação se limita às etapas do processo seletivo, índices de admissibilidade, motivos de inabilitação, recursos por modalidade, entre outros. Ainda não houve nem mesmo a possibilidade de incluir, na análise anual dos processos seletivos, acompanhamentos ligados às etapas de execução do objeto e de suas contrapartidas e de índices referentes às prestações de contas, etapas que fazem parte dos processos de trabalho realizados pelo Fundo.

SRL PROJ 00003 /15-Folha Nº 003787 vers.0.0



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
405 de 465

4.3.1.3 SUBQUESTÃO 4.3 – O FAC ADOTA INICIATIVAS NO SENTIDO DE PROMOVER A INDEPENDÊNCIA CULTURAL DOS ARTISTAS EM RELAÇÃO AO FUNDO? (EFETIVIDADE)

Sim, foi possível identificar uma iniciativa, mas ainda em fase de implantação: o Projeto BSB Criativa Birô. Além da vertente anteriormente citada, o BSB Criativa Birô também visa oferecer apoio técnico e consultoria para os entes e agentes culturais, objetivando a sustentabilidade de suas atividades artísticas, potencializando aspectos econômicos. Tal iniciativa é de grande importância para o FAC, que financia, a fundo perdido, diversos produtos artísticos que poderão ser dinamizados pelas ações desenvolvidas pelo convênio. As ações previstas têm por propósito proporcionar desdobramentos e ganhos econômicos, indo além do apoio na produção e circulação dos produtos e serviços artísticos, para que seja alcançada maior efetividade, a sustentabilidade do setor artístico e o fortalecimento do mercado da cultura e das artes no DF. A partir do exercício de 2014 a implantação do Convênio passou a ser responsabilidade da Subsecretaria de Fomento. As metas previstas foram:

1. Atendimento de, no mínimo, 70 entes e agentes culturais cadastrados no FAC, por mês;
2. Consultoria de, no mínimo, 400 horas para os entes e agentes culturais cadastrados no FAC;
3. Capacitação de 20 cursos de 20h/a com foco nos editais do FAC;
4. Priorização dos entes e agentes culturais cadastrados no FAC nos ciclos de palestra sobre empreendedorismo.

O início das atividades foi previsto para dezembro de 2014.

4.3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFETIVIDADE

Com os elementos atualmente disponíveis, não é possível afirmar se as ações desenvolvidas pelo FAC são efetivas no sentido de garantir, a médio e longo prazo, a autonomia dos artistas em relação ao Fundo. É possível identificar, ainda que de forma inicial, elementos que apoiem a construção da autonomia dos beneficiários em relação aos recursos do Fundo, iniciativas estas manifestadas no convênio firmado com o Ministério da Cultura para criação do Projeto BSB Criativa Birô. É importante que os frutos desse desenvolvimento integrem os acompanhamentos realizados pelo FAC, e a eles seja dada a mesma publicidade que hoje está sendo dada aos estágios dos processos seletivos.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6219
406 de 465

5 CONCLUSÃO

Avalia-se que a eficácia do Objetivo Específico 003 ficou abaixo do previsto em 2014, e sua eficiência abaixo do desejado.

A realização das metas previstas para o exercício foi impactada principalmente pela baixa execução da ação de fomento aos projetos pelo FAC, que apesar de ter realizado todo o ciclo dos dez editais durante o exercício, não finalizou em 2014 a liquidação desses projetos. Houve expressiva melhoria nos índices de admissibilidade dos projetos apoiados pelo FAC, resultado de atuação positiva da gestão do Fundo, manifestada em cursos de capacitação dos proponentes e simplificações do processo seletivo. Permanece uma razoável concentração de beneficiários na Região Administrativa de Brasília, ponto que deve continuar merecendo a atenção do Fundo em 2015.

Pôde ser evidenciado o elevado potencial que as contrapartidas do FAC representam como benefício cultural associado às políticas públicas socioeducativas, educativas e de saúde, manifestado por meio de parcerias firmadas com a Secretaria de Educação, de Saúde e da Criança. A exploração desse potencial implica em uma maior eficiência do gasto público, uma vez que essas contrapartidas são valoradas como 10% dos recursos que o FAC concede aos beneficiários. Atualmente, entretanto, limitações da estrutura do Fundo dificultam a exploração desse potencial. Pouca mão de obra disponível para alavancar novas parcerias com instituições do DF, ausência de sistemas de gestão eletrônica para acompanhamento de objetos e contrapartidas, ausência de controles tempestivos das datas das contrapartidas realizadas, ausência de registros que permitam acompanhamentos gerenciais dos objetos físicos de contrapartidas quando recebidos e doados, instabilidade do banco de contrapartidas em função do extenso prazo disponível para sua prestação pelo beneficiado e a necessidade de um trabalho mais intenso durante os cursos de capacitação que antecedem o lançamento dos editais, no sentido de conscientizar os artistas do valor que as contrapartidas representam para a sociedade, foram alguns dos pontos identificados que prejudicaram a avaliação da eficiência.

Não existem no Programa 6219 indicadores de desempenho ligados à atividade de fomento desenvolvida pelo FAC, e não é possível inserir na estrutura atual do Fundo um trabalho direto de monitoramento dos artistas no sentido de avaliar sua evolução e independência em relação aos seus recursos. O projeto BSB Criativa Birô implantado no final de 2014, resultado do convênio firmado entre a SECULT, o Ministério da Cultura e a Secretaria do Trabalho do DF, tem dentre seus objetivos o de realizar esse tipo de monitoramento e foi um passo em direção à efetividade do programa de fomento, a ser avaliado no próximo exercício.

SEI 7002 00003 /15-FOLHA Nº 002788 VERSÃO 1

Subsecretaria de
Controle Interno

407 de 465

**AValiação dos Resultados Quanto à Eficiência e Eficácia
da Gestão Governamental, por Programa de Governo
Exercício 2014**

PROGRAMA TEMÁTICO 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO

O Programa Temático 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA, relacionado ao Macrodesafio – PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS, tem como objetivo geral “*garantir o acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica*”. Em 2014 foram avaliados os Objetivos Específicos 005 – PROPICIAR AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO e 008 – REESTRUTURAR E IMPLANTAR A EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL GARANTINDO ALÉM DA AMPLIAÇÃO DE TEMPOS, ESPAÇOS E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS, A APRENDIZAGEM DO CIDADÃO EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES E NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA, DOS DIREITOS HUMANOS E DO RESPEITO À DIVERSIDADE. A Unidade Orçamentária responsável por esses Objetivos Específicos é a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF. A Despesa Autorizada do Objetivo Específico 005 na Subfunção 367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL foi de R\$ 3,8 milhões, que representa menos de 0,1% do Programa 6221, e o Objetivo Específico 008 não teve dotação orçamentária no exercício. Devido a essa baixíssima ou nula execução orçamentária ficou prejudicado o cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações. A análise da eficácia e eficiência tomaram como base as metas dos indicadores desses Objetivos Específicos. Não foi confirmada a meta alcançada pelo indicador 1216 – TAXA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA nas escolas do Distrito Federal, por isso considerou-se que o Objetivo Específico 005 teve eficácia muito abaixo do previsto. Essa falta de acessibilidade arquitetônica constatada afeta diretamente a eficiência, por não garantir uma educação inclusiva de qualidade nas escolas. Para o Objetivo Específico 008 as metas não foram totalmente alcançadas, pelo que se avaliou a eficácia como abaixo do previsto. A eficiência desse Objetivo Específico está comprometida pela falta de estrutura física nas escolas para ofertar uma Educação Integral de qualidade.

SFL FROU 00003 /15-Folha Nº 003789



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
408 de 465

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA, constante na Lei Orçamentária Anual, tem como objetivo geral “*garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica*”.

Esse Programa, juntamente com os demais Programas Temáticos e os Programas de Gestão relacionados na Tabela 1 contribuem para o cumprimento do Macrodesafio de propiciar uma educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos.

TABELA 1 – PROGRAMAS ARTICULADOS COM O PROGRAMA 6221 PARA CUMPRIR O MACRODESAFIO

MACRODESAFIO	PROGRAMAS TEMÁTICOS	PROGRAMAS DE GESTÃO
PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS	6221 EDUCAÇÃO BÁSICA	6001 GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	6205 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	
	6206 ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	6002 GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – EDUCAÇÃO E CULTURA
	6219 CULTURA	
	6220 EDUCAÇÃO SUPERIOR	6009 GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

FONTE: ADAPTADO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO PPA 2012/2015

A Educação Básica é composta por três etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio – e as modalidades de educação – Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para atender às três etapas e modalidades da Educação Básica foram relacionados no Plano Plurianual 2012/2015 oito Objetivos Específicos – OEs, os quais estão representados na Figura 1.

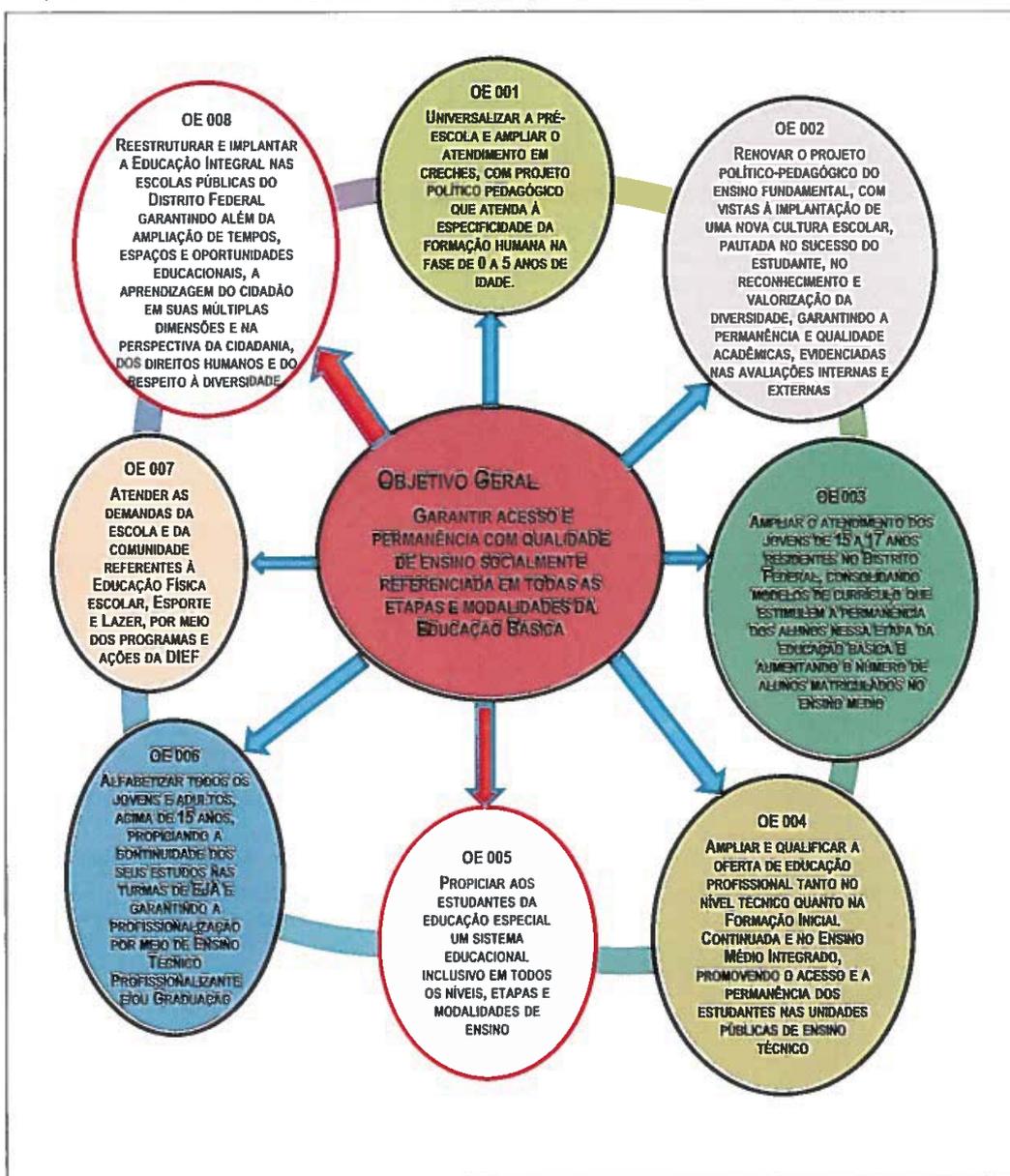
Todos os Objetivos Específicos estão sob a responsabilidade da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB da SEDF. Contudo, as execuções das diversas Ações Orçamentárias, relacionadas aos Objetivos Específicos, estão distribuídas nas diversas Subsecretarias, Coordenações, Gerências e Núcleos da Secretaria de Estado de Educação.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
409 de 465

FIGURA 1 – OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS



FONTE: ADAPTADO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO PPA 2012/2015

Obs.: As setas vermelhas na Figura apontam para os dois objetivos escolhidos para serem auditados no exercício de 2014.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003790



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
410 de 465

Além da SEDF, outras Unidades Orçamentárias – UOs participam da execução do Programa, conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R\$1

CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ** DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
		VALOR	% *	VALOR	% *	
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	2.094.992.360	54,3	2.565.855.834	57,9	122,5
18902	FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS	10.340	0,0	0	0,0	0,0
18903	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB	1.709.590.267	44,3	1.739.932.494	39,3	101,8
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	938.500	0,0	937.500	0,0	99,9
26204	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS	38.070.000	1,0	104.374.248	2,4	274,2
26905	FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL	2.608.000	0,1	2.608.000	0,1	100,0
28101	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL	11.601.499	0,3	16.362.990	0,4	141,0
TOTAL		3.857.810.966		4.430.071.067		114,8

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 29/01/2015

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total

** As descrições das Unidades Orçamentárias constantes nesta Tabela são referentes ao exercício de 2014

Os principais documentos norteadores da Educação Básica Nacional, regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, são:

- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
- Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação – PNE.

A Lei define que o Distrito Federal deverá desenvolver as competências referentes aos estados – assegurar o oferecimento do Ensino Fundamental e oferecer o Ensino Médio – e aos municípios – oferecer a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Ou seja, cabe ao Distrito Federal o oferecimento de toda a Educação Básica.

No que concerne à União, a LDB diz que a esta cabe a organização do sistema de Educação Superior e o apoio técnico e financeiro aos demais entes federados.

No Distrito Federal, aplica-se ainda, para cada etapa e modalidade de Educação Básica os normativos específicos editados pelo Ministério da Educação e pelo Governo do Distrito Federal.

15-FOLHA Nº 003790 VERSÃO 00003
 00003
 00003



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
411 de 465

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Em 2012 foi avaliado o OE 001 relacionado à Educação Infantil. O OE 007 que trata da demanda de Educação Física nas escolas, juntamente com as Ações 2964 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e 4976 – TRANSPORTE ESCOLAR são transversais aos demais objetivos específicos, e já foram auditados em 2011 no último PPA. Por isso, esse OE 007 e essas ações não foram escolhidas para serem avaliadas no presente PPA 2012/2015.

Em 2013 foi avaliado o OE 004 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Para 2014 foram escolhidos os OE 005 – EDUCAÇÃO ESPECIAL e 008 – EDUCAÇÃO INTEGRAL, pelos critérios de criticidade e relevância, respectivamente. Criticidade, porque a única meta do OE 005 contida no PPA 2012/2015, que também é o único indicador, refere-se à acessibilidade arquitetônica nas escolas que se entende ser crítico e relevante para implantação de uma educação inclusiva em todas as unidades de ensino e em especial nas escolas que trabalham exclusivamente com Educação Especial.

A relevância do OE 008 está baseada em toda divulgação da mídia em torno da implantação de uma Educação Integral. Como exemplo, temos a divulgação feita em abril de 2014 pelo Governo do Distrito Federal ao lançar o Projeto Cidade Escola Candanga, que prevê a instalação do Ensino Integral em todas as escolas do Distrito Federal. Essa relevância também está evidenciada nas metas ambiciosas dos indicadores desse Objetivo Específico.

Conforme se pode observar na Tabela 3, a materialidade do OE 008 é nula, e para o OE 005 ela é muito baixa (0,5%), razão pela qual não foi feita análise da execução orçamentária desses objetivos nem a análise das etapas cadastradas no SAG.

Essa baixa materialidade é explicada pelo fato de que não existem ações específicas associadas ao OE 008 e apenas três ações específicas associadas ao OE 005 que abarcam apenas 15 unidades educacionais que oferecem exclusivamente Educação Especial.

Por fim, esses dois Objetivos Específicos têm características de transversalidades, pois estão dentro do conceito de educação inclusiva (Educação Especial) e a ampliação de tempos, espaços e oportunidades nas escolas (Educação Integral) os quais permeiam todas as etapas da educação básica. Restando para serem auditados em 2015 os OEs 002 – ENSINO FUNDAMENTAL, 003 – ENSINO MÉDIO e 004 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

SPL PROC 00005 /15-Folha nº 003791



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
412 de 465

TABELA 3 – MATERIALIDADE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS EM RELAÇÃO À DESPESA AUTORIZADA NA LOA

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS (*)	DESPESA AUTORIZADA (A)	(A) / (B) %	MATERIALIDADE
001 EDUCAÇÃO INFANTIL	2388 MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DA SEDF - CRECHE	130.832.080	22,79	MÉDIA
	3230 IMPLANTAR UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NA REDE PÚBLICA DA SEDF	250.000		
	3271 CONSTRUIR UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA DA SEDF - CRECHE	45.553.990		
TOTAL DO OE 001		176.636.070		
002 ENSINO FUNDAMENTAL	2389 MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	300.411.978	62,05	ALTA
	2446 PROPORCIONAR A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	27.002.012		
	3023 PAC - CONSTRUIR QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	130.677.963		
	3232 AMPLIAR DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	847.000		
	3235 RECONSTRUIR UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL	3.978.680		
	3236 REFORMAR UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	17.267.156		
	5924 CONSTRUIR UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	609.951		
3903 REFORMAR PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA SEDF	750			
TOTAL DO OE 002		480.795.490		
003 ENSINO MÉDIO	1718 ADQUIRIR BICICLETAS E EQUIPAMENTOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DA SEDF	3000	12,02	BAIXA
	2390 MANTER AS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DA SEDF	83.499.021		
	3231 AMPLIAR UNIDADES DE ENSINO MÉDIO DA SEDF (PROCEDENTE DA ETAPA 46/2013)	593.315		
	3237 REFORMAR UNIDADES DE ENSINO MÉDIO DA SEDF	9.014.642		
	3241 RECONSTRUIR UNIDADES DE ENSINO MÉDIO DA SEDF	414		
3272 CONSTRUIR CENTROS DE ENSINO MÉDIO DO RIACHO FUNDO II DA SEDF	54.420			
TOTAL DO OE 003		93.164.912		
004 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1755 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO	7.595.200	1,12	MUITO BAIXA
	2391 MANTER A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	1.082.372		
	3239 REFORMAR UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL DA REDE PÚBLICA DA SEDF	98.008		
TOTAL DO OE 004		8.775.580		
005 EDUCAÇÃO ESPECIAL	2393 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.705.912	0,50	MUITO BAIXA
	5051 REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	153.437		
	5112 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	3.134		
TOTAL DO OE 005		3.862.483		

SP - PROC 000003 /15-Folha Nº 003791 Versão 11/05/2015



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
413 de 465

TABELA 3 – MATERIALIDADE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS EM RELAÇÃO À DESPESA AUTORIZADA NA LOA

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS (*)	DESPESA AUTORIZADA (A)	(A) / (B) %	MATERIALIDADE
006 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	1749 REFORMAR UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA DA SEDF	900	1,16	MUITO BAIXA
	2392 MANTER A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA SEDF	8.996.137		
TOTAL DO OE 006		8.997.037		
007 EDUCAÇÃO FÍSICA	2160 MANTER AS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE PÚBLICA DA SEDF	2.582.759	0,33	MUITO BAIXA
TOTAL DO OE 007		2.582.759		
008 EDUCAÇÃO INTEGRAL	NÃO TEM AÇÃO ESPECÍFICA NA LOA	0	0	INEXISTE
TOTAL DO OE 008		0		
TOTAL (B)		774.910.347		

FONTE: ADAPTAÇÃO DO SIGGo/DISCOVERER – LOA 2014 – EXTRAÍDO EM 29/07/2014, DATA EM QUE FORAM ESCOLHIDOS OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA AUDITORIA.

(*) Excluídas as Ações Orçamentárias Transversais 2347, 1471, 2557, 1968, 1731, 4088, 2964, 4976, 4202, 4150 e 3632

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005

O Objetivo Específico 005 – PROPICIAR AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO tem uma enorme abrangência. Essa abrangência deve-se ao fato de que esse OE visa não somente o atendimento aos alunos com necessidades especiais nos Centros de Ensino Especial, mas também em todas as unidades de ensino do DF, como está claramente definido nas metas desse OE no PPA 2012/2015:

- Garantir acessibilidade dos estudantes com deficiência em 80% das unidades escolares;
- Implementar políticas públicas de inclusão educacional em 100% das unidades escolares do DF;
- Implementar o atendimento educacional especializado para 100% dos estudantes da Educação Especial.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa os níveis da Educação Básica e Educação Superior e todas as etapas e modalidades da Educação Nacional. Nesse sentido, sua ação transversal está baseada nos princípios da inclusão: aceitação das diferenças; valorização do indivíduo; conviver com a diversidade, e aprender através da

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003792



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
414 de 465

cooperação os quais requerem que as unidades escolares possibilitem a efetivação das práticas inclusivas oportunizando as adequações necessárias ao pleno desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial.

No Distrito Federal a Secretaria de Educação oferece Atendimento Educacional Especializado – AEE nas escolas regulares, nos Centros de Ensino Especial e nas instituições conveniadas, com a perspectiva de inclusão produtiva, que permita aos estudantes diferentes modos de aprender, de ser e estar no mundo, oferecendo ainda educação especial nas escolas regulares (em Classes Comuns, Integração Inversa e Classes Especiais), nos Centros de Ensino Especial e nas instituições conveniadas.

Podem ser encontradas legislações aplicadas a esse OE nas esferas internacional, federal e distrital, conforme apresentado na Tabela 4.

TABELA 4 – LEGISLAÇÃO APLICADA AO OE 005

LEGISLAÇÃO	
ESFERA INTERNACIONAL	
1.	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
2.	DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, DE 1975
3.	DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, DE 1990, UNESCO – PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM
4.	DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, DE 1994, PONTO DE PARTIDA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
5.	CONVENÇÃO DA GUATEMALA, DE 1999, QUE PROMULGADA NO BRASIL PELO DECRETO Nº 3.956/2001
6.	DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, QUEBEC, 2001
7.	CONVENÇÃO DA ONU SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE 2006, QUE ESTABELECE QUE OS ESTADOS DEVAM ASSEGURAR UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO, EM AMBIENTES QUE MAXIMIZEM O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E SOCIAL COMPATÍVEL COM A META DE INCLUSÃO PLENA
ESFERA FEDERAL	
1.	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 1988, QUE DISPÕE SOBRE A GARANTIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
2.	LEI Nº 9.394/1996 – LDBEN
3.	LEI Nº 10.436/2002, QUE RECONHECE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS COMO MEIO LEGAL DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
4.	DECRETO Nº 5.626/2005 – REGULAMENTA A LEI Nº 10.436/2002, QUE DISPÕE SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
5.	RESOLUÇÃO Nº 02/2001 – CNE/CEB, QUE INSTITUI AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE ALUNOS QUE APRESENTEM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
6.	DECRETO Nº 3.956/2001, QUE PROMULGA A CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS
7.	CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, RATIFICADO PELO DECRETO Nº 6.949/2009, QUE PRECONIZA O DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO POR MEIO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA EM UM SISTEMA INCLUSIVO EM TODOS OS NÍVEIS
8.	POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA QUE REDEFiniu A EDUCAÇÃO ESPECIAL, ORIENTANDO OS SISTEMAS DE ENSINO E GARANTIRAM O ACESSO AO ENSINO REGULAR E A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. MEC/SEESP, 1994
9.	DECRETO Nº 6.571/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEU FINANCIAMENTO





Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
415 de 465

TABELA 4 – LEGISLAÇÃO APLICADA AO OE 005

LEGISLAÇÃO
10. DECRETO Nº 7.611/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS
11. RESOLUÇÃO Nº 04/2009 – CEB/CNE, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O PLANO AEE
12. LEI 12.764/2012, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA ONDE A PESSOA COM AUTISMO PASSA A SER ENQUADRADA COMO DEFICIENTE
13. LEI Nº 10.048/2000: MEC/SEESP
14. LEI Nº 10.098/2000: MEC/SEESP, QUE ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
15. DECRETO Nº 6.214/2007, QUE REGULAMENTA O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DEVIDO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
16. DECRETO Nº 5.626/2005, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10.436/2002, QUE DISPÕE SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COM DISCIPLINA CURRICULAR
17. PORTARIA Nº 2.678/2002, APROVA DIRETRIZ E NORMAS PARA USO, ENSINO, A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DO SISTEMA BRAILLE EM TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO
ESFERA DISTRITAL
1. LEI Nº 3.218/2003, QUE DISPÕE SOBRE A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL
2. RESOLUÇÃO Nº 01/2005 DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE EDUCAÇÃO PRECOZE, SALAS DE RECURSOS, CENTROS ESPECIALIZADOS E TEMPORALIDADE
3. RESOLUÇÕES Nº 01 E 10 DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, QUE ESTABELECE NORMAS ACERCA DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
4. LEI Nº 5.016/2013, QUE ESTABELECE DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS
5. DECRETO Nº 22.912/2002, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 2.698/2001, QUE DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PARTICULARES DO DISTRITO FEDERAL
6. LEI Nº 5.310, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE GARANTE A MATRÍCULA DE ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO DURANTE TODA A VIDA

FONTE: OFÍCIO Nº 072/2014 DA SUBEB, EM RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 91/2014–DIFIP/CONEP/CONT/STC.

A Lei nº 3.218/2003, que dispõe sobre a Universalização da Educação Inclusiva em todas as escolas públicas do Distrito Federal, preconizava que todas as escolas da rede pública do Distrito Federal deveriam estar preparadas para receber alunos com deficiência até 2008. Além disso, essa preparação pressupunha a acessibilidade arquitetônica, equipamentos adaptados e a formação dos professores conforme art 2º da lei:

[...] § 2º A partir da regulamentação desta Lei, serão obedecidos os seguintes prazos e percentuais mínimos de escolas da rede pública de ensino a desenvolverem a Educação Inclusiva:

- I – em até seis meses, 10% (dez por cento) das escolas;
- II – em até doze meses, 20% (vinte por cento) das escolas;
- III – em até vinte e quatro meses, 40% (quarenta por cento) das escolas;
- IV – em até trinta e seis meses, 70% (setenta por cento) das escolas;
- V – em até quarenta e oito meses, 100% (cem por cento) das escolas.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003773



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
416 de 465

§ 3º A exigência de cumprimento dos prazos de que trata o parágrafo anterior fica condicionada à garantia, pelo Poder Executivo, das condições adequadas ao desenvolvimento da Educação Inclusiva, definidas nesta Lei.

§ 4º Fica a rede de ensino público do Distrito Federal autorizada a manter escolas especiais em escolas do ensino regular, para atendimento a casos excepcionais em que seja esse o procedimento mais recomendável.

Art. 2º Respeitado o disposto no art. 1º, § 2º, cabe ao Poder Executivo do Distrito Federal garantir:

I – acessibilidade dos alunos portadores de deficiências, por meio de adaptações do espaço físico necessárias à Educação Inclusiva;

II – formação continuada para os professores da educação básica, que atuarem na Educação Inclusiva;

III – recursos humanos, materiais e equipamentos especializados para os serviços de apoio ao desenvolvimento da Educação Inclusiva.

Art. 3º Cabe às escolas da rede pública de ensino definirem em seu projeto educacional:

I – o sistema de apoio especializado, em consonância com as orientações pedagógicas oficiais, específicas para a Educação Inclusiva;

II – as adaptações curriculares no âmbito da escola, da sala de aula e do aluno portador de deficiência individualmente;

III – os procedimentos e instrumentos de avaliação, adequados às adaptações curriculares, necessários ao desenvolvimento da Educação Inclusiva;

IV – a organização específica de sua estrutura e funcionamento para atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos participantes da Educação Inclusiva

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias, após a publicação desta Lei, para a sua regulamentação pelo Poder Executivo.[...] (grifou-se)

Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 26.293/2005, transcrito a seguir:

Art. 1º A Educação Inclusiva compreende o atendimento a todas as crianças, com deficiência ou não, em escolas comuns, respeitando-se suas diferenças e atendendo suas necessidades, ressalvados os casos em que a educação nas classes comuns não possa satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o seu bem-estar.

Art. 2º Os prazos, a seguir definidos, para o cumprimento da Lei, deverão ser respeitados sempre que o Poder Executivo garantir as condições adequadas desenvolvimento da Educação Inclusiva:

I – em até 6 meses (10%) dez por cento das escolas;

II – em até 12 meses (20%) vinte por cento das escolas;

III – em até 24 meses (40%) quarenta por cento das escolas;

IV – em até 36 meses (70%) setenta por cento das escolas;

V – em até 48 meses (100%) cem por cento das escolas.

Art. 3º As escolas especializadas deverão ser mantidas visando o atendimento complementar a alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas

SRL PROC 00003 /15-Folha 416 de 465



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
417 de 465

escolas comuns da Rede Pública de Ensino ou para atendimento exclusivo àqueles cujas condições não lhes permitam, no momento, beneficiar-se da escola comum.

Parágrafo Único. O atendimento exclusivo será ofertado, prioritariamente, a alunos entre 0 (zero) a 21 (vinte e um) anos, com carga horária e dias letivos idênticos aos da escola comum ou em atendimento diferenciado com dias letivos e carga horária específicos, conforme possibilidades físico-motora, cognitiva e social do educando, de forma a garantir o seu bem-estar e o seu desenvolvimento global.

Art. 4º O Poder Executivo do Distrito Federal garantirá:

I – adaptações do espaço físico necessárias à Educação Inclusiva, respeitando as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade;

II – formação continuada para os professores da Educação Básica, que atuarem na Educação Inclusiva;

III – recursos humanos, materiais e equipamentos especializados para os Serviços de Apoio necessários ao desenvolvimento da Educação Inclusiva.”[...] (grifou-se)

Nota-se que o atendimento aos itens I a III do art. 4º desse Decreto são essenciais para a universalização da Educação Inclusiva e guardam estrita relação com o art. 2º da Lei nº 3.218/2003 e com o cumprimento das metas do PPA 2012/2015 relativos ao OE 005.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 008

O Objetivo Específico 008 – REESTRUTURAR E IMPLANTAR A EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL GARANTINDO ALÉM DA AMPLIAÇÃO DE TEMPOS, ESPAÇOS E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS, A APRENDIZAGEM DO CIDADÃO EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES E NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA, DOS DIREITOS HUMANOS E DO RESPEITO À DIVERSIDADE é transversal a todas as etapas e modalidades do Ensino Básico, assim como o OE 005. Suas metas definidas no PPA 2012/2015 são:

- Proporcionar a oferta de Educação Integral em todas as escolas públicas do Distrito Federal, garantindo o atendimento em tempo integral para, no mínimo, 10% de alunos matriculados;
- Implementar o Projeto Piloto de Educação Integral em 52 unidades escolares, com atendimento em tempo integral a 100% dos alunos matriculados, no período de 2012/2015.

No Distrito Federal a Educação Integral existe em escolas que ofertam Educação Integral a 100% dos alunos matriculados por meio do Programa de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, com uma jornada de 10 horas diárias todos os dias da semana, e, também, em escolas onde é ofertada a Educação Integral a uma parte dos alunos



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
418 de 465

matriculados (um mínimo de 10%), especialmente aqueles que estão em uma condição de vulnerabilidade social. Nestas últimas escolas, a carga horária é de no mínimo 7 horas diárias.

Embora não existam ações orçamentárias no PPA 2012/2015 vinculadas diretamente a esse Objetivo Específico, existem recursos Federais por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE como o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Interativo, e pelo Programa Mais Educação do Governo Federal que assume o papel indutor de uma política socioeducativa de oferta de Educação Integral em todo país.

Pela sua transversalidade, a Educação Integral é contemplada com os recursos da Alimentação Escolar e do Transporte Escolar provenientes do FNDE, com contrapartida do GDF, sem ter, contudo, uma ação específica na Lei Orçamentária Anual.

Em abril de 2014 o Governo do Distrito Federal lançou o Projeto Cidade Escola Candanga que prevê a instalação do ensino integral em todas as escolas do DF. A primeira região administrativa a receber o programa foi Brazlândia, onde 23 das 29 instituições de ensino têm uma programação de atividades que perpassa o conteúdo regular. Além disso, são oferecidas cinco refeições por dia, de segunda a sexta-feira.

As legislações aplicadas ao OE 008 nas esferas Federal e Distrital estão relacionadas na Tabela 4.

TABELA 5 – LEGISLAÇÃO APLICADA AO OE 008

LEGISLAÇÃO
ESFERA FEDERAL
1. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 1988, ARTIGOS 205,206 E 227
2. LEI Nº 9.394/1996 – LDBEN
3. LEI Nº 10.179/2001 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
4. LEI Nº 9.089/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
5. LEI Nº 11.494/2007 – FUNDO NACIONAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO, ART. 10, §3º
6. DECRETO Nº 6.253/07, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, REGULAMENTA A LEI Nº 11.494/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
7. DECRETO Nº 6.094/2007, QUE INSTITUI O PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO;
8. DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.083/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
9. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17/2007, QUE FUNDAMENTA O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
10. RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, ART. 5º, INCISO I



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
419 de 465

TABELA 5 – LEGISLAÇÃO APLICADA AO OE 008

LEGISLAÇÃO	
ESFERA DISTRITAL	
1.	DECRETO Nº 28.503/2007, QUE CRIOU A SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DISTRITO FEDERAL
2.	DECRETO Nº 31.613/2010, QUE EXTINGUE A SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL E CRIA A SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEICDH
3.	DECRETO Nº 33.329/2011 – PLANO PELA SUPERAÇÃO DE EXTREMA POBREZA – DF SEM MISÉRIA, ART. 43
4.	DECRETO Nº 33.409/2011, EXTINGUE A SEICDH E O ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PASSA A FAZER PARTE DA SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CRIANDO-SE A COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
5.	PORTARIA Nº 01/2009, QUE ESTABELECE DIRETRIZES NORTEADORAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DF
6.	PORTARIA CONJUNTA SEEDF/SECT Nº 3/2009, QUE ESTABELECE O REGIME DE MONITORIA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
9.	PORTARIA Nº 303/2013, APROVA AS ESTRATÉGIAS DE MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL PARA O ANO DE 2014
7.	PORTARIA Nº 10, DE 24/01/2014 QUE DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, DEFININDO RECURSOS ESPECÍFICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DF
8.	PORTARIA Nº 12, DE 28/01/2014, QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS NAS ESCOLAS, E GARANTE UM COORDENADOR PEDAGÓGICO ESPECÍFICO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

FONTE: OFÍCIO Nº 064/2014–GAB/SE, EM RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 79/2014–DII/PI/CONEI/CONT/STC.

2.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

O Indicador de Desempenho cadastrado no PPA 2012/2015 para o OE 005 é apresentado na Tabela 6.

TABELA 6 – INDICADOR DE DESEMPENHO DO PPA 2012/2015 PARA O OE 005 DO PROGRAMA 6221

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO / REALIZADO EM				FONTE INFORMAÇÃO
			2012	2013	2014	2015	
1216	TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	%	76 / 77	77 / 79	78,5 / 80,1	80 / -	CENSO ESCOLAR

FONTE: RELATÓRIO PSIOG025-- INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO – PLANO PLURIANUAL/SIGGO.

Esse indicador baseia-se no Censo Escolar do INEP. Esse Censo é uma pesquisa declaratória baseada nas informações prestadas pelos diretores ou responsáveis nas escolas. Essa pesquisa é *on line* por meio do MEC – EDUCACENSO e também por um formulário impresso próprio do Distrito Federal – Censo Escolar DF (usado para aquelas escolas que não têm acesso à internet).

Os Indicadores de Desempenho cadastrados no PPA 2012/2015 para o OE 008 são apresentados na Tabela 7.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003775



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
420 de 465

TABELA 7 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO PPA 2012/2015 PARA O OE 008 DO PROGRAMA 6221

CÓDIGO	INDICADOR DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO / REALIZADO EM				FONTE INFORMAÇÃO
			2012	2013	2014	2015	
947	ESCOLAS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INTEGRAL A UM MÍNIMO DE 10% DOS ALUNOS MATRICULADOS	UNIDADE	328 / 272	430 / 274	532 / 332	634 / -	CEINT
1222	ESCOLAS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INTEGRAL A TODOS ALUNOS MATRICULADOS	UNIDADE	13 / 5	26 / 28	39 / 68	52 / -	

FONTE: RELATÓRIO PSIOG25 – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO – PLANO PLURIANUAL/SIGGO.

O indicador de desempenho 947 apesar de não ter atingido o desejado para 2014 cresceu significativamente desde 2012 atingindo mais da metade das escolas do DF.

Já o indicador de desempenho 1222 ultrapassou a meta para 2014. Somando-se os dois indicadores, temos atualmente 400 escolas que ofertam Educação Integral no Distrito Federal o que corresponde a 61,4% de todas as escolas do DF.

Os trabalhos de auditoria também tiveram por objetivo aferir junto aos diretores e alunos e também em vistorias, as condições em que a Educação Integral está sendo ofertada no Distrito Federal.

2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA E EXECUÇÃO FÍSICA DOS OES 005 E 008

Neste Relatório não foram feitas análises das execuções orçamentária e física das ações por não existirem ações na Lei Orçamentária Anual vinculadas ao OE 008 e por ter apenas a Ação 2393 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL vinculada ao OE 005 com execução orçamentária (liquidação) em relação ao programa 6221 menor que 0,1%, o que foi considerado irrelevante para esse tipo de análise.

Entretanto, é importante ressaltar que existem recursos do Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE destinados tanto à acessibilidade nas escolas quanto à Educação Integral.

Para acessibilidade existe o Programa PDDE Estrutura que engloba três programas: Escola Acessível, Escola do Campo e Água e Esgotamento Sanitário, sendo que o primeiro é mais específico para acessibilidade e destina, de uma única vez, uma verba que varia entre R\$ 8.300 e R\$ 15.000 por escola, a depender do número de estudantes na escola.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
421 de 465

Para a Educação Integral o FNDE disponibiliza recursos por meio do Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador.

Esta auditoria não teve como foco a utilização de tais recursos pelas escolas do Distrito Federal.

3 ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados de abril de 2014 a fevereiro de 2015 na Subsecretaria de Educação Básica e em diversas unidades de ensino da SEE-DF.

Como os Objetivos Específicos selecionados têm execução orçamentária irrelevante ou nula, optou-se por não utilizar a metodologia padronizada para o cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações conforme metodologia. Considerou-se que a análise da eficácia e da eficiência desses Objetivos está diretamente ligada aos indicadores de desempenho arrolados no PPA 2012/2015.

Sendo assim, os trabalhos de campo tiveram como objetivo aferir a veracidade e a qualidade desses indicadores para possibilitar uma opinião quanto à eficácia e eficiência da Educação Especial e da Educação Integral no Distrito Federal.

A partir de um Projeto Piloto em três escolas do Distrito Federal consideradas com tendo acessibilidade arquitetônica pelo indicador 1216 do PPA 2012/2015 (Ofício nº 106/2015–SUPLAV, de 19/02/2015) e que ao mesmo tempo estão na lista das escolas que ofertam Educação Integral (Ofício nº 64/2014 GAB–SE, de 21/05/2014) definiu-se a amostra, as técnicas de auditoria e as seguintes questões críticas:

- A Taxa de Escolas Públicas de Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica utilizada no PPA 2012/2015, baseada em informação do Censo Escolar, está correta ao afirmar que 80,1% das escolas do DF têm acessibilidade arquitetônica e estão cumprindo os incisos I, II e III do art. 4º do Decreto nº 26.293/2005?;
- As metas dos indicadores de Educação Integral no PPA estão sendo atingidas em conformidade com os normativos atinentes ao tema e com um padrão de qualidade que garanta além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade?

SPL FCC 00003 /15-Folha Nº 003796



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
422 de 465

Selecionou-se uma amostra de 53 escolas, abrangendo todas as Coordenações Regionais de Ensino que, simultaneamente, ofertam Educação Integral e são consideradas como tendo acessibilidade arquitetônica pelo indicador 1216 do PPA 2012/2015.

Como técnicas de auditoria, foi utilizado nas vistorias dessas escolas um *checklist* com 54 itens de acessibilidade arquitetônica, baseado na Norma ABNT NBR 9050/2004, e foi aplicado um questionário aos alunos que participam da Educação Integral, totalizando no final das visitas 991 alunos participantes.

Além disso, foi enviado questionário (com questões fechadas e abertas) para todos os diretores das 651 escolas do distrito Federal com itens sobre Acessibilidade Arquitetônica (para todas as escolas) e Educação Integral (específico para aquelas que ofertam a Educação Integral). Obteve-se com essa pesquisa 570 respostas, o que representa mais de 87% das escolas públicas do Distrito Federal.

Importante ressaltar que em todas as 53 escolas visitadas foram feitos registros fotográficos das condições de acessibilidade e da infraestrutura para a Educação Integral.

3.1 QUESTÕES DE AUDITORIA

Foram elaboradas as seguintes questões e subquestões de auditoria, com a apresentação, entre parênteses, da dimensão de desempenho avaliada:

Para o Objetivo Específico 005:

1. O resultado obtido para o Indicador 1216 – Taxa de Escolas Públicas de Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica – reflete a realidade sobre as condições de acessibilidade das escolas da rede pública do DF? (Eficácia e Eficiência)

Para o Objetivo Específico 008:

2. Como a Secretaria de Educação está reestruturando e implantando a Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal de forma a garantir, além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade?

SPL PROC 00003 /15-Filha Nº 003796 VER=50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
423 de 465

- 2.1. Foram atingidas as metas do PPA referentes à implantação de Educação Integral nas escolas da rede pública do DF? (Eficácia);
- 2.2. A forma de reestruturação e implantação da Educação Integral no Distrito Federal segue as orientações da LDB, do MEC e dos Objetivos e Metas da Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação, quanto à ampliação dos tempos, espaços e oportunidades para uma Educação Integral? (Eficiência)
- 2.3. Qual o critério para seleção dos alunos nas escolas que atuam 100% com Educação Integral ou com 10%? (Eficiência);
- 2.4. Como está funcionando a Educação Integral nas escolas vistoriadas? (Eficiência);
- 2.5. Os professores do contra turno são qualificados, visto que muitos são voluntários, monitores e estagiários? (Eficiência);
- 2.6. Existe treinamento para os profissionais atuando na Educação Integral? (Eficiência);
- 2.7. A Secretaria de Educação tem indicadores da Educação Integral? Qual o resultado da nota do IDEB nas escolas que implantaram Educação Integral (Efetividade);
- 2.8. Qual a avaliação da Educação Integral feita pelos alunos e diretores nas escolas que têm esse Programa? (Eficiência e Efetividade);

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste tópico serão apresentadas as respostas às subquestões de auditoria organizadas por dimensão de desempenho a qual se relacionam.

4.1 AVALIAÇÃO DO OE 005

Este tópico será composto pelas respostas às subquestões de auditoria relacionadas ao OE 005, e, ao final, serão apresentadas considerações finais sobre a eficácia e eficiência do Objetivo Específico.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003797



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
424 de 465

4.1.1 RESPOSTAS À QUESTÃO DE AUDITORIA RELACIONADA AO OE 005

4.1.1.1 *QUESTÃO 1 – O RESULTADO OBTIDO PARA O INDICADOR 1216 – TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA – REFLETE A REALIDADE SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DF? (EFICÁCIA E EFICIÊNCIA)*

Não, verificou-se que o índice alcançado, informado para o Indicador, não reflete a realidade das escolas visitadas nem a avaliação dos diretores diante de perguntas específicas sobre a acessibilidade.

Para o cálculo da Taxa de Acessibilidade Arquitetônica, os diretores/responsáveis cadastrados no módulo do Censo Escolar informam se:

- Existem sanitários adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Existem dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para que os diretores/responsáveis preencham essas duas informações, o INEP envia conjuntamente com a pesquisa, um Caderno de Instruções no qual é informado o que significam estes dois itens de acessibilidade, respectivamente:

- Banheiro destinado a alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção, que contemple o desenho universal – concepção de espaços, artefatos e produtos com o objetivo de atender simultaneamente a todas as pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, garantindo elementos e soluções que compõem a acessibilidade. Pode ser exclusivo ou não. Deve conter as características estabelecidas pela norma técnica de acessibilidade elaborada pela ABNT – NBR 9050, disponível em seu sítio eletrônico¹;
- Espaços e acessos da escola adequados aos alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção, que contemplem o desenho universal – concepção de espaços, artefatos e produtos com o objetivo de atender simultaneamente a todas as pessoas com diferentes características antropométricas e

¹ <http://w.w.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
425 de 465

sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, garantindo elementos e soluções que compõem a acessibilidade. Devem conter as características estabelecidas pela norma técnica de acessibilidade elaborada pela ABNT – NBR 9050, disponível em seu sítio eletrônico ².

A princípio, com base nesse indicador, o Distrito Federal tem superado as metas estabelecidas desde 2012 e cumprido totalmente uma das metas do Objetivo Específico 005 informada no PPA 2012/2015 que é “*garantir acessibilidade dos estudantes com deficiência em 80% das unidades escolares*”. Contudo, por meio das vistorias realizadas pela equipe de auditoria e de perguntas específicas direcionadas aos diretores, verificou-se situação diversa.

Para responder essa questão partiu-se da premissa de que a acessibilidade arquitetônica nas escolas não se destina apenas aos alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção (cadeirantes ou com restrição de movimentos ainda que temporária), mas a todas as pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção (professores, pais de alunos, visitantes) que utilizam, ainda que eventualmente, as instalações da escola. Nesse sentido, a NBR 9050 é bastante detalhada e é a norma orientadora para acessibilidade arquitetônica.

Nas 53 escolas selecionadas para a vistoria (consideradas pelo indicador como tendo acessibilidade arquitetônica) foram verificados por meio de um *checklist* os dois itens que compõem o indicador 1216: (1) se existem banheiros adequados e (2) se existem dependências e vias adequadas, segundo a norma ABNT NBR 9050.

Relacionam-se a seguir alguns itens da ABNT NBR 9050, transformados em questões, relacionadas à acessibilidade dos sanitários, item 2.3 do *checklist*, e todos os demais itens do *checklist* estão relacionados às dependências e vias adequadas verificados na vistoria. Também foram utilizadas as orientações do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito a escola acessível do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

É importante salientar que esse *checklist* não pretendeu cobrir todos os itens necessários à acessibilidade exigidos pela norma ABNT NBR 9050.

² <http://w.w.w.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt> (Censo Escolar – Educacenso – Caderno de Instruções, p. 23)



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
426 de 465

TABELA 8 – CHECKLIST DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA (*)

ITENS DE ACESSIBILIDADE VERIFICADOS NAS VISTORIAS	
1	ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO FÍSICO EXTERNO À ESCOLA
1.1	RELAÇÃO DE ACESSO PARA O DEFICIENTE ENTRE A ESCOLA E A VIA PÚBLICA
1	1.1.1 A ESCOLA POSSUI UMA ROTA ACESSÍVEL AO CADEIRANTE (OU DEFICIENTE VISUAL) DO INTERIOR DA ESCOLA ATÉ O PONTO DE ÔNIBUS E VICE-VERSA?
2	1.1.2 A ENTRADA PRINCIPAL DA ESCOLA, ATENDIMENTO AO PÚBLICO PERMITE ACESSO AO DEFICIENTE?
3	1.1.3 A PESSOA COM RESTRIÇÃO UTILIZA COM INDEPENDÊNCIA A ENTRADA PRINCIPAL, NÃO TENDO QUE RECEBER AUXÍLIO PARA O INTERIOR DA ESCOLA?
1.2	CALÇADA
4	1.2.1 A ESCOLA POSSUI CALÇADA PÚBLICA?
5	1.2.2 EXISTINDO CALÇADA, ESTA ENCONTRA-SE EM CONFORMIDADE COM A NBR 9050 (LARGURA MÍNIMA DE 1,20 CM, PISO ANTIDERRAPANTE, INCLINAÇÃO TRANSVERSAL E LONGITUDINAL)?
6	1.2.3 REVESTIMENTO NO PISO TEM SUPERFÍCIE REGULAR, FIRME ESTÁVEL, SEM PROVOCAR TREPIDAÇÃO?
7	1.2.4 NAS CALÇADAS EM LOCAIS COM FAIXAS DESTINADAS À TRAVESSIA DE VIA PÚBLICA POR PEDESTRES, HÁ REBAIXAMENTO DO MEIO-FIO E RAMPAS SOBRE A CALÇADA?
1.3	ESTACIONAMENTO
8	1.3.1 A ESCOLA POSSUI ESTACIONAMENTO COM VAGA PARA ACESSIBILIDADE DOS ESTUDANTES, PROFESSORES E DEMAIS USUÁRIOS E OU VISITANTES CADEIRANTES?
9	1.3.2 O ESTACIONAMENTO POSSUI ACESSO AO CADEIRANTE ATÉ O INTERIOR DA ESCOLA?
2	ACESSIBILIDADE DENTRO DA ESCOLA
2.1	PORTAS
10	2.1.1 AS PORTAS TÊM VÃO LIVRE MÍNIMO DE 80 CM?
11	2.1.2 AS PORTAS ESTÃO DISPOSTAS DE MANEIRA A PERMITIR SUA COMPLETA ABERTURA?
12	2.1.3 O NIVELAMENTO DAS PORTAS COM O PISO (LADO DE FORA E LADO DE DENTRO) POSSIBILITA O ACESSO A ENTRADA E SAÍDA AO LOCAL PRETENDIDO? (SEM A PRESENÇA DE DEGRAUS)
13	2.1.4 EXISTAM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA O GIRO DE MANEIRA QUE POSSIBILITE O FECHAMENTO DA PORTA APÓS A ENTRADA OU SAÍDA?
2.2	RAMPAS
14	2.2.1 EXISTEM RAMPAS NA ESCOLA?
15	2.2.2 AS RAMPAS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR 9050 QUANTO A INCLINAÇÃO (TABELA DE DIMENSIONAMENTO), LARGURA MIN. DE 1,20M?
16	2.2.3 O PISO DA RAMPAS E DOS PATAMARES É REVESTIDO COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE?
17	2.2.4 HÁ CORRIMÃO EM AMBOS OS LADOS DA RAMPAS?
18	2.2.5 HÁ GUARDA-CORPO OU PAREDES EM AMBOS OS LADOS?
19	2.2.6 NA EXISTÊNCIA DE RAMPAS EM FRENTE ÀS PORTAS, EXISTE PATAMAR NO INÍCIO OU TÉRMINO DESTA RAMPAS?
20	2.2.7 AS RAMPAS EXISTENTES, MESMO NÃO ESTANDO COMPLETAMENTE AO RIGOR DA NORMA, POSSIBILITAM A UTILIZAÇÃO COM SEGURANÇA?
21	2.2.8 AS RAMPAS EXISTENTES SÃO COMPLETAMENTE INUTILIZÁVEL E OFERECE RISCO AO USUÁRIO?
22	2.2.8 O USUÁRIO NECESSITA DE AJUDA PARA UTILIZAR AS RAMPAS EXISTENTES NA ESCOLA?
23	2.2.9 AS RAMPAS EXISTENTES POSSUEM TELHADO DE COBERTURA, POSSIBILITANDO QUE USUÁRIO POSSA FAZER O PERCURSO EM DIAS DE CHUVA?
2.3	SANITÁRIOS
24	2.3.1 A ESCOLA POSSUI PELO MENOS 5% DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS, COM PELO MENOS UM PARA CADA SEXO DE USO DOS ALUNOS?
25	2.3.2 A ESCOLA POSSUI PELO MENOS 5% DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEL, COM PELO MENOS UM PARA CADA SEXO DE USO DE FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES?
26	2.3.3 OS SANITÁRIOS EXISTENTES POSSIBILITAM A ENTRADA DE PESSOA EM CADEIRA DE RODAS (P.C.R) (PORTAS, LARGURAS E MANOBRAS)?

SOL PROC 00005

1/15-Folha Nº 003/98 Versão 1

11/11



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
427 de 465

TABELA 8 – CHECKLIST DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA (*)

ÍTEMS DE ACESSIBILIDADE VERIFICADOS NAS VISTÓRIAS		
27	2.3.4	EXISTEM BARRAS DE APOIO?
28	2.3.5	OS LAVATÓRIOS E ACESSÓRIOS (TOALHAS, E PAPEL HIGIÊNICO) POSSIBILITAM A APROXIMAÇÃO E ALCANCE PARA P.C.R.?
29	2.3.6	O SANITÁRIO ESTÁ LOCALIZADO EM LOCAL ACESSÍVEL?
30	2.3.7	O SANITÁRIO ESTÁ LOCALIZADO PRÓXIMO A CIRCULAÇÃO PRINCIPAL?
31	2.3.8	O SANITÁRIO POSSUI PISO ANTIDERRAPANTE?
32	2.3.9	O USUÁRIO P.C.R. UTILIZA ALGUM SANITÁRIO DA ESCOLA, EXISTE ALGUM TIPO DE ACESSIBILIDADE À SANITÁRIOS?
	2.4	SALAS DE AULA
33	2.4.1	EXISTE PELO MENOS 1% DAS MESAS INDIVIDUAIS COM ACESSIBILIDADE PARA P.C.R., OU NO MÍNIMO UMA PARA CADA DUAS SALAS DE AULAS?
34	2.4.2	A PARTE INFERIOR DAS LOUSAS ESTÁ INSTALADAS A UMA ALTURA MÁXIMA DE 0,90 M DO PISO E POSSUEM ÁREA DE APROXIMAÇÃO LATERAL E MANOBRA PARA CADEIRA DE RODAS?
	2.5	BIBLIOTECA E CENTRO DE LEITURAS E TERMINAIS DE CONSULTA
35	2.5.1	EXISTE NO MÍNIMO UMA DAS MESAS ACESSÍVEL?
36	2.5.2	POSSUI DISTÂNCIA ENTRE ESTANTES DE LIVROS DE NO MÍNIMO 0,90 M DE LARGURA?
37	2.5.3	NOS CORREDORES ENTRE AS ESTANTES, EXISTE A CADA 15 M UM ESPAÇO QUE PERMITA A MANOBRA DA CADEIRA DE RODAS?
38	2.5.4	O ALCANCE MANUAL AOS LIVROS NAS ESTANTES ESTÁ EM CONFORMIDADE COM AS MEDIDAS DE ALCANCE MANUAL PARA O CADEIRANTE?
39	2.5.5	EXISTEM PELO MENOS 5% DO TOTAL DE TERMINAIS DE CONSULTA POR MEIO DE COMPUTADORES E ACESSO À INTERNET ACESSÍVEIS?
	2.6	REFEITÓRIO
40	2.6.1	NO REFEITÓRIO EXISTEM MESAS COM ALTURA LIVRE, INFERIOR DE NO MÍNIMO 0,73 M DO PISO E, ESTA MESA POSSIBILITA O POSICIONAMENTO PARA APROXIMAÇÃO FRONTAL COM AVANÇO SOB ELA COM 0,50 M NO MÍNIMO? (ÁREA DE APROXIMAÇÃO)
41	2.6.2	O REFEITÓRIO POSSUI ÁREA DE CIRCULAÇÃO E ÁREA DE MANOBRA, POSSIBILITANDO O ACESSO ÀS MESAS?
42	2.6.3	O BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA POSSUI ALTURA ADEQUADA AO ALCANCE MANUAL E VISUAL AO CADEIRANTE.
43	2.6.4	A P.C.R. AO MENOS CONSEGUIR IR AO REFEITÓRIO?
	2.7	MOBILIÁRIO
44	2.7.1	EXISTE BALCÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO QUE PERMITE QUE O CADEIRANTE AVANCE SOB O BALCÃO ATÉ 0,30 M NO MÍNIMO?
45	2.7.2	QUANTO AO BEBEDOURO, EXISTE ACESSIBILIDADE PARA CHEGAR ATÉ ELE? (PERCURSO)
46	2.7.3	O BEBEDOURO POSSUI POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO FRONTAL (0,50 M) E POSSUI ALTURA LIVRE DE NO MÍNIMO 0,70 M DO PISO?
	2.8	SALAS ESPECIAIS (VÍDEO, INFORMÁTICA, TEATROS) E QUADRA ESPORTIVA
47	2.8.1	O CADEIRANTE POSSUI ACESSO À SALA DESTINADA AO ÁUDIO VISUAL (SALA TIPO CINEMA)?
48	2.8.2	O CADEIRANTE POSSUI ACESSO À SALA DESTINADA AS AULAS DE INFORMÁTICA? (USO DE COMPUTADORES PARA PESQUISA)
49	2.8.3	O CADEIRANTE POSSUI ACESSO AO TEATRO (SALÃO DE EVENTOS, PALESTRAS, REUNIÕES), PODENDO SUBIR AO PALCO?
50	2.8.4	O CADEIRANTE POSSUI ACESSO À QUADRA ESPORTIVA?
	3	PERCURSO DA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS (PCR)
51	3.1	A PCR, SENDO ELE VISITANTE, CONSEGUIR REALIZAR COM SEGURANÇA E DE MANEIRA INDEPENDENTE A SEGUINTE ROTA: ENTRAR NA ESCOLA, ACESSAR O ATENDIMENTO DA SECRETARIA E UTILIZAR O SANITÁRIO E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA?
52	3.2	A PCR, SENDO ELE ALUNO DA ESCOLA, CONSEGUIR REALIZAR COM SEGURANÇA E DE MANEIRA INDEPENDENTE A SEGUINTE ROTA: ENTRAR NA ESCOLA, ENTRAR NA SALA DE AULA (TER UMA MESA ACESSÍVEL DESTINADA PARA ESTE ALUNO), IR AO SANITÁRIO (CONSEGUIR UTILIZAR O SANITÁRIO) E IR AO REFEITÓRIO (CONSEGUIR UTILIZAR O REFEITÓRIO)?
53	3.3	O ALUNO CADEIRANTE CONSEGUIR ACESSAR TODOS OS AMBIENTES DA ESCOLA (ACESSIBILIDADE PLENA)?
	4	SALA DE RECURSOS
54	4.1	EXISTE SALA DE RECURSOS?
	4.2	SALA DE RECURSO DO TIPO 1

SCL PROC 00003 /15-Folha Nº 003799



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
428 de 465

TABELA 8 – CHECKLIST DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA (*)

ITENS DE ACESSIBILIDADE VERIFICADOS NAS VISTORIAS	
4.3	SALA DE RECURSOS DO TIPO 2
4.4	EXISTE APENAS A SALA, MAS AINDA NÃO ESTÁ EQUIPADA

(*) FONTE: ADAPTADO DO TRABALHO DE REMIÃO, JOSIANE LOPES. , ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES ESCOLARES: DIFICULDADE DOS CADEIRANTES. PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2012. DISPONÍVEL EM <HTTP://WWW.LUME.UFRGS.BR/HANDLE/10183/63191>

Com base nesse *checklist* foram classificadas as escolas da seguinte forma:

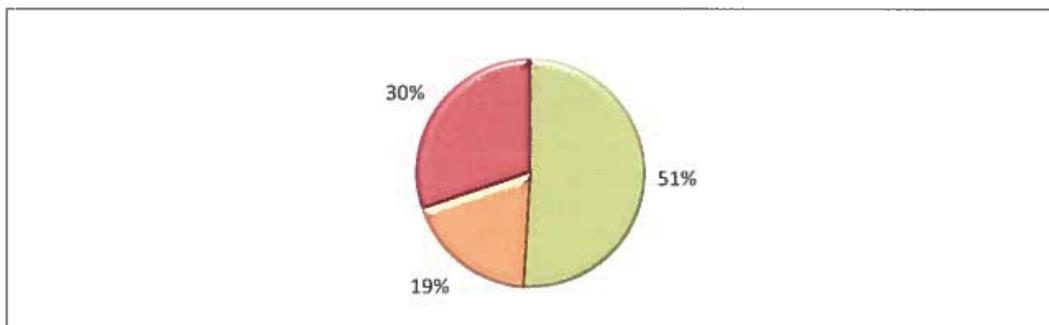
TABELA 9 – CLASSIFICAÇÃO DAS ESCOLAS, COM BASE NO CHECKLIST DA TABELA ANTERIOR

COR	CLASSIFICAÇÃO
	AZUL – ESCOLA COM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA CONFORME ABNT NBR 9050 (NENHUMA DIFICULDADE PARA ACESSIBILIDADE DE UM CADEIRANTE)
	VERDE – ESCOLA COM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA, MAS PRECISA DE ALGUMAS ADEQUAÇÕES À ABNT NBR 9050 (ALGUMAS DIFICULDADES PARA O CADEIRANTE, QUE PODEM SER SANADAS)
	LARANJA – ESCOLA COM PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA POIS PRECISA DE MUITAS REFORMAS PARA ADEQUAR-SE À ABNT NBR 9050 (COM MUITAS DIFICULDADES PARA O CADEIRANTE SE DESLOCAR E AS REFORMAS PARA ADEQUAÇÃO SÓ PODEM SER FEITAS A MÉDIO PRAZO)
	VERMELHA – ESCOLA SEM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: NÃO TEM SANITÁRIO ADAPTADO (OU SE O ÚNICO SANITÁRIO EXISTENTE ESTIVER INACESSÍVEL OU INADEQUADO PARA O USO) E AS VIAS DE ACESSO NÃO POSSIBILITAREM QUE O CADEIRANTE SE DESLOQUE EM TODOS OS ESPAÇOS DA ESCOLA. OS PROBLEMAS NÃO PODEM SER RESOLVIDOS SEM UMA REFORMA COMPLETA.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O resultado consolidado da visita às 53 escolas é apresentado na Figura 2, seguindo a codificação de cores apresentada na Tabela 9.

FIGURA 2 – CLASSIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS VISTORIADAS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Observa-se que 49% das escolas vistoriadas possuem graves problemas ou não possuem acessibilidade arquitetônica, restando 51% de escolas onde se considerou que há acessibilidade, mas que ainda necessitam de algumas adequações à ABNT NBR 9050. Em

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003799 Versão 1.00



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
429 de 465

nenhuma das escolas foi verificada aderência completa à referida norma. Esse resultado diverge do apresentado pelo Indicador 1216.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 178/2014, a Subsecretaria de Logística da Secretaria de Educação informou, por meio do Ofício nº 48/2014–GEPROJ, uma relação de itens de acessibilidade baseados na ABNT NBR 9050, que devem integrar a estrutura física das unidades de ensino do Distrito Federal, ainda mais abrangentes que os itens selecionados no *checklist* utilizado.

Isso indica que se a equipe de auditoria tivesse incluído todos esses itens da ABNT NBR 9050 no *checklist*, provavelmente a situação de acessibilidade nas escolas do Distrito Federal vistoriadas poderia ser muito mais crítica do que aquela ilustrada na Figura 2.

São apresentadas a seguir algumas fotos que ilustram alguns problemas de acessibilidade identificados durante as vistorias.

FIGURA 3 – CEF 405 DO RECANTO DAS EMAS



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 31/10/2014

FIGURA 4 – CEF IRMÃ REGINA EM BRAZLÂNDIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 01/10/2014

[Handwritten signature]

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003900



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
430 de 465

FIGURA 5 – CED VALE DO AMANHECER EM PLANALTINA



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 29/10/2014

FIGURA 6 – CEF 01 DE BRAZLÂNDIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 01/10/2014

FIGURA 7 – CEF 316 DE SANTA MARIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 24/09/2014

SRL PROC 00003 /15-Folha Nº 003500 VERSÃO 1/1



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
431 de 465

FIGURA 8 – CEF 14 DE TAGUATINGA



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 30/09/2014

FIGURA 9 – CEF 10 DO GUARÁ (ESCOLA COM DOIS PAVIMENTOS E SEM BANHEIRO ADAPTADO PARA CADEIRANTE)



REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO EM 19 E 22/09/2014

Além das vistorias, utilizou-se uma pesquisa direcionada aos diretores de 570 escolas para obtenção de um panorama mais abrangente sobre a situação real da acessibilidade.

A pesquisa foi dividida em cinco tópicos, subdivididos em questões específicas sobre a acessibilidade na escola:

- Acesso externo à escola;
- Acessibilidade dentro da escola;
- Materiais e equipamentos acessíveis nas escolas;
- Questão aberta sobre acessibilidade nas escolas.

SPL PROC 06003 /15-Folha Nº 0003801



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
432 de 465

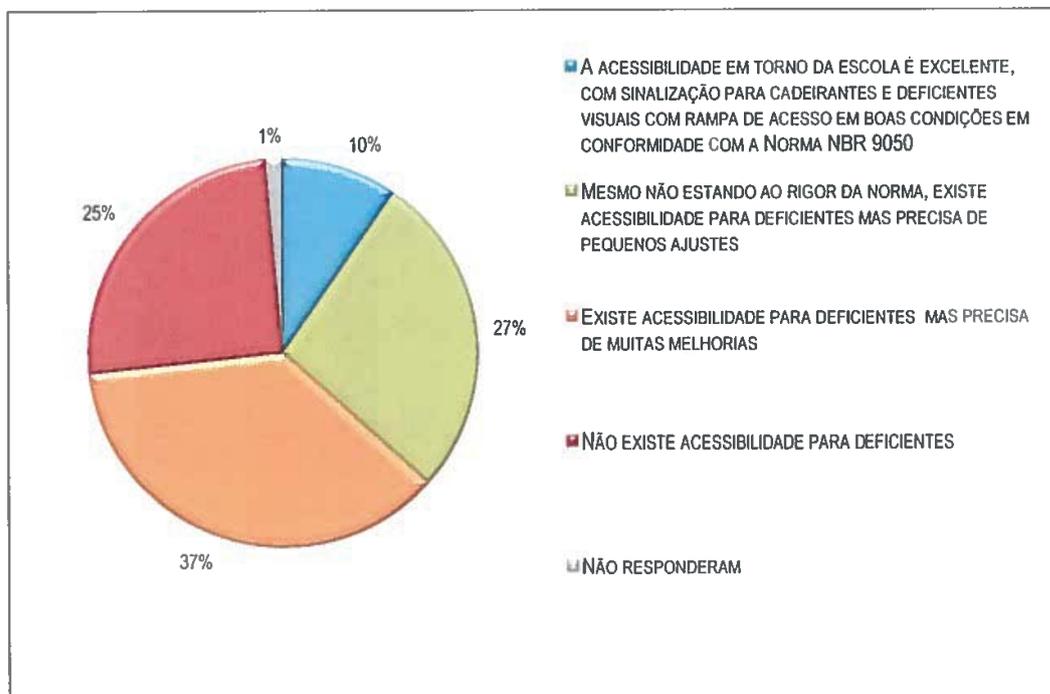
ACESSO EXTERNO À ESCOLA

Em relação a esse tema foi aplicada a seguinte questão aos diretores:

- a) Como você avalia o acesso externo a esta escola (Ex.: calçadas em torno da escola, sinalização da rua em frente à escola, rampa de acesso para atravessar a rua e rampa de acesso para entrar na escola) para um cadeirante?

Na Figura 10 são apresentados os resultados obtidos.

FIGURA 10 – AVALIAÇÃO QUANTO AO ACESSO EXTERNO DA ESCOLA PARA UM CADEIRANTE



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Observa-se que, no universo de 570 escolas, 25% dos diretores consideraram não haver acessibilidade no espaço físico externo e 37% consideram que precisa de muitas melhorias para acessibilidade, o que resulta em 37% de avaliações positivas quanto à acessibilidade externa à escola.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
433 de 465

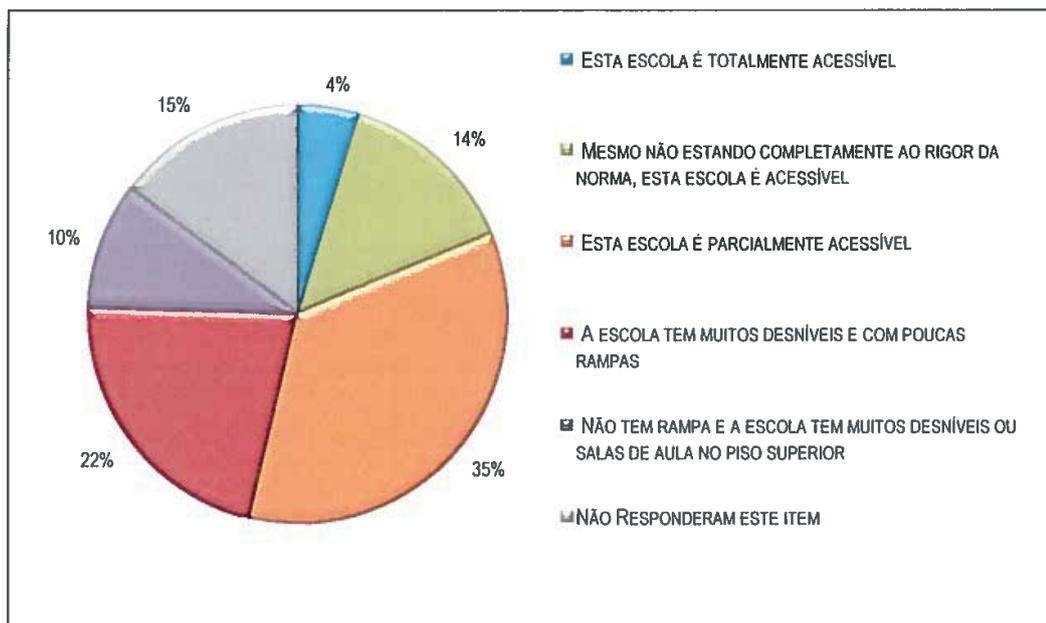
ACESSIBILIDADE DENTRO DA ESCOLA

Em relação a esse tema foram aplicadas quatro questões aos diretores:

- b) Caso sua escola não seja totalmente plana e sem desníveis, ou que tenha andares superiores que precise de rampa ou elevador para o cadeirante se deslocar, existem rampas que permitam ao cadeirante circular por TODAS as dependências da escola?
- c) As Rampas Foram Construídas Segundo a Norma ABNT NBR 9050?
- d) Como você avalia o piso da escola?
- e) O piso da escola está em conformidade com a norma ABNT NBR 9050?

Na Figura 11 são apresentados os resultados obtidos para a questão “b”.

FIGURA 11 – AVALIAÇÃO QUANTO À ACESSIBILIDADE DENTRO DA ESCOLA



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Segundo a resposta dos diretores a essa questão, existem sérios problemas com as rampas em 180 escolas que dificultam a acessibilidade do cadeirante. Isso corresponde a 32% das 570 escolas pesquisadas.

SPL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003302

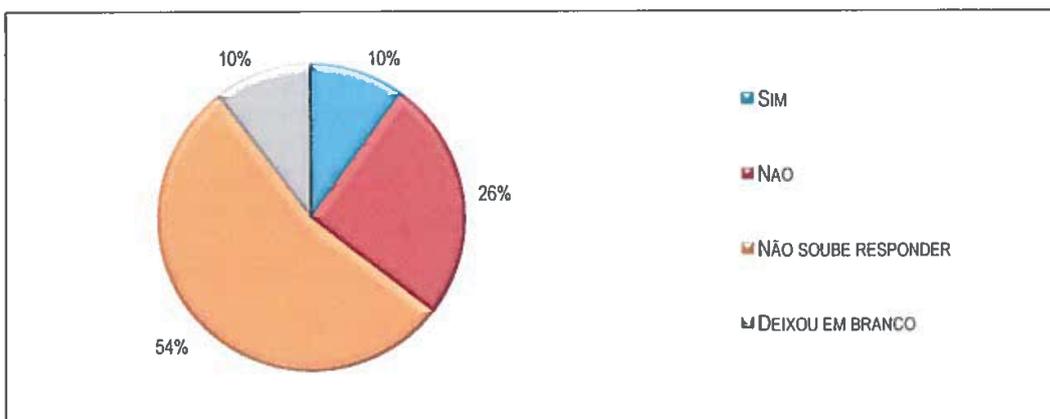


Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
434 de 465

Ao serem perguntados se as rampas existentes estavam em conformidade com a NBR 9050 (questão “c”), apenas 57 diretores (10% do total) disseram que sim, conforme figura a seguir:

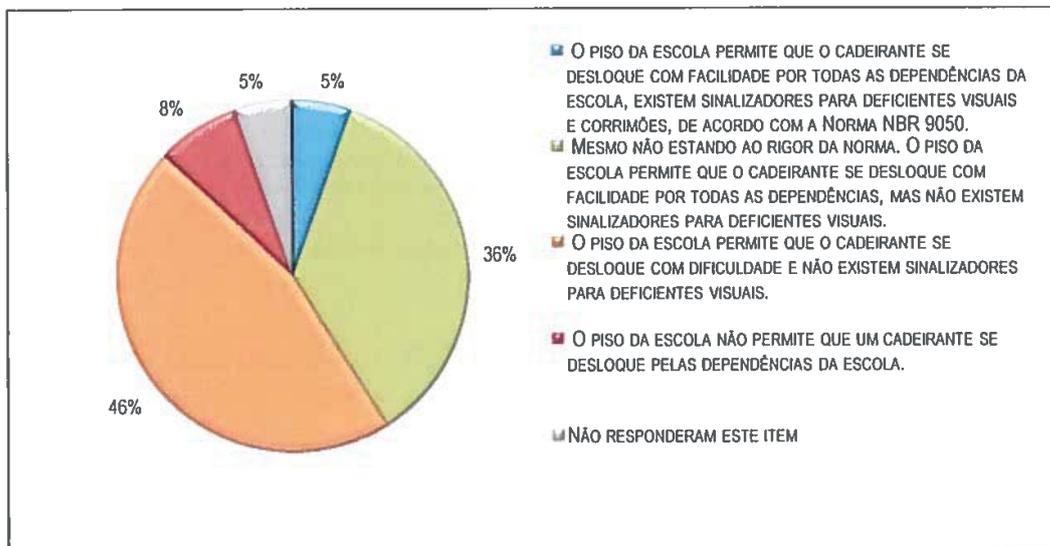
FIGURA 12 – AVALIAÇÃO QUANTO À CONSTRUÇÃO DAS RAMPAS, SEGUNDO A NORMA ABNT NBR 9050



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Em relação ao piso da escola (questão “d”), os resultados são apresentados na Figura 13:

FIGURA 13 – AVALIAÇÃO QUANTO AO PISO DA ESCOLA



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

SPL PROC 00003

1/5-Folha Nº 003002 Ver.50



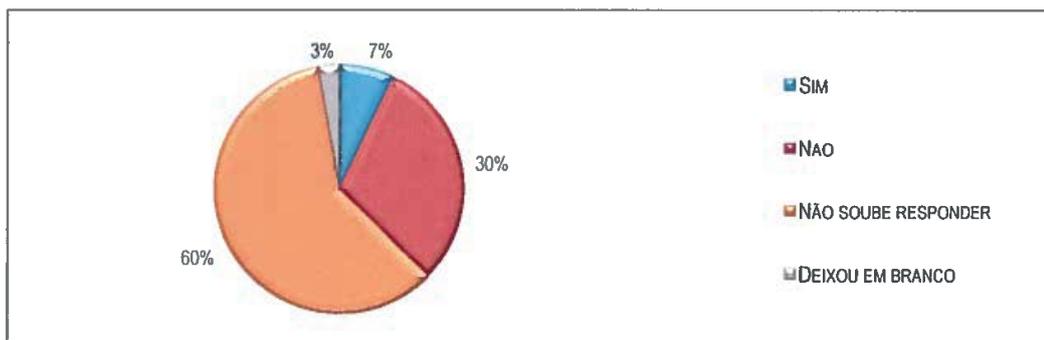
Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
435 de 465

A informação da questão “d” complementa a anterior porque, além da necessidade de rampas adequadas para acessibilidade, é necessário que o piso das escolas ofereça condições para que um cadeirante possa se deslocar com facilidade. Observou-se que as escolas que têm o piso todo em granitina permitem uma melhor acessibilidade para o cadeirante. Diferentemente daquelas construídas com piso só no cimento e cheias de grelhas no percurso. Pelas respostas fica claro que os diretores consideram que existe muita dificuldade de acessibilidade em razão do piso em 54 % das escolas do Distrito Federal, que representa 308 escolas de um total de 570 alcançadas pela pesquisa.

Em relação a questão “e”, sobre a conformidade do piso, verificou-se que apenas 7% dos diretores das escolas confirmaram que os pisos de suas escolas estão de acordo com a norma, conforme apresentado na Figura 14:

FIGURA 14 – AVALIAÇÃO QUANTO AO PISO DA ESCOLA, SEGUNDO A NORMA ABNT NBR 9050



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

O conjunto de questões abaixo, também respondidas pelos diretores das escolas, complementam as informações dos itens anteriores e identificam outros importantes aspectos relacionados à acessibilidade na estrutura das escolas do Distrito Federal:

QUANTO AOS SANITÁRIOS ADAPTADOS

Em relação à acessibilidade dos sanitários foram elaboradas três questões:

- f) Esta escola tem banheiro adaptado para cadeirante/deficiente físico?
- g) O(s) banheiro(s) existente(s) foi construído(s) segundo a Norma ABNT NBR 9050?
- h) O banheiro encontra-se totalmente desimpedido para utilização e a chave está em local acessível?

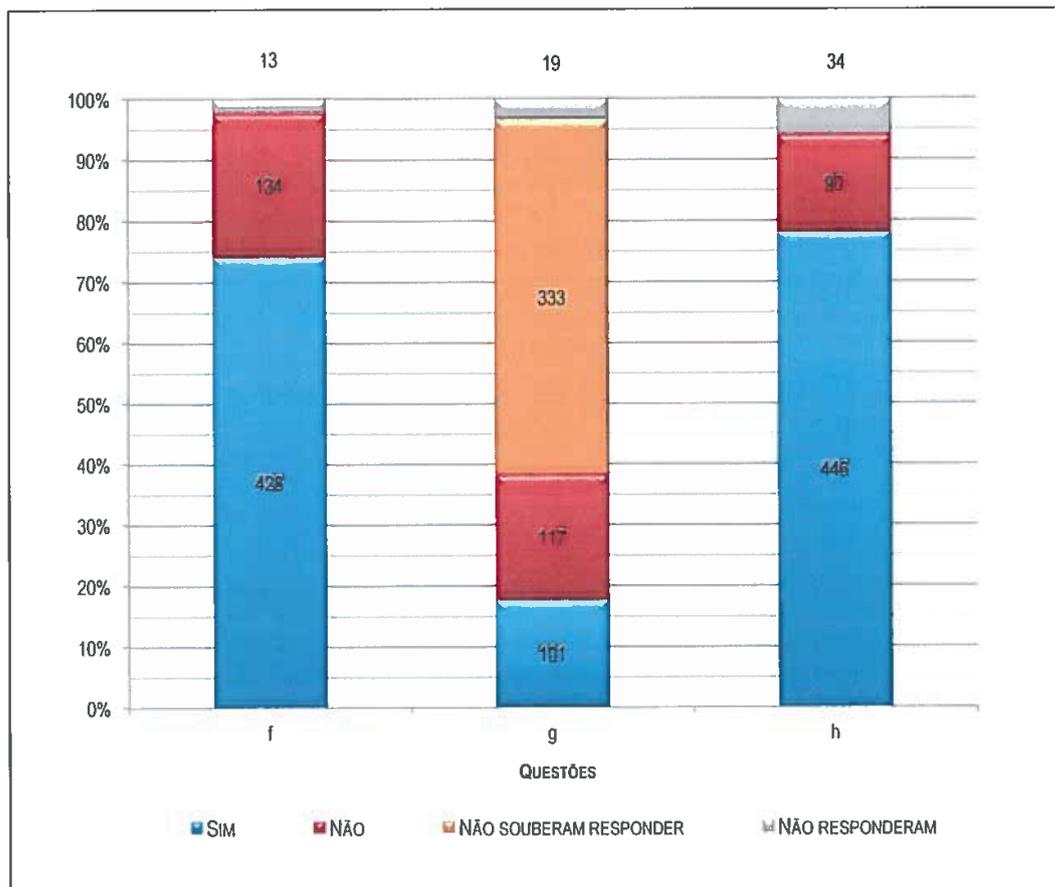
SFL F00C 00003 /15-Folha nº 003803



RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
436 de 465

A estatística das respostas a essas questões são apresentadas na Figura 15:

FIGURA 15 – AVALIAÇÃO QUANTO AOS BANHEIROS ADAPTADOS DAS ESCOLAS



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Nesse item chama a atenção o fato de que 333 diretores não souberam responder se os sanitários estão adaptados conforme a Norma ABNT NBR 9050. Isso representa mais de 58% das escolas. Além disso, 134 diretores (23,5%) afirmam categoricamente que não têm sanitário adaptado para cadeirantes/deficientes físicos.

Informou-se também que 90 sanitários adaptados não estão disponíveis para utilização. O que de fato foi comprovado pelas vistorias (a exemplo de sanitários encontrados com entulhos, sem portas ou sem chave disponível).

SFL - FONE: 000003 /15-Folha Nº 000003 V15-50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
437 de 465

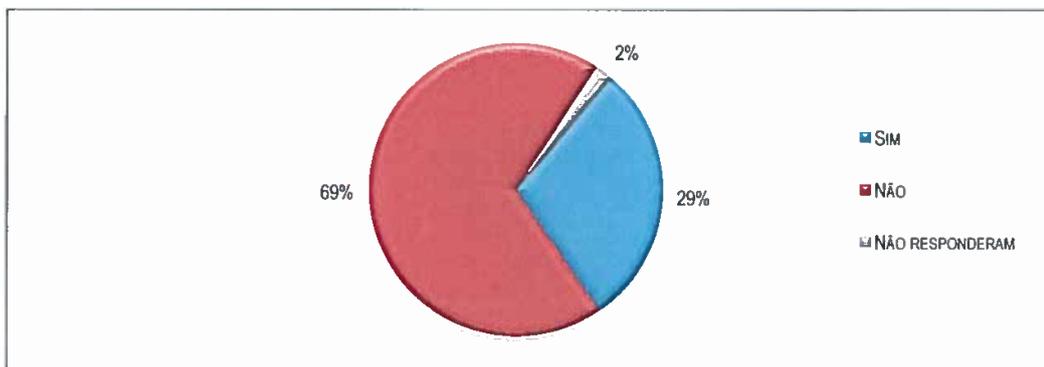
OUTROS ITENS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE

Neste tópico foram tratadas quatro questões:

- i) Esta escola possui estacionamento para carros com vaga para deficiente/cadeirante?
- j) As portas das salas de aula têm vão livre mínimo de 80 cm?
- k) A altura do balcão de atendimento na Secretaria da escola permite que um visitante cadeirante tenha acesso sem dificuldades?
- l) Esta escola possui sala de recursos?

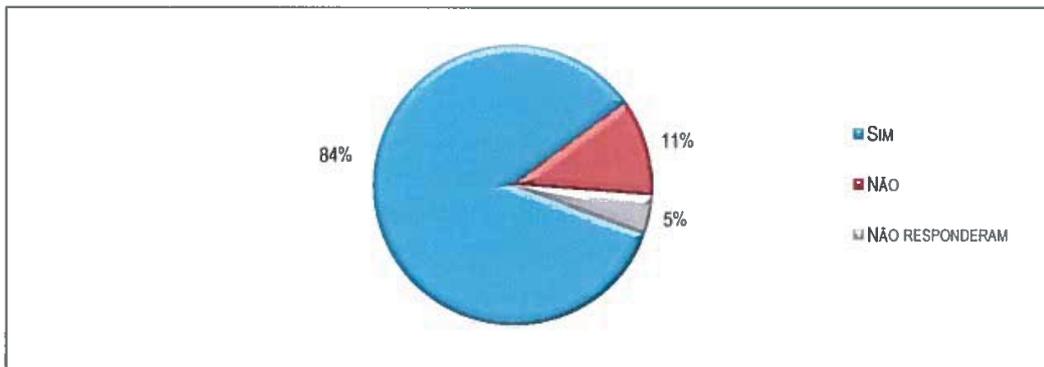
As estatísticas das respostas a essas questões são apresentadas a seguir:

FIGURA 16 – QUESTÃO “I”: ESTA ESCOLA POSSUI ESTACIONAMENTO PARA CARROS COM VAGA PARA DEFICIENTE/CADEIRANTE?



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

FIGURA 17 – QUESTÃO “J”: AS PORTAS DAS SALAS DE AULA TÊM VÃO LIVRE MÍNIMO DE 80 CM?



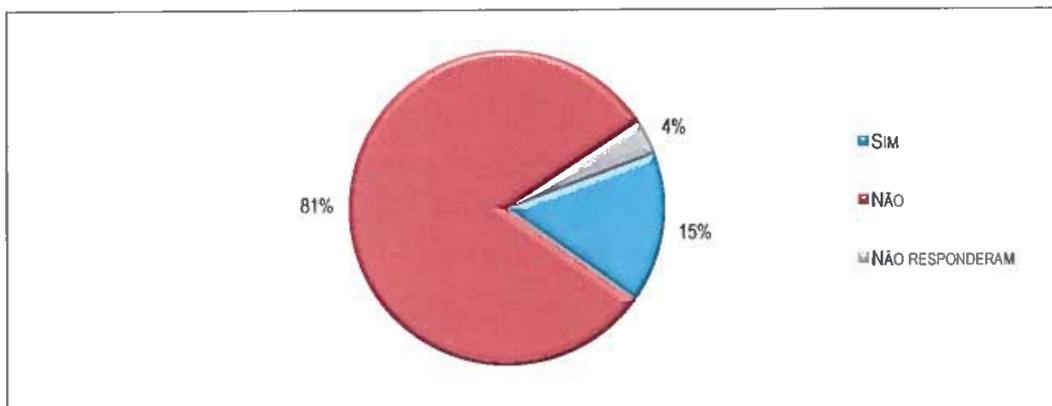
FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

SPL PREC 00003 /15-Folha Nº 003304



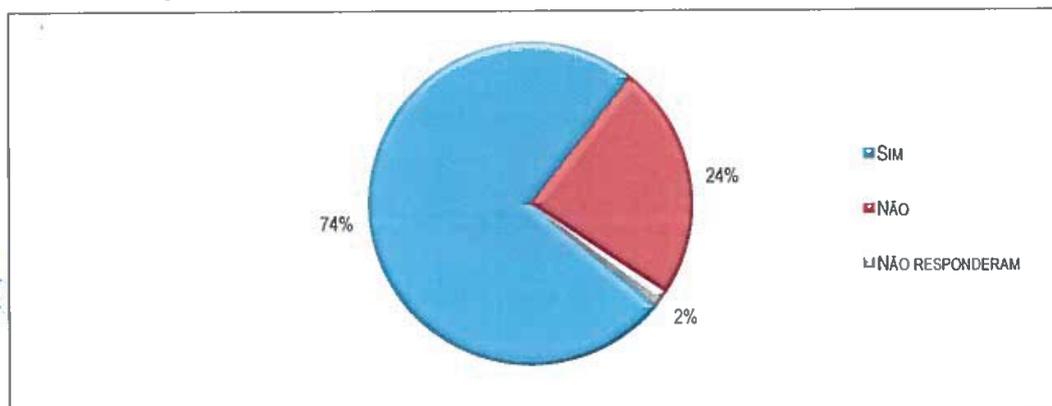
RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
438 de 465

FIGURA 18 – QUESTÃO “K”: A ALTURA DO BALCÃO DE ATENDIMENTO NA SECRETARIA DA ESCOLA PERMITE QUE UM VISITANTE CADEIRANTE TENHA ACESSO SEM DIFICULDADES?



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

FIGURA 19 – QUESTÃO “L”: ESTA ESCOLA POSSUI SALA DE RECURSOS?



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

As respostas dos diretores demonstram que a maioria das escolas do Distrito Federal não foram construídas pensando na inclusão. Não existem estacionamentos para cadeirantes em 69% das escolas, em 81% o balcão de atendimento para o público é muito alto, 11% não têm portas com vão livre mínimo de 80 cm (o que dificulta a entrada de um cadeirante) e 24% não possuem salas de recursos (para atendimento especializado de deficientes/alunos com altas especialidades).

SPL FREQ 000005 /15-Folha Nº 003304 VERSÃO...



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
439 de 465

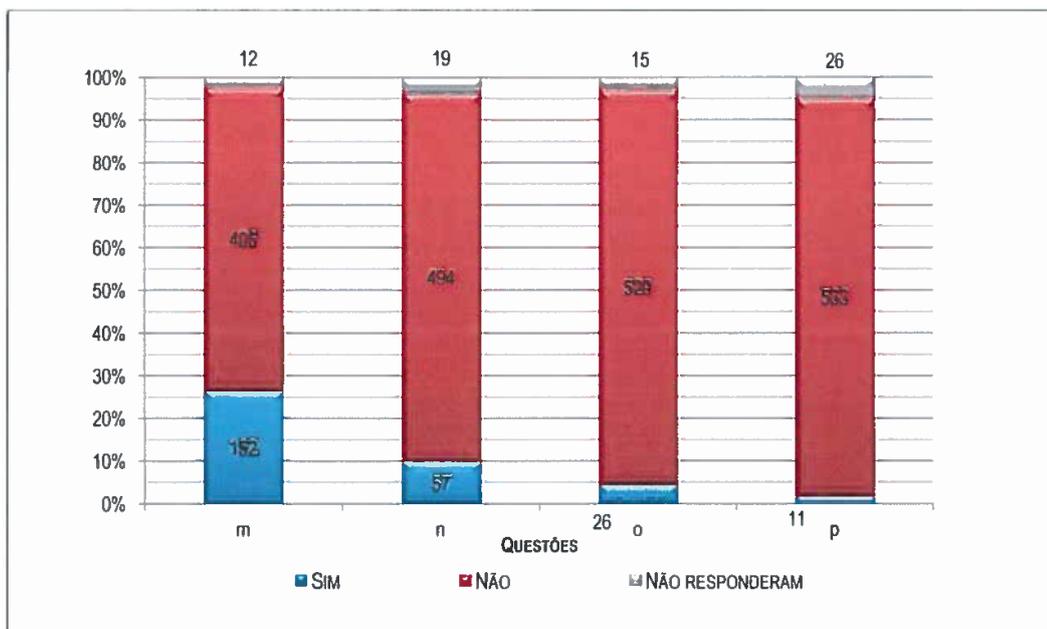
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ACESSÍVEIS NAS ESCOLAS

Para cobrir este tópico, foram elaboradas quatro questões:

- m) Existem mesas e cadeiras adaptadas para cadeirantes nas salas de aula?
- n) Existem mesas e computadores adaptados para cadeirantes na sala de informática?
- o) Existem mesas e cadeiras adaptadas para cadeirantes na Biblioteca/Sala de Leitura?
- p) Existem mesas e cadeiras adaptadas para cadeirantes no refeitório?

Os resultados são apresentados na Figura 20.

FIGURA 20 – QUESTÕES SOBRE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ACESSÍVEIS NAS ESCOLAS



FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

A resposta dos diretores a esses itens comprova o que já tinha sido constatado nas vistorias: faltam materiais e equipamentos para acessibilidade nas escolas do Distrito Federal. Isso é especialmente verificado nas salas de aula, nas salas de informática, nas bibliotecas e nos refeitórios (quando existem, pois a maioria das escolas não têm refeitórios).

SFL FNOG 00003 /15-Folha Nº 003805



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
440 de 465

QUESTÃO ABERTA SOBRE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

A pergunta feita aos diretores foi a seguinte:

“O Programa de Governo 6221 – Educação Básica, constante no Plano Plurianual (PPA) para o exercício de 2012 a 2015, tem descrito no Objetivo Específico nº 005 o seguinte:

Propiciar o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, pela manutenção e ampliação da oferta de vagas, implantando e otimizando os dispositivos físicos e pedagógicos apropriados ao público alvo da educação especial, assegurando uma política pública que consolide um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (Anexo II do PPA 2012/2015)

Tomando como base a sua escola, quais as duas principais medidas que devem ser tomadas para que este Objetivo Específico seja plenamente cumprido?”

Como não é possível transcrever todas as respostas dos diretores, estas foram agrupadas pelos temas que mais foram citados resultando na seguinte tabela:

TABELA 10 – TEMAS QUE MAIS FORAM CITADOS NAS RESPOSTAS DOS DIRETORES À QUESTÃO ABERTA SOBRE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

TEMAS		% DE RESPOSTAS VINCULADAS A ESSE TEMA
RECURSOS HUMANOS	FALTAM PROFISSIONAIS E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	62
	FALTAM MONITORES PARA ACOMPANHAR AS CRIANÇAS	29
INFRAESTRUTURA	UMA SALA DE RECURSOS EFETIVA COM PROFISSIONAIS E EQUIPAMENTOS PARA UM PLENO ATENDIMENTO E EQUIPAMENTOS ADAPTADOS NAS SALAS DE AULA.	26
	NECESSÁRIO QUE A ESCOLA SEJA AMPLIADA E ADAPTADA PARA CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE	35
	CONSTRUÇÃO DE VIAS DE ACESSO EXTERNO, SINALIZAÇÃO E CALÇADA AO REDOR DA ESCOLA.	39

FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Obs.: A amostra para confecção desta tabela tomou como base as respostas dos diretores das escolas do Gama, Sobradinho, Recanto das Emas, Paranoá e Santa Maria, totalizando 145 escolas.

A SITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS QUE TÊM DOIS ANDARES

Nas vistorias realizadas observou-se escolas de dois andares que não tinham elevador e rampa para o segundo piso ou, havendo elevador, este encontrava-se fora de operação.

Questionada sobre a situação de operacionalidade dos elevadores nas escolas do Distrito Federal, a Secretaria de Educação enviou, por meio do Ofício nº 004/2015–SULOG/CDOBRA, a seguinte tabela:



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
441 de 465

TABELA 11 – RELAÇÃO DE ESCOLAS QUE POSSUEM ELEVADORES OU PLATAFORMAS DE PNES

Nº	CRE	ESCOLA	EM FUNCIONAMENTO?	POSSUI RAMPAS?
1	CEILÂNDIA	CEF 31 (ANTIGA EC 53)	NÃO	NÃO
2	GAMA	CEF GESNER TEIXEIRA	NÃO	NÃO
3	GUARÁ	EC 07	NÃO	NÃO
4	NÚCLEO BANDEIRANTE	CEF TELEBRASÍLIA	NÃO	NÃO
5	PARANOÁ	CEF 03	NÃO	NÃO
6	PLANALTINA	CED POMPILHO	NÃO	NÃO
7	PLANALTINA	CED VÁRZEAS	NÃO	NÃO
8	RECANTO DAS EMAS	EC 803	NÃO	NÃO
9	RECANTO DAS EMAS	CEF 115	NÃO	NÃO
10	RECANTO DAS EMAS	CEF 602	NÃO	NÃO
11	SANTA MARIA	CEF 418	NÃO	NÃO
12	SÃO SEBASTIÃO	EC BELA VISTA	NÃO	NÃO
13	SÃO SEBASTIÃO	EC VILA NOVA	NÃO	NÃO
14	SÃO SEBASTIÃO	CED SÃO BARTOLOMEU	NÃO	NÃO
15	SAMAMBAIA	EC 325	SIM	SIM
16	SAMAMBAIA	EC 501	SIM	SIM
17	TAGUATINGA	CIL	SIM	SIM
18	TAGUATINGA	CEF 08	SIM	SIM

FONTE: OFÍCIO Nº 004/2015–SULOG/CDOBRA, DE 29/01/2015

Das 18 escolas relacionadas nesse Ofício cerca de 80% estão com elevadores parados e sem rampas de acesso para o segundo pavimento. Apenas quatro escolas têm os elevadores em funcionamento e rampas.

Nessa relação informada pela Secretaria de Educação não estão incluídas as seguintes escolas que foram vistoriadas pela auditoria e que também têm elevadores inoperantes: CEF 01 do Paranoá, CED Vale do Amanhecer de Planaltina e CEF 14 de Taguatinga.

Portanto, a relação de escolas com elevadores inoperantes fornecida pela Secretaria de Educação não está completa.

Além disso, muitas escolas com dois pavimentos não têm nem elevador nem rampas a exemplo das seguintes escolas vistoriadas pela auditoria: CEF 405 do Recanto das Emas, CEF 15 do Gama, CEF Nova Betânia de São Sebastião e CEF 10 do Guará.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
442 de 465

ACESSIBILIDADE NOS CENTROS DE ENSINO ESPECIAL – CEE

A Tabela 12 e a Tabela 13 são resultado de um “corte” nos questionários, onde se selecionou as respostas dos diretores de nove dos 15 Centros de Ensino Especial do Distrito Federal a alguns itens relacionados à acessibilidade arquitetônica e ao mobiliário adaptado para pessoas em cadeiras de rodas.

TABELA 12 – ACESSIBILIDADE NOS CENTROS DE ENSINO ESPECIAL – PARTE 1

QUESTÕES DE ACESSIBILIDADE	BRAZLÂNDIA	SOBRADINHO	GAMA	SAMAMBAIA	PLANALTINA
	CEE 01	CEE	CEE 01	CEE 01	CEE 01
1 QUANTO TEMPO ESSA ESCOLA TEM DE CONSTRUÍDA?	MAIS DE 30 ANOS	ENTRE 20 E 30 ANOS	ENTRE 20 E 30 ANOS	ENTRE 10 E 20 ANOS	MAIS DE 30 ANOS
2 COMO VOCÊ AVALIA O ACESSO EXTERNO A ESTA ESCOLA (EX.: CALÇADAS EM TORNO DA ESCOLA, SINALIZAÇÃO DA RUA EM FRENTE À ESCOLA, RAMPA DE ACESSO PARA ATRAVESSAR A RUA E RAMPA DE ACESSO PARA ENTRAR NA ESCOLA) PARA UM CADEIRANTE?	NÃO EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES	NÃO EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES	EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES MAS PRECISA DE MUITAS MELHORIAS	MESMO NÃO ESTANDO AO RIGOR DA NORMA, EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES MAS PRECISA DE PEQUENOS AJUSTES	EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES MAS PRECISA DE MUITAS MELHORIAS
3 ESTA ESCOLA POSSUI ESTACIONAMENTO PARA CARROS COM VAGA PARA DEFICIENTE/CADEIRANTE?	NÃO RESPONDEU	SIM	SIM	SIM	SIM
4 AS RAMPAS FORAM CONSTRUÍDAS SEGUNDO A NORMA NBR 9050?	NÃO SEI RESPONDER	NÃO	NÃO SEI RESPONDER	NÃO SEI RESPONDER	NÃO
5 ESTA ESCOLA TEM BANHEIRO ADAPTADO PARA CADEIRANTE/DEFICIENTE FÍSICO?	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
6 OS BANHEIRO(S) EXISTENTE(S) FORAM CONSTRUÍDOS SEGUNDO A NORMA NBR 9050?	NÃO SEI RESPONDER	NÃO	SIM	NÃO SEI RESPONDER	NÃO
7 ESTA ESCOLA POSSUI SALA DE RECURSOS?	SIM	NÃO RESPONDEU	NÃO	NÃO	NÃO
8 AS PORTAS DAS SALAS DE AULA TÊM VÃO LIVRE MÍNIMO DE 80 CM?	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
9 EXISTEM MESAS E COMPUTADORES ADAPTADOS PARA CADEIRANTES NA SALA DE INFORMÁTICA?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
10 EXISTEM MESAS E CADEIRAS ADAPTADAS PARA CADEIRANTES?	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
11 EXISTEM MESAS E CADEIRAS ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NA BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
12 EXISTEM MESAS E CADEIRAS ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NO REFEITÓRIO?	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
13 À ALTURA DO BALCÃO DE ATENDIMENTO NA SECRETARIA DA ESCOLA PERMITE QUE UM VISITANTE CADEIRANTE TENHA ACESSO SEM DIFICULDADES?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS





Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
443 de 465

TABELA 13 – ACESSIBILIDADE NOS CENTROS DE ENSINO ESPECIAL – PARTE 2

QUESTÕES DE ACESSIBILIDADE	BRASÍLIA	BRASÍLIA	SANTA MARIA	GUARÁ
	CEE 01	CEE 02	CEE 01	CEE
1 QUANTO TEMPO ESSA ESCOLA TEM DE CONSTRUÍDA?	MAIS DE 30 ANOS	MAIS DE 30 ANOS	ENTRE 10 E 20 ANOS	ENTRE 20 E 30 ANOS
2 COMO VOCÊ AVALIA O ACESSO EXTERNO A ESTA ESCOLA (EX.: CALÇADAS EM TORNO DA ESCOLA, SINALIZAÇÃO DA RUA EM FRENTE À ESCOLA, RAMPAS DE ACESSO PARA ATRAVESSAR A RUA E RAMPAS DE ACESSO PARA ENTRAR NA ESCOLA) PARA UM CADEIRANTE?	EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES MAS PRECISA DE MUITAS MELHORIAS	NÃO EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES	EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES MAS PRECISA DE MUITAS MELHORIAS	EXISTE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES MAS PRECISA DE MUITAS MELHORIAS
3 ESTA ESCOLA POSSUI ESTACIONAMENTO PARA CARROS COM VAGA PARA DEFICIENTE/CADEIRANTE?	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
4 AS RAMPAS FORAM CONSTRUÍDAS SEGUNDO A NORMA NBR 9050?	NÃO	NÃO SEI RESPONDER	NÃO	NÃO RESPONDEU
5 ESTA ESCOLA TEM BANHEIRO ADAPTADO PARA CADEIRANTE/DEFICIENTE FÍSICO?	SIM	NÃO	SIM	SIM
6 OS BANHEIRO(S) EXISTENTE(S) FORAM CONSTRUÍDOS SEGUNDO A NORMA NBR 9050?	NÃO	NÃO SEI RESPONDER	NÃO SEI RESPONDER	SIM
7 ESTA ESCOLA POSSUI SALA DE RECURSOS?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
8 AS PORTAS DAS SALAS DE AULA TÊM VÃO LIVRE MÍNIMO DE 80 CM?	SIM	SIM	SIM	SIM
9 EXISTEM MESAS E COMPUTADORES ADAPTADOS PARA CADEIRANTES NA SALA DE INFORMÁTICA?	SIM	NÃO	NÃO	SIM
10 EXISTEM MESAS E CADEIRAS ADAPTADAS PARA CADEIRANTES?	SIM	SIM	NÃO	SIM
11 EXISTEM MESAS E CADEIRAS ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NA BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA?	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
12 EXISTEM MESAS E CADEIRAS ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NO REFEITÓRIO?	SIM	NÃO	NÃO	NÃO RESPONDEU
13 A ALTURA DO BALCÃO DE ATENDIMENTO NA SECRETARIA DA ESCOLA PERMITE QUE UM VISITANTE CADEIRANTE TENHA ACESSO SEM DIFICULDADES?	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

FONTE: PESQUISA APLICADA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Os Centros de Educação Especial – CEE pesquisados são escolas construídas em sua maioria há mais de 20 anos (exceto as de Santa Maria e Samambaia) e apresentam diversos problemas de acessibilidade.

Nenhum desses nove Centros de Ensino Especial atendem a todos os 12 itens de acessibilidade selecionados acima.

O CEE de Sobradinho não atende 10 dos 12 itens listados.

Dois desses Centros de Ensino Especial não têm banheiro adaptado: CEE de Sobradinho e o CEE 02 de Brasília.

SPL PROC 00003 /15-Folha N° 003507 - 4/11



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
444 de 465

Em Brazlândia, Sobradinho e no CEE 02 de Brasília não existe acessibilidade em volta da escola (acesso externo) e falta estacionamento com vaga para cadeirante/deficiente físico no CEE 01 e 02 de Brasília e no CEE 01 de Santa Maria.

Os itens referentes a mobiliário adaptado são os que mais estão em falta em todos os Centros de Educação Especial conforme demonstrado nas tabelas.

Repete-se aqui o fato de que alguns diretores não souberam responder se os sanitários e as rampas estão em conformidade com a norma ABNT NBR 9050.

Por fim, as informações fornecidas pelos diretores na pesquisa realizada indicam uma situação grave de acessibilidade nesses Centros de Educação Especial, pois essas escolas deveriam ser exemplo de acessibilidade arquitetônica em função do público que atendem.

4.1.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA DO OE 005

Os problemas de acessibilidade arquitetônica nas escolas do Distrito Federal são diversos. Vão desde problemas nos sanitários adaptados, pisos e rampas fora do padrão e escolas com dois andares sem acessibilidade para o pavimento superior à falta de materiais e equipamentos.

Os questionários aplicados aos diretores demonstraram na maioria dos itens que existem problemas graves de acessibilidade. Chama atenção as respostas dos diretores aos itens relacionados às rampas, ao piso da escola e aos sanitários adaptados. O percentual de diretores que não sabem se esses itens encontram-se em conformidade com a Norma ABNT NBR 9050 somado aos que confirmaram que esses itens não estão em conformidade com a referida norma chega a 80%. Contudo, foram os diretores/responsáveis das escolas que informaram ao EDUCACENSO que essas escolas têm acessibilidade arquitetônica, o que coloca em descrédito o indicador 1216.

Além disso, as vistorias nas escolas consideradas com acessibilidade arquitetônica pelo indicador 1216 não confirmaram essa condição em pelo menos 49% delas.

Por esses mesmos motivos entende-se que não foram atendidas as metas do art. 2º e os incisos I a III do art. 4º do Decreto nº 26.293/2005 que tinham uma previsão de garantir acessibilidade em 100% das escolas do DF até final de 2009.

SFL PROC 00005 /15-Folha Nº 003307 Ver. 50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
445 de 465

Portanto, ficou demonstrado que as metas supostamente alcançadas pelo indicador 1216 – TAXA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL não são confiáveis e por isso, considera-se que o Objetivo Específico 005 não atingiu seu objetivo e teve eficácia muito abaixo do previsto.

4.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA DO OE 005

A eficiência do Objetivo Específico 005 está intimamente ligada à análise da eficácia do indicador 1216. Como demonstrado, a qualidade da acessibilidade das escolas do Distrito Federal não está em conformidade com a norma ABNT NBR 9050.

Dessa forma, conclui-se o Objetivo Específico 005 foi executado com eficiência abaixo do desejado.

4.2 AVALIAÇÃO DO OE 008

Neste tópico são apresentadas as respostas a todas as subquestões de auditoria relacionadas ao OE 008, e, ao final, são apresentadas as considerações finais sobre a eficácia, eficiência e efetividade do Objetivo Específico.

4.2.1 RESPOSTAS ÀS SUBQUESTÕES DE AUDITORIA RELACIONADAS AO OE 008

4.2.1.1 SUBQUESTÃO 2.1 – FORAM ATINGIDAS AS METAS DO PPA REFERENTES À IMPLANTAÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DF?(EFICÁCIA)

O Ofício nº 05/2015–SUBEB confirma que 332 escolas ofertaram Educação Integral a um mínimo de 10% dos alunos matriculados em 2014 (indicador 947) e que mais 26 estão previstas para 2015. Nesse mesmo Ofício consta a listagem das 68 escolas que ofertaram Educação Integral para todos os alunos matriculados em 2014 e mais duas escolas previstas para 2015.

A meta do indicador 947 – ESCOLAS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INTEGRAL A UM MÍNIMO DE 10% DOS ALUNOS MATRICULADOS que era de 532 escolas não foi atingida. Já a meta de 52 escolas, estabelecida no indicador 1222 – ESCOLAS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INTEGRAL A TODOS OS ALUNOS MATRICULADOS foi atingida e até ultrapassada.

SFL FROE 00003 /15-Folha Nº 003E08



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
446 de 465

Embora o indicador 1222 tenha ultrapassado a meta prevista, a maior parte das escolas que ofertam Educação Integral são aquelas informadas no indicador 947, que atingiu apenas 62,4% da meta, portanto considera-se a eficácia do OE 008 abaixo do previsto.

4.2.1.2 SUBQUESTÃO 2.2 – A FORMA DE REESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DISTRITO FEDERAL SEGUE AS ORIENTAÇÕES DA LDB, DO MEC E DOS OBJETIVOS E METAS DA LEI Nº 10.172/2001 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, QUANTO A AMPLIAÇÃO DOS TEMPOS, ESPAÇOS E OPORTUNIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL? (EFICIÊNCIA)

Sim, está sendo implantada de forma gradativa, porém a qualidade da Educação Integral oferecida na rede pública do Distrito Federal está sendo impactada negativamente pela falta de infraestrutura adequada nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) dispõe no artigo 34 o seguinte:

[...] Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino [...] (grifou-se)

O Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001) estabelece no item 2.3 Objetivos e Metas, subitens 21 e 22 que as escolas devem:

[...] 2.3 Objetivos e Metas

[...]

21. Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.

22. Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima (hoje Programa Bolsa família) associado a Ações Sócio Educativas.

[...] (grifou-se)

Portanto, verifica-se que existe uma política de estímulo à Educação Integral por parte do Governo Federal, mas a implantação dessa modalidade de ensino pelos estados membros é progressiva.

SFCL PROC 000003 /15-Folha Nº 003508 VERSÃO 01



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
447 de 465

Para estimular a implantação da Educação Integral o Governo Federal disponibiliza recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e orienta como implantar essa modalidade de educação nas escolas e como utilizar esses recursos.

Essas orientações podem ser encontradas em diversas publicações do Ministério da Educação e mais especificamente no Manual do Programa Mais Educação Passo a Passo e no documento orientador do Ensino Médio Inovador.

O Programa Mais Educação e o Programa Ensino Médio Inovador são estratégias do Ministério da Educação para a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral para escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino.

Nessas orientações, chamam atenção dois pontos importantes: (1) os profissionais envolvidos e (2) o espaço físico para desenvolver as atividades de Educação Integral.

Quanto aos profissionais envolvidos, o Manual do Programa Mais Educação diz:

[...] A educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, dos estudantes em processo de formação docente e dos agentes culturais, que constituem como referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos (observando a Lei nº 9.608/1988, que dispõe sobre voluntariado) [...] pp. 15 e 17

E quanto ao espaço físico, o citado Manual dispõe:

[...] O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar. O mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com toda a comunidade [...] pp. 22 e 23

E ainda cita exemplos de espaços físicos que podem ser utilizados (1) na escola: biblioteca, pátio coberto e sala de leitura, (2) na comunidade: sala paroquial, espaços dos escoteiros, centros comunitários e praças, (3) em outros espaços: museu da cidade, pátio do corpo de bombeiros e quartel das forças armadas.

Na auditoria realizada percebeu-se o esforço para implantação de uma Educação Integral nas escolas do Distrito Federal, a despeito das condições adversas da infraestrutura das escolas conforme apresentado nas subquestões seguintes.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATORIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
448 de 465

4.2.1.3 *SUBQUESTÃO 2.3 – QUAL O CRITÉRIO PARA SELEÇÃO DOS ALUNOS NAS ESCOLAS QUE ATUAM 100% COM EDUCAÇÃO INTEGRAL OU COM 10%? (EFICIÊNCIA)?*

Em resposta a esta questão a Coordenação de Educação Integral informou por meio do Ofício nº 65/2014–GAB/SE o seguinte:

- a) Participam do atendimento em educação integral, os estudantes matriculados na educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- b) Considera-se público-alvo do atendimento de Educação Integral de jornada ampliada, prioritariamente:
 - 1º) estudantes que apresentam defasagem idade/série;
 - 2º) estudantes beneficiários de programas sociais;
 - 3º) estudantes do 2º período de Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental (transição entre etapas), do 5º e 6º ano do Ensino Fundamental (transição entre fases), do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio (transição entre etapas);
 - 4º) estudantes indicados pelo Conselho Escolar.

Nas vistorias realizadas, não foi examinado o cadastro de matrículas para aferir os itens acima. Contudo, pela observação dos alunos e pelos questionamentos feitos aos diretores durante as vistorias, verificou-se que o perfil dos estudantes nas escolas que oferecem Educação Integral a 10% dos alunos está compatível com o público alvo descrito no Ofício acima.

Como nas escolas do PROEITI todos os alunos participam da Educação Integral, fez-se desnecessária essa constatação.

4.2.1.4 *SUBQUESTÃO 2.4 – COMO ESTÁ FUNCIONANDO A EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS VISTORIADAS? (EFICIÊNCIA)*

Selecionaram-se alguns itens relacionados à Educação Integral para aferir esta questão nas vistorias: (1) existência de Educação Integral nas escolas vistoriadas, (2) infraestrutura para a Educação Integral nas escolas vistoriadas, (3) questionário aplicado aos diretores e (4) questionário aplicado aos alunos.

EXISTÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS 53 ESCOLAS VISTORIADAS

Em todas as escolas vistoriadas foram encontrados alunos participantes do programa de Educação Integral em jornadas que variam de 7 a 10 horas diárias (estes últimos em escolas vinculadas ao PROEITI).

SCL PROJ 00003 /15-Folha 49 003907 VER SI



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
449 de 465

INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS VISTORIADAS

Os problemas encontrados na acessibilidade arquitetônica das escolas para o Objetivo Específico da Educação Especial se estendem para a Educação Integral. Além daqueles, foram constatados outros problemas de infraestrutura em 49 das 53 escolas, que podem afetar a Educação Integral, os quais estão relacionados na Tabela 14.

TABELA 14 – ITENS DE INFRAESTRUTURA QUE PODEM DIFICULTAR A EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS

COORDENAÇÃO REGIONAL	ESCOLA	OBSERVAÇÕES GERAIS
PARANÓÁ	1 CEF 2	NÃO TEM REFEITÓRIO, OS ALUNOS COMEM NAS SALAS DE AULA. NÃO TEM TEATRO E A QUADRA DE ESPORTES NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	2 CEF ILDA ARNS	NÃO POSSUI SALAS ESPECIAIS (TEATRO, AUDITÓRIO, ETC.). NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	3 CEF 1	NÃO TEM REFEITÓRIO, OS ALUNOS COMEM NAS SALAS DE AULA. POSSUI UMA QUADRA COBERTA E OUTRA DESCOBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
RECANTO DAS ÉMAS	4 CEF 306	NÃO POSSUI SALAS ESPECIAIS (TEATRO, AUDITÓRIO, ETC.) MUITAS INFILTRAÇÕES NAS SALAS. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS (CHUVEIRO ENCONTRADO SÓ NO BANHEIRO ADAPTADO)
	6 CEF 405	NÃO TEM SALA DE ÁUDIO VISUAL NEM TEATRO. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
GAMA	10 CEF 04	A ESCOLA NÃO TEM REFEITÓRIO E A QUADRA NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
SOBRADINHO	12 CEF 03	NÃO TEM REFEITÓRIO, NÃO TEM TEATRO E A QUADRA NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
PLANALTINA	16 CEF ARAPOANGA	NÃO TEM REFEITÓRIO, NÃO TEM TEATRO E A QUADRA NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	17 CEF 02	NÃO TEM REFEITÓRIO, OS ALUNOS COMEM NAS SALAS DE AULA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	18 CED VALE DO AMANHECER	NÃO TEM REFEITÓRIO, OS ALUNOS COMEM NAS SALAS DE AULA, A QUADRA NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
CEILÂNDIA	21 CEF 02	NÃO TEM SALA DE ÁUDIO VISUAL NEM TEATRO. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	22 CEF 31	A ESCOLA NÃO POSSUI TEATRO, MAS POSSUI UM TABLADO. A SALA DE CULTURA POR SER NO SEGUNDO ANDAR NÃO É ACESSÍVEL, O ACESSO A QUADRA ESPORTIVA NÃO É ADEQUADO.
	23 CEF 04	NÃO TEM TEATRO MAS TEM TABLADO, QUADRA INACESSÍVEL PARA CADEIRANTE. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
SAMAMBAIA	24 CEF 312	QUADRA ESPORTIVA NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	25 CEF 412	QUADRA ESPORTIVA CONSIDERADA EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	26 CEF 404	A QUADRA NÃO É COBERTA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	27 CEF 411	PISO DA QUADRA POLIESPORTIVA MUITO DANIFICADO. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
PLANO PILOTO	30 CEF 04 DE BRASÍLIA	NÃO TEM BIBLIOTECA, NÃO TEM REFEITÓRIO, NÃO TEM SALAS ESPECIAIS. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	31 CEF 02 DE BRASÍLIA	NÃO TEM REFEITÓRIO, NÃO TEM TEATRO, NÃO TEM SALA DE RECURSOS. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
SANTA MARIA	32 CEF 316	NÃO TEM REFEITÓRIO, FALTA ESPAÇO NA CANTINA PARA GUARDAR ALIMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL, A QUADRA NÃO É COBERTA, NÃO TEM TEATRO NEM SALÃO DE EVENTOS
	33 CEF 209	NÃO TEM REFEITÓRIO. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	35 CEF 103	NÃO TEM REFEITÓRIO AS CRIANÇAS COMEM NAS MESAS DO PÁTIO OU NAS SALAS DE AULA. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS

SFL PRCC 00003 /15-Folha Nº 003510



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
450 de 465

TABELA 14 – ITENS DE INFRAESTRUTURA QUE PODEM DIFICULTAR A EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS

COORDENAÇÃO REGIONAL	ESCOLA	OBSERVAÇÕES GERAIS
NÚCLEO BANDEIRANTE	37 CEF TELEBRASÍLIA	NÃO TEM TEATRO OU SALÃO DE EVENTOS, NÃO TEM REFEITÓRIO. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	38 CEF 01 CANDANGOLÂNDIA	A ESCOLA TEM SALA DE DANÇA, SALA DE ARTES MARCIAIS, SALA DE MÚSICA, MAS NÃO TEM REFEITÓRIO E A QUADRA DA ESCOLA ESTÁ SEM ACESSO. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
TAGUATINGA	39 CEF 12	NÃO POSSUI SALAS ESPECIAIS (TEATRO, AUDITÓRIO, ETC.). NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	42 CEF 21	NÃO TEM SALAS ESPECIAIS (TEATRO, SALÃO DE EVENTOS). NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
BRAZILÂNDIA	43 CEF 01	NÃO TEM TEATRO OS VÍDEOS SÃO NAS SALAS. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	45 CED 03	NÃO TEM REFEITÓRIO. ACESSO DIFÍCIL PARA QUADRA ESPORTIVA A QUAL É COBERTA
	46 CEF IRMÃ REGINA	NÃO TEM REFEITÓRIO OS ALUNOS UTILIZAM MESAS ESPALHADAS PELA ESCOLA PARA A REFEIÇÃO, NÃO TEM SALAS ESPECIAIS (TEATRO, INFORMÁTICA, EVENTOS). NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
SÃO SEBASTIÃO	48 CEF BOSQUE	NÃO POSSUI SALAS ESPECIAIS (TEATRO, AUDITÓRIO, ETC.). NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS
	49 CEF CERÂMICA	NÃO TEM REFEITÓRIO, AS MESAS ONDE OS ALUNOS COMEM NÃO ESTÃO EM ÁREA ACESSÍVEL. NÃO TEM BANHEIROS COM CHUVEIROS

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Faltam refeitórios e banheiros com chuveiros (com vestiário para meninos e meninas) em quase todas as escolas vistoriadas e em muitas delas faltam salas especiais (teatro, áudio, música, dança, salão para eventos, etc.) e quadras cobertas.

Apesar da afirmação do Ministério da Educação de que o espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral, constatou-se que a falta desses itens são grandes empecilhos para uma Educação Integral de qualidade.

A Subsecretaria de Educação Básica já reconheceu que para a Educação Integral no Distrito Federal é necessário melhorar a infraestrutura das escolas, conforme texto extraído do Ofício nº 64/2014–GAB/SE, de 21/05/2014:

[...] A Educação Integral requer o fortalecimento da unidade escolar tanto qualitativamente como quantitativamente.

A ampliação do tempo de permanência do estudante na escola necessita de mudanças na infraestrutura como quadras de esporte cobertas (com vestiários), laboratórios, estrutura para refeições e higiene, cozinha e depósito para alimentos, ampliação de áreas de lazer e parquinhos, aquisição de equipamentos diversos e material de consumo, salas de atividades múltiplas, biblioteca e acervo que responda ao projeto político pedagógico da escola, auditório, contratação de serviços para manutenção preventiva.

Em se tratando de recursos humanos faz-se necessário a contratação de profissionais com formação diversificada: técnicos, gestores, educadores, merendeiras, motoristas, educadores sociais voluntários, monitores, bem como formação contínua de todos os agentes envolvidos na oferta de educação integral. [...]

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003910 vers.57



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
451 de 465

O texto faz um bom resumo do que falta nas escolas, tanto na infraestrutura quanto nos recursos humanos, para que o Distrito Federal tenha uma Educação Integral de qualidade. Isso também foi constatado nas vistorias realizadas.

São apresentadas a seguir algumas fotos dos espaços criados para a Educação Integral em algumas escolas, que mostram as alternativas encontradas para alocação dos estudantes no contra turno das escolas que ofertam Educação Integral a 10% dos alunos matriculados, vez que todas as outras salas estão ocupadas pelos alunos do ensino regular.

FIGURA 21 – ESPAÇOS CRIADOS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL – CEF 1 DE BRAZLÂNDIA



AS TENDAS DE LONAS NO CEF 1 DE BRAZLÂNDIA ILUSTRAM AS CONDIÇÕES PRECÁRIAS EM QUE SÃO COLOCADOS OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL POR FALTA DE OUTROS ESPAÇOS NO CONTRA TURNO. ESTAS TENDAS FORAM ENCONTRADAS EM MUITAS OUTRAS ESCOLAS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DISTRITO FEDERAL E NÃO SOMENTE EM BRAZLÂNDIA

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 01/10/2014

FIGURA 22 – ESPAÇOS CRIADOS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL – CEF 02 EM PLANALTINA



"CANTINHO DA ALEGRIA" CONSTRUÍDO COM PNEUS E GARRAFAS PET POR INICIATIVA DE PROFESSORES E ALUNOS DO CEF 02 EM PLANALTINA, ONDE SÃO MINISTRADAS AULAS DE MÚSICA. É UM EXEMPLO DE TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DESSA FALTA DE ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL DE FORMA CRIATIVA E INOVADORA.

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 29/10/2014

SCL PROC 00003 /15-Folha Nº 003811



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
452 de 465

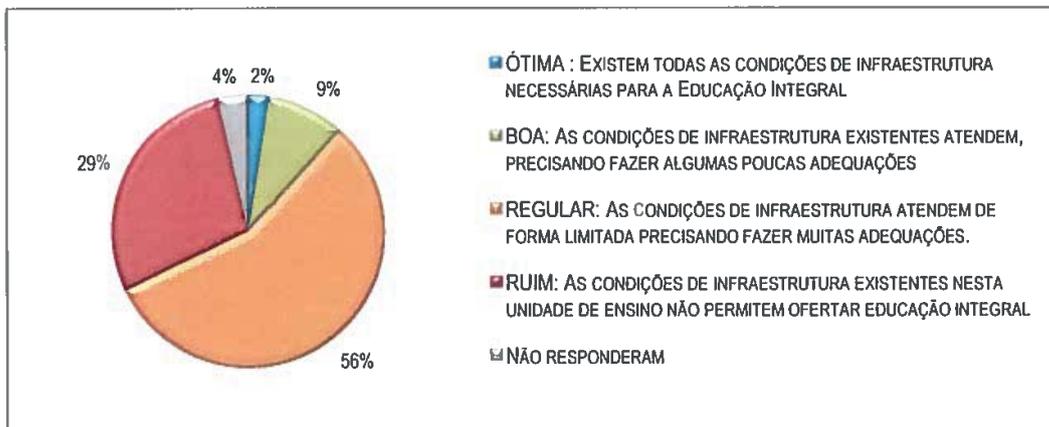
Os exemplos citados, apesar de evidenciarem a precariedade da infraestrutura das escolas do DF para oferecerem uma Educação Integral de qualidade, também mostram, por outro lado, o comprometimento e engajamento dos diretores e professores que, a despeito das adversidades encontradas, acreditam nesse projeto, utilizando o pouco recurso que dispõem.

Para aumentar a abrangência da avaliação das condições físicas e de infraestrutura referentes aos espaços utilizados na Educação Integral foram aplicadas três questões aos diretores de 280 escolas, espalhadas por todas as Coordenações Regionais de Ensino:

- Como esta diretoria avalia a infraestrutura desta unidade de ensino para trabalhar com a Educação Integral?
- Esta escola utiliza outros espaços físicos fora da unidade de ensino para Educação Integral?
- No caso de utilização de espaços físicos fora da escola, como o transporte escolar oferecido pela Secretaria de Educação pode ser avaliado?

Nas figuras a seguir são apresentadas as estatísticas dos resultados obtidos para essas questões.

FIGURA 23 – QUESTÃO “A”: COMO ESTA DIRETORIA AVALIA A INFRAESTRUTURA DESTA UNIDADE DE ENSINO PARA TRABALHAR COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL?



FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

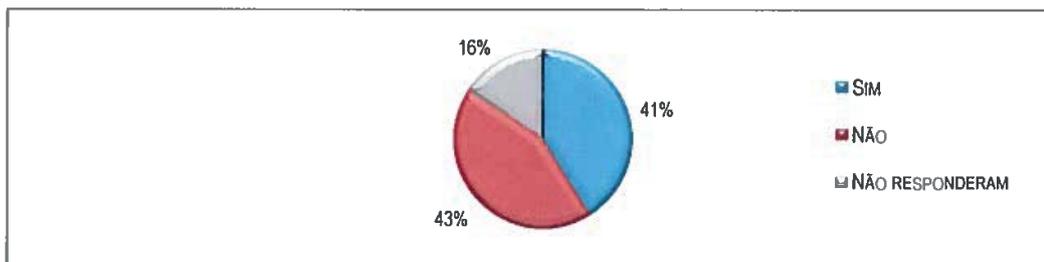
Observa-se que 86 % dos diretores avaliaram como regular ou ruim e apenas 9% consideram boa ou ótima a infraestrutura das escolas para atuarem com Educação Integral.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
453 de 465

FIGURA 24 – QUESTÃO “B”: ESTA ESCOLA UTILIZA OUTROS ESPAÇOS FÍSICOS FORA DA UNIDADE DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL?



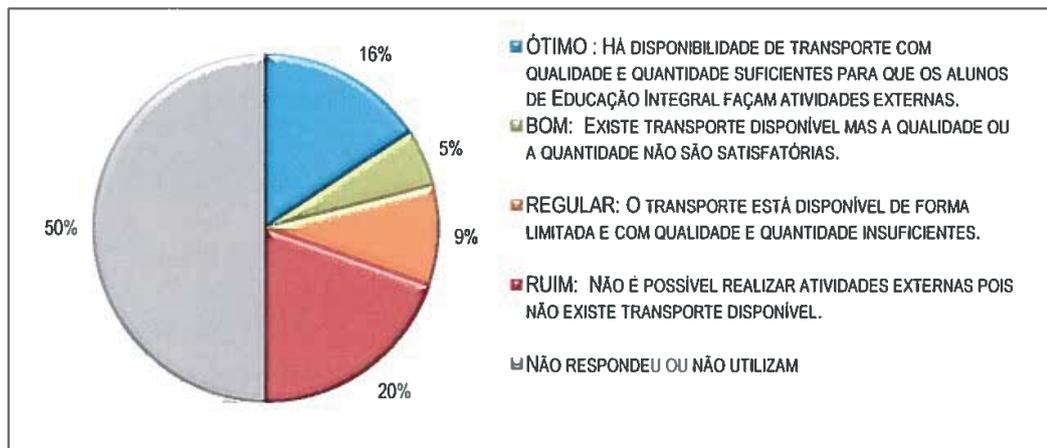
FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

Essa questão foi feita aos diretores, pois segundo a orientação do Ministério da Educação não é preciso que a escola tenha necessariamente espaços físicos para ofertarem a Educação Integral. Contudo, foi confirmado que em algumas localidades faltam também esses espaços na comunidade, o que dificulta muito o trabalho dos professores.

Observa-se que 41% dos diretores confirmaram que utilizam locais fora da escola e relacionaram diversos espaços físicos como: quadras, centros olímpicos, parques, teatros, museus, entre outros.

Os que disseram não utilizar se justificaram informando que não têm espaços disponíveis na comunidade ou que simplesmente não utilizam.

FIGURA 25 – QUESTÃO “C”: NO CASO DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS FORA DA ESCOLA, COMO O TRANSPORTE ESCOLAR OFERECIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PODE SER AVALIADO?



FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

SP_L_PFOC 00003 /15-Folha Nº 003812



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
454 de 465

Essa questão foi feita aos diretores complementando a informação da questão anterior, pois para utilizar alguns espaços físicos fora da escola é necessário transporte escolar disponível.

Dentre os que utilizam o transporte escolar, 20% consideram ruim, pois não existe transporte escolar disponível para essas atividades fora da escola e apenas 16% avaliaram como ótimo.

A análise dessa questão ficou um pouco prejudicada pelo alto percentual de respostas em branco ou respostas de diretores que não utilizam o transporte escolar para essa atividade e que por isso não puderam avaliar a qualidade do transporte escolar.

4.2.1.5 SUBQUESTÃO 2.5 – OS PROFESSORES DO CONTRA TURNO SÃO QUALIFICADOS, VISTO QUE MUITOS SÃO VOLUNTÁRIOS, MONITORES E ESTAGIÁRIOS? (EFICIÊNCIA)

Sim, segundo os critérios normativos vigentes para seleção desses profissionais e a opinião dos diretores.

Existem diversos atores que participam da Educação Integral: estudantes, professores, equipe gestora, coordenador pedagógico, coordenador de Educação Integral, a comunidade escolar e os profissionais de apoio. Estes últimos são os profissionais a quem essa subquestão se refere.

Quanto a esses profissionais de apoio que atuam no contra turno, a Secretaria de Educação informou que participam da Educação Integral os Monitores, Educadores Sociais Voluntários e Bolsistas.

O Ofício nº 03/2015–SUBEB, de 10/02/2015, declara que esses profissionais foram contratados com base nos seguintes programas:

- Programa Bolsa Universitária – instituído pela LC nº 770/2008 e normatizado pela Portaria Conjunta nº 03/2009. O último processo de seleção ocorreu no 2º semestre de 2011 e atualmente apenas 43 bolsistas universitários atuam em escolas de tempo integral;
- O Programa Jovem Educador Voluntário – criado em 2013 em complementação ao Programa Bolsa Universitária (devido a não renovação do Programa Bolsa Universitária). A seleção dos Jovens Educadores

SPL PROCS 00003 /15-Folha nº 003912 ver 50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
455 de 465

Voluntários foi feita diretamente pelas escolas assim como a contratação/substituição.

- Programa Educador Social Voluntário – instituído pela Portaria nº 73, de 24/04/2014 (DODF nº 82) – lançado em 2014 para aperfeiçoar o Programa Jovem Educador Social Voluntário.

Quanto à qualificação, o Programa Educador Social Voluntário estabelece no art. 3º da Portaria nº 73/2014:

Art. 3º O Programa Educador Social Voluntário selecionará candidatos com idade mínima de 18 anos e que atendam as seguintes exigências:

I - Preferencialmente universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades;

II - Estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA;

III - Estudantes do Ensino Médio;

IV - Pessoas da comunidade com habilidades nas seguintes áreas: cultural, artística, desportiva, ambiental, de culinária, de serviços gerais e nas voltadas para a prática de atividades físicas, entre outras, podendo desempenhar a função de acordo com suas competências, saberes e habilidades. [...]

O anexo dessa Portaria nº 73/2014 fixa critérios para seleção e classificação do Educador Social Voluntário onde é dada uma maior pontuação para profissionais com nível superior completo ou cursando e nos critérios I e II do anexo valoriza-se mais a experiência profissional e a entrevista, respectivamente.

Portanto, a qualificação desses profissionais que atuam na Educação Integral é bastante flexível podendo abarcar profissionais de nível superior, de nível médio e até pessoas da comunidade com habilidades específicas.

Sobre esse tema foi incluída no questionário aplicado aos diretores uma questão sobre avaliação quanto aos profissionais atuando na Educação Integral. Seus resultados são apresentados na Figura 26.

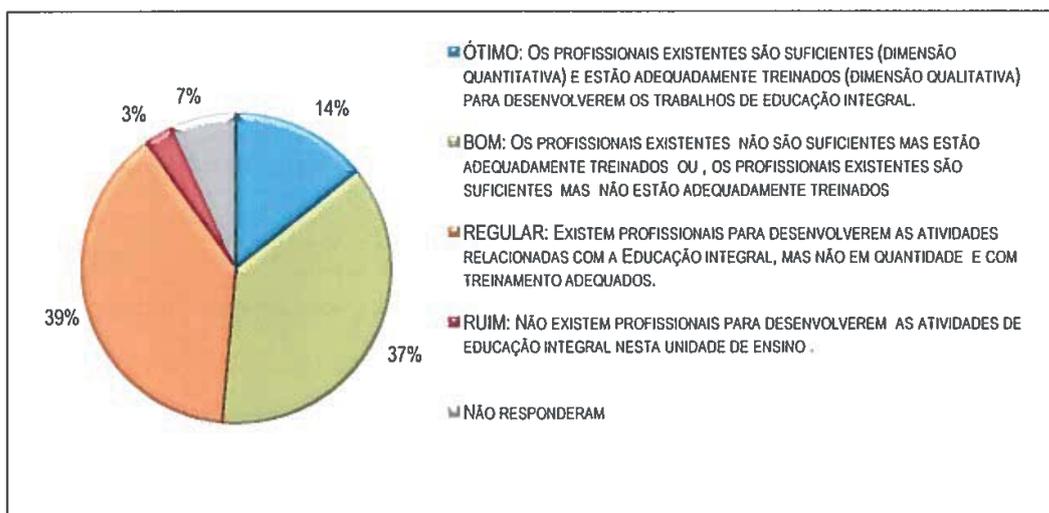
Procurou-se verificar as dimensões quantitativas e qualitativas dos profissionais que atuam na Educação Integral. Observa-se que 51% dos diretores avaliaram esse quesito como ótimo e bom, 38,6% consideraram regular e apenas 3,6% consideraram ruim pelo fato de não existirem profissionais para desenvolverem as atividades de Educação Integral nas suas unidades de ensino.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
456 de 465

FIGURA 26 – QUESTÃO “D”: QUAL A AVALIAÇÃO DESTA DIRETORIA QUANTO AOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO ATUANDO COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL?



FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

A Secretaria de Educação foi solicitada a se pronunciar sobre essa suposta falta de profissionais para desenvolverem as atividades de Educação Integral (item “d” do questionário), por meio de uma Solicitação de Auditoria. A resposta foi dada da seguinte forma pelo Ofício nº 097/2014–SUBEB/SE:

[...] O atual quadro de professores desta Secretaria é suficiente para cumprimento da meta, considerando-se que estão envolvidos profissionais das mais diversas áreas. Para atuação no contra turno, conta-se com professores dos diversos componentes curriculares, vinculados às três áreas de conhecimento, conforme planejamento definido no Projeto Político Pedagógico de cada instituição. Desta forma, se uma escola planejar o desenvolvimento de um trabalho complementar na área de Educação Ambiental, poderá dispor de um professor de Ciências Naturais; se o projeto é na área do Raciocínio Lógico, atuará um professor de Matemática. Esclareça-se que além dos professores concursados, podem atuar na Educação Integral os professores de Contrato Temporário, que suprem as carências provisórias [...]

Essa resposta foi complementada por meio do Ofício nº 03/2015–SUBEB, de 10/02/2015, confirmando que não houve falta significativa de profissionais na Educação Integral em 2014:

[...] informamos que esta Secretaria de Estado de Educação, orienta as escolas que procedam a seleção de Educadores Sociais Voluntários para atuarem nas atividades de Educação em tempo integral e que na ausência destes, sejam disponibilizados recursos do programa Mais Educação para ressarcimentos dos monitores



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
457 de 465

voluntários, minimizando as possibilidades de que a Unidade Escolar fique desprovida de recursos humanos para realização do atendimento em jornada de tempo integral e assegurando assim o pleno desenvolvimento das atividades sem prejuízo para os estudantes

Em tempo informamos que com essa prática, não foram observados por esta Coordenação de Educação Integral, prejuízos significativos ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes, uma vez apenas as atividades complementares ao currículo são desenvolvidas por monitores voluntários/bolsistas universitários.

Em virtude do não apontamento de carências significativas, não foram realizados levantamentos estatísticos no ano de 2014 acerca destes profissionais, porém, são realizados acompanhamentos sistemáticos dos saldos em conta de cada uma das Unidades Escolares, para verificação da disponibilidade orçamentária para seleção e ressarcimento dos monitores voluntários que atuarão na ausência dos Educadores Sociais Voluntários. [...]

Esses esclarecimentos levam ao entendimento de que a eventual falta de professores apontada em nove escolas (3,6%) pode ter sido pontual no momento da pesquisa.

4.2.1.6 SUBQUESTÃO 2.6 – EXISTE TREINAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS ATUANDO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL? (EFICIÊNCIA);

Sim. Em resposta a esta questão, a SEDF informou por meio do Ofício nº 097/2014–SUBEB/SE, REG GTP 017874/2014 da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, o seguinte:

[...] Em atendimento à solicitação de Auditoria nº 124/2014–DIFIP/CONT/STC, que trata do Programa 6221 – Educação Básica, Objetivo Específico 008, item 03, foram ofertados os seguintes cursos e oficinas na perspectiva da Educação Integral:

CURSO	VAGAS	C/H
VIVÊNCIAS COM A MUSICALIZAÇÃO	90	60H
DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DO SÉC XXI	420	120H
A LINGUAGEM MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS FINAIS	345	60H
EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRUTURANDO SABERES E REPENSANDO PRÁTICAS	480	60H
VIVÊNCIAS COM A MUSICALIZAÇÃO II	50	60H
NOS CAMINHOS DO AUDIOVISUAL	30	60H
NOME DA OFICINA	VAGAS	C/H
CORPOREIDADE	15	3H
A LEITURA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	20	3H
GEOGEBRA	10	20H
TANGRAM	30	9H
JOGOS DO DF	30	9H
GRAVURA	30	6H
OFICINA DE LETRAMENTO EM MATEMÁTICA	30	6H
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	30	6H
O TRABALHO INTERDISCIPLINAR POR MEIO DA LEITURA	30	6H
NOS CAMINHOS DO AUDIOVISUAL	20	6H



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
458 de 465

Além disso, a Coordenação de Educação Integral também informou por meio do Ofício nº 03/2015–SUBEB, que:

[...] em se tratando das políticas de capacitação e treinamento para os colaboradores das diversas propostas de fomento à Educação Integral, desde a criação do Programa Bolsa Universitária, são realizadas formações, seminários e fóruns de capacitação para esses sujeitos, sendo que no ano de 2013, em particular com a criação do Programa Jovem Educador Voluntário – JEV, foi ofertado Curso de Formação (Com módulos presenciais e virtuais) totalizando 56 horas. Em 2014, a proposta de formação dividiu-se em dois momentos, sendo o primeiro promovido por esta Coordenação de Educação Integral, na forma de um Encontro Presencial, previsto para todos os inscritos no Programa, privilegiando temáticas inerentes à proposta da Educação Integral e o segundo momento, também com foco na concepção de Educação Integral, ficou a cargo das respectivas Coordenações Regionais de Ensino, haja vista a necessidade de adaptação das temáticas e das atividades do curso às peculiaridades locais e regionais.

Ressaltamos que a organização da formação nas Coordenações Regionais de Ensino ficou a cargo dos Coordenadores Regionais da Educação Integral, lotados nas Gerências de Educação Básica que, em articulação com as equipes gestoras das Unidades Escolares inseridas no ESV, planejaram as atividades de formação.

São oferecidas também formações contínuas aos Monitores do Programa Mais Educação bem como aos Bolsistas do Programa Bolsa Universitária, ficando a cargo da Equipe Gestora da Unidade Escolar junto ao Coordenador Local, objetivando assim a capacitação dos colaboradores para desenvolverem as atividades/ações previstas a subsidiar a ampliação da jornada escolar [...]

Essas informações demonstram que foram realizados treinamento para os profissionais que atuam na Educação Integral em 2014. Contudo, não foi possível verificar a suficiência e pertinência desses treinamentos para os profissionais nas escolas vistoriadas.

4.2.1.7 SUBQUESTÃO 2.7 – A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TEM INDICADORES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL? QUAL O RESULTADO DA NOTA DO IDEB NAS ESCOLAS QUE IMPLANTARAM EDUCAÇÃO INTEGRAL (EFETIVIDADE)?

Existem dados do Censo Escolar que mostram a aprovação, reprovação e evasão escolar que poderiam servir como indicadores para avaliar a situação das escolas que ofertam Educação Integral. Entretanto, segundo o Ofício nº 05/2015–SUBEB, de 02/03/2015, esses dados referentes ao período de 2014/2015 ainda não estão disponibilizados.

Não foi possível obter um corte atualizado das notas do IDEB referente às escolas que ofertaram Educação Integral em 2014.

SPL FROD 00003 /15-Folha Nº 003914 VER SA



Subsecretaria de
Controle Interno

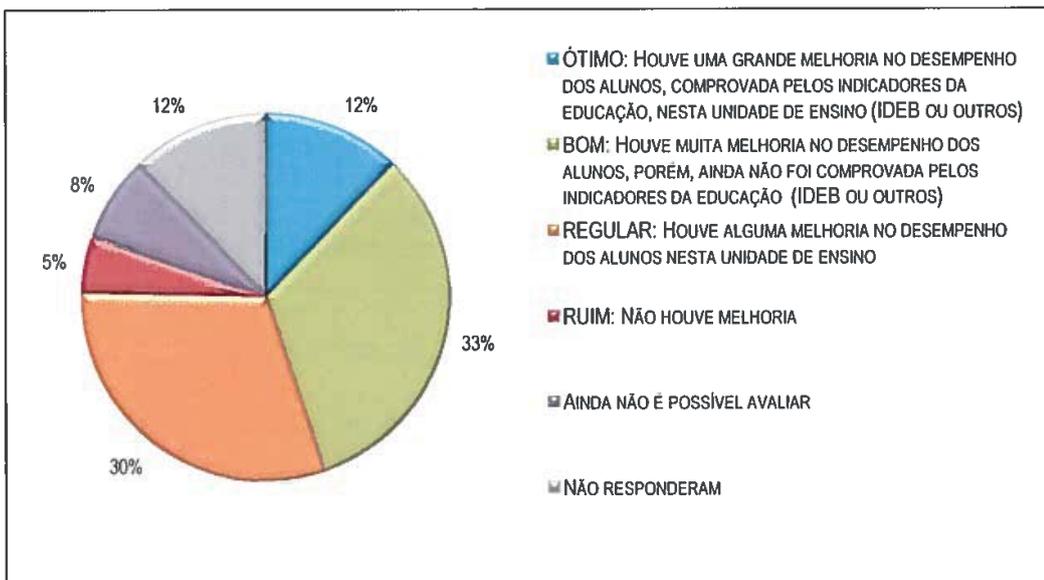
RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
459 de 465

4.2.1.8 SUBQUESTÃO 2.8 – QUAL A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL FEITA PELOS ALUNOS E DIRETORES NAS ESCOLAS QUE TÊM ESSE PROGRAMA? (EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE);

Na falta dos dados do IDEB e de outros dados específicos do Censo Escolar que poderiam avaliar a efetividade da Educação Integral, optou-se por questionar diretamente os diretores e alunos da seguinte forma:

Para os diretores, em 280 escolas que ofertam Educação Integral, foi incluída no questionário uma questão sobre a avaliação dos resultados obtidos. A estatística das respostas a essa questão é apresentada na Figura 27.

FIGURA 27 – QUESTÃO “E”: APÓS A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA SUA UNIDADE DE ENSINO, COMO VOCÊ AVALIA OS RESULTADOS OBTIDOS?



FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

Apenas 45% diretores avaliaram como bom/ótimo os resultados obtidos com a implantação da Educação Integral em suas escolas. Isso mostra que existe ainda um grande caminho a percorrer para que 100% das escolas do Distrito Federal tenham uma Educação Integral de qualidade.

Na Figura 28 é apresentada a estatística das respostas obtidas para a questão aplicada diretamente a 991 alunos nas escolas vistoriadas pela equipe de auditoria.

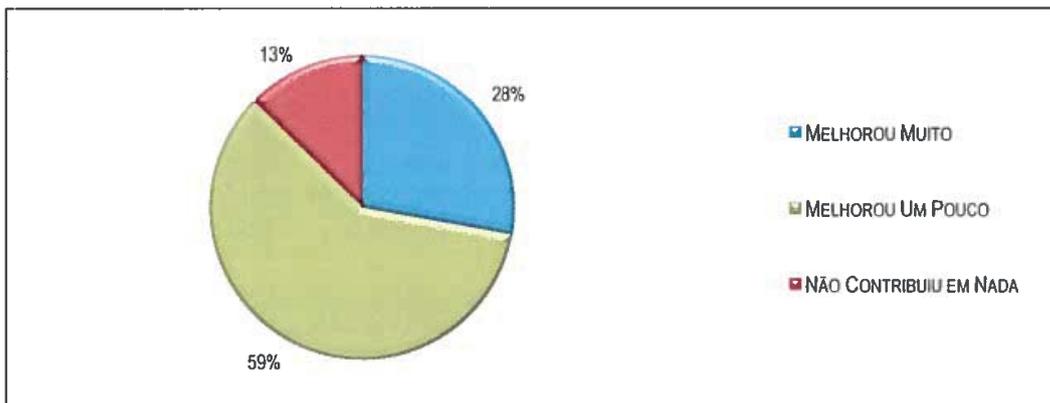
SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002815



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
460 de 465

FIGURA 28 – QUESTÃO: COMO VOCÊ AVALIA, EM RELAÇÃO AO SEU DESEMPENHO ESCOLAR, O TEMPO A MAIS QUE VOCÊ PERMANECE NA ESCOLA?



Fonte: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

A percepção da maioria dos alunos (87%) quanto ao tempo a mais que eles permanecem na escola, na Educação Integral, foi positiva.

Segundo a percepção deles, houve uma melhoria no desempenho escolar depois que passaram a ter atividades próprias da Educação Integral, tais como: acompanhamento pedagógico e outras aulas extracurriculares nesse tempo a mais em que eles permanecem nas escolas.

4.2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA DO OE 008

Apesar do indicador 1222 ter atingido a meta prevista, a maior parte das escolas que ofertam Educação Integral estão incluídas no indicador 947. A meta total prevista somando-se os dois indicadores era de 571 escolas ofertando Educação Integral até 2014. A meta total alcançada foi de 400 escolas, que representa 70% do previsto, Por isso considera-se, no conjunto, uma eficácia abaixo do previsto.

4.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA DO OE 008

As vistorias de auditoria e os questionários aplicados aos diretores e alunos mostraram que os maiores problemas encontrados estão relacionados à infraestrutura das escolas.

SFL PROJ 00003 /15-Folha Nº 003015 Ver=50



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
461 de 465

Esses problemas não podem ser contornados em escolas que não têm espaços físicos disponíveis internamente e que, ao mesmo tempo, não podem contar com outros espaços na comunidade. Em outras escolas, tenta-se contornar esses problemas criando-se espaços inadequados para os alunos. Essa falta de infraestrutura acaba por interferir na qualidade do ensino.

Diante disso, considera-se que a eficiência da Educação Integral está em um padrão abaixo do desejado.

4.2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFETIVIDADE DO OE 008

Tanto os alunos como os diretores demonstraram em suas respostas que a Educação Integral tem trazido melhorias no desempenho escolar. Uma melhor avaliação da efetividade poderia ser obtida se indicadores de desempenho dos alunos estivessem disponíveis.

5 CONCLUSÃO

Avalia-se que a eficácia do Objetivo Específico 005 foi impactada negativamente pela falta de credibilidade do Indicador 1216 – TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA, presente no PPA 2012/2015 do Distrito Federal. As divergências entre os índices obtidos pelo indicador e a realidade de fato foram comprovadas por meio de vistorias em 53 escolas e pelas respostas dos questionários aplicados a 570 diretores.

A consequência direta e grave em se adotar um indicador que não reflete a realidade, como esse, é que, em face às muitas necessidades da população em diversas áreas como saúde, transporte, educação, infraestrutura urbana, etc., e a escassez de recursos públicos, dificilmente o governo irá aportar recursos orçamentários e financeiros para resolver um problema que aparentemente estaria “dentro do previsto” e que supostamente não apresenta grandes distorções pelo indicador utilizado.

A eficiência do Objetivo Específico 005 também não pode ser considerada satisfatória por vários motivos, sendo os principais:

- escolas de dois pavimentos sem elevadores para cadeirantes e sem rampa de acesso para o segundo piso;

SPL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003816



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PROGRAMA TEMÁTICO 6221
462 de 465

- escolas de dois pavimentos com elevadores fora de operação (por diversos motivos) e sem rampa;
- banheiros “adaptados” fora do padrão da norma ABNT NBR 9050 (sem piso antiderrapante, sem barras de apoio) e muitos sendo usados como depósitos de materiais ou indisponíveis para uso;
- rampas fora do padrão da norma ABNT NBR 9050;
- pisos de muitas escolas em péssimas condições e com muitas grelhas que dificultam o percurso de uma pessoa em cadeiras de rodas.

Quanto ao Objetivo Específico 008, a eficácia foi atingida no indicador 1222, mas não foi atingida no indicador 947, que abarca a maioria das escolas. Por isso considera-se, no conjunto, uma eficácia abaixo do previsto.

A eficiência do Objetivo Específico 008 também está comprometida pela falta de acessibilidade arquitetônica nas escolas e pela inadequação da infraestrutura para Educação Integral como, por exemplo: a falta de salas de aula no contra turno e de espaços especializados (teatro, salas multiusos, quadras cobertas, vestiários com chuveiros, etc.), que compromete o trabalho dos profissionais envolvidos com a Educação Integral e o bem estar dos alunos.

Quanto à efetividade da Educação Integral, a pesquisa realizada aponta para uma possível melhoria no desempenho dos alunos. É necessário, contudo que indicadores de desempenho específicos sejam utilizados para comprovação. Tais indicadores ainda não estavam disponíveis até o fechamento do relatório.

SFL
PROG 00003
15-Folha Nº 003816 ver-se



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PARTE 3
463 de 465

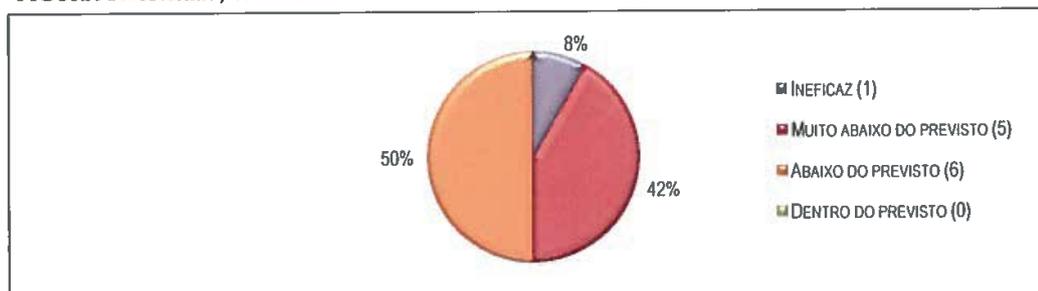
PARTE 3 CONCLUSÕES

3.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO

A avaliação quanto à eficiência e eficácia contemplou, em 2014, uma amostra de 10 Programas Temáticos, desdobrados em 12 Objetivos Específicos – OEs.

Dentre os 12 Objetivos Específicos selecionados em 2014, nenhum teve avaliação de eficácia dentro do previsto, conforme apresentado na Figura 1.

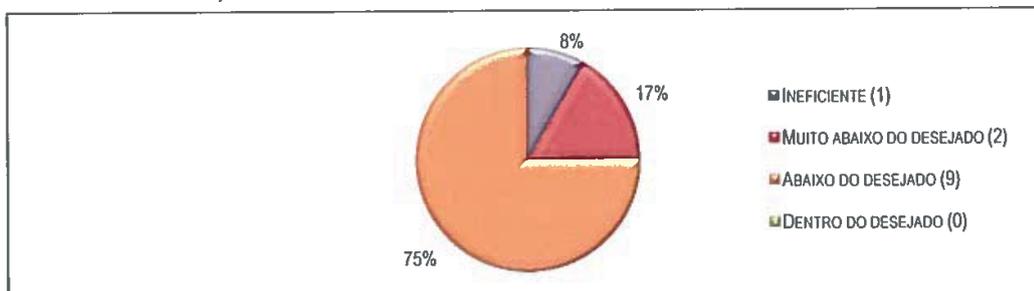
FIGURA 1 – AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Situação semelhante também foi observada na eficiência (Figura 2), em que nenhum dos Objetivos Específicos teve avaliação positiva, sendo que um OE foi considerado ineficiente por ter consumido recursos sem concluir qualquer de suas metas.

FIGURA 2 – AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003917



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PARTE 3
464 de 465

Não foi possível avaliar a efetividade de nenhum dos Objetivos Específicos selecionados em 2014, principalmente pela insuficiência e deficiências dos indicadores direcionados para essa dimensão de desempenho.

Constatou-se a ocorrência de situações com potencial para distorcer as avaliações efetuadas no Indicativo de Eficácia e nas avaliações de eficiência e efetividade, dentre as quais enfatiza-se: preenchimento incorreto do SAG, consideração de recursos ainda não disponibilizados como “Despesa Autorizada” e apropriação de despesa com finalidade diferente da especificada no Programa de Trabalho.

Alguns fatos verificados contribuíram para o comprometimento do alcance dos objetivos propostos nos Programas selecionados, tais como: falta de integração entre órgãos co-executores; morosidade em processos licitatórios; suspensão, pelo TCDF, de Editais de Licitação; projetos básicos deficientes; e o contingenciamento orçamentário.

Visando solucionar os problemas encontrados, serão encaminhadas recomendações às Unidades executoras, com o intuito de aperfeiçoar a concepção de novos Programas e o desenvolvimento daqueles avaliados ou em avaliação.

3.2 CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS

A análise da compatibilidade dos instrumentos da ação governamental, PPA, LDO e LOA, permitiu constatar o não cumprimento do planejamento de médio prazo, bem como das prioridades estabelecidas para o exercício de 2014.

A avaliação sobre o alcance dos objetivos e metas estabelecidas não pôde ser feita de forma direta, uma vez que os sistemas disponíveis no GDF não permitem a aferição e consolidação dos índices alcançados para os indicadores e para a realização física associada às Ações incluídas nos Programas de Governo. No entanto, a execução orçamentário-financeira combinada com o estágio das etapas cadastradas no SAG possibilitam uma avaliação indireta sobre os resultados pretendidos.

Verificou-se que a execução financeira associada aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, para todos os Programas de Governo, foi de 76,3,7% da Despesa Autorizada para o exercício de 2014. No entanto, entende-se que para avaliação do cumprimento de objetivos e metas devam ser considerados apenas os Programas Temáticos, para os quais verificou-se que esse percentual foi de 68,2% para as Esferas Fiscal

15-Folha nº 003317 vers. 0.00003
PROJ. 00003
T.S.



Subsecretaria de
Controle Interno

RELATÓRIO PCA GOV 2014
PARTE 3
465 de 465

e da Seguridade Social e de 41,2% para a Esfera de Investimento. Esses números indicam que a ação governamental não foi capaz de transformar uma parcela significativa dos recursos disponibilizados em bens e serviços de caráter finalístico para a sociedade, comprometendo assim o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos nos Instrumentos de Ação Governamental.

Observou-se que as prioridades estabelecidas na LDO tiveram execuções orçamentária e financeira em níveis inferiores aos encontrados para todo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O percentual da Despesa Autorizada empenhada foi de 72,8% para os Programas Temáticos desenvolvidos no referido Orçamento, enquanto que, quando considerados apenas os Subtítulos Prioritários esse percentual foi de 51,2%.

Em relação à execução física, verificou-se que o percentual de Etapas concluídas ou em andamento normal foi de 67% para o orçamento geral e de 62% para os Subtítulos Prioritários.

Por fim, entende-se que o ciclo de planejamento governamental é atividade complexa, que precisa, continuamente, evoluir em suas estratégias no sentido de melhorar a gestão dos recursos públicos e facilitar o acesso às informações geradas. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de atualização do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo para contemplar, na codificação dos Programas de Trabalho, campo para identificação dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos, visando facilitar a identificação das despesas e realizações físicas associadas a esse nível de planejamento.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003918

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003318 VER-SQ

